



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Aline Alves Ribeiro

**Governança Regional de Turismo e Ordenamento do Território:os
Efeitos da Instância de Governança Regional na Região Turística
das Serras Gerais, TO**

BRASÍLIA/DF

Dezembro/2024



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Aline Alves Ribeiro

**Governança Regional de Turismo e Ordenamento do Território: os
Efeitos da Instância de Governança Regional na Região Turística
das Serras Gerais, TO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de Brasília

Área de concentração: Gestão Ambiental e Territorial

Linha de pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional

Eixo temático: Desenvolvimento Turístico e Impactos Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Neio Campos

BRASÍLIA/DF

Dezembro /2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR484g Ribeiro, Aline Alves
Governança Regional de Turismo e Ordenamento do
Território: os Efeitos da Instância de Governança Regional
na Região Turística das Serras Gerais, TO / Aline Alves
Ribeiro; orientador Néio Lúcio de Oliveira Campos. --
Brasília, 2024.
292 p.

Tese(Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília,
2024.

1. Governança Turística. 2. Serras Gerais. 3. Tocantins.
4. Assegtur. 5. Instância de Governança Regional. I. Campos,
Néio Lúcio de Oliveira, orient. II. Título.

ALINE ALVES RIBEIRO

**Governança Regional de Turismo e Ordenamento do Território:os
Efeitos da Instância de Governança Regional na Região Turística
das Serras Gerais, TO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia
ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de Brasília.

Aprovada em: 06 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Neio Campos
Universidade de Brasília - UnB
Orientador - Presidente

Profa. Dra. Rosane Balsan
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Membro Externo

Prof. Dr. Luis Claudio Requiao da Silva,
Universidade Estadual da Bahia - Uneb
Membro Externo

Prof. Dr. Fernando Luiz Araujo Sobrinho
Universidade de Brasília - UnB
Membro Interno

Profa. Dra. Potira Meirelles Hermuche
Universidade de Brasília - UnB
Suplente:

Brasília/DF

Dezembro/2024

“Quis estar aqui...nunca foi um fardo. Recebo-o com
orgulho e símbolo de conquista”

Aline Alves Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Este agradecimento não poderia começar diferente, contendo êxtase em agradecer a mim mesma na primeira instância. Em seguida, agradeço à CAPES, pela oportunidade em fazer este Doutorado na Universidade de Brasília com bolsa, o que me oportunizou dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Um agradecimento especial a minha mãe, mulher batalhadora que foi mãe e pai de cinco filhos e que, sem entender na maioria das vezes “essas titulações acadêmicas”, incentiva e sente de algum modo que tem algo importante acontecendo nessa vitória da filha. Estendo estes agradecimentos ao meu companheiro, Willian Douglas Guilherme, quem sempre me incentiva a abraçar as oportunidades e alçar novos voos.

Expresso meus sentimentos de gratidão e respeito ao meu orientador, Neio Campos, por ter abraçado esta pesquisa e confiado no meu potencial. Sem dúvidas, ele teve um papel excepcional para a construção dessa tese.

Agradeço a todos que acompanham o meu processo, colegas, parentes e amigos, conhecidos e contrerrâneos que apostam em minha jornada.

Ainda estendo estes agradecimentos a todos os meus professores de quem tive a oportunidade de ser aluna, desde os seis anos de idade no ensino regular da educação básica. Porque a minha primeira professora foi minha mãe, que aos 4 anos me alfabetizou.

Para nominá-los, faço em nome de Rozelina Costa e Silva Lima, estimada Roze, minha professora do 8º e 9ª ano do Ensino Fundamental, hoje minha amiga, que representa também uma extensa lista de mulheres fortes e ávidas que conheci até aqui. Estes professores, que poderia citar um por um, pois estão vivos e presentes na minha memória, ocupam um lugar especial na raiz de correr, sonhar e fazer acontecer que permeia minha existência.

Uma jornada incrível dos seis aos 26 anos, um filme em 20 anos, aluna média 8,0 e 9,0 que sempre sonhou com a educação e valoriza cada conquista e etapa da vida, a primeira da família materna e paterna a conquistar tal símbolo de estudo, o que é um mérito e uma responsabilidade que levo com orgulho.

A menina que se dedicava a poesias e contação de histórias, decorava páginas e páginas e se dedicava nas apresentações da escola, aos 15 “sentiu que era mesmo diferente” e assumiu sua diferença blindada pelos estudos e dedicação, conformada com poucos amigos, quase nada, valoriza todos que a cercam.

A jornada até chegar aqui valeu cada minuto, e quem traçava esse chão em 2014, hoje em 2024 ainda nem acredita que aconteceu, e sei que este não é o fim da estrada. Isso me faz aceitar esse título, viver seus benefícios, mas não ser o título, eu sou Aline Alves Ribeiro, arraiana, tocantinense, 26 anos, uma estrela pronta para brilhar em qualquer lugar.

Descubra Serras Gerais

Música Serras Gerais

Composição

Juraíldes da Cruz

Não é só um sonho de serra/ Só um monte na terra/

Não é só dunas de areia/

Não é só um cartão postal/ um sertão ao sol/

Um céu de lua cheia/

Toda serra de longe é azul

Azul de um mistério profundo

E o mistério dessa serra

Guarda em meu coração

Segredos desse chão

Meu umbigo nessa terra

O caminho do céu se descobre na terra

Cada um tem o jeito

De enxergar sua terra

Pronunciar o jeito de cumprir sua terra

Colorir a forma de pintar sua terra

Chorar o jeito de sentir sua terra

Cresceu quem aprendeu amar sua terra

Sorriu quem voltou pra rever sua terra

As mangabeiras e os buritizais

Feliz de quem é bem lembrado na terra

Serras gerais, serras gerais

Esse cenário perfeito

Não é só o lado azulado da luz

Não é só a nobreza do Rio azuis

É o jeito desse povo é o jeito

Esse cenário perfeito

É infância é aurora raiando no peito

Jorrando na serra água corrente

Cristalina por que é assim essa gente

E aos foliões do divino o meu respeito.

De Arraiais a Arraias
Aline Alves Ribeiro

Uma intensa história começa aqui
Aqui nas redondezas dos arraiais...
Onde por volta de 1740
A região passou a se povoar
E com a descoberta de um Filão de ouro
O Arraial futuro Arraias
Agora já era um Tesouro
Com a gente da terra crescendo
O trabalho não diminuía
Só aumentava...

E o Boqueirão das Tapuias
Estava prestes a se tornar
Arraias
Arraias dos Arraiais
Arraias da história
O trabalho árduo debaixo do sol...
Quem tinha poder mandava
Ao contrário: só obedecia
E assim a velha Arraias crescia
Nas mãos dos poderosos
Era dominada a cada dia

De lá para cá
Muitas coisas mudaram
Coisas boas e coisas ruins
Mas na nossa velha Arraias
Uma coisa não mudou...
A hospitalidade nos permaneceu
Procede de outrora até os dias atuais
Com alegria, sorrisos e abraços.
Sabemos dar boas vindas
A quem a Arraias visita
Transformamos nossa cidade
Que foi partícipe do ciclo do Ouro em 1739
Que foi Boqueirão dos tapuias
Que foi Chapada dos Negros
Que foi Arraial
Que foi vila em 1883
Que foi cidade em 1914
Que hoje é Arraias
Que foi construída com o suor de Escravizados;
Pedreiros, serventes, engenheiros
Pintores, encanadores, eletricitas
Gente da gente
Gente que trabalha sol a sol

Nossa Arraias surgiu para a história...
Nós filhos desta terra
Temos um patrimônio histórico
Nesse imenso sertão
Que transborda história
Raízes e tradição
Cidade inspirada
Na trajetória do ouro
Nas folias, nas cantigas
Na fé, na virgem dos Remédios
Pecuária e agricultura
No carnaval do nosso coração
Festas e festejos
Arraias dos Arraias
Agora é Arraias sem mais
As suas belezas nos encantam
As grutas, Morro da Cruz e entrudo
Poços, cachoeiras
Céu estrelado, paçoca e aventura
Tantas coisas e isso ainda não é tudo.
Arraias, querida Arraias
Geração a geração
A sua história mantém em nosso coração.

(Ribeiro, 2017)

RESUMO

A presente tese aborda a temática da governança de Turismo e ordenamento do território e está ligada à linha de pesquisa de Gestão Ambiental e Territorial. O objetivo da pesquisa é analisar a criação da Instância de Governança Regional (IGR) Serras Gerais, dentro da política Nacional do Programa de Regionalização do Turismo e seus desdobramentos no ordenamento do território e no desenvolvimento turístico regional e local das cidades envolvidas. Tal análise visa identificar os resultados iniciais provocados com a instauração desta IGR na organização do território e no desenvolvimento da região turística das Serras Gerais, no sudeste do Estado do Tocantins, a partir das políticas de governança do turismo nessa região, instituída pelo Ministério do Turismo. A questão posta na tese relaciona-se a como foi a organização dessa governança, se foi estimulada ou natural e como se encontra a sua estrutura organizacional dentro dos padrões que ordenam o território do turismo, de modo que entender essas nuances do território permitirá, a partir do resultado, uma contribuição prática de providências à organização dessa região. A metodologia utilizada é a análise descritiva dos materiais que envolvem a IGR, a observação participante e acompanhamento das atividades que acontecem diretamente e indiretamente com a instância de governança. A pesquisa possui abordagem qualitativa e tem como recorte espacial a região turística das Serras Gerais, localizada no Sudeste do Estado do Tocantins. No que se trata da análise, esta acompanha a escala local e regional a partir das configurações políticas estaduais e federais. O recorte temporal está entre 2014, quando se inicia os projetos voltados para o Turismo nas Serras Gerais e vai até ao momento atual (2024). As categorias de análise são: Formação de governança de turismo (legislação e relação de membros); Relação do Governo Estadual com a IGR; Envolvimento dos atores com o desenvolvimento da IGR; Atuação da IGR pelo olhar dos membros, da sociedade civil e do Governo; Estadual; IGR como ordenamento do território e Benefícios da IGR para o turismo regional. A partir destas categorias, esta tese identifica a efetividade da IGR e responde como a IGR tem impactado no desenvolvimento turístico regional e local das cidades envolvidas. Para isso, considera o panorama de como os municípios estavam antes e depois da IGR e como o ordenamento territorial tem acontecido.

Palavras-chave: Turismo. Ordenamento territorial. Governança Regional.

ABSTRACT

This qualification material for the Doctorate in Geography at the University of Brasilia brings in its structure the approach to the theme of governance of Tourism and territorial planning linked to the line of research of Environmental and Territorial Management. Within the aforementioned theme, the objective of the research is to analyze the creation of the Regional Governance Instance (IGR) Serras Gerais, within the National Policy of the Tourism Regionalization Program and its consequences in the organization of this territory and in the regional and local tourist development of the cities involved, aiming to identify the initial results of the Program in the territorial organization of the territory and in the development of the tourist region of Serras Gerais, in the southeast of the State of Tocantins, based on the policies of governance of tourism in this region, instituted by the Ministry of Tourism. The question posed by this material is on how this governance was organized, whether it was stimulated or natural and how its organizational structure is within the standards that order the territory of tourism, so that understanding these nuances of the territory will allow, from the result, a practical contribution of arrangements for the organization of this region. The methodology to be used is the descriptive analysis of the materials involving the IGR, participant observation and monitoring of activities that take place directly and indirectly with the governance body. The research has a qualitative approach and will focus on the tourist region of Serras Gerais, located in the Southeast of the State of Tocantins. With regard to the analysis, this must accompany the local and regional scale from the state and federal political configurations. The time frame for analysis will be established between 2014, when the projects aimed at Tourism in the Serras Gerais started, and goes until the current moment (2024). The analysis categories will be: Formation of tourism governance (legislation and list of members); Relationship between the State Government and the IGR; Involvement of actors with the development of the IGR; IGR performance through the eyes of members, civil society and the Government; State (Interview Form); IGR as territorial planning and Benefits of IGR for regional tourism. With each of these categories of analysis, the material aims to understand the effectiveness of the IGR and answer how the IGR has impacted on the regional and local tourism development of the cities involved. In order to do this, it is considered how the municipalities were before and after the IGR and how the territorial organization has taken place.

Keywords: Tourism. Land use planning. Regional Governance.

RESUMEN

Esta tesis aborda el tema de Gobernanza turística y planificación territorial y está vinculada a la línea de investigación sobre Gestión Ambiental y Territorial. El objetivo de la investigación es analizar la creación de la Instancia de Gobernanza Regional (IGR) Serras Gerais, dentro de la política Nacional del Programa de Regionalización del Turismo y sus consecuencias en la planificación territorial y en el desarrollo turístico regional y local de las ciudades involucradas. Este análisis tiene como objetivo identificar los resultados iniciales provocados por el establecimiento de este IGR en la organización del territorio y en el desarrollo de la región turística de Serras Gerais, en el sureste del estado de Tocantins, a partir de las políticas de gobernanza turística en esta región, establecido por el Ministerio de Turismo. La pregunta que se plantea en la tesis se relaciona con cómo se organizó esta gobernanza, si fue estimulada o natural y cómo su estructura organizativa se encuentra dentro de los patrones que organizan el territorio turístico, de modo que comprender estos matices del territorio permitirá partir del resultado, una aportación práctica de medidas a la organización de esta región. La metodología utilizada es el análisis descriptivo de materiales que involucran al IGR, la observación participante y el seguimiento de las actividades que ocurren directa e indirectamente con el órgano de gobierno. La investigación tiene un enfoque cualitativo y su enfoque espacial es la región turística de Serras Gerais, ubicada en el Sudeste del Estado de Tocantins. Cuando se trata de análisis, sigue la escala local y regional basada en configuraciones políticas estatales y federales. El marco temporal es entre 2014, cuando se iniciaron proyectos dirigidos al Turismo en las Serras Gerais, y hasta el momento actual (2024). Las categorías de análisis son: Formación de la gobernanza turística (legislación y lista de miembros); Relación entre el Gobierno del Estado y la IGR; Involucramiento de actores con el desarrollo de la IGR; El desempeño de la IGR desde la perspectiva de sus miembros, la sociedad civil y el Gobierno; Estado; Las IGR como planificación territorial y Beneficios de las IGR para el turismo regional. Con base en estas categorías, esta tesis identifica la efectividad de las IGR y responde cómo las IGR han impactado el desarrollo turístico regional y local de las ciudades involucradas. Para ello, considera el panorama de cómo eran los municipios antes y después de la IGR y cómo ha ocurrido la planificación territorial.

Palabras clave: Turismo. Ordenamiento territorial. Gobernanza Regional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	23
1.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	23
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	27
1.3 OBJETIVOS	29
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	29
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i> :.....	29
1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA	30
1.5 ASPECTOS E PASSOS METODOLÓGICOS	31
1.6 ANÁLISE QUALITATIVA: CATEGORIAS E DIMENSÕES ANALÍTICAS DE GOVERNANÇA TURÍSTICA	32
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE GOVERNANÇA, TURISMO E TERRITÓRIO	35
2.1 ASPECTOS TEÓRICOS DE GOVERNANÇA	35
2.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL/REGIONAL	42
2.3 INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL	48
2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL DAS IGRS	59
2.5 INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DE TURISMO E ORDENAMENTO TERRITORIAL	64
2.6 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS IGRS NO TOCANTINS.....	65
3 ESTUDO DE CASO DA GOVERNANÇA TURÍSTICA DAS SERRAS GERAIS TOCANTINS, BRASIL	71
3.2 SERRAS GERAIS NO CONTEXTO DE REGIÃO TURÍSTICA	82
3.3 GOVERNANÇA MUNICIPAL DAS SERRAS GERAIS	85
3.4 FORMAÇÃO E CONTEXTO DA ASSEGTUR COMO IGR	88
3.4.1 <i>Governança atual: Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais</i>	97
3.5 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SERRAS GERAIS	100
3.6 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	106
3.6.1 <i>Recortes territoriais do turismo em Almas</i>	108
3.6.1.1 Caracterização do município de Almas.....	110
3.6.2 <i>Recortes territoriais do turismo em Arraias</i>	116
3.6.2.1 Caracterização do Município de Arraias	117
3.6.3 <i>Recortes territoriais do turismo em Aurora do Tocantins</i>	125
3.6.3.1 Caracterização do município de Aurora do Tocantins	126
3.6.4. <i>Recortes territoriais do turismo em Dianópolis</i>	131
3.6.4.1 Caracterização do município de Dianópolis.....	132
3.6.5. <i>Recortes territoriais do turismo em Lavandeira</i>	136
3.6.5.1 Caracterização do município de Lavandeira	137
3.6.6. <i>Recortes territoriais de turismo em Natividade</i>	143
3.6.6.1 Caracterização do município de Natividade	144
3.6.7. <i>Recortes territoriais do turismo em Paranã</i>	151
3.6.7.1 Caracterização do município de Paranã	152
3.6.8. <i>Recortes territoriais do turismo em Pindorama</i>	157
3.6.8.1 Caracterização do município de Pindorama	157
3.6.9. <i>Recortes territoriais do turismo em Rio da Conceição</i>	161
3.6.9.1 Caracterização do município de Rio da Conceição	162
3.6.10. <i>Recortes territoriais de turismo em Taguatinga</i>	166
3.6.10.1 Caracterização do município de Taguatinga	167
3.7 ATORES E PROCESSOS DA GOVERNANÇA TURÍSTICA NAS SERRAS GERAIS.....	169
4 ANÁLISE DOCUMENTAL, PERCEPÇÕES DA GOVERNANÇA TURÍSTICA E OS SEUS EFEITOS NO TERRITÓRIO .	172
4.1 DIMENSÕES ANALÍTICAS DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DA SERRAS GERAIS.....	172
4.1.1 <i>Dimensão: Organização</i>	176
4.1.2 <i>Dimensão: Relação de poder</i>	182

4.1.3 Dimensão: resultados pós IGR	189
4.2 OS RESULTADOS DA IGR NAS SERRAS GERAIS SOB A PERCEPÇÃO DE ATORES E LIDERANÇAS	192
4.2.1 Reflexões.....	205
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
5 REFERÊNCIAS	210
6 ANEXOS	218
6.1 ANEXO 1- IGR 2022- PORTAL NACIONAL.....	219
6.2 ANEXO 2 - DECRETO 6.605/2023 -CORREDOR ECOTURÍSTICO	232
6.3 ANEXO 3- DECRETO 27/2001- CRIAÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA SERRA GERAL.....	235
6.4 ANEXO 4- OFICINA DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO ARRAIAS	239
6.5 ANEXO 5- DECRETO 3.126/2007- FÓRUM PERMANENTE DA REGIÃO TURÍSTICA SERRAS GERAIS DO ESTADO DO TOCANTINS.....	241
7 APÊNDICES.....	243
7.1 APÊNDICE 1 - RELAÇÃO DE ATAS E TEMAS ABORDADOS DA ASSEGTUR	244
7.2 APÊNDICE 2- CONTROLE DE ARQUIVOS ASSEGTUR.....	261

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Contextualização da Governança Turística no Brasil.....	24
Figura 2 - Linha do tempo ASSEGTUR	25
Figura 3 - Mapa de localização da Região Turística das Serras Gerais no estado do Tocantins	27
Figura 4- Dimensão analítica da pesquisa.....	33
Figura 5: Mapa Mental- Governança	48
Figura 6: Instâncias de Governança Regionais formalizadas com CNPJ por UF - 2020.....	62
Figura 7: Instâncias de Governanças Regionais formalizadas com CNPJ por UF- 2022	63
Figura 8: Mapa do Estado do Tocantins.....	66
Figura 9: Corredor Ecológico do Jalapão.....	67
Figura 10: Mapa das Regiões Turísticas do Tocantins.....	68
Figura 11 - Municípios da Região Turística Serras Gerais no Estado do Tocantins 2004-2024	71
Figura 12: Sistema Nacional de Turismo.....	74
Figura 13: Marcos legais normativos e históricos de interesse para pesquisa	75
Figura 14: Logomarca da Serras Gerais.....	80
Figura 15: Fluxo turístico Serras Gerais	82
Figura 16: CNPJs empresariais ativos de Turismo no Tocantins.....	83
Figura 17: Cartão CNPJ da abertura da ASSEGTUR em 2019	89
Figura 18: Publicação do Plano de Retomada do Turismo das Serras Gerais.....	91
Figura 19: Recorte de notícia da divulgação do Plano de Retomada do Turismo das Serras Gerais....	91
Figura 20: Capa do Estatuto Social da Instância de Governança Regional-ASSEGTUR.....	92
Figura 21: trecho I reportagem ASSEGTUR como IGR das Serras Gerais.....	92
Figura 22: Trecho II reportagem ASSEGTUR como IGR das Serras Gerais	93
Figura 23: Ofício nº 07/2024-FPTS	95
Figura 24: Decreto 3.126/2007.....	97
Figura 25: Trecho da Ata do Fórum Permanente das Serras Gerais	98
Figura 26: Mapa da Capitania de Goyaz (1809)	101
Figura 27: Julgados do Norte e Sul de Goiás	104
Figura 28: Mapa turístico de bolso da Região Turística das Serras Gerais/Tocantins	106
Figura 29: Arco do Sol.....	111
Figura 30: Cânion Encantado.....	112
Figura 31: Cânion Encantado (b)	112
Figura 32: Cachoeira dos Pelados	113
Figura 33: Cidade de Pedras.....	113
Figura 34: Cachoeira do Urubu-Rei	114
Figura 35: Cachoeira da Cortina	115
Figura 36: Cachoeira da Cortina (b).....	115
Figura 37: Museu Histórico e Cultural de Arraias	119
Figura 38: Igreja da Matriz.....	119
Figura 39: Cachoeira dos Macacos	120
Figura 40: Rancho Paraíso	120
Figura 41: Pannel Histórico de Arraias	121
Figura 42: Pannel Histórico de Arraias (b)	121
Figura 43: Marco da Coluna Prestes, obra de Oscar Niemeyer	122
Figura 44: Festejo de Nossa Senhora dos Remédios.....	122
Figura 45: Carnaval.....	123
Figura 46: Cerca de Pedras.....	124
Figura 47: Cerca de Pedras (b).....	124
Figura 48: Gruta do Sabiá	127
Figura 49: Atrativo Dunas - Cidade dos Totens.....	128
Figura 50: Rio Azuis	128
Figura 51: Atrativo Estância Jackeline.....	129
Figura 52: Rancho Sonho Meu.....	129

Figura 53: Atrativo Escorrega do Betim	130
Figura 54: Atrativo Balneário Douradas	130
Figura 55: Atrativo Cantinho do Sonho	131
Figura 56: Fortaleza dos Guardiões	134
Figura 57: Vale Encantado	135
Figura 58: Associação de artesanato Capim Dourado- Dianas	135
Figura 59: Atrativo turístico Praia do Puçá	138
Figura 60: Atrativo Praia do Pequizeiro	139
Figura 61: Atrativo Poço Azul	139
Figura 62: Atrativo Cachoeira do Sombra	140
Figura 63: Atrativo Poço Paraíso	140
Figura 64: Atrativo Sítio Harmonia	141
Figura 65: Atrativo Cachoeira das Andorinhas	141
Figura 66: Atrativo Cachoeira do Bartolomeu	142
Figura 67: Atrativo Cachoeira da Hidromassagem	142
Figura 68: Atrativo Praia dos Buritis	143
Figura 69: Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	146
Figura 70: Igreja da Matriz	147
Figura 71: Conjunto Arquitetônico do Centro Histórico	147
Figura 72: Cachoeira Paraíso	148
Figura 73: Ourivesaria Mestre Juvenal- Filigrana de Ouro	148
Figura 74: Ourivesaria Mestre Juvenal- Filigrana de Ouro (b)	149
Figura 75: Folia do Divino Espírito Santo	149
Figura 76: Festejos do Senhor do Bonfim	150
Figura 77: Fábrica do biscoito Amor Perfeito	150
Figura 78: Biscoito Amor Perfeito	151
Figura 79: Atrativo Complexo Canjica e Águas lindas	154
Figura 80: Complexo do Prata	155
Figura 81: Cachoeira do Engenho	155
Figura 82: Cachoeira do Catoá - chegada	156
Figura 83: Cachoeira do Catoá	156
Figura 84: Lagoa do Japonês	159
Figura 85: Lagoa do Japonês	160
Figura 86: Artesanato com Argila	160
Figura 87: Lagoa da Serra	163
Figura 88: 17 Travessias	164
Figura 89: 17 Travessias (b)	164
Figura 90: Boia Cross Rio Manoel Alves	165
Figura 91: Farinhada do Preto	165
Figura 92: Cavalhadas	168
Figura 93: Cachoeira do Registro	169
Figura 94: Representação infográfica do papel dos atores sociais nas Serras Gerais	171
Figura 95: Quadro de associados da ASSEGTUR	181
Figura 96: Ficha de filiação ASSEGTUR	185
Figura 97: Ciclo de vida da ASSEGTUR	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os tipos de governança de ESTEBAN (2013)	36
Quadro 2 - Trajetória conceitual de Governança	39
Quadro 3 - Marcos Literários da Governança segundo Dallabrida, 2006.	41
Quadro 4: Objetivos das Instâncias de Governança	55
Quadro 5: Os municípios das Serras Gerais atendidos pelo projeto Rede de Agentes de Roteiros Turísticos.....	81
Quadro 6: CNPJs ativos -Turismo nas Serras Gerais	83
Quadro 7: Governança Municipal nas Serras Gerais	85
Quadro 8: Distribuição da população nos arraiais de Arraias, Barra da Palma (Paraná), Natividade, Taguatinga e Conceição	105
Quadro 9: Atrativos das Serras Gerais pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável- PDITS	107
Quadro 10: Informações Gerais	110
Quadro 11: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento	110
Quadro 12: Informações do atrativo- Arco do Sol	111
Quadro 13: Informações do atrativo- Cânion Encantado	112
Quadro 14: Informações do atrativo- Cachoeira dos Pelados	113
Quadro 15: Informações do atrativo- Cidade de Pedras.....	113
Quadro 16: Informações do atrativo- Urubu Rei.....	114
Quadro 17: Informações do atrativo- Cachoeira da Cortina	115
Quadro 18: Informações Gerais	117
Quadro 19: Informações do atrativo- Museu Histórico e Cultural de Arraias	119
Quadro 20: Informações do atrativo- Igreja da Matriz de Arraias	119
Quadro 21: Informações do atrativo- Cachoeira dos Macacos	120
Quadro 22: Informações do atrativo- Rancho Paraíso	120
Quadro 23: Informações do atrativo- Pannel Histórico e Cultural de Arraias	121
Quadro 24: Informações do atrativo- Marco da Coluna Prestes	122
Quadro 25: Informações do atrativo- Festejo de Nossa Senhora dos Remédios.....	122
Quadro 26: Informações do atrativo- Carnaval com Entrudo em Arraias.....	123
Quadro 27: Informações do atrativo- Cerca de Pedras.....	124
Quadro 28: Informações Gerais	126
Quadro 29: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento	126
Quadro 30: Informações do atrativo- Gruta do Sabiá	127
Quadro 31: Informações do atrativo - Dunas Cidade dos Totens	128
Quadro 32: Informações do atrativo- Rio Azuis	128
Quadro 33: Informações do atrativo- Estância Jackeline.....	129
Quadro 34: Informações do atrativo- Rancho Sonho Meu.....	129
Quadro 35: Informações do atrativo- Escorrega do Betim.....	130
Quadro 36: Informações do atrativo Balneário Douradas.....	130
Quadro 37: Informações do atrativo- Cantinho do Sonho	131
Quadro 38: Informações Gerais	132
Quadro 39: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento	133
Quadro 40: Informações do atrativo Fortaleza dos Guardiões	134
Quadro 41: Informações do atrativo- Vale Encantado.....	135
Quadro 42: Informações do atrativo- Artesanato Capim Dourado	135
Quadro 43 - Informações gerais	137
Quadro 44: Informações do atrativo- Praia do Puçá	138
Quadro 45: Informações do atrativo- Praia do Pequizeiro	139
Quadro 46: Informações do atrativo-Poço azul.....	139
Quadro 47: Informações do atrativo- Cachoeira do Sombra.....	140
Quadro 48: Informações do atrativo- Poço Paraíso.....	140
Quadro 49: Informações do atrativo- Sítio Harmonia.....	141

Quadro 50: Informações do atrativo- Cachoeira das Andorinhas	141
Quadro 51: Informações do atrativo- Cachoeira do Bartolomeu	142
Quadro 52: Informações do atrativo- Cachoeira da Hidromassagem	142
Quadro 53: Informações do atrativo- Praia dos Buritis.....	143
Quadro 54: Informações Gerais	144
Quadro 55: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento	145
Quadro 56: Informações do atrativo- Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	146
Quadro 57: Informações do atrativo- Igreja da Matriz.....	147
Quadro 58: Informações do atrativo- Centro Histórico de Natividade	147
Quadro 59: Informações do atrativo- Cachoeira Paraíso	148
Quadro 60: Informações do atrativo- Ourivesaria Mestre Juvenal	149
Quadro 61: Informações do atrativo- Folia do Divino Espírito Santo	149
Quadro 62: Informações do atrativo- Festejos do Senhor do Bonfim.....	150
Quadro 63: Informações do atrativo- Amor Perfeito	151
Quadro 64: Informações Gerais	152
Quadro 65: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento	153
Quadro 66: Informações do atrativo Complexo Águas lindas e Canjica	154
Quadro 67: Informações do atrativo- Complexo do Prata	155
Quadro 68: Informações do atrativo- Cachoeira do Engenho.....	155
Quadro 69: Informações do atrativo- Catoá.....	156
Quadro 70: Informações Gerais	157
Quadro 71: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento	158
Quadro 72: Informações do atrativo- Lagoa do Japonês.....	160
Quadro 73: Informações do atrativo- Artesanato com argila.....	160
Quadro 74: Informações Gerais	162
Quadro 75: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento	162
Quadro 76: Informações do atrativo- Lagoa da Serra	163
Quadro 77: Informações do atrativo- 17 Travessias	164
Quadro 78: Informações do atrativo- Boia Cross Rio Manoel Alves	165
Quadro 79: Informações do atrativo- Farinhada do Preto.....	165
Quadro 80: Informações Gerais	167
Quadro 81: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento	167
Quadro 82: Informações do atrativo- Cavalhadas de Taguatinga	168
Quadro 83: Informações do atrativo- Cachoeira do Registro.....	169
Quadro 84: Identificação do nível de maturidade da governança regional instituída	173
Quadro 85: Dimensão analítica da pesquisa.....	176
Quadro 86: Histórico da Diretoria da ASSEGTUR 2019-2024	176
Quadro 87: Missão, Finalidade e declaração da IGR ASSEGTUR	178
Quadro 88: Finalidade da ASSEGTUR	178
Quadro 89: Demandas da ASSEGTUR, 2020.....	183
Quadro 90: Relatórios dos anos 2020 e 2021.....	188
Quadro 91: Pautas apresentadas pelo Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais.....	189
Quadro 92: FOFA ASSEGTUR-IGR Serras Gerais	190

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAV: Associação Brasileira de Agências de Viagem;

ADTUR: Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins;

ASSEGTUR: Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins;

CAT: Centro de Atendimento ao Turista;

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo;

DTI: Destinos Turísticos Inteligentes;

FOESTUR: Fórum Estadual de Turismo do Tocantins;

FOFA: Acrônimo para Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. A Análise ou Matriz FOFA (ou SWOT) é uma ferramenta de gestão que se baseia na identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças a um negócio, empresa ou outros empreendimentos. (Fonte: totvs.com)

IBGC: Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

ICMS: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias;

IGR: Instância de Governança Regional;

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISS: Imposto sobre Serviço de Turismo;

MATOPIBA: Acrônimo composto pelas siglas dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Denomina uma região de forte expansão agrícola delimitada pelo Governo Federal, por meio do Decreto 8.447, de 08 de maio de 2015.

Mtur: Ministério do Turismo;

Naturatins: Instituto Natureza do Tocantins, órgão de fiscalização ambiental do estado;

OMT: Organização Mundial do Turismo;

PCH: Pequena Central Hidroelétrica

PDITS: Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável

PIT: Plataforma Integrada do Turismo;

PRT: Programa de Regionalização do Turismo;

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;

SETUR: Secretaria Estadual de Turismo do Tocantins;

SISMAPA: Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro;

UC: Unidade de Conservação;

UF: Unidade Federativa. No Brasil, cada um dos 26 estados e o Distrito Federal são Unidades Federativas;

UFT: Universidade Federal do Tocantins;

UNITINS: Universidade Estadual do Tocantins;

INTRODUÇÃO

Essa tese de Doutorado caminha paralelo às motivações pessoais da pesquisadora, devido a sua relação com o campo de pesquisa que vêm desde a sua graduação no curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental na Universidade Federal do Tocantins- UFT/Arraias, em que começou a acompanhar o desenvolvimento dos projetos e ações nesta região.

Logo em seguida, no trabalho no Museu Histórico e Cultural de Arraias, começou a perceber a importância do desenvolvimento do Turismo, sem perder a essência e integrado com os demais municípios do entorno. E na sua atuação como Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Arraias, realizou ações e aproximou a cidade de Arraias das discussões de governança.

As inquietações foram levadas para o Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT/Porto Nacional, a partir de um estudo local sobre potencialidades turísticas, desenvolvimento e planejamento do turismo, chegando ao Doutorado, de forma ampliada para uma pesquisa em escala regional a partir do seu acompanhamento no processo de desenvolvimento do Turismo da região turística das Serras Gerais, Tocantins, Brasil em considerar a atuação da governança turística e os seus desdobramentos no território, o que desabrochou nesta pesquisa de Doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB.

A tese desse doutorado reflete a partir do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília- UnB, dentro da área de concentração de Gestão Ambiental e Territorial, na linha de pesquisa de Produção do Espaço Urbano, rural e regional e no eixo temático de Desenvolvimento Turístico e Impactos Territoriais a seguinte concepção: “os modelos de governança e as políticas públicas mudam conforme o grupo, bem como o uso dos diferentes instrumentos do grupo de poder”, essa tese é apresentada neste material pelo estudo de caso da governança turística das Serras Gerais.

O impacto desta pesquisa, portanto, atingirá o contexto regional da microrregião de Dianópolis, no Estado do Tocantins, podendo se tornar referência para a estruturação do turismo em Serras Gerais e no Estado e da eficiência ou não do modelo de IGR.

A relevância social desta pesquisa se encontra no seu desfecho prático e aplicável em que se considera, a partir dos resultados, um caminho construtivo que poderá ser sistematizado em planos de desenvolvimento territorial para a região turística das Serras Gerais que guiarão e mostrarão caminhos de desenvolver sem perder a verdadeira essência que a região possui, como sua cultura tradicional, sua história e seus recursos naturais, bem como vistas de como a

IGR pode ser norteadora de ações que fortaleçam a região turística para além do ordenamento territorial proposto pelo mecanismo de ações de integralização ao Mapa do Turismo Brasileiro, além de contribuir para mostra dos desdobramentos da organização e formação de uma governança turística e o seu processo na prática que orientam e coordenam o território a partir de nuances e configurações regionais.

Para a comunidade acadêmica, em especial o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, esta pesquisa representa uma preocupação com a governança no desenvolvimento do Turismo, sendo que não existe ainda um estudo atualizado e detalhado que contemple informações técnicas que possam subsidiar ações no sentido do desenvolvimento e fortalecimento da governança turística na região das Serras Gerais.

A importância desta pesquisa para o campo de conhecimento da Geografia e do Turismo se encontra na análise, via estudo de caso, dos efeitos da institucionalização da governança atrelada ao Programa de Regionalização do Turismo como ferramenta de ordenamento do território.

A tese está organizada com a seguinte estrutura de seções: no primeiro momento é apresentado os aspectos e procedimentos metodológicos da pesquisa com presença da justificativa, problema, objetivos gerais e específicos com detalhamento dos procedimentos metodológicos.

Em seguida, temos a seção dos aspectos teóricos no que tange a Geografia, Turismo e Território, base para o estudo de caso apresentado da governança turística nas Serras Gerais. Nesta seção, considera a caracterização, nuances, análise documental, elementos da governança regional de turismo da região turística das Serras Gerais, formação e caracterização do seu território e resultados da pesquisa. A última seção traz reflexões da tese defendida a partir dos desdobramentos do estudo de caso analisado.

1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quando se trata da construção de uma política que caminha da esfera federal até os pequenos municípios, seja primordialmente pela composição do Mapa do Turismo Brasileiro, ou seja por institucionalização e fortalecimento da governança do Turismo, é preciso identificar como essas informações têm se desdobrado nas regiões afastadas das zonas centrais de comando, visto que essas questões interferem na organização espacial do turismo e nos desdobramentos do funcionamento de uma regra de governança.

Ponto abordado, em que esta tese considera analiticamente em busca da compreensão dos modelos de governança e as nuances conforme a mudança de agentes e instrumentos de poder nesse processo, na qual tem como necessidade o entendimento da sua funcionalidade *in loco* e como as Instâncias de Governanças se configuram, o que nos leva a identificação dos padrões que ordenam o território turístico a partir da tese levantada.

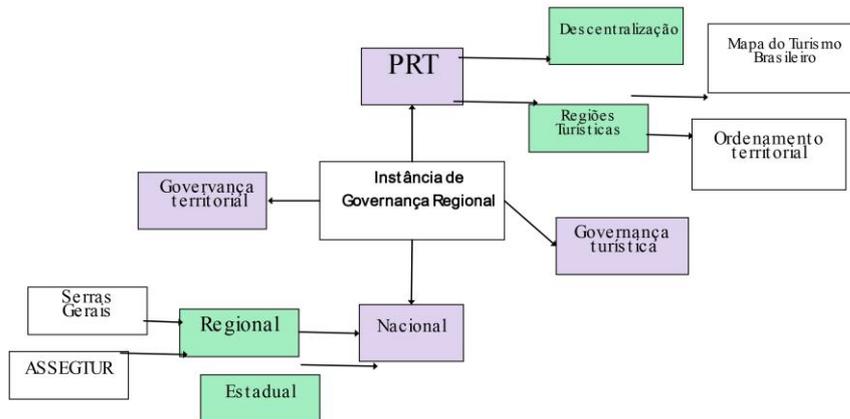
A pesquisa tem importância científica no seu papel de compreender a liderança da IGR da Serras Gerais para o desenvolvimento turístico da região sudeste do Estado do Tocantins e como a política de Regionalização do Turismo tem impactado para o ordenamento do território, considerando que a IGR de Serras Gerais é a primeira IGR do Estado do Tocantins.

A seguir são considerados, a contextualização da pesquisa, a problematização, os objetivos, a abordagem metodológica, os aspectos e passos metodológicos e por fim as categorias e dimensões de análise para a governança turística.

1.1 – Contextualização do estudo

Para criação de uma Instância de Governança Regional-IGR, é necessário que a região turística e os municípios que ela pretende representar, estejam inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro, o que é o caso das Serras Gerais, isto por via de regra faz parte do Programa de Regionalização do Turismo no Brasil, conforme o esquema a seguir representa a organização da governança turística no Brasil.

Figura 1 - Contextualização da Governança Turística no Brasil



Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

A governança turística no Brasil como mostra a imagem acima, está organizada a partir do Programa de Regionalização do Turismo, política pública que visa a descentralização das políticas de turismo e tem o Mapa do Turismo Brasileiro como principal ferramenta de ordenamento territorial, distribuindo o Brasil em regiões turísticas e tem a governança turística como resposta a gestão dos efeitos do turismo nos territórios brasileiros, divididas entre a escala nacional por meio do Ministério do Turismo e Conselho Nacional de Turismo, na escala estadual pelo órgão estadual de turismo e conselho estadual, na escala regional pela instância de governança regional, no caso aqui, as Serras Gerais é a região turística representada pela IGR- Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins (ASSEGTUR).

Fez se necessário, a criação de uma linha do tempo que pudesse esclarecer o surgimento da ASSEGTUR como IGR, tendo em vista sua relevância na pesquisa e a partir dessa linha do tempo, o destaque de elementos que norteiam as ações macros envolvidas neste processo. Em resumo a estes fatos que contextualizam o objeto de estudo, chegamos a seguinte linha do tempo:

Figura 2 - Linha do tempo ASSEGTUR



Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Como vimos na linha do tempo, em 2007 as Serras Gerais possuía uma IGR empossada pelo Governo do Tocantins denominada Fórum Permanente de Turismo da Região Turística das Serras Gerais, que teve atuações nos anos seguintes, criando uma lacuna, reaberta em 2014 com ações focadas no potencial turístico da região pelo projeto “Desenvolvimento do Turismo e Produção Associada das Serras Gerais” do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) o projeto fixo, hoje denominado “Fomento da Competitividade do Turismo das Serras Gerais”.

Este projeto quando iniciado teve como principal foco o empreendedorismo a partir do turismo, transformando potenciais turísticos naturais e culturais em atrativos turísticos. A principal forma de atuação do Sebrae, a partir da adesão dos municípios e proprietários de potenciais turísticos, foram ações de consultoria, treinamentos, cursos de normas técnicas, noções básicas de administração, dentre outras ações, o que contribuiu para uma base estrutural mercadológica para o turismo nas Serras Gerais, com o incentivo à criação de agências e operadoras do turismo e treinamento de guias e condutores locais.

A partir dos projetos, foram surgindo lideranças locais e regionais que levaram mais tarde, em 2008 a criação da Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins (ASSEGTUR). Esta associação agregou os municípios que integram a região das Serras Gerais, incluindo o poder público municipal e estadual, agências, guias, condutores, microempreendedores locais, destacando-se como entidade representativa das Serras Gerais, auxiliando no desenvolvimento regional no que se refere ao turismo.

Desde o momento que a ASSEGTUR se institucionalizou como uma Instância de Governança Regional (IGR), ainda não foram feitas análises sobre o impacto da IGR sobre a região turística das Serras Gerais e sua eficácia como política pública de Turismo dentro dos parâmetros do Programa de Regionalização do Turismo. Faltam análises sobre os efeitos e a aplicabilidade das estratégias no processo de regionalização, ordenamento do território e descentralização nesta região turística.

Nesse sentido, justifica-se uma pesquisa que analise o impacto da criação de uma IGR no ordenamento territorial, com estudo de caso na região turística das Serras Gerais no Estado do Tocantins, região que se encontra em estágio de ascensão real dentro do mercado turístico, sendo este o momento para realizar um estudo que avalie o antes e depois da IGR e seus desdobramentos no desenvolvimento regional desse território.

O contexto da pandemia de COVID-19 trouxe uma particularidade de desafios para as atividades turísticas mundiais. Serras Gerais, por se tratar de uma região ainda em ascensão, retorna quase que para suas dificuldades iniciais, sendo os anos de 2021/2022, o momento ideal para a pesquisa acompanhar a reação de Serras Gerais e de sua IGR em tempo real, tornando esta pesquisa inédita e dentro do *time* necessário para entender o movimento de reação de uma estruturação turística regional.

A partir da contextualização em linha do tempo, o recorte temporal considerado na pesquisa para análise e investigação foi entre os anos de 2014 e 2024, o histórico do lugar e seu contexto antes de 2014 não foram ignorados, mas ao assumir a pesquisa com essa temática foi preciso delimitar um espaço-tempo para o acompanhamento do campo investigativo e o que justifica esse recorte foi o início dos projetos de turismo em 2014 com uma ênfase maior na região turística das Serras Gerais, que levou até 2019, na institucionalização da Instância Regional de Governança.

De 2014 a 2024 é possível pesquisar um cenário, de quase nenhuma ação vinculada ao turismo para um cenário com governança formalizada e instituída na sua composição de terceira presidência em andamento, tempo que possibilita medir os resultados iniciais da eficiência desse mecanismo de ordenamento territorial que será melhor detalhado no decorrer do texto.

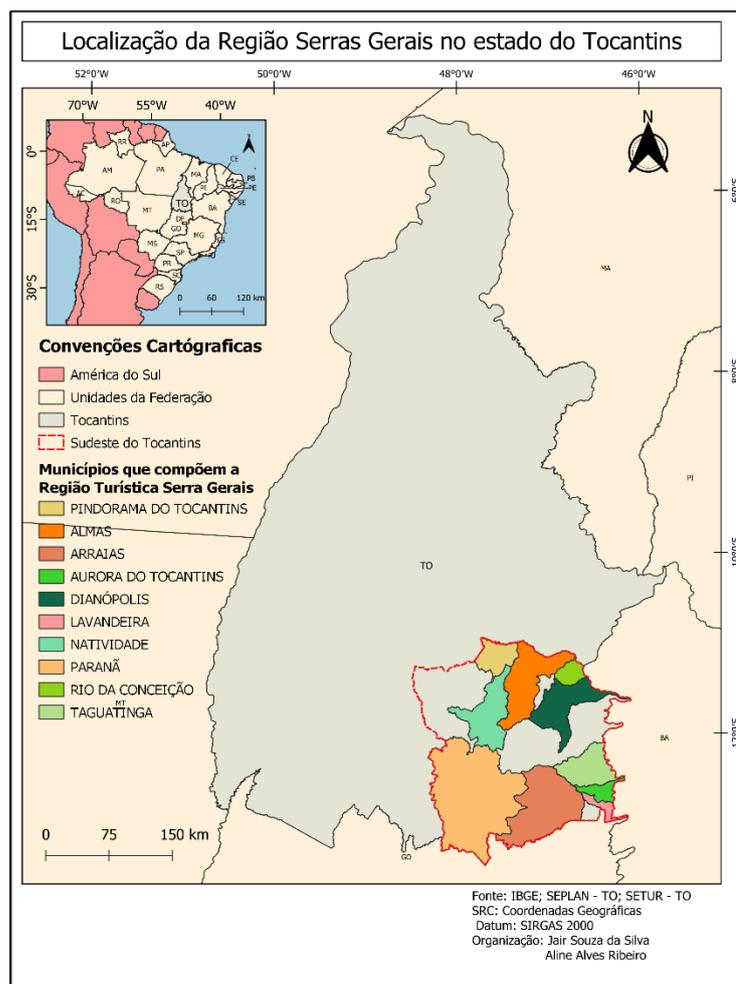
Entender o desenvolvimento do território por meio do estudo da atuação e possibilidades da IGR fornecerá informações que poderão auxiliar no planejamento a médio e longo prazo para que Serras Gerais caminhe na direção de um desenvolvimento turístico que vise a sustentabilidade dos seus recursos naturais.

Para estes fins, a pesquisa buscou dados e elementos que possam ser quantificados e qualificados de modo a gerar informações a partir da experiência turística tentada e atualmente em vigor nas Serras Gerais, ao cruzar com as políticas públicas de regionalização do turismo e os desfechos práticos do turismo na região.

1.2 Problematização

A região turística das Serras Gerais, objeto dessa tese está localizada no sudeste do Estado do Tocantins, conforme mapa abaixo, esta região possui como principais municípios de potencialidades turísticas: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Paranã, Pindorama do Tocantins, Rio da Conceição e Taguatinga, delimitados por cores distintas a partir dos seus limítrofes.

Figura 3 - Mapa de localização da Região Turística das Serras Gerais no estado do Tocantins



Fonte: Elaborado por Jair Souza da Silva e Aline Alves Ribeiro, 2024.

Cria-se uma rede espacial turística que a partir das articulações intermunicipais destes municípios em questão, passa a enxergar a Assegtur como IGR, levando a sua institucionalização e status de primeira Instância de Governança Regional do Turismo do Tocantins a ser formalizada dentro do cenário de um desenvolvimento turístico recente em construção.

É preciso pesquisar e entender a efetividade de uma IGR, sua representação perante o Governo Estadual e Federal e os seus desdobramentos na política de organização territorial dos seus municípios ativos, assim como seu comportamento perante essa estruturação regional nos municípios que não estão no Mapa do Turismo Brasileiro, mas estão situados na mesma região turística, fora da ordem legal.

Para o Estado do Tocantins a discussão sobre Instância de Governança Regional é incipiente, considerando que este é o Estado mais novo do Brasil, e no que se trata das IGRs, o Tocantins possui sete regiões turísticas, então teoricamente necessita de sete IGRs que respondam por estas regiões. Porém, no cenário atual e geral, a maioria delas ainda estão em fase de implementação, o que leva algumas regiões a ainda não estarem formalizadas.

Neste contexto, a IGR Serras Gerais foi a primeira a ser reconhecida e institucionalizada como Instância de Governança, considerando a novidade deste processo, em termos de políticas públicas de descentralização do Governo Federal, no que se refere ao setor do Turismo, a IGR possui uma responsabilidade de organização territorial perante os municípios que a compõem.

Neste quesito, a hipótese dessa tese se sustenta em que a IGR representa um mecanismo de ordenamento do território como resultado da política pública de Turismo a partir do Programa de Regionalização do Turismo. A partir dessa hipótese, considera necessário o entendimento de qual a efetividade de fato de uma Instância de Governança e como ela se comporta no cenário de organização territorial.

A IGR tem o poder de dialogar na esfera regional, com os municípios agregados à região turística, e na esfera Estadual e Federal. Este poder gera interferências no desenvolvimento turístico da região, seja pela hierarquia da direção da IGR ou pela representação perante o Estado, e influências políticas. Dessa forma, é necessário analisar por meio de estudo os resultados iniciais da IGR no desenvolvimento regional e local dos municípios que pertencem formalmente à IGR e aos municípios do entorno.

Se tratando dos municípios, estes ainda não possuem uma análise de como estavam antes e como ficaram depois dessa estrutura organizacional territorial desencadeada pelo Programa de Regionalização do Turismo, posto em prática pela formalização legal da Instância de Governança.

É preciso entender como o ordenamento territorial influencia esta organização regional, a partir do desenvolvimento do turismo nesses municípios e na região como um todo, que passou a ganhar visibilidade por meio da sua gestão de governança. O intuito desta pesquisa é se aprofundar dentro desse tema trabalhado.

No contexto dessa problemática sobre o desenvolvimento do Turismo e da atuação da instância de governança, esta pesquisa procura responder o seguinte questionamento: “Quais resultados iniciais da instauração da Instância de Governança Serras Gerais e os potenciais enxergados até o momento no desenvolvimento turístico desta região?”

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os resultados iniciais da criação da IGR Serras Gerais, dentro da Política Nacional do Programa de Regionalização do Turismo, e seus desdobramentos no ordenamento deste território e no desenvolvimento turístico regional e local das cidades envolvidas.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- Destacar as políticas de institucionalização das IGR no Estado do Tocantins;
- Levantar o ordenamento legal que envolve a IGR de Serras Gerais: leis federais, estaduais, atas do Conselho Estadual de Turismo, Estatuto da ASSEGTUR e Leis Municipais promulgadas a partir dessa IGR;
- Identificar os arranjos de governança, os atores, normas sociais, interações e liderança da IGR de Serras Gerais;
- Caracterizar a IGR em cada cidade e o seu papel na região turística das Serras Gerais

1.4 Abordagem metodológica

Esta tese está fundamentada na dialética espacial proposta por Milton Santos, em que se considera a “totalidade do movimento” na sua dinâmica espaço-temporal e o “valor dos dados concretos” na consideração analítica da “forma e conteúdo” (Santos, 1985).

Considerando o objeto como movimento, Santos (1985) declara que “seja qual for a forma de ação, entre as variáveis ou dentro delas, não se pode perder de vista o conjunto, o contexto” (p.15) e essas ações estão vinculadas ao todo e aos seus movimentos e no que implica as considerações que constituem a totalidade.

Essa pesquisa, considera, a partir da dialética, a concretude e a realidade empírica das estruturas do espaço. “A realidade social, tanto quanto o espaço, resultam da interação de todas essas estruturas”, aponta Santos (1985, p.17).

Santos (1985) sobre a dialética espacial considera que “o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é igualmente, o movimento dialético do todo espacial, apreendido na e através da realidade geográfica” (p.3), dentro do contexto desse movimento com o mundo e o social.

Ainda na abordagem, consideramos como apropriado o método fenomenológico, embora tenha contradições com o método dialético, ambos consideram o uso de técnicas semelhantes com grau de aprofundamento de análise diferentes, a partir da pesquisa qualitativa.

Nesse sentido, Gil (2008) considera o método fenomenológico como uma descrição mais direta da aparência do objeto perante a compreensão, interpretação e comunicação de quem observa a partir das orientações dos participantes.

De modo que esses dois métodos aparecem na pesquisa e se comunicam entre si com cuidado, de um lado a dialética é vista quando a realidade é enxergada na totalidade do movimento e as discussões analíticas são advindas do processo organizacional do turismo no território das Serras Gerais com uma visão multidisciplinar.

De outro lado, o fenomenológico surge quando as percepções dos agentes e atores da governança, são considerados e descritos, aproveitando da liberdade da experiência da pesquisadora em observar os fatos como uma tendência, extraindo a essência desses dados e uma interpretação por meio do viés experimental.

1.5 Aspectos e passos metodológicos

Esta pesquisa é quali-quantitativa de escala regional de caráter exploratório, explicativo e participante, traz a pesquisa-ação por meio do planejamento, da observação, da reflexão, de dados empíricos e o registro de todo o processo acompanhado com reflexão crítica de análise profunda (Tripp, 2006). A leitura de autores como Moreira e Lima (2015); Lakatos e Marconi (2003); Gil (2008), Crespo (2009) e Fonseca (2002) auxiliaram no tratamento das informações e análises documentais da pesquisa.

Nesta pesquisa, não existe uma linha linear para a coleta de dados, de modo que a exploração do material ocorre paralelo a captura do fenômeno, utilizando da técnica da pesquisa qualitativa para o seu entendimento, considerados complementares no tratamento dos resultados.

Existe um planejamento por de trás da pesquisa, o que torna a construção de dimensões e categorias de análise importantes, no entanto esse estudo traz observações semi desestruturadas a partir das delimitações analíticas, para isso os procedimentos de coleta de dados ocorreram da seguinte forma:

As coletas de caráter exploratório ocorreram paralelo a captura e extração de informações verbais informais, dentro do seu espaço exploratório conta com a coleta de dados que subsidiam a compreensão histórica e teórica do objeto, a partir do levantamento de leis, documentos, atas, decretos, relatórios, registros e estatuto e informações registradas sobre a Instância de Governança.

Em vários momentos entre os anos de 2020 a 2024, a partir da vivência, construção social do conhecimento e participação nas reuniões da ASSEGTUR e em todos eventos que ocorram dentro desse período na região turística das Serras Gerais, criou-se um ambiente de sondagem e acompanhamento dos atores, de forma que em 2024 a pesquisadora considerou como importante a visão do fenômeno a partir da prospecção individual informal para que pudessem expressar suas percepções reais a partir do tema.

Em relação a extração da percepção dos atores, esta ocorreu pela extração de forma livre e original com conversas desestruturadas, mas com o tema ASSEGTUR e IGR, com o objetivo de agrupar estas informações de forma organizada, partindo de uma análise individual e da análise documental a compreensão da proposta do modelo de governança aplicado.

Entre 2019 a 2024, a pesquisadora participou de 12 reuniões da governança turística, dentre estas, 10 foram reuniões organizadas pela ASSEGTUR (2019-2023) e 2 foram reuniões do Fórum Permanente de Turismo da Região Turística das Serras Gerais (2024), de modo que

surgiram além das observações, diálogos informais com os componentes do trade turístico, essa visitação *in loco* tem como ação a vivência e observação participante, de modo que os registros foram anotados como dados relevantes a pesquisa.

Nesse sentido, no mês de setembro/2024, foram selecionados 7 agentes locais que se dispuseram em dialogar sobre suas percepções em relação ao tema ASSGETUR e governança turística das Serras Gerais, de forma livre as falas capturadas verbalmente foram transcritas para fazer parte desse material, preservando a sua originalidade e privacidade, tivemos a discrição de não os identificar, mas para que o leitor possa correlacionar as percepções com o fenômeno, cada percepção possui uma relação da abrangência do agente.

O uso da tecnologia foi fundamental para dinamizar a pesquisa, maximizando o tempo e minimizando os custos. Assim, foi possível abordar simultaneamente mais de um gestor ou operador de turismo, de forma que não houve necessidade de uma linearidade na coleta de dados, mas de um roteiro a ser seguido e orientado.

A pesquisadora mantém um canal de comunicação direta com os gestores municipais e estadual do Turismo das Serras Gerais e da IGR, e pela sua participação dentro desse processo de desenvolvimento e formação da governança turística teve acesso a documentos descritos durante a pesquisa, sendo itens de seu arquivo pessoal de pesquisadora.

1.6 Análise Qualitativa: Categorias e dimensões analíticas de governança turística

Para o tratamento e análise dos dados coletados, serão utilizadas categorias de análise e dimensões analíticas que corroboram com os objetivos investigativos da pesquisa. A construção dessas categorias se espelha em outros estudos sobre governança turística, como Calidón (2029) que construiu seu próprio modelo analítico, denominado Matriz Analítica da Governança Regional de Turismo em seu estudo comparativo entre as IGRs Costa Verde-RS Hortênsias-RS e Costa das Dunas-RN.

Se tratando de uma governança recente, com seis anos e em fase de formação, optamos por uma dimensão e categoria reduzida que melhor adaptasse à realidade local, escolha tendo como parâmetro as expertises construídas pela experiência e atuação em campo da pesquisadora, sobretudo as categorias de análise para esta governança, serão:

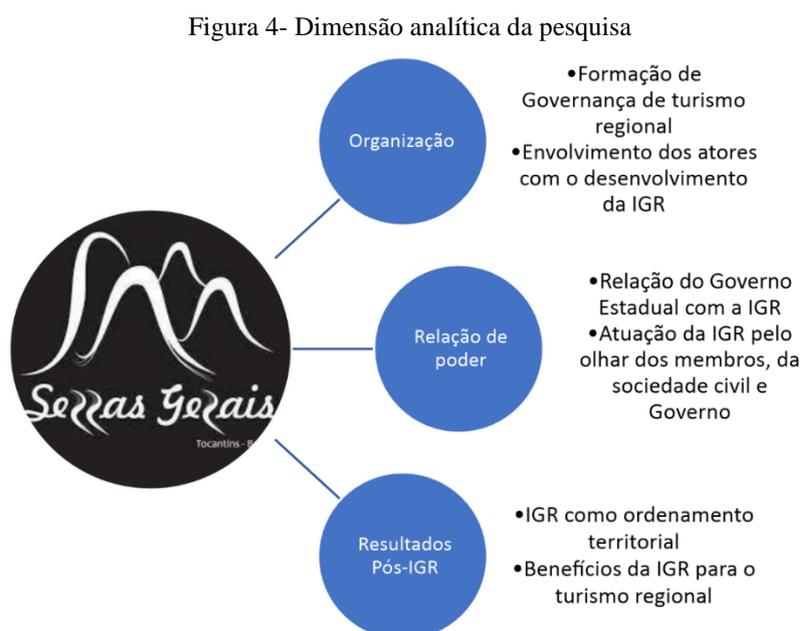
- 2- Formação de governança de turismo (legislação e relação de membros);
- 3- Relação do Governo Estadual com a IGR;
- 4- Envolvimento dos atores com o desenvolvimento da IGR;
- 5- Atuação da IGR pelo olhar dos membros, da sociedade civil e do Governo Estadual (formulário de entrevista);
- 6- IGR como ordenamento do território;
- 7- Benefícios da IGR para o turismo regional.

Pretende-se com cada uma dessas categorias de análise entender a efetividade da IGR e responder como a IGR tem impactado no desenvolvimento turístico regional e local das cidades envolvidas, como os municípios estavam antes e depois da IGR e como o ordenamento territorial tem acontecido.

A dimensão de análise teórica são:

1. Organização;
2. Relação de poder;
3. Resultados pós IGR.

Serão distribuídos da seguinte forma as categorias de análise dentro das respectivas dimensões:



Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

A análise é qualitativa e os dados que subsidiarão a pesquisa são informações verbais suscitadas ou naturais dos atores da governança a partir da observação participante, dos documentos oficiais de governança (Lei, Decreto, Portaria, Regimento e Estatuto, etc.) e de questionários e entrevistas. O objetivo é ver as fragilidades e pontos positivos, que serão analisados por cada uma das seis categorias estabelecidas e pelos grupos dimensionados que integram as variáveis das categorias.

Os materiais normativos, legais e documentais da Instância de Governança Serras Gerais, denominada como ASSEGTUR, serão avaliados dentro do processo investigativo da pesquisa como forma de compreender quais ações foram e vêm sendo desenvolvidas e como se deu a organização da governança regional.

Essa parte de análise documental específica da Assegtur será analisada de 2019 a 2022, ano escolhido por ser a data de criação oficial da Instância de Governança. Como exemplo de materiais utilizados para análise, temos a catalogação de número de associados, relatórios financeiros da IGR e relatórios de atividades realizadas desde o seu início de funcionamento.

Dessa forma, a análise da efetividade e demais perguntas serão respondidas dentro da compreensão analítica, em que será construído um quadro com os resultados a partir das dimensões de análise.

Essas dimensões de análise são específicas da governança turística que numa consideração macro pelas nuances das categorias analíticas, também destinadas para este tipo de governança, traz consigo um viés geográfico na análise da relação de poder e ao que estas questões estão vinculadas, se tratando de uma questão política inerente a este processo.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE GOVERNANÇA, TURISMO E TERRITÓRIO

2.1 Aspectos teóricos de governança

A palavra governança é encontrada no Francês, *Gouvernance*, inglês, *Governance*, e espanhol, *gobernanza*, segundo Pires, Fuini, Filho e Mendes (2017). No Século XII, o termo próximo foi utilizado na casa do governador na França. Na Inglaterra no século XIV, o termo começou a ser utilizado na língua inglesa, e no início do Século XX, nos Estados Unidos, foi notado o uso do termo para designar a forma de gerir grandes empresas. Mais tarde, empregou o termo para designar dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações.

Cançado, Tavares e Dallabrida (2017) em suas pesquisas trazem a etimologia de governança do grego *Kybenan* e *kybernetes*, como incitar/estimular, que ao fim se consolida como “perfeito equilíbrio entre o Estado, a sociedade civil e o mercado de economia” (p.10).

Os estudos sobre governança retomam aos dias atuais com uma projeção mais ampla, diferente das discussões iniciais, que abordava o mundo empresarial e direção política, tornando-a crescente nas bases de debates acadêmicos, políticos, técnicos e ideológicos, como aponta Lima (2019), no estudo sobre o conceito de governança, que passa a ser um “fetiche de solução para um bom governo” (Natera, 2013).

“Governança não é o mesmo que governo, a governança é um fenômeno mais amplo” (Lima, 2019, p.131) e não pode ser confundida com governabilidade, que é “a capacidade do sistema sociopolítico governar a si mesmo” (Esteban, 2013, p.11). A governança, apresentada por Shirlow (2012), representa um mecanismo de regulação social.

Este conceito possui propagação diversificada, o que nos leva a recorrer a sistematização feita por Esteban (2013) que relaciona sete tipos de governança:

Quadro 1: Os tipos de governança de ESTEBAN (2013)

1- Governança corporativa	“Refere-se à estrutura de governar a empresa e sua utilização nos processos de políticas públicas e nos mercados e instituições.”
2- Governança como Nova Gestão Pública	“Reforça a economia neo-institucional do setor público, chegando a propor sistemas de governo centrados na competição, nos mercados, nos consumidores e nos resultados.”
3- Governança de políticas de desenvolvimento	“Centra-se na evitação da corrupção na administração e das classes políticas, visando à geração de economias de mercado legítimas. Tem como marco o informe de 1992 do Banco Mundial sobre “Governança e Desenvolvimento”.
4- Governança mundial ou global	“Versa sobre as relações internacionais e sobre a possibilidade de governar sem governo sob a forma de uma governança internacional ou global e da democracia global.”
5- Governança como auto-organização	“Reporta-se a um modo de auto-organização das sociedades e das comunidades para além do mercado e do Estado. Colocam-se em destaque a reputação, a confiança, a reciprocidade e a interdependência mútua.”
6- Governança em e através das redes	“Corresponde à capacidade de auto-organizar-se e de resistir à direção dos governos, de desenvolver suas próprias políticas e moldar seus entornos. As redes se caracterizam por um intercâmbio de recursos e de negociações, por interações que estão inseridas na confiança e reguladas por regras do jogo negociadas e acordadas pelos participantes da rede.”
7- Governança multinível, regional ou supranacional	“Especifica que existem diferentes níveis de governo, mas, ao mesmo tempo, a implicação tanto de atores públicos como privados nestes níveis.”

Fonte: LIMA, 2019.

Para Esteban (2013), existem cinco características comuns entre esses sete tipos de governança:

- Abordagem pluricêntrica;
- Importância do papel das redes;
- Foco no processo de governo mais que nas estruturas;
- Criação de instituições;
- Caráter normativo.

A partir dessa similaridade, a autora determina três traços comuns, que por vez, se repetem no modelo de governança, que envolve 1-o processo de descentralização política a entidade locais e regionais, 2- organização em formado de redes e por fim 3- reduz a fronteira entre Estado e sociedade civil. É importante citar estes traços, pois este estudo tem como base

conceitual a governança no processo de Regionalização do Turismo brasileiro, e identificá-los permite compreender o processo de governança nas regiões turísticas.

Além desses sete tipos de governança trazidos por Esteban (2013), podemos elencar a governança ambiental e territorial que não constam na lista da autora. Para este estudo, a governança territorial tem relevância na base conceitual por se tratar do:

processo de coordenação de atores visando desenvolver o capital social, intelectual, político e material e de coordenação do desenvolvimento territorial baseado na criação de coesão territorial sustentável em diferentes níveis. Numa definição mais operacional, a governança territorial pode ser vista como um modo organizacional da ação coletiva baseado em parcerias entre atores públicos e privados e coalizões orientadas para objetivos definidos em comum” (Lima, 2019 p.133).

Se tratando de uma concepção ampla de governança, Lima (2019) atribui que a governança é aplicada por modos de regulação que combinados entre si criam modos específicos com a junção de competição, hierarquia, coação, solidariedade e negociação, justificando a complexidade da governança e caracterizando a formação de redes de governança.

O autor mencionado considera que a governança apoiada na coesão e inteligência territorial há de criar redes políticas convergentes, mas que é necessário critérios de avaliação da relação governo-governança. Tais critérios permitem que o ordenamento territorial fique “livre da armadilha de governança sem governo e governo sem governança”, dentro das diversidades territoriais.

Tais critérios consideram o controle democrático, institucionalização de decisões tomadas e renovação das formas de governo e governabilidade (Lima, 2019). Nesse mesmo raciocínio, Ferrão (2013) descreve em caráter operacional mecanismos móveis metodológicos em que é possível traçar soluções inovadoras com a governança, como a) intervenção pública, b) coordenação de autores e c) articulação de políticas.

A partir desse caráter operacional, podemos pensar a governança como uma organização política entre setor público e privado em um processo sociopolítico que visa o desenvolvimento territorial.

A governança considera em sua dimensão características que envolvem cooperação entre pessoas que possuem objetivos comuns, a partir de uma sociedade civil plural com pensamentos, objetivos e necessidades diversos, a procura de uma solução de problemas que afetam a sociedade de maneira legítima (Guedes, 2018). Para esta organização existir de maneira cooperada, a governança atua como norteadora para a gestão de forma consciente e

sustentável desses objetivos comuns, que por vezes se divergem.

Nesse sentido, a governança chama atenção para a participação da comunidade, desde a concepção. É um modelo de participação capaz de integrar o poder público e a sociedade civil organizada na tomada de decisões, na busca de resultados comuns, durante todas as etapas de planejamento, discussões, implementação, acompanhamento e avaliação.

Partindo do princípio da gestão descentralizada, a governança se mostra cada vez mais ligada ao planejamento participativo, criando um cenário, conforme apresenta Costa (2013), com regras, coordenação, gerenciamento de ações e resultados, composição de elementos como participação social, transparência, responsabilidade e prevalência de leis e estabilidade.

Seguindo esse pensamento, Rhodes (1996) apresenta a governança a partir da visão da gestão pública, como capaz de integrar poder público e atores não governamentais, criando um ambiente em que “os indivíduos e instituições público e privadas gerenciem seus assuntos comuns” (Bursztyn, 2012).

Para considerar esses assuntos comuns e interesses que podem ser divergentes e convergentes, a governança entra como um “processo contínuo” em que esses interesses “podem ser acomodados e a ação cooperativa pode ser efetivada pela inclusão de instituições formais e regime com poderes para fazer cumprir, bem como arranjos informais que pessoas e instituições tenham acordado ou entendam ser de seu interesse” (Bursztyn, 2012, p.159).

Dentro dessas considerações, o poder público tem um papel importante no processo de implementação da governança, uma vez que este pode impulsionar a organização, envolver a participação, dar eficiência às instituições e efetividade ao governo, promover o respeito às instituições e a interação dos atores na sociedade civil.

Mas Bursztyn (2012) nos alerta sobre a governança viciosa, evidenciando que a quando o capital social é fraco e as instituições frágeis, há mostra de desinteresse dos cidadãos, políticas públicas insuficientes, ausência ou distância do governo e baixa governabilidade, a governança entra em um ciclo vicioso repetitivo, em que somente um ator ou impacto maior é capaz de desfazer o ciclo.

Entendemos que a governança deve considerar na sua dimensão as especificidades locais, sem desconsiderar o movimento do efeito da globalização e as potencialidades e identidade presentes no território.

Ribeiro Filho e Valadares (2017) identificam que a governança caminha lado a lado com a gestão. Os autores consideram que, enquanto a governança é capaz de avaliar, direcionar e monitorar, a gestão se responsabiliza por planejar, executar, agir e controlar.

Nesse sentido, podemos ver a governança como uma funcionalidade para além da modinha de uso do termo. Esta é capaz de em diversas áreas criar mecanismos que envolvam a participação social dos indivíduos das localidades a partir da integração do poder público e organizações não-governamentais.

Quadro 2 - Trajetória conceitual de Governança

Autor (ano)	Conceito
Olivier Williamson (1970)	Aborda o mundo das empresas/governabilidade.
Banco Mundial (1980)	Governança como ação de governo.
James Rosenau (2000)	Difere governança de governo, referindo a governança como “atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas”.
Polverari e Brachtler (2004)	Coesão territorial: “esquema que inter-relaciona os seguintes âmbitos: a) potencial endógeno, as vantagens e os inconvenientes característicos de cada região; b) situação geográfica, a relativa localização de uma determinada região dentro de um contexto geográfico no qual se encontra, de acordo com áreas próximas e o relacionamento com elas; e c) integração funcional com outras áreas, os intercâmbios materiais e imateriais que se produzem entre uma região determinada e outras zonas” (LIMA, 2019).
Fuini e Pires (2009)	“A governança territorial pode ser definida como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, atendendo a premissa de resolução de problemas inéditos”
Elza González Esteban (2013)	Refere-se a governabilidade como capacidade de governar: “capacidade conjunta do sistema sociopolítico para governar-se a si mesmo no contexto de outros sistemas mais amplos do que os que forma parte”.
Elza González Esteban (2013)	Sistematiza tipos de governança: <i>Governança corporativa</i> , <i>Governança como Nova Gestão Pública</i> , <i>Governança de políticas de desenvolvimento</i> , <i>Governança mundial ou global</i> , <i>Governança como auto-organização</i> , <i>Governança em e através das redes</i> , <i>Governança multinível, regional ou supranacional</i> .
SHIRLOW (2012)	<i>Governança</i> como: “os mecanismos pelos quais um governo estabelece um regime de acumulação e uma regulação social”.
Dallabrida (2007)	<i>Governança ambiental</i> .
Dallabrida (2011)	Característica da governança territorial: “rede de poder socioterritorial, como a principal fonte de poder no âmbito dessa governança, aproxima-se do que conceituamos como redes políticas.”

Antonio Natera (2013)	Trata <i>Governança</i> elencando que antes era utilizava como sinônimo de direção política e que, nas últimas décadas, se converteu em palavra “fetiche”. É como se buscássemos “a reinvenção do governo” e, mais do que isso, “o bom governo” (LIMA, 2019).
Climent et al. (2009)	Relação entre rede e governança.
Berggruen e Gardels (2013)	Sistema de governança a partir de uma democracia institucional legítima.
Joaquín Farinós, Joan Romero e Julia Salom (2009)	Assimila Coesão e inteligência territorial -redes políticas inteligentes de convergência territorial.
Bassols (2011)	Apresenta <i>Governança</i> como “uma técnica de poder que implica afetar e ser afetado” e que não há governança que deixe de passar pelo filtro governamental.
EPSON (2013)	“Apresenta a sistematização de dimensões e indicadores que deveriam ser seguidos para a construção da governança territorial” (LIMA, 2019).
João Ferrão (2013)	Considera três móveis metodológicos de soluções inovadoras a) intervenção pública; b) coordenação de atores; e c) articulação de políticas a partir da <i>governança</i> .
Juaquín Farinós (2015)	Governança territorial: interpreta a aplicação dos princípios de governança direcionado para quando o “objetivo é o território, mediante o que se trata de governar, regular e promover a gestão das dinâmicas territoriais através da pilotagem de uma multiplicidade de atores”.
RIVOLIN (2017)	Elenco conceitual da sistematização de governança: Governança das políticas urbanas e territoriais, Governança territorial, Capital territorial, Visões espaciais
LIMA (2019)	Considera que o conceito de <i>governança</i> “assume um caráter operacional explícito, haja vista que essa capacidade governativa, incluindo aí o governo do território, não deve ser avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas também pela forma pela qual o governo exerce o seu poder” (LIMA, 2019).
LIMA (2019)	Entende a governança territorial como um “processo estratégico de coordenação de ações políticas entre atores e agentes sociais visando à resolução compartilhada de questões comuns e à promoção da justiça territorial. Trata-se de um processo de territorialização específico, integrado, por seu turno, ao processo mais amplo de desenvolvimento territorial – em distintas escalas geográficas”.

Fonte: LIMA, 2019.

Nesse quadro, vemos que a palavra governança não é nova, mas que ainda se encontra em construção; em cada período da história, ela apresenta um significado diferente. Destacamos, por exemplo, o seu uso pelo Banco Mundial em 1980-1989 nos estudos *Africa-Good Governance* para países em desenvolvimento.

Vale ressaltar a internalização do seu uso em 1990 por instituições públicas e privadas, ganhando novos significados e complexidade, que se desdobrou na interdisciplinaridade gerada, com novos contextos que se intercalaram entre empresas e organismos (não) e governamentais.

Dentro de toda essa trajetória, algo marcante é a participação sendo alocada como princípio fundamental para articular e coordenar essas interações políticas entre membros e sociedade civil.

O **quadro 2**, construído a partir do levantamento realizado por Silva (2023), apresenta marcos literários vinculados à governança a partir da literatura moderna, uma vez que, como a autora explica, o início da utilização do termo distingue de período de um país para outro.

Quadro 3 - Marcos Literários da Governança segundo Dallabrida, 2006.

FORMA DE ABORDAGENS SOBRE GOVERNANÇA	AUTORES
Governança Corporativa	Coase (1967); Andrade; Rossetti (2004); Lorrain (1998).
Governança, como Nova Gestão Pública	Bresser Pereira; Grau (1999); Hood (1991).
Boa Governança	World Bank (1992).
Governança, como Sistemas Sócio Cibernéticos	Kooiman (1993, 2003, 2004).
Governança, como Redes Auto organizadas – com suas variações teóricas: Governance/Gouvernance/Governança, Governança Moderna, Governança Relacional	Rhodes (1996, 1997); Stoker (1998); Mayntz (1998, 2001); Rosenau; Czempiel (1992); Sorensen; Torfing (2005); Kazancigil (2002); Czempiel (2000); Héritier; Lehmkuhl (2011); Weale (2011); Milani; Solinis (2002); Blanco; Gomá (2003); Graña (2005); Chevallier (2003); Klink (2010).
Governança Urbana/Metropolitana	Le Galès (1995); Lefèvre (2009).
Governança Ambiental	Jacobi; Günther; Giatti (2012).
Governança Local/ Regional/Territorial	Ferrão (2010), (2013); Jessop (2003), (2006); Farinós (2008); Romero; Farinós (2011); Feio; Chorincas (2009).
Governança Multinível	Rótulo; Damiani (2010).

Fonte: Silva, 2023, p. 70.

Destacamos a governança regional/local, que envolve dinâmicas territoriais de forma partilhada e colaborativa, a unir o Estado, associações, universidades e municípios com relações voluntárias entre atores públicos e privados. Esta pesquisa perpassa, sobretudo, pela ciência geográfica e turística, ligação conceitual concebida pelo uso que o turismo faz do espaço geográfico, categoria de análise da geografia, de modo que o conceito de espaço turístico une essas duas ciências no estudo da espacialidade do turismo a partir da formação da governança turística.

2.2 Governança territorial/regional

Segundo Dallabrida e Becker (2003), governança territorial resulta “de relações de poder que se efetivam pela atuação dos diversos atores/agentes territoriais”, que são entendidos como protagonistas locais. Esse pensamento nos direciona ao que o autor chama de “blocos socioterritoriais” na junção de poder e autoridade, articulados a partir de instituições e organizações regionais.

Quando se trata de poder, o autor citado dita que a “dinamização das potencialidades e superação dos desafios” articulados no planejamento a partir da realidade local, contribui para o desenvolvimento de uma região ou território.

A governança possui diferentes modelos e práticas institucionais para o seu exercício, no que pode ser constituído por meio de fóruns, conselhos de desenvolvimento ou associações locais/regionais, consórcios e associações empresariais.

Essa relação das diferentes formas de executar a governança leva a uma “concertação grupal” (Dallabrida e Becker, 2003), que consiste na elaboração de consensos grupais ou corporativos e espaço com condições para alcançar metas, fazendo com que a “região torne-se sujeito do seu processo de desenvolvimento”.

Ao entendermos a governança desse modo, é preciso considerar que os tipos de organizações são diferentes para cada área temática ou região, uma vez que estes grupos e junções de pessoas precisam estar representados e participar das estruturas de poder adaptadas aos interesses de tais lideranças.

Nesse sentido, Chaves e Barros (2022) considera que há um caminho de interação de gestão que trabalha com métodos que conciliam os anseios, valores e interesses dos agentes e grupos sociais da sociedade civil, poder público e setores diversos, de modo dinâmico e equilibrado, sem deixar de perder a criticidade para separar os interesses dos projetos e as necessidades dos diferentes agentes.

Vamos considerar mais uma vez a relação territorial com a governança:

o território também não é apenas uma escala de planejamento das políticas públicas locais, mas através das estratégias e atores, é também um produtor de externalidades complexas, de proximidades organizacionais particulares, de normas e ordens implícitas que constituem um quadro regulador (Pires, Fuini, Filho e Mendes, p. 5, 2017).

Como os autores trazem, o território vai além de uma escala de planejamento, considera-se as relações organizacionais ligadas implicitamente com normas e ordens que sustentam externalidades complexas num quadro regulador, de modo que o território se torna um espaço organizado de coordenação das ações entre os atores sociais.

Esses espaços se organizam com um conjunto de regras e de instituições trazendo consigo a heterogeneidade e complexidade das suas características socio geográficas, atores sociais, públicos e empresariais privados, sociedade civil, promovendo estratégias e projetos que visam o desenvolvimento local.

Essa relação cria a diversidade territorial apoiada na identidade coletiva e no pertencimento, aguçada pelo trabalho em grupo e pela prática da cultura local, tornando a participação desses atores como uma premissa para a aplicabilidade da governança territorial.

Isso tudo acontece e é moldado por modos de regulação, que podem ser setoriais, locais e regionais. Neste caso particular, o direcionamento dessa discussão perpassa pela aplicação da governança no turismo; porém, independente da área setorial, a partir desses modos de regulação, surge a noção de governança como forma de desenvolvimento econômico que envolve atores locais e organismos institucionais.

Ao considerar a dinâmica territorial relacionada ao processo de desenvolvimento, que se manifesta em ações conjuntas empreendidas por atores/agentes/organizações institucionais, temos que a governança se expressa na capacidade desse modelo de sociedade organizada territorialmente gerir seus assuntos políticos.

Segundo Pires, Fuini, Filho e Mendes (2017), a governança obedece a uma relação estatal privada, coletiva e privada coletiva, que reforça as forças e princípios básicos da governança territorial, como foco, mecanismos, transparência, participação, representatividade, *accountability* (que é a “qualidade da responsabilidade e obrigação de geração de informações e dados e prestação de contas”, p.10), coerência, confiança e autonomia. Esses princípios tornariam uma liderança legítima?

O objetivo não é responder à pergunta, mas refletir sobre tais características, relacionando-as a realidade de locais que, com as políticas de descentralização, não conseguem caminhar com autonomia concedida e utilizar os mecanismos disponíveis para se desenvolverem e estabelecerem a gestão do território.

Ao se tratar de gestão e território, vale lembrar do “território como espaço das relações sociais entre agentes, os quais interagem num contexto condicionado pelos atores sociais com interesse social” (Cançado, Tavares e Dallabrida, p.10, 2013) e que esta gestão se torna o processo organizacional realizado entre pessoas e coletivamente no contexto da proximidade.

Apesar dessa imprecisão no conceito de governança, seja pelas muitas definições ou pela extensão, os autores Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) compilaram a relação conceitual entre gestão, social, governança e territorial. Para estes autores, tais conceitos possuem conexões que nos ajudam a entender de forma macro a complexidade dada a governança.

Na concepção dos atores, existe uma relação entre gestão-governança, que transcende a premissa que a fonte de desenvolvimento se polariza entre Estado (governança) e a sociedade (gestão).

Quando se trata da relação gestão-territorial, apontam que “em cada território há um conjunto específico de atores, cuja natureza e características condicionam as relações e as possibilidades de realização plena da democracia deliberativa” (Cançado, Tavares e Dallabrida, p.31, 2013).

A relação social-governança é atribuída aos atores autônomos no requerimento de novas práticas decisórias e de âmbito gerencial para realização dos interesses coletivos/ação conjunta.

Entre social-territorial percebe-se a ligação no âmbito do território como “espaço representativo das relações sociais diversas e específicas, é um espaço de interação entre os atores de interesses localizados e nem sempre convergentes, o que exige processos permanentes de concertação social” (Cançado, Tavares e Dallabrida, p.31, 2013).

A partir desses pontos relacionados elencados pelos autores, cria-se um espaço aberto para relações intraorganizacionais que requerem e promovem a gestão social pelos arranjos institucionais, sejam eles arranjos produtivos locais, conselhos gestores, consórcios municipais, fóruns temáticos, entre outros. Estes são específicos de cada território a partir da sua carga simbólica, institucional e material.

O espaço na sua totalidade enquanto realidade objetiva se mantém como um “produto social em permanente transformação, sendo os elementos que compõem o espaço, os homens, as firmas, as instituições, suporte ecológico e as infraestruturas tendo como resultado a relação sociedade” (Santos, 1997).

Nesta abordagem de governança perpassando pela ciência geográfica como norte, este espaço dinâmico carrega a estrutura, forma, processo e função atribuídos por Milton Santos. De acordo com o geógrafo, a estrutura é a interrelação de todas as partes; o processo, a ação contínua direcionando-se a um resultado qualquer, que implica continuidade e mudança na noção de tempo; a forma é o aspecto visível de algo e a função é o que se espera de uma forma.

Esses conceitos são importantes para compreender os processos que acontecem em cada fração do espaço e subespaços, caracterizados como os lugares, as regiões, os territórios, com suas configurações próprias (Santos, 1997).

Dada a compreensão da governança e da organização espacial

o desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (materiais e imateriais), genéricos e específicos, existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população (Dallabrida, 2015, p.325).

As relações e configurações de territorialidade que constituem a formação determinante das especificidades de cada território trazem a necessidade da gestão da dinâmica territorial do desenvolvimento por meio das instâncias (público e privada) descentralizadas.

A governança territorial se dá pelo planejamento e gestão de tais dinâmicas territoriais, que carregam consigo complexidade, conflito e processos multi-escalares, o que torna a sua aplicabilidade desafiadora, exige organização coletiva e estruturação de colegiados capazes de direcionarem objetivos comuns e integrar os interesses dos diferentes grupos.

Essa organização, sob uma lógica partilhada e colaborativa, mantém a democracia e protagonismo da sociedade civil, sem desprezar o papel do Estado, contemplando a cidadania e participação social.

É constituída uma intersecção entre Estado, sociedade e mercado, como dito, de modo que a governança na sua dimensão analítica é composta por atores que têm poderes e relações, processos de decisão da governança, coordenação de políticas articuladas entre os territórios e resultados do processo de governança territorial, assim como princípios em relação aos efeitos territoriais de tais políticas (Dallabrida, 2015).

Para Ribeiro e Chamusca (2020), “a existência de iniciativas específicas de desenvolvimento territorial, caracterizado por ações, estratégias e políticas para a (re) construção da base produtiva local/regional, pode provocar impactos no território” (p.2) e a governança territorial se aparece como um novo modo de cooperação e coordenação dos territórios para o desenvolvimento.

A governança territorial se torna um mecanismo de regulação, em que antagonismo e conflitos não deixam de existir, mas se torna uma ferramenta para estruturar um modelo territorial e um ordenamento que reconheça os impactos que poderão incidir sobre o território.

Nesse sentido, Lima (2014) considera que

tanto as redes quanto a governança carregam um princípio de ordem. Uma ordem que pode ser concebida alternadamente como um conceito analítico e como preceito normativo — redes são um modo de organização e a governança uma capacidade ordenadora ou, de forma mais compreensiva, um sistema de ordenação, disso deriva a proposição político-geográfica, de que redes e governança se aplicam ao ordenamento territorial, a qual não se reduz ao desígnio de colocar em ordem o mundo da vida com a instrumentalização do território, mas sim, como modo de pensar e realizar as contraordens (Lima, p.2, 2014).

Temos no Brasil, conforme este mesmo autor complementa, alguns instrumentos organizados com a capacidade ordenadora atribuída à governança, como consórcios, articulação societal, arranjos territoriais locais, regiões metropolitanas, região integrada de desenvolvimento, associações governamentais e arranjos produtivos locais. Tais mecanismos operam de forma distinta considerando a realidade local.

Pires (2017) complementa esse raciocínio mostrando a necessidade de uma coordenação das ações dos atores que atuam no âmbito regional. Tal necessidade obrigaria estes atores a uma cooperação inicial, a considerar as estruturas diversificadas existentes nas competências regionais.

“A governança é mais eficaz quando está sob responsabilidade de uma instituição pública com poder político para tomar decisão e firmar compromissos” (Pires, p. 8, 2017), por exemplo, comitês, câmaras setoriais e circuitos turísticos.

São construídas diferentes governanças setoriais, cada uma adaptada à realidade territorial e à cooperação social, econômica e ecológica em variados níveis.

Dentro da governança são estabelecidas “normas e regras de funcionamento para definir o desenho estático da institucionalidade territorial, forma pela qual ela é efetivada no território” (Delgado e Grisa, p.9, 2015).

Esse conjunto de normas e regras podem ser implícitas ou explícitas e adaptadas para conduzir a governança territorial respeitando o tripé *estado, sociedade e mercado*, articulados para democratização da ação pública e gestão social no processo de desenvolvimento territorial.

A governança territorial na sua percepção de ser democrática e participativa torna-se uma instância deliberativa com a lógica de desenvolvimento endógeno, a considerar os níveis locais, atenta a participação e mobilização.

Prioux e Caniello (2019) consideram que a governança territorial questiona a lógica “*top down* como receptáculo das decisões” e traduz de forma democrática a participação social.

Gil (2018) traça um sistema organizacional complexo por trás da governança, com uma visão espacial desta democracia e participação social, que procura promover a coesão territorial e um desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sistema, os componentes são auto-organizados, não são deterministas e qualquer ação cria um *feedback*.

Vamos considerar os limites da sociedade civil organizada territorialmente, que mesmo com o processo de descentralização político administrativa se institucionaliza em novas escalas territoriais de governança.

Nesse sentido, Pires (2022) caracteriza que existem “territórios específicos das diferentes modalidades de governança” constituídos por organizações da sociedade civil distintas a depender do seu interesse comum e o desenvolvimento é fruto do resultado final do processo de governança territorial.

A governança territorial e regional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do turismo e na formação da governança turística. Essa abordagem integrada e colaborativa permite a coordenação eficiente de recursos, a sustentabilidade das práticas turísticas e a promoção de destinos de forma harmoniosa com as comunidades locais e o meio ambiente.

A governança territorial, conforme visto, refere-se à forma como os diferentes níveis de governo, setores da sociedade civil e atores privados interagem para planejar e gerir o uso do território de maneira equilibrada e sustentável. No contexto do turismo, essa governança é essencial para garantir que o desenvolvimento turístico respeite e valorize os recursos naturais e culturais locais, além de que envolva a comunidade no seu processo, tornando-a protagonista das suas ações.

A governança regional, por sua vez, envolve a coordenação entre diferentes regiões e municípios para a criação de políticas públicas e estratégias que promovam o desenvolvimento econômico e social de forma integrada. Isso é particularmente importante no turismo, onde os destinos frequentemente transcendem as fronteiras administrativas, exigindo uma cooperação inter-regional para a criação de roteiros turísticos, promoção conjunta de destinos e gestão de fluxos turísticos.

O desenvolvimento do turismo baseado em uma governança territorial e regional eficaz resulta em múltiplos benefícios, como a inclusão social e econômica, assegurando o desenvolvimento do empreendedorismo local e distribuição justa dos benefícios econômicos; a sustentabilidade ambiental, para garantir que as atividades turísticas sejam sustentáveis a longo prazo; por fim, a valorização cultural no processo de integração das comunidades locais na governança turística e fortalecimento da identidade cultural das comunidades, o que resulta por

vez na autenticidade dos destinos.

Abaixo, temos um mapa mental criado a partir de Lima (2019) para contextualizar a governança territorial e regional, antes de abordamos as instâncias de governança e o seu propósito.

Figura 5: Mapa Mental- Governança



Fonte: Lima (2019).

Nesse material, temos representada a relação da governança com a gestão descentralizada, os tipos de governança, os traços presentes comuns, o modelo organizacional relacionado aos atores sociais e a ligação destes com a ordem e a coordenação do desenvolvimento territorial, o cenário de democracia a partir do potencial endógeno, situação geográfica e integração funcional do território e como essa rede se forma uma Instância de Governança Regional de Turismo, que será sobre o discutiremos a seguir.

2.3 Instância de Governança Regional

A instância, muito considerada em âmbito jurídico, tem como base um espaço de tomada de decisões, conforme traz Pinto, Barros e Vieira (2018), de modo que, quando somamos instância e governança, criamos um conceito novo, embora a composição seja de áreas distintas, com predominância na economia, ciências políticas e jurídicas. Não podemos ignorar que o conceito de Instância de Governança é pouco explorado nas suas bases teóricas acadêmicas, mas que tem se consolidado a partir do seu uso na área de políticas públicas governamentais de Turismo.

Nos estudos provenientes do campo conceitual do Turismo em relação as Instâncias de Governança, as pesquisas são direcionadas a partir do conceito técnico definido pelo Ministério do Turismo, direcionado a apresentar as pesquisas sobre as diversas nuances que essa temática possui. Como um conceito apresentado pelo órgão federal que coordena o turismo no Brasil, falta um aprofundamento conceitual sobre a origem desse conceito na vertente do Turismo. Não é objetivo dessa pesquisa se aprofundar nessa investigação, mas consideramos importante saber a dimensão do termo para uma melhor organização conceitual que possa fundamentar a teoria que envolve a construção prática dessa pesquisa.

Tem se associado o conceito de instância de governança a campos de discussões de Políticas Públicas em Turismo, governança, desenvolvimento regional e Programa de Regionalização do Turismo. Para se falar de um termo com uso técnico/prático, é preciso entender a sua dimensão teórica conceitual, de modo que o conceito de *governança* nos ajuda a compreender essa dimensão.

A expressão *governança* é entendida como a “capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem, em um movimento voluntário” (Gomides, p.2, 2009).

Em apresentação de estudo de *cases* em relação a organização na estrutura de governança, constatou-se a necessidade da mudança organizacional em que se configura como:

The principal overarching concept is to think of organization change as an evolving series of stages. It is quite clear from research findings that organization change does not occur in one fell swoop. Rather there are obvious phases with set necessary conditions for moving into subsequent stages. Omission of one stage appears to make it exceptionally difficult for the change process to continue forward on an effective basis (Dalton, Lawrence e Greiner, p.6, 1970).

Os autores consideram que a mudança organizacional não acontece de uma única vez, que é preciso obedecer a uma série de fases e que como cada uma possui seu processo e importância, pular uma fase recai num difícil processo de mudança.

Considerar a mudança organizacional requer pensar que a governança implica uma dimensão comportamental, de estrutura e processos, conforme apresenta Gibson, Ivancevich e Donnely (1981), e requer reconhecer o papel da governança, que se tratando de governança regional se apresenta como “uma importante instância de mediação entre o público e o privado e reforça o trabalho em rede e a gestão compartilhada como elementos essenciais no desenvolvimento regional do turismo” (Francez, 2020).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada (IBGC) divulgou um livro

com o *Código das Melhores Práticas de Governança*. Nele, podemos destacar os quatro princípios base de uma governança, que é “transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade participativa”. Cada princípio tem seus significados, que são melhor destacados no Capítulo 2 do livro (IBCG, p. 20. 2015).

No *Glossário do Turismo* apresentado pelo Ministério do Turismo considera-se Instância de Governança Regional:

Organização representativa dos poderes público e privado, da sociedade e dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar, acompanhar e gerir o processo de regionalização do turismo na região turística. Pode ser um Conselho, um Fórum, uma Associação, um Comitê etc. (MTUR, p. 2018).

Associada a conceituação de governança com o seu uso no turismo, ainda que fundamentado pelo Ministério do Turismo, pode se ver a governança com um aspecto ligado ao desenvolvimento regional e ordenamento do território, uma vez que este:

adquiriu características de disciplina científica, de técnica administrativa e de política numa expressão espacial da política econômica, social e cultural, ecológica de toda sociedade, tendo por objetivos principais o uso adequado dos recursos, o desenvolvimento, a funcionalidade do território e o bem estar ou qualidade de vida dos cidadãos (Amendola, p.42, 2011).

Nessa discussão de governança regional, o ordenamento do território da escala regional “teve por base a dinâmica dos fluxos de mercadorias, capitais e pessoas numa determinada região”, o que para Coutinho (2015), numa fala de instância de governança, demonstra que “se mostram como ferramentas para operacionalizar o processo de descentralização” no cenário turístico.

Tratando de Instâncias de Governança em turismo, podemos considerar que cada instância possui sua competência. A Instância nacional, com o Conselho Nacional de Turismo; a Instância em âmbito estadual, que coordena as ações em âmbito local; e a Instância em âmbito regional, que é formada a partir das regiões turísticas.

As dimensões da espacialidade turística integram e promovem a interação entre diversos setores, para que se desenvolva a atividade turística numa determinada localidade, de modo que o ordenamento territorial implica em aspectos normativos desse território.

Este ordenamento já era praticado desde os anos 60, com uma perspectiva de planejamento territorial. Essa discussão na geografia remonta a geografia regional francesa (Andrade, 1977).

O diagnóstico geográfico do território indica tendências e afere demandas e potencialidades, de modo a “compor o quadro no qual deve se operar de forma articulada, as públicas e setoriais, com vista a realizar os objetivos estratégicos do governo” (Moraes, 2005, p. 45).

Ainda segundo Teles (2011), falar sobre ordenamento territorial é algo complexo, pois temos de um lado os diversos interesses dos atores sociais envolvidos e suas divergências, os investimentos públicos etc., implicando em um “permanente esforço de antecipação para responder essa demanda social sem negligenciar os imperativos da eficácia econômica” (Fischer, 2008 p. 107 *apud* Teles, 2011). Por outro lado, “o enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformações dos seus lugares” (Teles, 2011, p.41).

Essa organização social pode ser medida pela governança local desses territórios, dando espaço para entender o planejamento e ordenamento territorial do Turismo dentro da realidade local.

Com relação ao território, consideraremos o conceito de Haesbart (1988), Santos (1998) e Andrade (1998). No raciocínio que o território possui uma relação abstrata de poder, considera-se que o espaço produzido possui estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas. Essa produção social do espaço, de acordo com Santos (1998), com o ‘uso do território’, faz dele um objeto social de análise. Assim, vê-se no ‘território usado’ uma “relação complementar ou conflitante entre um lugar, a formação social e o mundo” (Santos, 1998).

Santos (1998) considera em seus estudos a densidade técnica funcional e informacional como parte da construção do funcionamento do território em que horizontalidades representam os “domínios da contiguidade daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” e verticalidades se apresentam como “formação de pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (Santos, p.16, 1998). Isso se apresenta por meio do uso do território na vertente culturalista, que expande o território para além de limites fronteiriços, mas se estabelece em *poder*, e cria-se *identidade*.

E quando se trata dessa identidade, consideramos Andrade (1998), que diz que “a formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de

confraternização entre as mesmas” (Andrade, p.214, 1998).

A territorialidade possui essa dimensão simbólica identitária que caracteriza o território como movimento, fluidez, interconexão e temporalidade. Considerando a vertente do conceito de território culturalista e jurídico-política, o que será dinâmico nessa pesquisa é entender o território a partir das contribuições de Haesbaert (1998).

Haesbaert (1998) traz nas suas contribuições uma relação ampla desse conceito, e defende que não podem ser ignoradas as dimensões cultural, política e econômica em suas nuances. Assim, é importante entender essa concepção para compreender o destaque dado na pesquisa a essa construção teórico-conceitual.

Para Haesbaert (1998), o território deve possuir uma visão integralizadora que considere sua dimensão social, ambiental, cultural, econômica e política, de forma que é uma relação complexa entre processos sociais e espaço material.

Como dito, o Turismo interage com a Geografia pelo conceito de *espacialidade turística*, apresentado por Sampaio (2020) como:

Espaço e turismo são realidades inseparáveis, sendo que o espaço geográfico é uma categoria fundamental na análise do turismo que passa a ser identificado como lugar, paisagem e território turístico ou ambiente propício para o turismo (Sampaio, 2020 p.30).

Essa espacialidade turística se compreende como o elo entre Geografia e Turismo, em que se procura, a partir das dimensões ligadas à produção social do espaço pelo Turismo, a soma de um elemento capaz de se configurar conceitualmente, considerando a dimensionalidade do turismo enquanto fenômeno espacial.

Essa categoria analítica que liga essas duas ciências é o principal motivo de considerarmos os embates de discussões comuns. Porém, ao mesmo tempo, entendemos que são duas ciências distintas que dialogam, de modo que aqui nenhuma sobrepõe a outra, mas por meio dessa relação a pesquisa será conduzida nesses dois campos teóricos.

A governança turística surgiu como uma resposta à necessidade de coordenar e gerir de forma eficaz o crescimento e o impacto do Turismo em diversas regiões do mundo. O aumento do Turismo global trouxe consigo desafios significativos, como a pressão sobre os recursos naturais, a necessidade de infraestrutura adequada, a preservação do patrimônio cultural e a inclusão das comunidades locais nos benefícios econômicos gerados pelo turismo. Esses desafios exigem uma abordagem colaborativa e integrada, que só pode ser alcançada através de uma governança eficaz.

A formação da governança turística depende de uma série de fatores, incluindo a participação e colaboração do setor público, privado e comunidades locais. Nesse sentido, fóruns, conselhos e comitês são exemplos de estruturas que podem representar essa formação. O planejamento estratégico desempenha um papel essencial na criação de planos de desenvolvimento turístico que integrem aspectos econômicos, sociais e ambientais nas estratégias de implementação.

Outro fator importante é a capacitação, pois investir na educação dos atores locais é fundamental para garantir uma gestão turística competente e inovadora, seja por meio de programas, ou projetos, que ajudem a desenvolver habilidades e competências necessárias para uma governança eficaz.

Com esta série de fatores, torna-se necessário implementar sistemas de monitoramento e avaliação contínuos, que permitam fazer ajustes conforme a necessidade e montar indicadores de desempenho para acompanhar o progresso e os efeitos das ações e iniciativas estabelecidas. A governança territorial e/ou regional é crucial para um desenvolvimento turístico equilibrado e sustentável, ela se torna um alicerce para os destinos, mas requer participação ativa, capacitação contínua e monitoramento, para garantir que o turismo contribua positivamente para o desenvolvimento das regiões turísticas e das comunidades locais.

A governança turística refere-se ao processo de coordenação e gestão dos diferentes interesses e atividades relacionados ao turismo em um determinado território. Cria-se consigo um ambiente multifacetado, que necessita da participação e colaboração multissetorial; planejamento estratégico; infraestrutura e serviços; e responsabilidade com a sustentabilidade.

As responsabilidades da governança turística trazem consigo alguns desafios de coordenação, como o diálogo intersetorial, os conflitos de interesse, a gestão de recursos financeiros, a necessidade de profissionalismo e capacitação para o setor turístico. Tais desafios podem ser superados com a gestão integrada de destinos; o uso de certificações de sustentabilidade, com intuito de promover boas práticas de turismo sustentável; o estabelecimento de parcerias público-privadas, uma antiga combinação que, unindo recursos e expertise, pode criar infraestruturas e serviços de alta qualidade.

A governança turística é essencial para assegurar que o desenvolvimento do Turismo seja sustentável, inclusivo e benéfico para todas as partes envolvidas. Por meio de uma gestão integrada, planejamento estratégico, capacitação contínua, promoção eficaz e monitoramento rigoroso, os destinos turísticos podem prosperar de forma equilibrada, respeitando os recursos naturais e culturais e promovendo o bem-estar das comunidades locais. A adoção de boas práticas e a superação dos desafios inerentes à governança turística são cruciais para o sucesso

e a sustentabilidade a longo prazo dos destinos turísticos.

A governança turística envolve a implementação de estratégias que promovem o desenvolvimento sustentável do turismo, incluindo a proteção do meio ambiente, a promoção da cultura local e a criação de oportunidades econômicas para as comunidades anfitriãs. Além disso, a governança turística busca garantir que os destinos turísticos sejam geridos de forma responsável, evitando problemas como o turismo de massa e a degradação ambiental.

A importância da governança regional no Turismo reside em sua capacidade de:

- **Articular interesses coletivos:** criar uma visão compartilhada para o desenvolvimento turístico da região;
- **Fomentar a cooperação:** estimular a colaboração entre diferentes municípios e atores para criar produtos turísticos mais atrativos e diversificados;
- **Gerar soluções inovadoras:** encontrar novas maneiras de promover o turismo, especialmente em tempos de crise, como foi o caso pós-pandemia (Sebrae, 2023);
- **Aumentar a competitividade:** desenvolver estratégias que tornem a região mais competitiva no mercado turístico global.
- **Promover o desenvolvimento sustentável:** assegurar que o turismo beneficie as comunidades locais e preserve o patrimônio cultural e natural.

No Brasil, por exemplo, o **Programa de Regionalização do Turismo (PRT)** do Ministério do Turismo destaca a importância das **Instâncias de Governança** para fortalecer o Turismo, apoiando a gestão descentralizada e ajudando na retomada do setor após a pandemia. Além disso, a governança regional permite a criação de novos produtos e roteiros turísticos que independem da sazonalidade, contribuindo para uma atividade turística mais inclusiva e capaz de gerar emprego e renda para um número maior de pessoas.

Portanto, a governança regional territorial turística é essencial para o desenvolvimento do Turismo, pois ela proporciona uma estrutura que permite a destinação turística ter maior assertividade no desenvolvimento de suas atividades, alinhando os interesses do poder público e da iniciativa privada para otimizar o uso de recursos (Trindad, César e Vianna, 2018).

Nota-se, como esclarecido, que a governança ultrapassa o governo, e envolve pactos, planos, redes coletivas, que protagonizam uma nova forma de pensar sociedade civil, público e privado. Nesse caminho, as Instâncias de Governança “são as novas institucionalidades que expressam os novos espaços, onde acontecem as novas relações entre os diversos atores sociais, como forma de assegurar a sustentabilidade do processo complexo de desenvolvimento sustentável” (Zapata, 2020).

Trata-se de espaços sociais de gestão compartilhada com foco direcionado para o desenvolvimento do Turismo na perspectiva de processo coletivo sintonizado com o *trade* turístico (o conjunto de equipamentos e serviço vinculados a um produto turístico, exemplo hotéis, restaurantes, guias, agências, empresas de transporte, entre outros) de forma organizada, tendo como princípio as parcerias e cooperação.

Ao levar a descrição feita pelo Ministério do Turismo sobre Instância de Governança, incorporada ao texto anteriormente, para uma linguagem que transcende ao dia a dia da sua prática, temos que:

As Instâncias de Governança Regional do Turismo são os espaços privilegiados para o exercício de uma agenda estratégica, pactuada com empresários do setor turístico, guias, associações de turismo e cultura, representações das Prefeituras, centros tecnológicos, universidades, lideranças inspiradoras, agentes que tenham impacto na atividade turística local/regional, dentre outros atores que podem dinamizar o setor (Zapata, 2020).

Na prática, quais seriam os objetivos de uma Instância de Governança e quem participa? Para responder esse questionamento, o respaldo vem do órgão de controle nacional do Turismo, o Ministério do Turismo.

Como norte, deve ser considerado que a dimensão continental do Brasil favorece o desenvolvimento do turismo de formas variáveis a depender das regiões turísticas. A base comum de todas deve ser a integração, a cooperação, a sustentabilidade e o envolvimento do poder público, o que prioriza o Programa de Regionalização do Turismo.

Com isso, as Instâncias de Governança podem ser privadas, públicas ou das duas formas ao mesmo tempo, os objetivos de uma Instância de Governança são:

Quadro 4: Objetivos das Instâncias de Governança

Pensar estrategicamente a região turística;
Integrar os municípios que compõem a região turística e fortalecer a identidade regional;
Construir consensos e realizar a gestão de conflitos;
Articular boas parcerias;
Construir projetos articulados e viáveis;
Propor políticas, programas e projetos para o turismo sustentável;
Acompanhar a implementação dos planos e projetos;
Promover o destino/região e executar projetos quando pertinente.

Fonte: Zapata, 2020.

Esses objetivos se baseiam na gestão democrática e participação social, tendo como princípios a integração e a descentralização na formação dos grupos, que norteiam qualquer interesse em se criar uma Instância de Governança.

Os atores que participam das instâncias de governança podem ser empresas, associações, agências e regionais de governo, centros tecnológicos, universidades, agências de desenvolvimento, gestores públicos do Turismo municipal, representantes dos segmentos do turismo, empresários do *trade* turístico e lideranças locais visionárias. É importante destacar que os representantes desempenham um papel fundamental de articulação e precisam saber das responsabilidades que envolvem tal representação para que consigam dialogar tendo clareza e comprometimento do seu papel.

A partir das respostas à pergunta de partida sobre as Instâncias de Governança, temos o estágio de formalização da Instância de Governança após a sua constituição, que na maioria das vezes, vem pelo apoio às políticas estaduais de Turismo vinculadas ao Programa de Regionalização do Turismo.

Para que uma Instância de Governança seja institucionalizada, existe um processo de etapas, de modo que a primeira etapa é o diagnóstico inicial da região, sensibilização e mobilização dos municípios com interesse na atividade turística e implicados no desenvolvimento socioeconômico, ambiental e sociocultural; depois, a criação de vínculo e engajamento dos atores, etapa a partir da qual é necessário a condução da proposta de criação da Instância de Governança, revelando o que é, por que criar, objetivos, estratégias e competências.

Dados esses passos, é necessário escolher qual a forma de instância será escolhida, por exemplo, fórum, conselho, comitê, associação, redes etc., para que sejam realizados os procedimentos administrativos legais de institucionalização ou fortalecimento da Instância.

Esses passos, por vezes, acontecem dentro de um processo, que por vezes são induzidos, seja pelo Governo Estadual ou até mesmo pelo Sebrae, sendo necessário um trabalho de pelo menos dez meses com a comunidade, para que ela identifique o Turismo como um fator de desenvolvimento e queira de fato, engrenar. Mas isso é relativo, e pode acontecer de mesmo com esse tempo, a comunidade não demonstrar interesse.

Mesmo que a proposta do Governo Federal seja de descentralizar o Turismo e a tomada de poder/decisão nos territórios, o que acontece, por motivos como falta de conhecimento técnico, é que essa ideia é aplicada de forma imposta. Afinal, qual o objetivo disso?

São interferências políticas e diretrizes que, mesmo os municípios desconhecendo, precisam seguir. Acrescenta-se que estamos em uma era em que o Turismo é uma bandeira

nacional, e no caso do Estado do Tocantins, uma bandeira estadual; então, a pressão para que os municípios se adaptem e despertem para o Turismo, mesmo que de forma imposta, tem criado uma onda de desejo da parte deles de serem notados pelo Turismo e estarem participando de alguma forma.

Assim, são criadas políticas públicas com parceria com o Sistema S para que seja realizado um trabalho de supervisão, orientação e acompanhamento aos municípios, no qual sejam criadas Instâncias de Governança onde não há e onde há, sejam fortalecidas. Porém, o que os municípios ganham com isso?

Não é o intuito responder a esta pergunta, mas forçar uma reflexão por trás das estratégias de criação de Instâncias de Governança e a organização dos municípios para se adequarem às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo nos seus diversos territórios.

Atualmente as Instâncias de Governança apresentam força política e há uma necessidade de ter como participantes atores articulados, para que se possa unificar o desenvolvimento do Turismo. Um exemplo no Estado do Tocantins é a utilização da eletiva “Trilha de conhecimento” nas escolas estaduais com o tema voltado para o Ecoturismo, de forma que a abordagem do tema de Turismo começa a partir do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e no ensino médio.

O intuito é que os alunos possam conhecer e dialogar com o Turismo, além de conhecerem e entenderem o que é e como funciona, levando a despertar, a partir das vocações locais, oportunidades de empreender e participar do desenvolvimento do território. As escolas tem recebido palestrantes e feito oficinas com parceria com o Projeto Tocantins + Turismo (Governo do Tocantins e Sebrae).

Tal questionamento pode mostrar a importância dessa pesquisa, uma vez que o Estado abraçou o Turismo, mas ainda não temos dados em relação aos efeitos dessa governança no desenvolvimento territorial do Estado.

É notório citar exemplos de Instâncias de Governança Regional de Turismo no Brasil. Após pesquisas e buscas por meio de leituras, destacamos Minas Gerais, Paraná, Paraíba e Alagoas a esse respeito.

Minas Gerais se mostrou à frente, quando antes do Programa de Regionalização do Turismo, iniciou a criação de circuitos turísticos regionais por diretrizes estaduais que dão a estes circuitos o título de Instância de Governança:

O circuito turístico é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto, formada por membros da sociedade civil e do poder público, e por um profissional (gestor) contratado para executar as ações necessárias. (Setur, 2008, p. 1)

Essa organização contribuiu para formação de circuitos estruturalmente organizados, criando uma identidade regional na articulação de parcerias e alianças estratégicas. Além disso, Minas Gerais se tornou protagonista na influência das políticas públicas do Turismo no estado. Ressalta-se que uma das suas conquistas foi a inclusão do critério “turismo” na Lei Estadual nº 18.030/2009, que prevê distribuição de parcela de arrecadação do ICMS estadual (Zapata, 2020), concedendo aos municípios incentivo financeiro para trabalharem a sua gestão turística.

Outro estado que tem se destacado é o Paraná, com as suas 14 Instâncias de Governança institucionalizadas e reconhecidas pelo Governo do Estado, distribuídas em formato de agências de fomento, redes e associações, todas consolidadas como utilidade pública, um exemplo de fortalecimento e cooperação na divulgação dos seus atrativos/produtos.

A Paraíba tem se mostrado destaque na criação de fóruns de turismo. Destaca-se o Fórum de Turismo do Brejo, que é uma Instância de Governança não formalizada, mas que envolve fortemente ações de pertencimento para o desenvolvimento do turismo, agregando empresários, gestores públicos e comunidade local, transformando rotas criativas.

Ainda no Nordeste, Alagoas formou a Rede Empresarial Caminhos do São Francisco. Este pacto empresarial articulado tornou-se Instância de Governança, respondendo pelas demandas e particularidades de interesse da região.

Liderança e protagonismo podem ser observados em todos esses exemplos, revelando que a cooperação é a base para a integração e formação de uma Instância de Governança.

No próximo capítulo, são feitas considerações metodológicas sobre a pesquisa, seguido das discussões que envolvem o objeto de estudo da Instância de Governança das Serras Gerais.

2.4 Contextualização nacional das IGRs

As Instâncias de Governança Regionais (IGR) são órgãos de gestão do Turismo que repassam à Unidade Federativa (Estado) as demandas regionais relativas ao Turismo. O Estado, por sua vez, repassa tais ao Ministério do Turismo. No Estado do Tocantins, propomos trabalhar com a IGR da Região Turística das Serras Gerais/TO (Serras Gerais).

Prevalece nas Serras Gerais, o turismo de aventura, ecoturismo, turismo cultural e histórico, avistamento de aves, cachoeiras, fervedouros, rios, espeleoturismo, turismo de vivência, turismo cultural, patrimonial e social.

A regionalização do Turismo consolidou-se como política de governo no Plano Nacional do Turismo de 2003-2007, este, alinhado às orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT). Em 2004, o Ministério do Turismo (Mtur) lançou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Com o objetivo de institucionalizar as IGR, o Mtur criou em 2007 a “Cartilha Módulo Operacional 3 - Institucionalização da Instância de Governança Regional”, atualizada em 2019.

A regionalização do Turismo passou, então, a fazer parte do conjunto de estratégias do Mtur para o desenvolvimento do Turismo brasileiro, aparecendo, inclusive, nos princípios e objetivos da Lei nº 11.771/2008, que dispôs sobre a Política Nacional de Turismo dessa maneira:

Art. 4º, Parágrafo Único: A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da **descentralização, da regionalização** e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável.

Art. 5, VI: promover, **descentralizar e regionalizar o turismo**, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica [grifo nosso].

O PRT foi reformulado em 2013 por meio da Portaria Mtur nº 105, de 16 de maio de 2013, onde foram definidos oito eixos que “orientam ações [estratégicas] de apoio a gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios” (p. 27).

Os eixos de atuação do PRT são:

- Gestão descentralizada do Turismo;
- Planejamento e posicionamento de mercado;
- Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada;
- Empreendedorismo, captação e promoção de investimentos;
- Infraestrutura turística;
- Informação ao turista;
- Promoção e apoio à comercialização e;
- Monitoramento.

Estes eixos orientam as ações estratégicas do PRT, assim como algumas de suas ações estruturantes, entre as quais destacamos o mapeamento como de maior interesse para a Tese, por envolver o Mapa do Turismo Brasileiro.

Em 2013, o Mtur, por meio da Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013, reeditou critérios para definir o Mapa do Turismo Brasileiro, com o objetivo de ser um “instrumento de orientação [...] no desenvolvimento das políticas públicas [...], tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada” (art. 1), devendo ser atualizada a cada dois anos, segundo a Portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015, atualizada pelas portarias nº 41, de 24 de novembro de 2021, e nº 3, de 13 de janeiro de 2022, que revogou a portaria nº 48, de 30 de dezembro de 2021.

A política de regionalização do Turismo cada vez mais tem incentivado o planejamento e ordenamento territorial, na intenção de aproximar o Mtur, por meio das instâncias de governança, com os municípios turísticos.

O PRT propõe a gestão descentralizada do Turismo por meio das Instâncias de Governança Regional (IGR), permitindo uma conexão entre estados e municípios, para dialogarem de maneira mais próxima com a política macro do Mtur, fortalecendo as políticas em Turismo do país, principalmente no que diz respeito à qualificação, estruturação de destinos e diversificação da oferta turística (Brasil, 2019).

Assim, as IGR têm por objetivo o “estabelecimento formal de uma organização que possa tomar decisões e orientar o desenvolvimento turístico de uma região, de forma sustentável” (Brasil, 2019, p.11), possuindo um papel fundamental na articulação do desenvolvimento turístico de uma região, somando a interesses comuns o da formação de um grupo fortalecido com tomadas de decisões coletivas e mais próximas da realidade local, favorecendo “o fortalecimento da regionalização, melhoria da qualidade e competitividade, incentivo a criação e promoção da sustentabilidade” (Brasil, 2019, p.6).

Para Tomazzoni (2007), a contextualização do desenvolvimento do Turismo fundamenta-se no conceito de região, e nesta direção, a região seria uma divisão do espaço com base em particularidades em comum, como as bases naturais (ecossistema), economia, semelhanças culturais e/ou outros atributos que fazem com que haja um conjunto de lugares que, reunidos, compõem uma região.

São exemplos de região: a região do agronegócio, região dos pampas, região do cerrado, região costeira, entre outros. Portanto, é este o sentido que daremos quando tratarmos das regiões turísticas brasileiras, com destaque à Região Turística da Serras Gerais, no Estado do Tocantins.

A Lei 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, considera “turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (art. 2º).

Para esta pesquisa, mesclamos a Lei 11.771/2008 com a definição de Moesh (2002), trazendo um conceito de turismo como um fenômeno sociocultural que envolve a locomoção de pessoas, de saberes e de diferentes culturas.

O planejamento da atividade turística acontece dentro de um território que abriga os recursos naturais e culturais utilizados na prática da sua atividade, de forma que o Turismo se apropria dos espaços e reordena territórios, gerando impactos nos locais e na vida das pessoas (Silva e Miranda, 2013).

A partir de então, entram os cuidados e atenção ao planejamento e integração do fenômeno do Turismo com a comunidade envolvida, considerando que nem sempre os impactos do Turismo na região serão sentidos positivamente neste processo de desenvolvimento do turismo no território.

É necessário pensar ainda em estratégias para um Turismo que ofereça retorno para a comunidade, um retorno que vá além do ganho financeiro. É preciso pensar na sustentabilidade e na preservação dos recursos naturais e culturais, incorporando o Turismo como uma ferramenta pedagógica para a sensibilização dos sujeitos locais e dos visitantes para o cuidado com o patrimônio local.

Para Silva e Miranda (2013), o cenário nacional de políticas públicas de desenvolvimento turístico nos últimos anos vem sendo direcionado para a interiorização, procurando acender o turismo em locais até então considerados sem perspectivas do desenvolvimento do turismo. Nesse contexto, o Programa de Regionalização do Turismo assume a descentralização da gestão turística como política para uma distribuição de recursos

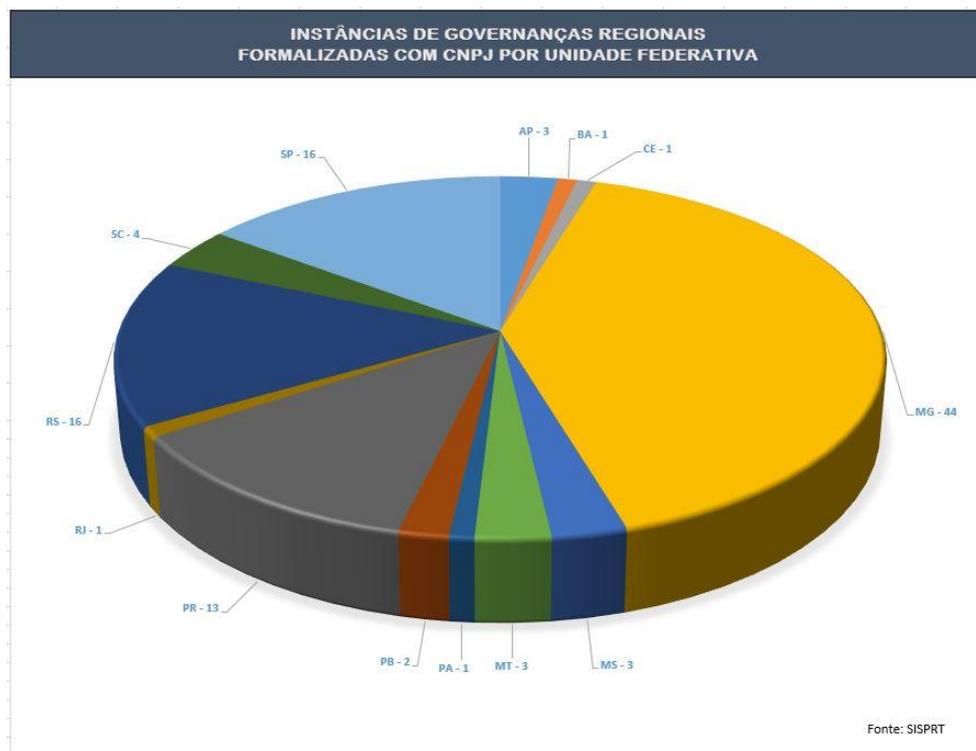
e atenção mais justa ao protagonismo e empreendedorismo local com potencialidades turísticas, sendo este o caso da IGR das Serras Gerais, objeto desta pesquisa.

Pinto (2018) considera o turismo como um fenômeno mais próximo do desenvolvimento local ou regional, podendo ser articulado pela autogestão da comunidade e realizado de forma endógena, considerando “três elementos do desenvolvimento local que se destacam a partir do turismo: a sociedade, o ambiente e economia” (Pinto, 2018, p.37), em um contexto em que a diversidade cultural e social se integram para formar potencializadores articulados e produzidos, contribuindo com as transformações locais.

O Programa de Regionalização do Turismo intensifica as discussões acerca de governança e estimula, por meio da descentralização, a formação de lideranças e criação de pactos, como elementos formadores dessa governança na escala territorial, mantendo a visão governamental de público, privado e comunidade local articulada no mesmo processo.

No cenário de governança turística, temos a seguir, o resultado do levantamento realizado em 2019 pelo Ministério do Turismo em relação ao quantitativo de instâncias de governanças (IGR) no Brasil por unidade federativa, nessa demonstração em imagem, nota-se que o Estado do Tocantins não apresenta nenhuma IGR cadastrada pelo Mtur.

Figura 6: Instâncias de Governança Regionais formalizadas com CNPJ por UF - 2020



Fonte: SISPR/MTUR, 2020.

Após este levantamento de 2019, o Ministério do Turismo realizou em 2022, conforme **anexo 1**, a atualização de dados conforme imagem a seguir:

Figura 7: Instâncias de Governanças Regionais formalizadas com CNPJ por UF- 2022



Fonte: SISPR/ MTUR, 2022.

Faz-se necessário ressaltar que, como critério estabelecido pelo próprio Ministério do Turismo, os municípios precisam estar vinculados a uma IGR para entrarem no Mapa do Turismo Brasileiro, pela plataforma do Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro (SISMAPA), o que nos intriga, uma vez que precisam desse vínculo comprovado com documento averiguado pela UF.

Se os municípios precisam estar em uma IGR para entrarem no Mapa do Turismo Brasileiro, por que a IGR Serras Gerais ou qualquer uma outra do estado do Tocantins não aparecem nos dados de levantamento das Instâncias de Governança da plataforma SISMAPA, sendo que o Tocantins possui 23 municípios no Mapa do Turismo em agosto de 2024? O objetivo não é responder a esta pergunta, mas trazer a reflexão de como se dá o processo de organização desses dados, uma vez que a IGR Serras Gerais possui CNPJ.

2.5 Instâncias de Governança de Turismo e ordenamento territorial

Quando trazemos as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo para a esfera Estadual e as aprofundamos em escala regional e municipal, vemos que competem a uma organização/gerência da atividade turística, que coordena os caminhos dos municípios na trajetória dos rumos do Turismo.

Importante destacar que cada território possui sua especificidade, mas que todos necessitam atender tais diretrizes para serem territórios turísticos, o que os coloca em um ordenamento territorial a partir do turismo.

Desde a criação do Mapa do Turismo Brasileiro, tem se criado estratégias para abranger mais municípios e descentralizar cada vez mais as políticas públicas de turismo. Com isso, foi criada pelo Ministério do Turismo, no ano de 2022, a plataforma Sismapa, e assim, municípios que têm interesse em desenvolver o Turismo passaram a ter a oportunidade de ter acesso à plataforma e inserir os dados necessários em qualquer época do ano. Antes, isso só podia ser realizado a cada dois anos.

Nesse novo sistema, os dados ainda precisam ser atualizados, pois as certificações possuem validade. Com essa nova estratégia, os relatórios do Sismapa divulgados pelo Ministério do Turismo têm mostrado cada vez mais um aumento no número de municípios adeptos, conforme a imagem a seguir.

Quando pensamos nos territórios a partir de uma política que controla os agentes de turismo e todo conjunto do *trade* turístico, iniciado pela governança, passamos a imaginar o poder concedido a uma Instância de Governança Regional. Cada região turística, conforme estabelece o Ministério do Turismo, deve possuir sua IGR para se comunicar com a esfera estadual/federal, se concentrando no cumprimento do que é determinado, o que compõe as estratégias de desenvolvimento territorial.

Segundo o conceito europeu destacado na Carta Europeia de Ordenamento Territorial, ou Carta de Torremolinos, de 20 de maio de 1983, “ordenamento territorial é uma área de investigação científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto” (Melo, 2015, p.40).

Considerando o ordenamento com essa função de “técnica administrativa e política”, fica mais claro o entendimento de uma política norteadora dentro da governança do Turismo a partir das diretrizes nacionais que regem tais territórios. Nesse sentido, Melo (2015) ainda destaca que o ordenamento possui o poder de “coordenar, harmonizar as atividades existentes

num determinado território”.

Trazendo o ordenamento territorial para a escala regional “numa expressão espacial da política econômica, social e cultural”, temos que esse controle envolve objetivos que perpassam pelo “uso adequado de recursos, o desenvolvimento e a funcionalidade do território” (Amêndola, 2011).

Essa técnica de ordenamento territorial exige estratégias e instrumentos, que, segundo Amêndola (2011), podem estar expressos “nas constituições, estatutos, leis, normas, decretos, planos, programas e projetos orientados pelo governo”. Neste caso particular, consideramos o Programa de Regionalização do Turismo, que parte da esfera federal e coordena as atividades turísticas por meio dos Estados e Regiões Turísticas e funciona como uma “política de integração regional”.

As Instâncias de Governança Regionais “criadas em todo território brasileiro, como forma também de operacionalizar o processo de descentralização que o Brasil vem promulgando nos últimos anos” (Coutinho, 2015) consegue mostrar o desafio do ordenamento territorial, que está em “conciliar o processo de discussão, reflexão e decisão dos posicionamentos em conjuntos de todos os participantes da sociedade, dos ordenadores públicos e privados, dos grandes atores econômicos e agentes do cotidiano” (Amêndola, 2011).

Nessa tentativa, Amêndola (2011) complementa que “o ordenamento territorial passou a ser acima de tudo uma questão política e geopolítica porque abarca de forma conflituosa diferentes interesses de diferentes grupos”, o que tem se reduzido a uma “realidade técnica, mas nunca negando seu caráter geopolítico”.

No Tocantins, não existe só a IGR Serras Gerais (Assegtur), embora tenha sido a primeira a ser reconhecida. Cada IGR pode se constituir e tomar um rumo independente, desde que cumpra o que é estabelecido como sua finalidade pela regência do Mtur.

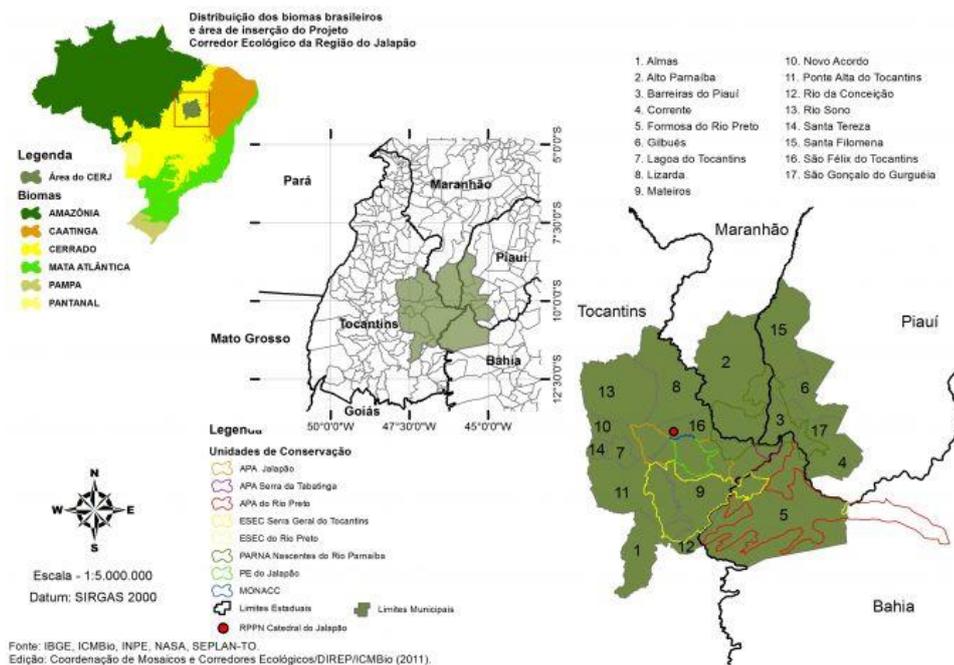
2.6 Contextualização das IGRs no Tocantins

As normas para atualização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro estão em constante mudança, com intuito de atentar à dinâmica e realidade dos lugares, se tratando da diversidade brasileira. Com interesse neste tópico, trataremos do contexto das instâncias de governança no Estado do Tocantins.

O Estado do Tocantins compõe a região norte do Brasil, e é o estado mais novo da federação, fundado em 1988, juntamente com o marco da Constituição Federal. A sua capital, localizada ao centro do Estado, denomina-se Palmas.

Além do projeto do Corredor Ecoturístico projetado em 2023, existe o Projeto de criação do Corredor Ecológico do Jalapão. Este projeto parte de uma parceria do Brasil e Japão em 2009, que tem como objetivo “manter a integridade dos processos ecológicos que interliga as Unidades de Conservação (UC’s)” (ICMBIO, 2010), conforme imagem abaixo.

Figura 9: Corredor Ecológico do Jalapão



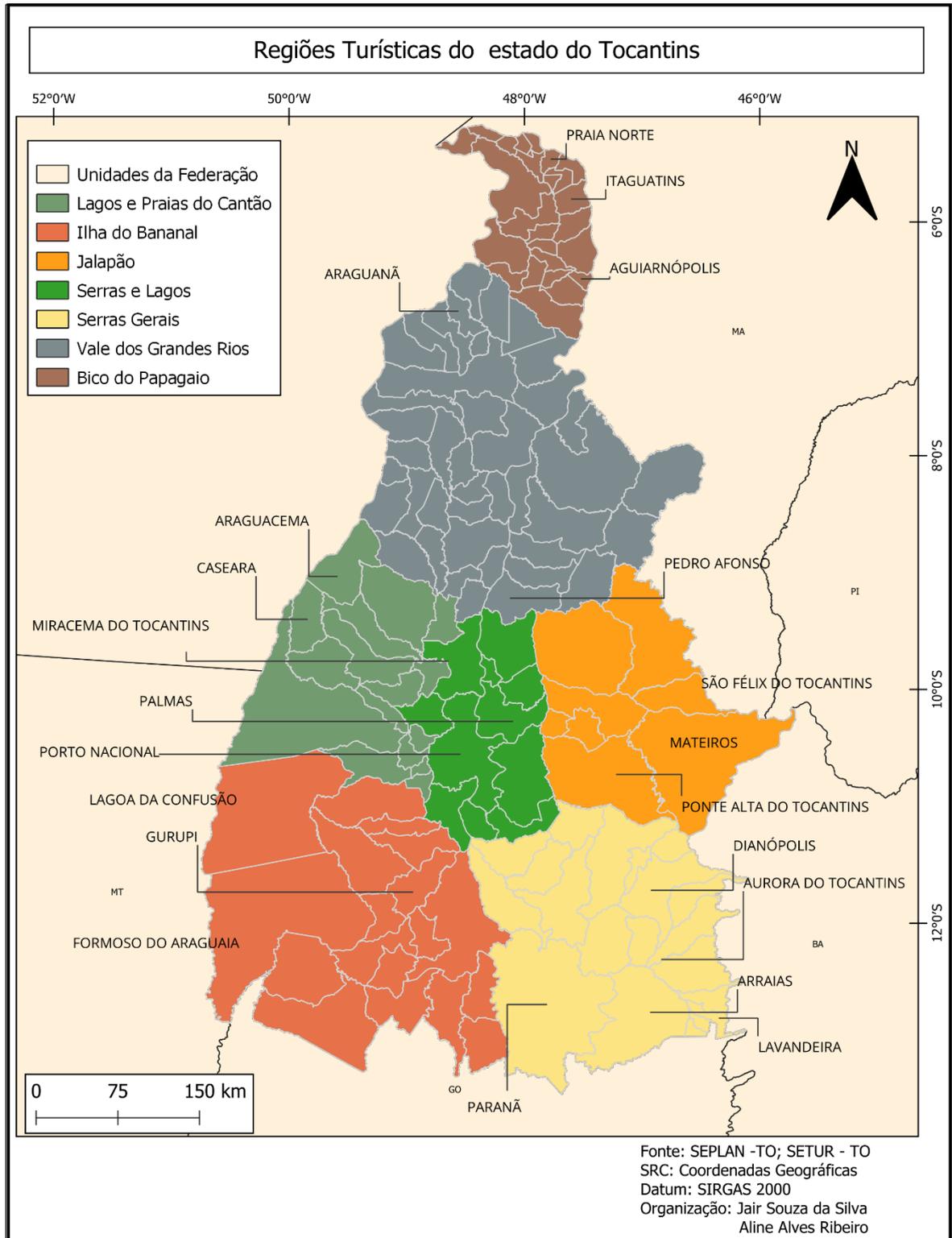
Fonte: ICMBio, 2011.

Na imagem, o projeto Corredor Ecológico do Jalapão integra 17 municípios divididos entre Tocantins, Piauí, Bahia e Maranhão, passando por oito UCs delimitadas, conforme legenda¹.

O Tocantins possui sete regiões turísticas distribuídas ao longo do estado, sendo elas: Bico do Papagaio, que contempla os municípios localizados ao norte do estado; a região Vale dos Grandes Rios, que engloba municípios do norte ao centro do estado; Serras e lagos no centro; Ilha do Bananal; e Lagos e praias do Cantão ao oeste; Encantos do Jalapão ao leste e Serras Gerais ao sudeste.

¹ Para mais informações sobre o Projeto, consultar https://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/images/stories/atlas/AtlasJica_2013_COMPLETO.pdf

Figura 10: Mapa das Regiões Turísticas do Tocantins



Fonte: Elaborado por Jair Souza da Silva e Aline Alves Ribeiro, 2024.

Com o seu cartão postal declarado como sendo o Jalapão, o Tocantins tem investido cada vez mais nas diversas modalidades de Turismo distribuídas nas sete regiões turísticas do estado. Esta ação oportunizou a criação, pelo Governo Federal, da Lei nº 14.658, de 23 de agosto de 2023, que institui o Estado do Tocantins como Rota Nacional do Turismo de Aventura, Ecológico, Rural, de Sol e Praia Doce, de Vivência, Cultural, Religioso e Gastronômico.

No ano de 2023, foi instituída a Lei nº 4.134, de 12 de janeiro de 2023, que criou a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, valorizando o desenvolvimento sustentável e incentivando o turismo de base comunitária com respeito a autenticidade sociocultural das comunidades e assegurando atividades econômicas viáveis e parcerias com os municípios, visando a promoção, apoio e fomento as comunidades anfitriãs.

O Tocantins está vivendo a era do *boom* do Turismo. Entre os anos de 2022 a 2024, foram sancionadas mais de oito leis e decretos que envolvem a área do Turismo; entre elas, a Lei nº 4.350/2024, que dispõe de incentivos às agroindústrias (Turismo Rural); a Lei nº 4.334/2023, que dispõe sobre a prática do *off-road* turístico; a Lei 4.310/2023, que dispõe sobre a criação da Semana do Turismo Rural; entre outras leis produzidas de cunho local, regional e estadual, e projetos do Governo estadual com entidades como o Sebrae.

Esse momento do turismo é favorável para o desenvolvimento do setor, uma vez que o Governo Federal tem direcionado atenção para a promoção turística nacional, o que resulta em um cuidado importante na relação de organização e planejamento desse fenômeno que possui diversidade e adversidades nos seus efeitos socioterritoriais.

Em relação ao planejamento, a governança entra como uma das esferas de discussão e organização, de modo que o estado, desde 2020, vem direcionando aos poucos a formação e formalização das Instâncias de Governança, distribuídas ao longo das sete regiões turísticas. Para estas discussões iniciais de formalização, o Tocantins se apoiou nas experiências de Minas Gerais com os seus circuitos turísticos.

Em 2013, o Tocantins possuía 46 municípios cadastrados no Mapa do Turismo Brasileiro e em 2016, caiu para 42 municípios (Mtur, 2016). Este número sofre oscilações, devido às implicações e dependência dos municípios repassarem os dados corretamente para a Secretaria de Turismo do Estado, obedecendo os critérios e normas de cada ano, tanto que em agosto de 2024, este número reduziu para 23 municípios. O que explica uma redução desse nível?

Enxergamos dois principais pontos apercebidos durante a pesquisa: 1- Falta de capacidade técnica presente nas secretarias de turismo municipais, que por vezes não sabem o que significa o Programa de Regionalização do Turismo e o Mapa do Turismo Brasileiro e a

importância da noção de conhecer o Turismo e o perfil do seu município; 2- Desinteresse e desmotivação que inicia na esfera municipal e recai sob a esfera estadual.

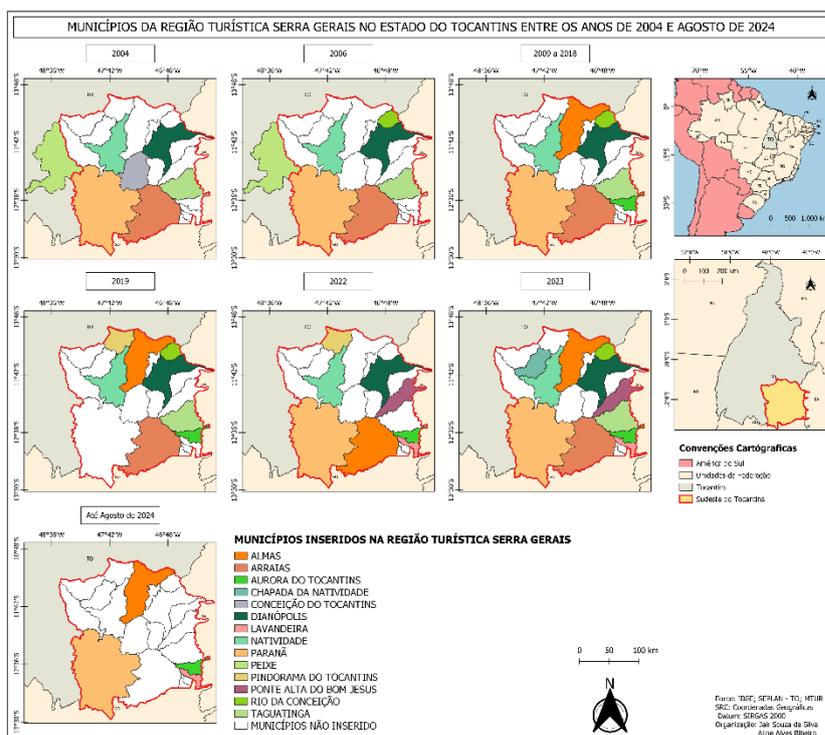
Por trás desses dois pontos, existe uma complexidade e lacunas que perpassam desde as informações repassadas, o perfil de cada município, estratégias e diretrizes que podem facilitar e dificultar a inserção dos municípios no processo. Falaremos um pouco sobre estes pormenores na caracterização dos municípios da IGR, objeto deste estudo.

3 ESTUDO DE CASO DA GOVERNANÇA TURÍSTICA DAS SERRAS GERAIS TOCANTINS, BRASIL

3.1 Serras Gerais no Programa de Regionalização do Turismo

Para entendermos o contexto da região turística das Serras Gerais no PRT, realizamos uma pesquisa nas versões anteriores do Mapa do Turismo Brasileiro entre os anos de 2004 até 2024 com intuito de averiguar as entradas e saídas e saídas dos municípios das Serras Gerais no respectivo Programa de Regionalização do Turismo e traçar um perfil quais os principais municípios que se mantêm atualizado no Mapa do Turismo Brasileiro. No mosaico a seguir, podemos notar essas transformações.

Figura 11 - Municípios da Região Turística Serras Gerais no Estado do Tocantins 2004-2024



Fonte: Elaborado por Jair Souza da Silva e Aline Alves Ribeiro, 2024.

Os dados observados nos mapas remetem a seguinte característica, no ano de 2004 a região iniciou no PRT denominada como Termas e Serras Gerais, nesta ocasião aparece os municípios de Arraias, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã, Taguatinga e Peixe, destes podemos destacar que o município de Conceição do Tocantins depois do ano em questão não voltou ao Mapa do Turismo Brasileiro desde então.

No ano seguinte, em 2006 a região passa a ser denominada de Serras Gerais e os municípios inscritos no mapa são Arraias, Dianópolis, Natividade, Paranã, Peixe, Rio da

Conceição e Taguatinga, nota-se que é o último ano que o município de Peixe aparece como pertencente a Serras Gerais, atualmente pertence a região turística da Ilha do Bananal.

Em 2009, o quadro de municípios pertencentes as Serras Gerais conta com Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Taguatinga, neste cenário integra pela primeira vez o município de Aurora do Tocantins e de 2009 até 2018, a composição se mantém.

Esta sofre variação em 2019 com a saída do município de Paranã, ficando no Mapa do Turismo Brasileiro Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Pindorama do Tocantins, Rio da Conceição e Taguatinga.

No ano de 2022, Lavandeira e Ponte Alta do Bom Jesus entra para o Mapa do Turismo, passando a compor a região das Serras Gerais: Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Pindorama do Tocantins, Paranã e Ponte Alta do Bom Jesus.

Em 2023, os municípios inscritos são Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Lavandeira, Ponte Alta do Bom Jesus, Paranã, Natividade, Chapada de Natividade, Dianópolis, Rio da Conceição, Pindorama e Taguatinga, nessa configuração temos Chapada de Natividade entrando pela única vez no espaço-tempo de 2004-2024, deixando a região 12 municípios registrados na plataforma do Mapa do Turismo Brasileiro.

Em 2024, os municípios de modo geral não conseguem atualizar no Mapa do Turismo, deixando a região representada por Almas, Aurora do Tocantins, Lavandeira e Paranã até agosto de 2024, de forma que o município de Almas com validade de cadastro para o mês de novembro/2024, sai do mapa após o vencimento, permanecendo apenas 3 municípios para representarem turisticamente Serras Gerais.

Alguns desdobramentos dessa análise, o ano que teve maior número de municípios na análise foi o ano de 2023, fato considerado pelas ações do Projeto de Agentes de Roteiros Turísticos que tinham como ação, inserir os municípios no Mapa, outro fato é que a média frequente de municípios que registram no mapa são de aproximadamente oito municípios.

Desde 2003, vários decretos foram criados para que se normatizasse o mapa. Vamos considerar um marco o ano de 2022, em que o Mapa passou a ser um processo de atualização contínuo, a qualquer tempo, conforme a Portaria Mtur nº41/21.

A partir de 2022, os municípios passaram a receber um certificado com a validade de um ano a contar com a data de atualização e com marcação escrita que o “Ministério do Turismo por meio do Programa de Regionalização do Turismo e dos Interlocutores Estaduais do PRT, certifica que o Município x integra o Mapa do Turismo Brasileiro registrado no Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro” (Sismapa, 2022).

Outro destaque para a pesquisa exposta no quadro acima é a denominação de “Termas e Serras Gerais”, como sendo a primeira referência a esta região turística a partir do PRT. Em relação ao nome Termas, o que levou a este nome? Por que foi retirado? São curiosidades que não possuem respostas em um documento oficial, no entanto, pode-se especular que o nome se deve ao município de Paranã, que possui algumas águas termais e estava incluso na região turística na mesma época.

Por um lado, os municípios oscilam, ora, estão no mapa do turismo e ora, não. Como mencionado, esta oscilação se dá pelo não cumprimento das normativas de ordenamento territorial atreladas ao PRT. Até 2017, se manteve praticamente os mesmos municípios e a partir de 2019, novos municípios começam a se integrar no cenário de região turística. Os que estavam no mapa e saíram continuam fazendo parte do Turismo ou não?

Para responder a esta pergunta, primeiramente vale destacar o que significa município turístico, município com oferta turística complementar e município de apoio do turismo, o que nos faz recorrer ao PRT. Dentro do Mapa do Turismo Brasileiro advindo do Programa de Regionalização do Turismo, há a categorização dos municípios, feita pelo Mtur. Esse processo serve para identificar e classificar os municípios que pertencem ao mapa do turismo e suas atribuições, a partir de uma metodologia que define critérios capazes de realizar essa identificação e distribuir em categorias A, B, C, D e E.

Nesse sentido, conforme o Ministério do Turismo:

Município turístico é aquele que concentra o maior fluxo de turistas e detém os principais atrativos e serviços turísticos em geral em relação aos municípios circunvizinhos, atualmente entende-se como os municípios A e B no Mapa do Turismo Brasileiro.

Município com oferta turística complementar é aquele que possui atrativos e serviços turísticos que complementam a oferta e o fluxo de turistas dos municípios turísticos da região, categorias C e D.

Município de apoio ao turismo é aquele em que não há fluxo de turistas ou que possui fluxo pouco expressivo, mas se beneficia da atividade turística, fornecendo mão de obra, serviços ou produtos associados ao turismo para municípios turísticos e /ou municípios com oferta turística complementar, categoria E. [grifo nosso]. (Brasil, 2024)

Estas são as denominações técnicas oficiais para estes termos, de forma que serão utilizadas a partir desse tópico e na caracterização dos municípios.

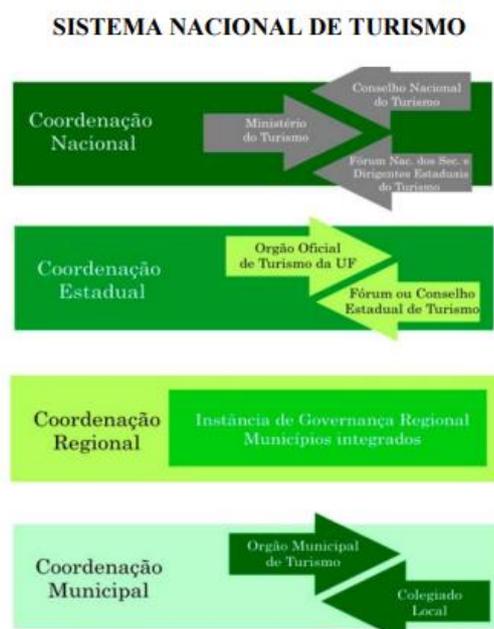
Para a resposta à pergunta direcionada, temos a seguinte reflexão: muitos municípios estão interagindo com os circunvizinhos que identificam o perfil para o turismo, seja como município turístico, complementar ou de apoio e possuem ações nesse cenário, mesmo sem estar oficialmente no Mapa do Turismo Brasileiro. Assim como alguns entram no Mapa na gestão de um secretário de Turismo e depois ocasionalmente podem sair por conta de não ter continuidade na atualização de dados, isso não diz a respeito de poder ou não de alguma forma atuar com o turismo.

No entanto, para o município receber alguma emenda ou projeto ele precisa estar no Mapa do Turismo Brasileiro, e para conseguir entrar terá que se organizar e cumprir as diretrizes do PRT, como por exemplo, ter um conselho municipal de turismo atuante, apresentar provas com atas das três últimas reuniões e planos de trabalho para o turismo, fotos das ações, além da Lei Orçamentária Anual constar direcionamento de gastos para o turismo.

O ideal que é o município se formalize e faça parte do PRT para a sua inclusão no Mapa do Turismo Brasileiro, pois esta é a lógica de ordenamento territorial a partir do turismo, porém para que o processo chegue até o final é necessário o trabalho dos interlocutores estaduais, regionais e municipais, o que faz parte da gestão descentralizada do PRT.

Na imagem a seguir, entendemos o funcionamento do Sistema Nacional de Turismo e a organização do Programa de Regionalização de Turismo a partir dos interlocutores nas suas diversas esferas governamentais.

Figura 12: Sistema Nacional de Turismo



Fonte: Cartilha Manual do Interlocutor, Mtur, 2023.

Nesta imagem, reconhecemos a importância das IGRs, uma vez que se tornam o elo de ligação entre os conselhos municipais e a coordenação estadual do turismo. Estas instâncias têm o poder de unificar os municípios presentes na região turística, evitando concorrência interna e formalizando demandas concentradas em um só grupo.

Dada a importância de considerar o contexto histórico do objeto de pesquisa, a seguir vamos entender alguns marcos legais normativos e históricos que são considerados nesta pesquisa em relação à região turística das Serras Gerais. Essas informações destacadas no quadro fizeram parte desta pesquisa na busca pela compreensão de entender o fenômeno sem deixar de apresentar o seu contexto inserido.

Figura 13: Marcos legais normativos e históricos de interesse para pesquisa

Ano	Marco	Importância para pesquisa
1988	Divisa dos Estado TO/GO	A partir daqui é Tocantins.
1996	Embratur outorga o Selo de Município com potencial turístico ao município de Arraias-TO.	Arraias faz parte das Serras Gerais, esse marco mostra a relevância (política e o papel dessa região em relação do Turismo). Leva a seguinte indagação: outros municípios das Serras Gerais receberam?
2001	Decreto 27/2001 cria a Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins nos estados do Tocantins e da Bahia.	Unidade de conservação criada em torno da região turística das Serras Gerais e Jalapão.
2003	Regionalização do Turismo se consolida como política de governo.	Começa a se pensar em formas de regionalizar o turismo.
2003	1º Mapa do Turismo Brasileiro.	Consta o nome da região turística “Termas e Serras Gerais”.
2004	Lançamento do Programa de Regionalização do Turismo.	Estratégias para ordenamento do território a partir do turismo.
2007	Cartilha Módulo Operacional 3 - Institucionalização da Instância de Governança Regional.	Começa a se falar em Instância de Governança. Essa cartilha foi atualizada em 2019.
2007	Decreto 3.126 Criação do Fórum Permanente da Região Turística das Serras Gerais.	Proposta fez-se em cumprimento as diretrizes da política nacional de turismo e das metas do Programa de Regionalização do Turismo. Nessa época passou a se ver o turismo como alternativa de desenvolvimento.

2008	Lei nº 11.771/2008 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.	A Lei máxima sobre Turismo no cenário da política nacional.
2013	Portaria Mtur nº 105, de 16 de maio de 2013.	PRT foi reformulado em 2013 onde se definiu 8 eixos que orientam ações [estratégicas] de apoio a gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios.
2013	Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013.	Reeditou critérios para definir o Mapa do Turismo Brasileiro.
2014	Início do projeto Sebrae: Projeto de “Desenvolvimento do Turismo e Produção Associada das Serras Gerais”.	Principal foco, o empreendedorismo a partir do turismo, transformando potenciais turísticos naturais e culturais em atrativos turísticos.
2016	Consolidação do Projeto Sebrae: “Fomento da Competitividade do Turismo das Serras Gerais”.	Principal foco, o empreendedorismo a partir do turismo, transformando potenciais turísticos naturais e culturais em atrativos turísticos.
2018	Criação da Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada de Serras Gerais no Tocantins-Assegtur.	Surgimento da Assegtur- início de uma nova era!
2018	Plano Nacional de Turismo 2018-2022.	O Plano Nacional de Turismo serve como um suporte para que os Estados e municípios acompanhem quais são as estratégias nacionais.
2018/2019	Fomento, promoção, divulgação e comercialização de produtos.	A Serras Gerais começa a aparecer em Cards promocionais de divulgação, as vendas começaram e o grupo de empresários e simpatizantes do turismo ganharam visibilidade.
2019	1ª Fórum de Turismo das Serras Gerais.	Alinhamento com representante do Mtur e discussões da região turística e a governança regional no município de Natividade/TO.
2020	Institucionalização da IGR Serras Gerais e Criação do Estatuto da IGR Serras Gerais.	IGR Serras Gerais reconhecida pelo Estado do Tocantins e formalizada de acordo com critérios do Mtur.
2020	Webconferência de “Governança turística” com as regiões turísticas do Tocantins e governo do estado.	Troca de experiências de governança turística com os circuitos turísticos de Minas Gerais em formato online (Pandemia Covid-19)

2021	Portaria nº 41 de 24 de novembro de 2021.	Dispõe sobre a atualização de normas sobre atualização do Mapa e o Programa de Regionalização do Turismo.
2021	2º Fórum de Turismo das Serras Gerais.	Discussões da região turística Serras Gerais com representantes dos municípios, entidades políticas e governo do estado em Dianópolis/TO.
2022	Portaria nº 3 de 13 de janeiro de 2022.	Altera a Portaria Mtur nº41 de 24 de novembro de 2021 e atualiza normativas para o Mapa do Turismo Brasileiro.
2022	Projeto SEBRAE Rede de Agentes de Roteiros Turísticos.	Este projeto pertence ao Sebrae nacional, e várias UF's receberam recursos para executar, o Sebrae Tocantins foi uma delas. No ano de 2022 foi projeto piloto que envolveu todas as 7 regiões turísticas do estado. A Serras Gerais foi beneficiada com Agentes de Roteiros Turísticos em quase todos os seus municípios.
2023	Atualização do Projeto SEBRAE Rede de Agentes de Roteiros Turísticos	Com o êxito do projeto piloto, o projeto foi reestruturado para incorporar mais municípios o que a missão de explanar a linha de Destinos Turísticos Inteligentes-DTI em duas principais esferas: formatar novos produtos e roteiros turísticos e trabalhar a governança turística (criar ou fortalecer existente).
2023	Projeto Tocantins + Turismo (Sebrae e gov. TO)	Convênio entre governo estadual e Sebrae Tocantins para realização cursos e oficinas de capacitação desde escolas públicas de municípios com vocação turística até os empresários locais.
2023	Lei n. 4.134/2023 Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária.	Esta lei busca incentivar o turismo de base comunitária, aprimorar a utilização de recursos ambientais, assegurar atividades econômicas de longo prazo, promover o apoio e fomento as comunidades e realização de parcerias.
2023	Lei 14.658 Institui o Estado do Tocantins como Rota Nacional do Turismo de Aventura, Ecológico, Rural, de Sol e Praia Doce, de Vivência, Cultural, Religioso e Gastronômico.	O Tocantins ganha reconhecimento e visibilidade nacional para desenvolver, fomentar, fortalecer, promover e valorizar o potencial turístico regional e local.
2023	Ex-presidente da Assegtur é nomeada Superintendente de Turismo do Tocantins.	Representante dentro do governo estadual de lideranças das Serras Gerais.
2023	Instabilidade administrativa na Assegtur.	Falta de atuação de presidente, trocas de direção e paralisação de liderança.
2024	Reativação do Fórum Permanente do Jalapão.	Trabalho do governo estadual para reativação dos fóruns regionais de

		turismo para atualização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro. O estado mirou esta alternativa como prática e rápida para se adequar as diretrizes do PRT.
2024	Reativação do Fórum Permanente da Região Turística das Serras Gerais.	Por falta de organização dos membros da Assegtur e apoio (incentivo) do governo estadual a Assegtur é substituída como IGR com a ativação do Fórum criado em 2007.
2024	Oficina de Planejamento da Região Turística de Serras Gerais	Levantar desafios e propor planejamento
2024	Lançamento do Plano Nacional de Turismo 2024-2027.	Plano estratégico do turismo nacional.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Estes marcos considerados na pesquisa são destacados para discussão da organização da governança turística nas Serras Gerais e serão citados na contextualização histórica da governança turística.

Por ora, iniciamos pela criação do estado do Tocantins, este marco legal, que receberá uma abordagem específica no próximo tópico de formação do território. A criação do estado foi relevante porque deu origem a uma nova história, de um povo que então construía uma identidade própria e uma identificação regional, sem desconsiderar seu passado.

Com a criação do novo estado em 1988, muitos municípios mudaram de nome ou de grafia. Por exemplo, alguns que tinham “norte” ligado ao nome substituíram essa denominação por “Tocantins”, como “Conceição do Norte”, que se tornou “Conceição do Tocantins” e Arraias anteriormente se escrevia “Arrayas”.

Em 2001, foi criada a Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins, vide **anexo 3**. Esta unidade de conservação reaviva as discussões sobre a importância da fauna e da flora pertencente as Serras Gerais, um legado que o Turismo deve cuidar para manter no uso sustentável dos recursos naturais disponíveis no seu território.

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, as políticas nacionais começam a ganhar maior visibilidade e o PRT se consolida como política de governo. No mesmo ano, é lançado o 1º Mapa do Turismo Brasileiro, que faz referência à região turística das Serras Gerais.

Esta política organizacional de 2003 a nível nacional foi um pilar para que o planejamento turístico dos municípios passasse a então ser cobrado. Naquela época, Arraias iniciou a formação do Conselho Municipal de Turismo para participar da então “Oficina de Planejamento Turístico de Arraias” orquestrada pela Embratur, **anexo 4**.

Logo em 2007, o Tocantins surpreende com a criação do Fórum Permanente da Região Turística Serras Gerais, empossado pelo Secretário de Turismo da época, Igor Avelino, à frente

da Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins (ADTUR). O Fórum se tornou a primeira instância de governança criada formalmente do estado, localizado no município de Paranã-TO, e contou com a presença de prefeitos e conselhos de turismo municipais.

Os municípios oficialmente participantes dessa região turística foram Dianópolis, Peixe, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Arraias, conforme **anexo 5**. Essa unificação de interesses em formato regional envolvia o turismo como uma alternativa de desenvolvimento.

Quando falamos da IGR Serras Gerais hoje, esse é o contexto que remete a sua constituição, mesmo que para cada tempo, a realidade dos fatos transcorridos pertença ao período indicado.

É interessante que esta história se ofusca quando se destaca o trabalho realizado em meados de 2014/2015 com o projeto de “Desenvolvimento do Turismo e Produção Associada das Serras Gerais” adaptado para o nome de “Fomento da Competitividade do Turismo das Serras Gerais”, gerenciado pelo Sebrae. Sem desconsiderar a sua importância, mas valorizando o contexto histórico que levou inclusive a criação de projetos como estes.

Considerando a importância de cada época, não é o objetivo criticar a instituição citada, uma vez que esta tem se demonstrado participativa e atuante quando se diz respeito ao desenvolvimento do turismo das Serras Gerais.

Apesar das Serras Gerais ter, de acordo com buscas realizadas no Google, uma referência de 2003 no Mapa do Turismo Brasileiro e uma em 2007, com a criação do Fórum Permanente da Região Turística Serras Gerais; conforme relatos, a referência prática de turismo nas Serras Gerais, antes de 2014, se concentrava apenas no Hotel Serra Geral, localizado no município de Natividade-TO, e no Rio Azuis, que recebia destaque por ser o menor rio da América Latina e terceiro menor rio do mundo, com 147 metros de extensão (Brasil, 2024).

Após 2014, exatamente em 2016, a pesquisadora passou a vivenciar a participação do Sebrae nas capacitações e missões técnicas, que naquele momento conduzia os empresários, potenciais empresários e simpatizantes do turismo para pensarem no desenvolvimento da região com sustentabilidade, formalização, profissionalismo e capacidade técnica.

O Sebrae tem contribuído com o Turismo brasileiro, com projetos vinculados ao Ecoturismo, competitividade, DTI², no processo de atendimento aos pequenos negócios e empresas. Se tratando do Sebrae Tocantins/regional sudeste, em relação a 2016, o gestor da regional dessa época era da região, o que impulsionou o interesse em ‘ver a sua região crescer’.

Figura 14: Logomarca da Serras Gerais



Fonte: Sebrae/TO, 2019.

Logo após as consultorias turísticas direcionadas aos empresários e potenciais empresários, foram realizadas missões técnicas e em seguida o processo de criação da marca Serras Gerais. Essa marca, feita por consultoria do Sebrae à região turística, passou a ser utilizada pelos empresários do setor e em materiais promocionais e de divulgação da região.

Depois de visitas de blogueiros de viagem e *influencers* visitarem as Serras Gerais para promover seus atrativos e atividades turísticas, foram criados materiais promocionais das Serras Gerais que foi levado para ABAV EXPO/2020, Feira de Turismo organizada pela Associação Brasileira de Agências de Viagem, que envolve todo *trade* turístico do Brasil, América Latina e outros países convidados.

Após esse episódio, o governo do estado entendeu que a região, mesmo sem o seu apoio direto, estava deslanchando e passou a se interessar pela narrativa da região. Interesse este que não veio de forma natural, já que foi necessário que lideranças da região realizassem diversas cobranças para que este apoio viesse. Desde então, o governo passou a atuar para que o Tocantins mostrasse a sua nova 'menina dos olhos', o Tocantins para além do Jalapão, valorizando as demais regiões turísticas presentes no estado.

Outros projetos de interesse para a governança turística nas Serras Gerais são a Rede de Agentes de Roteiros Turísticos e o Tocantins + Turismo. O primeiro se destaca, ao atrelar sua frente de atuação à Formatação de Produtos e Roteiros Turísticos e Governança Turística.

No que diz respeito à Governança Turística, a autora acompanhou de perto as ações realizadas nos anos de 2022 e 2023. Porém, em 2024, o projeto não teve continuidade no estado do Tocantins.

Quadro 5: Os municípios das Serras Gerais atendidos pelo projeto Rede de Agentes de Roteiros Turísticos

Território Serras Gerais	Agente de Roteiro Turístico
Arraias e Paranã	Consultor 1
Almas e Rio da Conceição	Consultor 2
Aurora do Tocantins e Lavandeira	Consultor 3
Dianópolis e Ponte Alta do Tocantins	Consultor 4
Pindorama e Natividade	Consultor 5
Regional	Consultor Sênior

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Como apresentado no quadro acima, a cada dois municípios havia a presença de um consultor, concedendo o total de cinco consultores de Turismo nas Serras Gerais. Na linha de trabalho de governança, a prioridade era o apoio para instituição ou fortalecimento da Governança do Turismo do Território/Roteiro e apoio à elaboração e execução do plano de ação de Turismo do Território/Roteiro (planejamento estratégico turístico). O que foi feito?

O trabalho realizado seguiu na direção da constituição da governança na esfera municipal, com abordagem de escutas ativas coletivas e individuais para sondagem dessa governança, caso existisse, para que fosse definido um plano de trabalho de fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e da Secretaria Municipal de Turismo. Esse fortalecimento era feito por meio de acompanhamento mensal às reuniões do Comtur, palestras e acompanhamento às lideranças locais.

Caso não houvesse essa governança, os agentes deveriam realizar o trabalho de sensibilização, criação do conselho municipal de turismo e inserir o município no mapa do turismo. Dessa forma, municípios que estavam fora do Mapa do Turismo Brasileiro foram inseridos devido às atividades desse projeto.

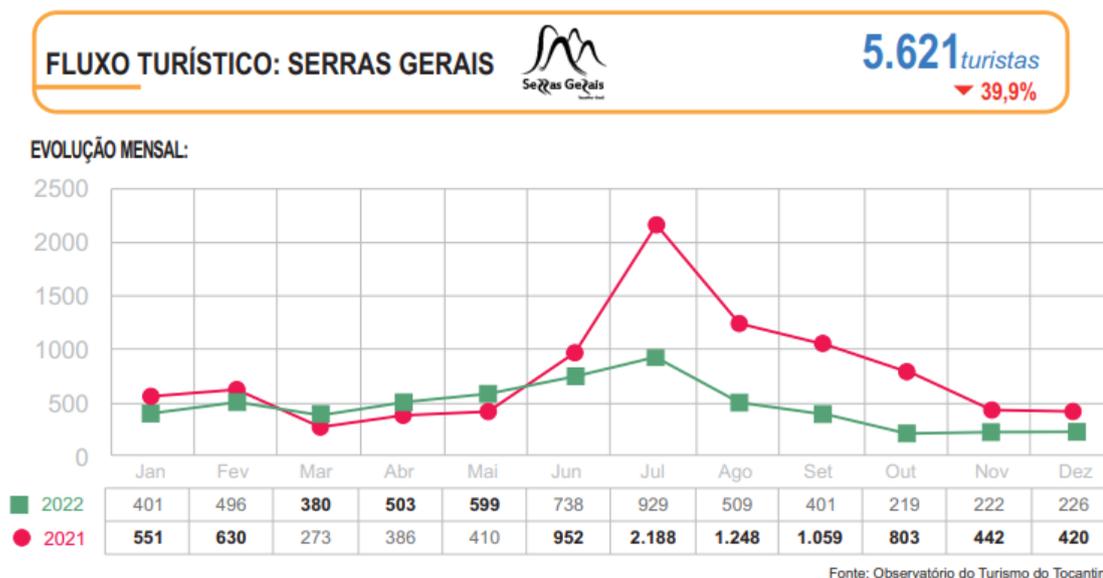
O projeto proporcionou uma atualização nas discussões de governança turística, por meio do acompanhamento constante do consultor às secretarias de Turismo e seu envolvimento com os conselhos municipais de Turismo, permitindo que o município se beneficiasse da expertise técnica do profissional e organizasse suas ações de forma mais eficaz.

A contextualização histórica da governança turística das Serras Gerais se faz necessária para que se tenha uma noção dos percalços que levam até os dias atuais. Essa percepção é de suma importância nesta pesquisa para construção do contexto turístico.

3.2 Serras Gerais no contexto de Região Turística

As Serras Gerais, como descrito, não têm controle de acesso na maioria dos seus atrativos. Assim, as pesquisas realizadas pelo Observatório de Turismo do Tocantins, consistem em dados extraídos da visitação no atrativo da Lagoa do Japonês no município de Pindorama e no Cânion Encantado em Almas. Abaixo, apresentamos o boletim do ano de 2022 divulgado pela Secretaria Estadual de Turismo. Ao analisar esses dados, é possível perceber que Serras Gerais possui uma oscilação do fluxo turístico entre os meses de janeiro a dezembro. Os picos de visitação ocorrem em fevereiro, junho, julho e agosto, sendo que, nos anos de 2021 e 2022 esse fluxo de turistas diminuiu.

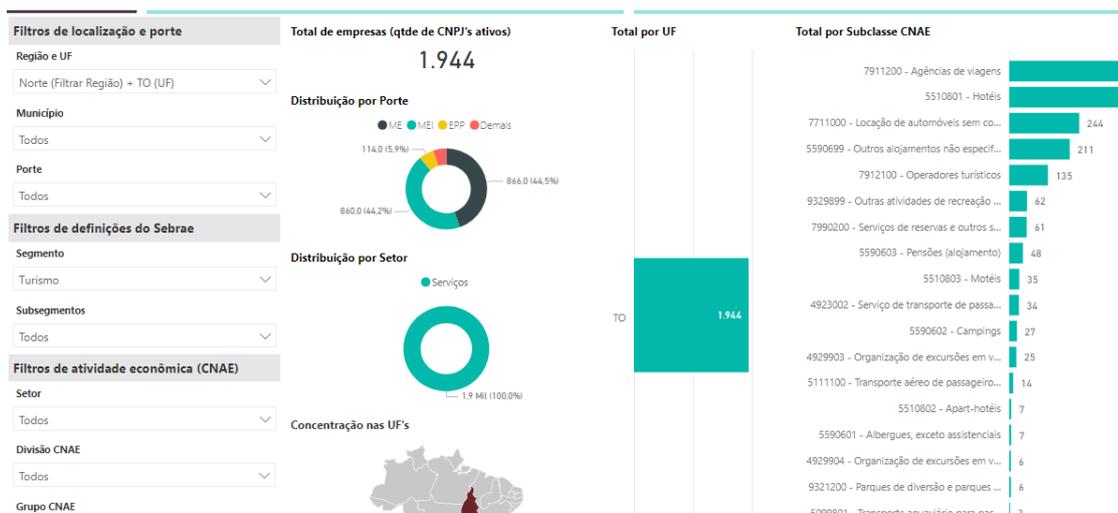
Figura 15: Fluxo turístico Serras Gerais



Fonte: Observatório do Turismo do Tocantins, 2022.

Com relação a formalização dos negócios turísticos no Estado do Tocantins, temos o registro de 7.453 empresas com CNPJs ativos no segmento de Turismo, Artesanato e Economia Criativa. Quando nos restringimos apenas ao segmento do Turismo, o número cai para 1.944 empresas com CNPJs ativos nas diversas atividades econômicas ligadas ao setor de serviços no segmento de turismo (Sebrae, 2023).

Figura 16: CNPJs empresariais ativos de Turismo no Tocantins



Fonte: Painel Empresarial CNPJs Ativos-SEBRAE, 2023.

Para melhor apresentação destes dados, isolamos a região turística em questão para obtermos detalhes da composição dos empreendimentos ligados ao segmento do turismo e sua organização nas esferas municipais. Assim, a região comporta 89 empresas com CNPJs ativos das 1.944 do estado.

Na oportunidade, essas 89 empresas levantadas na pesquisa foram compreendidas de forma isolada, por município, como apresenta o quadro a seguir:

Quadro 6: CNPJs ativos -Turismo nas Serras Gerais

Município	Quantidade de empresas cadastradas em geral (2023)	Quantidade de Empresas cadastradas no segmento do Turismo (2023)	Divisão por subclasse de CNAE (Turismo)
Almas	416 CNPJs ativos	10	3 operadores turísticos, 2 hotéis, 1 serviço de transporte de passageiros, 1 apart-hotéis, 1 locações de automóveis sem condutor, 1 agência de viagens, 1 atividade de jardim botânico, parques, reservas e área de proteção ambiental.
Arraias	468 CNPJs	05	2 hotéis, 1 agência

	ativos		de viagens, 1 operadora turística, 1 serviço de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.
Aurora do Tocantins	164 CNPJs ativos	14	6 agências de viagens, 4 hotéis, 3 alojamentos não especificados, 1 serviço de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.
Dianópolis	1.679 CNPJs ativos	19	11 hotéis, 3 agências de viagens, 1 locadora de automóveis, 2 alojamentos não especificados e 1 pensão.
Lavandeira	65 CNPJs ativos	03	1 agência de viagens, 1 operadora turística, 1 serviço de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.
Natividade	706 CNPJs ativos	10	5 hotéis, 2 agências de viagens, 1 locação de automóveis sem condutor, 1 alojamentos não especificados, 1 serviço de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.
Paraná	432 CNPJs ativos	07	4 hotéis, 1 agência de viagens, 1 locação de automóveis sem condutor, 1 alojamentos não especificados.

Pindorama	183 CNPJs ativos	09	3 hotéis, 1 camping, 1 agência de viagens, 4 alojamentos não especificados.
Rio da Conceição	86 CNPJs ativos	05	2 hotéis, 1 agência de viagens, 1 operadora turística, 1 alojamento não especificados.
Taguatinga	676 CNPJs ativos	07	4 hotéis, 1 agência de viagens, 1 alojamento não especificados, 1 serviço de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.

Fonte: SEBRAE, 2023.

3.3 Governança municipal das Serras Gerais

No que diz a respeito da governança municipal da Serras Gerais, a pesquisa foi direcionada para o levantamento da existência de Política Municipal de Turismo e Conselho Municipal de Turismo nos municípios que compõem a região e fazem parte da governança regional.

Como resultado, a partir do cenário legislativo de cada um dos municípios abordados, temos:

Quadro 7: Governança Municipal nas Serras Gerais

Cidade (UF: TO)	Lei Política Municipal de Turismo	Lei de criação do COMTUR	Decreto de nomeação atual COMTUR
Lavandeira	Projeto de Lei nº 13/2018	Lei nº 190/2018	Decreto nº 33/2024
Aurora do Tocantins	Lei nº 2011/22	Lei nº 2011/2022	Decreto nº 58/2023

Almas	Projeto de Lei 08/2023	Projeto de Lei 08/2023	Decreto nº94/2023
Dianópolis	_____	Lei nº 1566/2023	Decreto nº226/2024
Rio da Conceição	Lei nº 355/2018	Lei nº 258/2010 Lei Complementar 350/2017	Diário Oficial 385/2024
Natividade	_____	Lei 55/2026 e Lei Complementar 04/2017	Decreto nº 038/2024
Arraias	_____	Lei nº 995/2018	Decreto nº 022/24 e nº 023/2024
Paraná	_____	Lei nº 1206/21	Decreto nº 0079/2024
Ponte Alta do Bom Jesus	Lei nº 218/2021	Lei nº 218/2021	Decreto nº 104/2023
Taguatinga	_____	_____	_____
Pindorama	_____	Lei 238/2019	Decreto nº101/2023

Fonte: Consulta ao Portal da Transparência de cada município, 2024.

A governança turística municipal é estabelecida pelo conselho municipal de turismo (COMTUR) adequado a realidade de cada território para ordenar, articular e desenvolver políticas municipais e diálogos com a sociedade civil acerca da organização turística. Para esse feito, dos nove municípios pesquisados, apenas um não apresenta COMTUR e Política Municipal de Turismo. Conforme apresentado no quadro, se trata do município de Taguatinga.

Sobre a Política Municipal de Turismo, os municípios de Lavandeira, Aurora do Tocantins, Almas e Ponte Alta do Bom Jesus possuem lei que estabelece esta política paralelo a criação do COMTUR. Rio da Conceição possui uma Lei para a instituição da política pública

de turismo e outra para a criação do COMTUR. Na sequência, os municípios de Dianópolis, Arraias, Paranã e Pindorama não possuem política municipal de turismo instituída, mas contam com a criação do COMTUR.

As leis apresentadas no quadro estão atualizadas relativamente ao período que se dá a pesquisa. Dessa maneira, os decretos de nomeação dos membros do COMTUR são dos anos de 2023 e 2024, a depender do tempo estabelecido de mandato, que pode variar entre um a dois anos. As informações estão publicadas nos sites das prefeituras, na linha de Arquivos, leis e documentos municipais para consulta pública.

Vale ressaltar que os municípios precisam apresentar esses dados para o interlocutor estadual do PRT, para que sejam lançados na plataforma estadual e atualizados perante o Mapa do Turismo Brasileiro. O Mapa foi inserido recentemente na atualização da Lei Geral do Turismo do ano de 2024.

Mesmo que os municípios tenham posse de dados oficiais de criação e nomeação do conselho municipal, é preciso acompanhamento para verificar a constância das reuniões. Porque manter a governança ativa exige esforço tanto do secretário de turismo como do presidente do COMTUR, para que as reuniões aconteçam e o grupo formado não se disperse.

O fortalecimento da governança é uma tarefa contínua que precisa estar sempre alinhada às demandas e necessidades do grupo. Sendo um processo dinâmico, essa interação pode variar conforme as situações exploradas e as influências externas do cenário turístico municipal.

Ocorre que durante a pesquisa foi realizado o acompanhamento a estes municípios em relação a organização da sua governança e nota-se que muitos precisam de gestão. Precisam, no caso, de uma mesa diretora atuante, para conseguir mediar o grupo e unificar as pessoas inseridas no processo.

A realidade de cada município tem se mostrado cada vez mais próxima quando se trata do ritmo de reuniões, das discussões do COMTUR, frequência dos participantes, até a falta de independência do conselho. Na maioria dos casos, há grande espera do secretário municipal de turismo para realizar as reuniões, sendo que esta responsabilidade é do presidente do conselho.

Essas especificidades interferem na organização da governança regional e no seu funcionamento, pois os membros acompanham o mesmo cenário. Isso mostra a importância de entender essa suborganização própria vinculada a cada município para tratar os rumos dessa conjuntura, regionalizando as necessidades macros do grupo.

Nesse sentido, a seguir iremos entender o papel da ASSEGTUR na direção da governança da Serras Gerais no contexto do desenvolvimento do turismo.

3.4 Formação e contexto da ASSEGTUR como IGR

A instância de governança regional possui estruturas variáveis, como fóruns, consórcios, associações, entre outras, conforme as realidades locais. Isso não altera o elo comum entre todas, que é reunir entes com interesse na gestão e em resultados de um determinado projeto ou organização. São entes que estão influenciando ou sendo influenciados, o que fortalece os processos de decisão.

Para isso, é preciso identificar o modelo turístico da região, com ênfase nos recursos disponíveis no território. Isso auxilia no planejamento com respaldo na vocação turística, que permeia os municípios que integram o grupo regionalizado.

No segundo momento, faz-se necessário entender a organização do território, pois esta determinará a gestão do turismo da escala local para regional-global. Estas escalas trazem entre si o envolvimento de atores que criam com o tempo uma cultura turística de movimento, sendo parte de uma proposta identitária que os liga regionalmente.

A partir da formação e envolvimento de pessoas, passa a responsabilidade de gerir políticas públicas de turismo que sejam vinculadas à proposta de promoção e comercialização da região turística.

Nesse quesito, a pesquisa realizou a identificação prévia da existência de uma governança turística, o que levou a ASSEGTUR, que, como iremos observar, marcou o período de expansão e visibilidade do turismo nas Serras Gerais, refletindo os seguintes pontos em questão: Até que ponto a governança é reconhecida como tal? Quais aspectos tornam a governança reconhecida pelos seus atores?

O cenário de surgimento da ASSEGTUR, como introduzido anteriormente, parte da participação de municípios como Natividade, Dianópolis, Almas e Rio da Conceição no projeto de fomento ao turismo das Serras Gerais em 2014, organizado pelo SEBRAE/Tocantins por meio da regional sudeste.

Vale ressaltar que neste contexto não havia o reconhecimento e nem atuação de qualquer governança turística regional. Mesmo que o Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais tenha sido criado em 2007, sua atuação até o momento era inativa.

A partir da implementação do projeto citado, foram surgindo lideranças que passaram a se relacionar em meio a este processo de 2014/2015. Essa circunstância teve como produto a criação do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental em 2015, o que despertou euforia nas discussões sobre turismo nas Serras Gerais.

Com os avanços do projeto do SEBRAE e o entusiasmo de lideranças sociais e

empresariais que foram surgindo, esta instituição realizou em 2018 a Missão Técnica de Integração das Serras Gerais. Essa missão favoreceu o entrosamento desses agentes empresariais e gestores municipais turísticos, levando de fato a integração. Dessa forma, no mesmo ano, foi estabelecido o grupo no aplicativo de mensagens WhatsApp, com o nome “Missão Serras Gerais”.

A missão foi realizada com o roteiro organizado para conhecer o turismo de Natividade, Almas, Rio da Conceição e Dianópolis e observar as transformações que tinham sido feitas e produtos que estavam sendo formatados nesses municípios. O intuito era de estimular troca de experiências e aprendizado entre os participantes, para notarem o que poderia ser aplicado em seus respectivos municípios.

Como resultado, em 21 de maio de 2019, lideranças femininas de Natividade, Rio da Conceição e Almas constituíram a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Produção Associada das Serras gerais. Nesse mesmo ano, o grupo de mensagens criado ficou denominado “ASSEGTUR Serras Gerais”.

Figura 17: Cartão CNPJ da abertura da ASSEGTUR em 2019

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
<small>NUMERO DE INSCRIÇÃO</small> 34.608.432/0001-00 <small>MATRIZ</small>	<small>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</small> CADASTRAL	<small>DATA DE ABERTURA</small> 20/08/2019	
<small>NOME EMPRESARIAL</small> ASSOCIACAO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E PRODUCAO ASSOCIADA DAS SERRAS GERAIS DO TOCANTINS-ASSEGTUR			
<small>TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</small> ASSEGTUR			<small>PORTE</small> DEMAIS
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</small> 79.12-1-00 - Operadores turísticos			
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</small> 79.11-2-00 - Agências de viagens 79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente 91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares 91.02-3-02 - Restauração e conservação de lugares e prédios históricos 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</small> 399-9 - Associação Privada			
<small>LOGRADOURO</small> R ODORICO NUNES	<small>NUMERO</small> S/N	<small>COMPLEMENTO</small> *****	
<small>CEP</small> 77.370-000	<small>BAIRRO/DISTRITO</small> SETOR JARDIM SERRANO	<small>MUNICIPIO</small> NATIVIDADE	<small>LUF</small> TO
<small>ENDEREÇO ELETRÔNICO</small> ASSEGTURSERRAGERAIS@GMAIL.COM		<small>TELEFONE</small> (63) 9217-5587/ (63) 9105-9625	
<small>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</small> *****			
<small>SITUAÇÃO CADASTRAL</small> ATIVA		<small>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</small> 06/04/2021	
<small>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</small> 			
<small>SITUAÇÃO ESPECIAL</small> *****		<small>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</small> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 05/09/2024 às 00:17:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2024.

O papel dessas lideranças femininas foi crucial para a realização da ASSEGTUR, pois elas assumiram um trabalho voluntário, dividindo-o com as demais atividades que já desempenhavam no dia a dia. Isso demonstra a determinação em fazer as Serras Gerais "aparecerem", mesmo diante de uma luta que, até então, contava com pouco ou nenhum suporte governamental.

A criação da associação foi ganhando visibilidade de forma intimista, mas também em um ritmo acelerado. Esse processo atraiu adeptos e fortaleceu o entrosamento entre os membros, permitindo que a associação rapidamente assumisse uma posição de liderança na representação das Serras Gerais. Em novembro de 2019, quando começou a organizar as filiações, a associação já contava com 13 membros filiados e pagantes, provenientes dos municípios de Aurora do Tocantins, Dianópolis, Arraias, Rio da Conceição e Natividade.

Os participantes, que eram secretários municipais de turismo e empresários, partilhavam dos mesmos interesses, o que fortaleceu este grupo. Logo que em maio de 2020, a ASSEGTUR iniciou as discussões para o processo de transformação em instância de governança, ela contava com 20 membros.

Nesse processo, procurou auxílio do SEBRAE, que prestou consultoria técnica para a construção de missão e valores e auxílio na alteração do regimento interno. Pediu auxílio também à UFT/Arraias, por meio do curso de Turismo, e à Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS/Dianópolis para apoio nessa transição. Isso foi necessário porque em março de 2020 o mundo lidava com a pandemia da COVID-19.

Mesmo no cenário da pandemia, a ASSEGTUR manteve seu papel de articulação regional, e em agosto de 2020 foi criado o Plano de Retomada do Turismo nas Serras Gerais.

Este plano estabeleceu protocolos de segurança sanitária para que o atendimento e relacionamento dos empresários da região e clientes fossem padronizados, obedecendo critérios divulgados pelo Ministério do Turismo e outros órgãos de saúde. O material foi entregue para todas as prefeituras das Serras Gerais e aprovado pela secretaria estadual de turismo do Tocantins.

Figura 18: Publicação do Plano de Retomada do Turismo das Serras Gerais



Fonte: Assegtur (@assegtur). 2020. “A ASSEGTUR publica o Plano de retomada do turismo das Serras Gerais”. Instagram, 06 ago. 2020. https://www.instagram.com/p/CDjNe3MF2c8/?img_index=1.

Figura 19: Recorte de notícia da divulgação do Plano de Retomada do Turismo das Serras Gerais

Plano de retomada do turismo na Região das Serras Gerais é aprovado

A Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada de Serras Gerais do Tocantins (Assegtur), com apoio do Governo [...]

TOCANTINS

05/08/2020 18h31

Compartilhe   

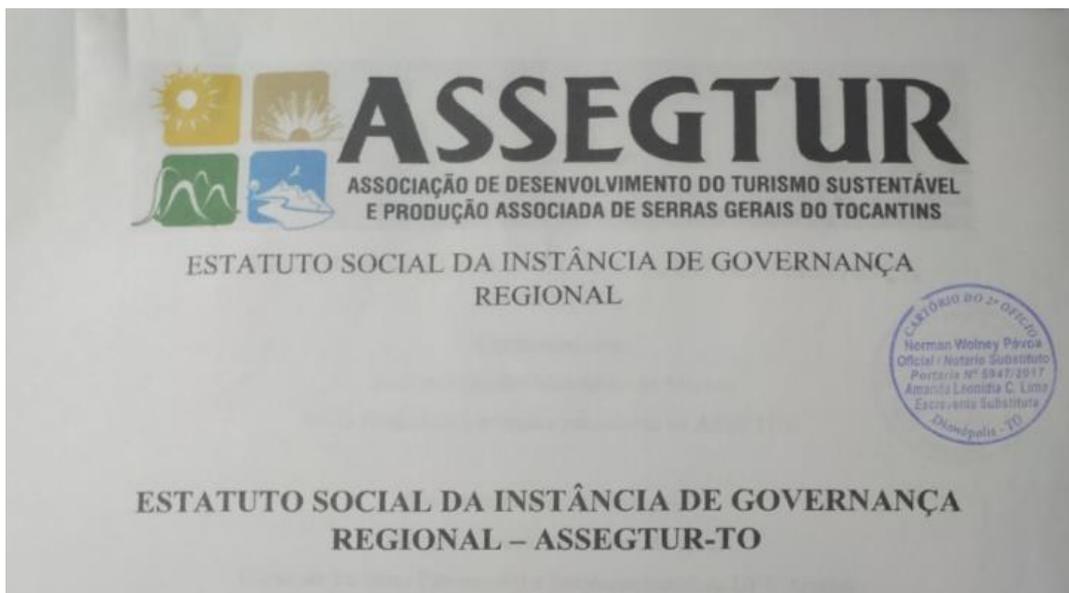
A Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada de Serras Gerais do Tocantins (Assegtur), com apoio do Governo do Estado, por meio da Agência de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (Adetuc) e demais parceiros elaborou um plano contendo os protocolos para retomada da atividade turística que visa adotar medidas de segurança das atividades da Região Turística das Serras Gerais. O plano já foi aprovado e está sendo encaminhado, pela instância de governança, aos municípios para socialização do documento para que, juntos com os parceiros, possam ser tomadas as medidas com base no protocolo de segurança para que cada município decida o momento certo da retomada da atividade.

Fonte: Redação Gazeta do Cerrado, “Plano de retomada do turismo na Região das Serras Gerais é aprovado”. Gazeta do Cerrado, 2020. <https://gazetadocerrado.com.br/plano-de-retomada-do-turismo-na-regiao-das-serras-gerais-e-aprovado/>

Junto com este plano, a ASSEGTUR solicitou auxílio ao governo do estado para que criasse uma forma de subsidiar ou prestar apoio aos impactados pela pandemia do Covid-19 na área do turismo. O auxílio governamental se deu com entregas de cestas básicas após identificação dos que pleitearam a requerida reivindicação.

Ainda no cenário pandêmico, em setembro de 2020, a ASSEGTUR registrou em cartório a reformulação do Estatuto e regimento interno e se apresentou como IGR das Serras Gerais.

Figura 20: Capa do Estatuto Social da Instância de Governança Regional-ASSEGTUR



Fonte: ASSEGTUR, 2020.

A partir desse momento, a ASSEGTUR passou a ser reconhecida pelos seus membros e pelo governo estadual como uma Instância de Governança Regional (IGR). Ela se consolidou como a primeira instância de governança institucionalizada da região das Serras Gerais, considerando o processo de identificação da vocação da região, o agrupamento de atores, a cultura de reunião, a organização e o planejamento regionalizado. Esse processo culminou na institucionalização e formalização da associação, com a escolha da estrutura de governança apropriada.

Separamos alguns trechos de reportagens que se referem a ASSEGTUR como representação de IGR, para mostrar que houve em dado momento a realidade que comentamos.

Figura 21: trecho I reportagem ASSEGTUR como IGR das Serras Gerais



Fonte: Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins (SECOM), 2023.

Figura 22: Trecho II reportagem ASSEGTUR como IGR das Serras Gerais



Com apoio do Governo do Estado, Assegtur elege nova diretoria com para avanço turístico das Serras Gerais

Publicado em 17 de outubro de 2022
por Da Redação

Fonte: Da Redação. Secretaria de Cultura, Governo do Estado do Tocantins, 2022. "Com apoio do Governo do Estado, Assegtur elege nova diretoria com para avanço turístico das Serras Gerais", 17 out. 2022. <https://folhacapital.com.br/cultura/com-apoio-do-governo-do-estado-assegtur-elege-nova-diretoria-com-para-avanco-turistico-das-serras-gerais/>

Dado este reconhecimento, a ASSEGTUR se vê com força política, pela quantidade de empresários, simpatizantes, secretários municipais de turismo e sociedade civil em geral interessada pelo tema, aprofundando discussões com o governo do estado. Isso faz com que ela participe ativamente em 2021 da segunda edição do evento Fórum de Turismo das Serras Gerais, que marcou o retorno presencial dos diálogos entre os membros da associação e demais empresários e simpatizantes do turismo da região turística.

Em 2022, a ASSEGTUR passou a contar com uma nova gestão, com a diretoria empossada na presença do Secretário Estadual de Turismo do município de Rio da Conceição. Esse momento marcou o início da continuidade das ações e a colaboração com novas lideranças, uma tarefa complexa e essencial para o progresso da associação.

No ano de 2023, ocorre outra mudança de diretoria, ocasionada pelo descumprimento do regimento interno por parte do presidente em exercício. Isso levou à instabilidade na ASSEGTUR, impactando na comunicação e gerenciamento dos demais membros.

Com a realização de uma nova eleição em 2023, a ASSEGTUR saiu de um cenário instável, que havia comprometido a visão e o propósito central da associação. No entanto, retorna a uma situação desfavorável, já que passou a ser conduzida por um presidente que não conseguiu convocar nenhuma reunião com os membros. Isso enfraqueceu o movimento e afastou, gradualmente, os colaboradores, diminuindo o zelo e a cooperação entre a equipe.

Após quatro meses sem discussões ou presença do presidente no grupo, os demais membros da diretoria se reuniram no mês de agosto de 2023 e concordaram que o presidente deveria renunciar ou ser destituído. Porém, após três meses, a carta de renúncia ainda não havia sido recebida. Diante disso, a diretoria escreveu a carta em outubro de 2023 e solicitou que fosse assinada. Esse processo demorou e prejudicou a ASSEGTUR, pois o tempo de espera

resultou em um ano sem reuniões e a carta só foi assinada em abril de 2024.

Essa ação poderia ter sido simplificada se a própria mesa diretora destituísse o presidente e fizesse a eleição para um novo presidente. Não havia necessidade de esperar a assinatura da renúncia. Tanto tempo se passou que a carta não sofreu impacto ou efeito, uma vez que os participantes tinham sido dispersados. Por que não houve interesse em assumir a presidência? E por que o vice não continuou os trabalhos interinamente, fortalecendo e mantendo a responsabilidades da associação?

A ASSEGTUR perdeu a oportunidade de crescer e formar parcerias governamentais, pois enquanto havia todo o movimento de espera para receber a carta de renúncia, a ex-presidente da associação tinha sido nomeada Superintendente Estadual de Turismo. Naquele momento, o ambiente estava favorável para a região turística das Serras Gerais.

O trabalho da diretoria não é remunerado, no entanto as escolhas e falta de liderança como no seu princípio custou caro. No ano de 2024, em um trabalho paralelo, a SETUR retoma as discussões e planejamento quanto as IGRs no estado. Na ocasião, decide reativar o Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais, de modo que em abril de 2024 convoca todos os municípios do sudeste a participarem de uma reunião de planejamento estratégico e composição de membros para o fórum, espaço que a ASSEGTUR foi convidada a fazer parte.

No entanto, se a ASSEGTUR era até então a IGR das Serras, ela passa a ser o quê? Um membro a mais no Fórum Permanente de Turismo que está estruturado como IGR da região turística das Serras Gerais. Isso leva o movimento a receber críticas, no sentido de que o governo estadual estaria acabando com a ASSEGTUR como IGR e desvalorizando o trabalho que tinha sido feito até o momento. Na visão dos participantes, a proposta poderia ser reestruturar e apoiar a ASSEGTUR, que vinha então funcionando como IGR.

A ASSEGTUR foi de fato uma IGR ou uma ilusão corporativa? Aqui está uma questão importante de observamos, dado que para os municípios entrarem no Mapa do Turismo Brasileiro precisam ter assinatura de um interlocutor regional, afirmando que o município participa da instância de governança regional. Esse papel a ASSEGTUR desempenhou por conveniência? Outro ponto, as reportagens apresentadas exaltam a representação regional da ASSEGTUR.

Como apresentado, em abril de 2024, a SETUR organiza oficina de planejamento estratégico de governança nas Serras Gerais, instituindo a diretoria do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais. Depois de escolhida a presidência da ASSEGTUR, esta é convocada como os demais membros a indicarem seus titulares e suplentes, como mostra a imagem a seguir:

Figura 23: Ofício nº 07/2024-FPTSG



Ofício nº 07/2024 – FPTSG

Paraná-TO, 09 de maio de 2024.

A vossa Senhoria, o Senhor,
José Neto Soares da Silva
Presidente
Instância de Governança do Turismo Sustentável e Produção associada de Serras Gerais do
Tocantins - ASSEGTUR.

Assunto: Indicação de representantes para o Fórum Permanente da Região Turística Serras Gerais.

Prezado Presidente,

Cumprimentando, informo que pelo Decreto nº 3.126 de 30 de agosto de 2007 foi instituído o Fórum Permanente da Região Turística Serras Gerais do Estado do Tocantins do qual essa instituição faz parte e com base nas deliberações da Reunião Ordinária do colegiado, realizada nos dias 11 e 12 de abril de 2024, foi deliberado por sua atualização e pronto restabelecimento como uma instância de governança regional representativa para o Programa de Regionalização do Turismo. Para tanto, solicitamos que nos enviem as indicações de nomes para representação como titular e suplente com as seguintes informações atualizadas até a data de 14 de maio de 2024: Nome completo; Cargo ocupado; Telefone de contato; Endereço de e-mail.

Informamos ainda, que a próxima reunião acontecerá em 16 de maio de 2024, às 13h, na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Universitário Professor Dr. Sergio Jacintho Leonor - Prédio 3P, Sala Buriti, sito à Av. Juraíldes de Sena Abreu, Setor Buritizinho, Arraias-TO.

Essas informações são essenciais para a comunicação e registro de nossa base de dados.

Por favor, confirmem participação enviando um e-mail para forumserrasgerais@gmail.com até 14 de maio de 2024.

Agradecemos desde já pela atenção e colaboração de todos.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **SAMMUEL RODRIGUES ALVES**
Data: 10/05/2024 11:39:41-03:00
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Sammuel Rodrigues Alves
Presidente

Fórum Permanente da Região Turística Serras Gerais
forumserrasgerais@gmail.com

Fonte: Arquivo da Assegtur, 2024.

Reparemos que este documento, quando direcionado a ASSEGTUR, utiliza o termo de presidente da instância de governança, tratando-a como tal, tornando confusa a terminologia utilizada, o que dificulta o entendimento de fato de quem representa quem e o quê. Como uma instância de governança é chamada para compor outra instância de governança na mesma região turística? Não faz sentido ter duas instâncias de governança representando as mesmas pessoas

e os mesmos ideais. Assim, prevalece como IGR o Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais, sucumbindo a ASSEGTUR como tal, fazendo com que ela volte a ser uma associação comum de turismo da região turística em questão.

Esse fato não invalida a pesquisa; pelo contrário, o objeto de estudo é dinâmico e está em constante movimento. Este estudo teve a oportunidade de acompanhar e registrar de perto cada etapa desse processo, capturando as nuances do desenvolvimento do turismo nas Serras Gerais.

A partir do recorte temporal (2019/2024), nota-se que ASSEGTUR teve um número de cinco presidentes. Se consideramos que o vice-presidente atual (2024) assumiu presença em reuniões e participa de outras atividades como presidente, a associação teve no total um número de seis presidentes, dentre eles: dois secretários municipais de turismo, sendo que um deles além de secretário representava seu negócio turístico; um vereador; três empresários do turismo.

Cada membro da ASSEGTUR representava seu município, mesmo que os empresários e prefeitura não estivessem ligados em toda organização que acontece. Isso tornava a liderança solitária e fazia com que fosse necessária mais força de vontade para levar os ideais do grupo à frente.

Nesse sentido, a ASSEGTUR propôs que as prefeituras se filiassem a ela, para compartilhar as responsabilidades com as gestões municipais e evitar que uma liderança se sobrecarregasse. No entanto, esta proposta foi acatada por dois municípios; o primeiro foi Lavandeira e o segundo Rio da Conceição; porém, não chegaram a pagar a adesão proposta. Afinal, o que deu errado no processo de filiação?

A resposta tem dois vieses. O primeiro deles parte do princípio que, para as prefeituras se associarem à ASSEGTUR, elas precisariam reconhecer e entender o trabalho e papel da instância de governança no desenvolvimento turístico de uma região e a importância do Programa de Regionalização do Turismo. Dessa forma, mesmo que fosse feito o convite para se associarem ao mesmo tempo, teria que ter sido um feito um trabalho paralelo de sensibilização do turismo de forma regional.

Outro ponto mostra que a ASSEGTUR poderia ter traçado estratégias de curto e médio prazo para as prefeituras processarem e entenderem o seu papel no cenário do turismo, juntamente com o governo do estado. Assim, eles passariam a compreender os benefícios que poderiam ter com esta adesão, uma vez que os benefícios são sempre questionados antes do envolvimento em qualquer ação ou programa.

A ASSEGTUR representa uma dinâmica social participativa em que cada gestor responsável sofre influência ou é influenciado na tomada de decisões para o funcionamento e

observação participante, estes também não dispuseram de lembranças de tais arquivos.

Exceto um documento relativo a uma reunião em 25 de fevereiro de 2022. Esta é denominada reunião do Fórum de Turismo das Serras Gerais, porém é realizada com os membros da ASSEGTUR. Na ocasião, ela é tratada como IGR Serras Gerais:

Figura 25: Trecho da Ata do Fórum Permanente das Serras Gerais

turístico no Estado do Tocantins. Na sequência, mostrou a composição da Região Turística Serras Gerais segundo a última atualização do mapa em 2019, seguida da relação dos municípios que manifestaram interesse em permanecer e/ou se inserir no mapa em 2022, indicando os interlocutores municipais atendendo ao chamamento do Secretário de Cultura e Turismo, Hercy Aires Filho. Discorreu sobre o que é a Instância de Governança Regional - IGR, sua função no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo - PRT, sobre como se deu o processo para a institucionalização da IGR de Serras Gerais e quais os objetivos, sobre o formato que foi adotado e sua composição. Passou a tratar sobre o Mapa do Turismo Brasileiro, instrumento que orienta a atuação das políticas públicas tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo de forma regionalizada e descentralizada. Relatou sobre os critérios para que o município integre o mapa segundo as Portaria Mtur nº 41 de 24/11/21 e Portaria nº 336/2021/GABPRES/ADETUC de 17/12/21. Evidenciou a necessidade de realizar o inventário turístico nos municípios e apresentou o status na região nessa ação. Informou que passou pelo Fórum Permanente de Turismo do Estado do Tocantins - FOESTUR a composição da IGR de Serras Gerais que o reconheceu como instância representativa e disse da cadeira reservada à instância naquele colegiado que tem tido constante participação da Presidente e do papel da IGR no processo de atualização do Mapa do Turismo Brasileiro.

Fonte: Arquivos do Fórum Permanente das Serras Gerais. Ata da Reunião Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2022³.

É duvidosa a existência e atuação do fórum após a sua criação, por não deixar registros do recorte temporal real da sua existência. Mesmo que o foco principal da pesquisa não seja pesquisar o fórum particularmente, e sim, a governança turística nas Serras Gerais, isso implica entender tais processos que antecederam este período e como estes afetam a ordem atual.

Nesse sentido, é sabido que o fórum ficou desativado por tempo desconhecido, mas recebeu reativação em abril de 2024 pela própria Secretaria de Turismo do Tocantins, ainda que o decreto que oficializa esse movimento de reativação tenha previsão de ser lançado com mais de seis meses após a reativação e se encontra nos trâmites finais, aguardando publicação.

Após a reativação do fórum, foram realizadas até o momento três reuniões: a primeira, em 11 de abril de 2024, no município de Paranã, onde, coincidentemente, ocorreu a criação do fórum; a segunda, no município de Arraias; e a terceira, no município de Pindorama. A quarta reunião está prevista para novembro de 2024, no município de Lavandeira.

³ Ata na íntegra em anexo

A ideia de fazer rodízios dos locais das reuniões, a partir do observado, segue na proposta de que todos integrantes possam conhecer os demais municípios e não sejam prejudicados por reuniões apenas em um município, algo que traz dificuldades devido à logística e distância.

O fórum se institui como IGR em meio a um cenário oportuno de inatividade da representação da ASSEGTUR. Esta também se ergueu pela “inexistência” até então de uma governança turística na região. Partindo do princípio que a ASSEGTUR possui cadeira no fórum, esta poderia seguir atuando nas suas atividades, entretanto, para isso será necessário um trabalho de revitalização. Isso porque seus membros se dispersaram e perderam o entusiasmo, como já mencionado.

As instituições que compõem o fórum são: Sebrae, Universidade Federal do Tocantins, Naturatins e ASSEGTUR, seguido dos municípios de Rio da Conceição, Almas, Dianópolis, Arraias, Natividade, Conceição do Tocantins, Lavandeira, Aurora do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Novo Jardim, Paranã. E a ASSEGTUR participa da mesa diretora do fórum com vice-presidência. O decreto que reconhece este fórum como IGR ainda está em andamento para ser publicado.

A reativação do fórum é recente, de modo que, para a análise da governança e percepções em relação à instância de governança regional de turismo, foi dividido em dois momentos, como pode ser acompanhado na análise documental, fazendo importante a sua análise também, por ser um modelo de governança que existiu formalmente em 2007, desapareceu e ressurgiu em 2024.

A partir da metodologia proposta, a análise da pesquisa consiste em espectro documental juntamente com as percepções da pesquisadora sobre a instância de governança a partir do convívio social e acompanhamento das gestões no período de 2019-2024. Em seguida, essas percepções são correlacionadas com a reativação do Fórum Permanente de turismo. O intuito é não excluir, mas integrar tais governanças que fizeram parte em momentos diferentes e subsequentes do ordenamento e desenvolvimento turístico no território das Serras Gerais, apreciando os efeitos da IGR nessa organização, no período estabelecido como recorte temporal.

Como subsídio, foram analisados documentos referentes ao período de 2019 a 2024, como estatuto, regimento interno, atas, ofícios, deliberações, pautas e relatórios de gestão. Além disso, a percepção da autora/pesquisadora, que acompanha os desdobramentos do turismo nas Serras Gerais desde 2016, foi considerada. Esse acompanhamento incluiu uma imersão na organização das governanças municipais e, por consequência, na governança regional. Além da observação participante, conhecida como pesquisa-ação, foram realizados diálogos informais,

os quais contribuíram para a construção da percepção dos envolvidos.

Torna-se complexo e perigoso assumir diversas frentes de atuação, uma vez que o teor da pesquisa não tem intuito de ser partidário em relação a qualquer um dos atores envolvidos. No entanto, o objetivo é a análise dos efeitos da governança turística sobre o território. Por isso, a pesquisa buscou pontos destaques distribuídos ao longo desses anos para compor as percepções acerca do objeto.

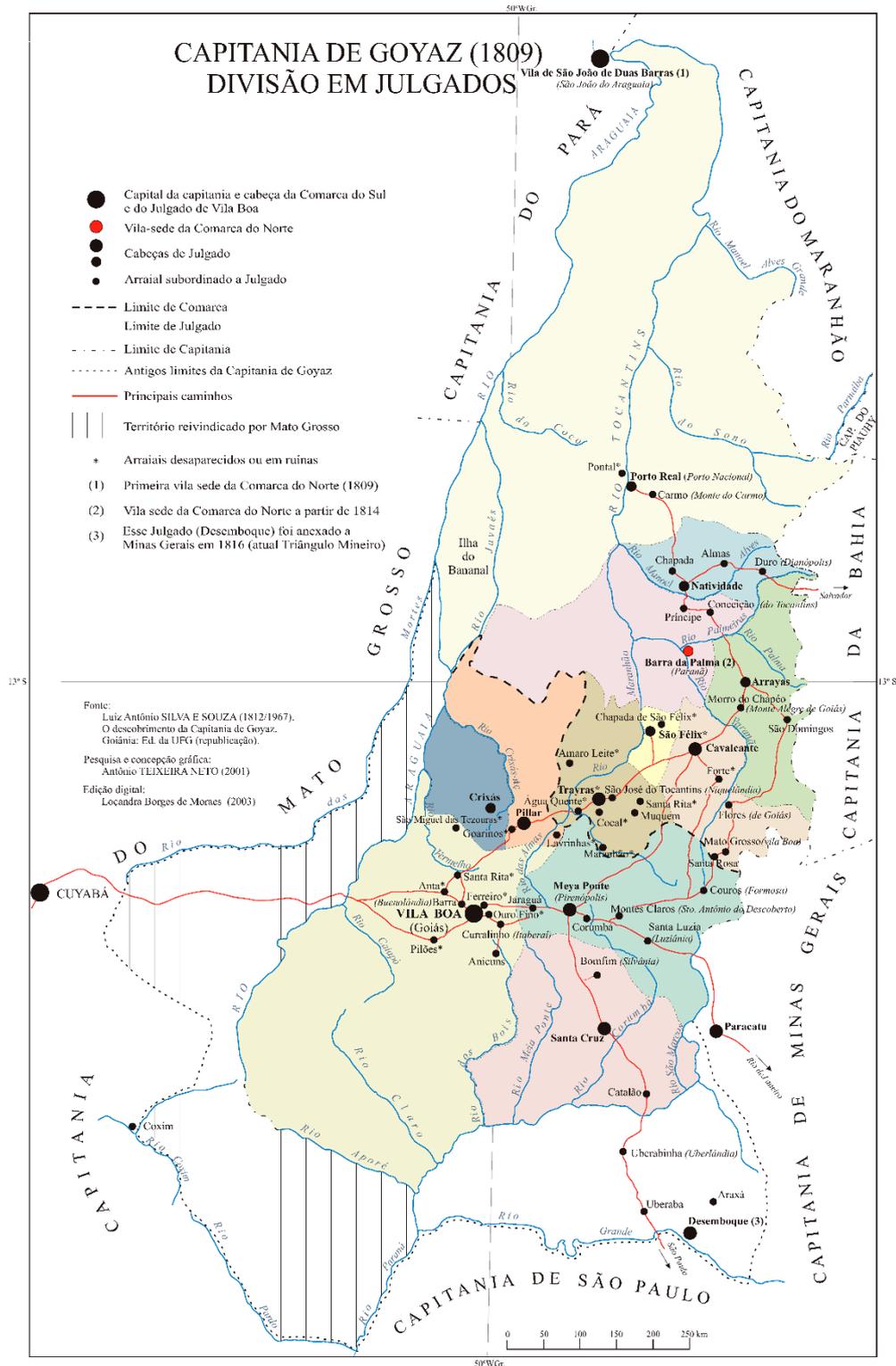
O intuito é analisar a governança a partir das dimensões analíticas criadas, para desvendar o padrão de governança. Assim, é realizada a percepção técnica, sob os parâmetros criados na pesquisa-ação e observação participante, metodologia base para este estudo de relações e efeitos.

3.5 Formação do território Serras Gerais

Nesse tópico de formação territorial, iremos abordar o processo de construção e configuração deste território, envolvendo aspectos geográficos, políticos, culturais e sociais, que culminaram na identidade regional dos dias atuais.

O território do Tocantins, como citado, fazia parte do antigo Goiás e antes da sua divisão, em 1988, alguns municípios já existiam. Nesse sentido, abaixo temos um mapa do Observatório Geográfico de Goiás, sendo possível observar municípios como Arraias, Almas, Paranã (antigo Barra do Palma), Natividade, Príncipe, Chapada de Natividade, Conceição do Tocantins, Dianópolis (antigo Duro), que são municípios de interesse da pesquisa por compor a região turística das Serras Gerais.

Figura 26: Mapa da Capitania de Goyaz (1809)



Fonte: Capitania de Goyas (1809) - divisão em juzgados. Observatório Geográfico de Goiás da Universidade Federal de Goiás. <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>.

Este mapa de 1809 retrata a organização territorial dessa região antes da divisa do estado de Goiás, nos dando uma percepção de como se deu a formação geográfica da região que se

apresenta nessa Tese como relevante para o estudo da governança turística.

No mapa, Paranã se apresenta como segunda sede da comarca do norte. Foi instituída em 1814 e se manteve até a divisão de estado. Esta relação histórica condiz com a divisão das comarcas do norte e do sul, criadas em 1809 para que se facilitasse a administração, julgamentos de justiça e povoamento, de modo que Paranã estava mais centralizada com os julgados do que a primeira sede da comarca (Tocantins, s.d.). Esse foi considerando um dos primeiros passos para a luta de emancipação do estado.

Acreditava-se que a divisão dessa comarca concederia a região do extremo norte, conhecida pelo difícil acesso, aridez e desprezo político-administrativo, por conta dos “povoamentos rarefeitos e espaçados, distantes das sedes administrativas”, a retirada do atraso e abandono; mas isso não foi suficiente para alterar a situação (Feitosa, 2011).

Neste mapa, observa-se os julgados de interesse, distribuídos pelos municípios de Arraias, Dianópolis, Taguatinga, Natividade, Chapada de Natividade, Príncipe, Almas. Esses povoamentos deram início ao desenvolvimento regional pós-emancipação. Nesse sentido, para uma ideia do contexto de um julgado, segue o trecho de uma das narrativas do arraial de Arraias:

Julgado de Arrayas, da mesma correição, tem de habitantes brancos casados 42, solteiros 32; pretos casados 32, solteiros 92; pardos casados 154, solteiros 184; brancas casadas 42, solteiras 23; pretas casadas 42, solteiras 172; pardas casadas 154, solteiras 213. Escravizados 232, escravas 187. (Souza, 1872, p. 65)

Nesse trecho, é possível notar especificações de quantitativo de pessoas pertencentes ao arraial, bem como uma breve descrição das divisões de cor e situação civil e número de escravizados.

As etnias indígenas presentes no território, levantadas no período de 1740, eram Acroás e Chacribás, na aldeia do Duro e Formiga, correspondente hoje à região de Dianópolis e Almas. Após 1780, foram extintos, conforme relatado em Souza (1872). Nessa época, no estado de Goiás como um todo, foram reconhecidas etnias dadas como selvagens, como Cayapós, Xavantes, Goyaz, Crixás, Araés, Canoeiros, Apinajés, Cora e Corod Mirim, Temimbo's, Xerente de Quá, Tapirapés, Carajás e Gradaús (Souza, 1872).

São fatos importantes para considerar a formação deste território, e neste cenário histórico, as contribuições de Feitosa (2011) possibilitam a compreensão da formação econômica e populacional do Tocantins, quando explicitam fatos que levaram à emancipação.

Feitosa (2011) nos mostra que nos séculos XVI e XVII havia uma dificuldade em relação a distância e povoamento, de modo que a região passou a ser alvo de povoamento no

sec. XVIII (1722), com a exploração aurífera. Além disso, o fato de ter índios no território levou a expedições para “descobrir” esses povos.

Fato que o período do ouro na região foi efêmero, levando a pecuária, que já existia paralelo a exploração aurífera, a tomar uma nova frente de ocupação ao longo do século XIX, mesmo com o “lento processo de desenvolvimento de atividades agrícolas” (Feitosa, 2011). O mesmo autor considera que:

Havia 3 zonas distintas de povoamento: 1- composta por arraiais que foram surgindo ao longo de São Paulo, 2- região do Tocantins (densidade mineira) e 3- frente ao norte da capitania, onde é o atual Tocantins, envolvendo Arraias, Cavalcante (GO), sertão da Bahia, São Félix, natividade, Porto Real, atual Porto Nacional”. (Feitosa, 2011, p. 24)

A junção desse povoamento com as etnias indígenas traz características hoje no Tocantins como a influência no sotaque e gastronomia advindos da Bahia, Goiás e Minas Gerais. Nota-se que pouco é estudado ou comentado sobre essa relação histórica que fez parte da formação da população do Tocantins, especificamente da sua região sudeste.

Com relação à economia, Feitosa (2011) remete a pecuária coexistindo com a exploração metálica; depois, a pecuária tomando uma nova dimensão, mas na sua maior parte de subsistência e após a divisão das comarcas do sul e do norte em 1809, a comarca do norte passou a exportar para o nordeste:

Desse modo, o norte goiano exportava para o Nordeste brasileiro, notadamente para a Bahia, mas também para o Piauí, Maranhão e Pernambuco, gado, couros e peles de animais. Ao mesmo tempo, importava fazendas, secos e molhados, ferragens etc. O sul goiano, por sua vez, mantinha suas principais relações comerciais com Minas Gerais e Rio de Janeiro, exportando além de gados e couros, açúcar, tabaco, algodão, e importando fazendas, secos e molhados, ferro, sal, vinho, cera etc. (Feitosa, 2011)

Outros produtos exportados eram algodão, fumo, café, arroz, trigo, açúcar, aguardente, marmelada, atados (tipo de couro bovino), couros e reses, como mostra a imagem abaixo:

Figura 27: Julgados do Norte e Sul de Goiás

	Unid.	Julgados do Norte ^(a)		Julgados do Sul ^(b)		Goiás	
		Quant.	Valor da Produção	Quant.	Valor da Produção	Quant.	Valor da Produção
Algodão	Arroba	346	311\$000	3.528	2:646\$000	3.874	2:957\$000
Fumo	Arroba	364	546\$000	1.436	2:584\$800	1.800	3:130\$800
Café	Arroba	8	38\$400	304	729\$600	312	768\$000
Arroz	Alqueire	1.524	1:828\$800	3.544	2:126\$400	5.068	3:955\$200
Trigo	Alqueire	21	100\$800	193	926\$400	214	1:027\$200
Açúcar	Arroba	1.702	4:084\$800	4.397	7:914\$600	6.099	11:999\$400
Aguardente	Almude	168	604\$800	1.407	3:376\$800	1.575	3:981\$600
Marmelada	Arroba	-	-	200	960\$000	200	960\$000
Subtotal		4.133	7:514\$600	15.009	21:264\$600	19.142	28:779\$200
Reses	Cabeça	12.295	18:442\$500	3.093	14:846\$400	15.388	33:288\$900
Couros	-	7.740	1:741\$500	3.882	2:329\$200	11.622	4:070\$700
Atanados	-	804	482\$000	850	850\$000	1.654	1:332\$000
Carne de porco	Arroba	-	-	3.332	5:979\$600	3.332	5:979\$000
Subtotal		20.839	20:666\$000	11.157	24:005\$200	31.996	44:671\$200
Ouro	Oitava	1.7425	20:910\$000	69.865	83:838\$000	87.290	104:748\$000
TOTAL		42.397	49:090\$600	96.031	129:107\$800	138.428	178:198\$400

Fonte: Salles (1992, p. 280-281)

Notas: (a) O Norte de Goiás compreende os Julgados de: Cavalcante, São Félix, Arraias, Conceição, Natividade e Carmo.

(b) Nos Julgados do Sul, temos: Vila Boa, Crixás, Pilar, Trairas, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz e Desemboque.

Fonte: Feitosa, 2011, p. 39.

Essa imagem remete à formação econômica da região, comprovando relatos de que a população do sudeste do Tocantins fazia negócios com o Nordeste, especialmente a Bahia, com a troca de carne e couro por sal.

Sobre a formação populacional, Feitosa (2011) apresenta dados a partir da sua pesquisa que levou a tese “*Do antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação*”, com dados populacionais de cada um dos julgados. A partir desses dados, criamos este quadro com informações dos arraiais que são municípios de interesse da pesquisa.

Quadro 8: Distribuição da população nos arraiais de Arraias, Barra da Palma (Paraná), Natividade, Taguatinga e Conceição

Município (antes julgado/arraial)	Distribuição da população em 1804	Distribuição da população em 1825	Distribuição da população em 1872	Distribuição da população em 1890
Arraias	139 Brancos, 338 negros, 705 pardos, 419 escravizados. Total: 1.601 pessoas.	267 Brancos, 2.505 negros e pardos, 765 escravizados. Total: 3.537 pessoas.	4.299 livres e 539 escravizados. Total: 4.838 pessoas.	3.302 homens e 3.464 mulheres. Total: 6.766 pessoas.
Barra da Palma (Paraná)	199 Brancos, 567 negros, 644 pardos e 584 escravizados. Total: 1.994 pessoas.	-	4.360 livres e 135 escravizados. Total: 4.488 pessoas	2.542 homens e 2.422 mulheres. Total: 4.964 pessoas.
Natividade	196 Brancos, 634 negros, 1.013 pardos e 899 escravizados. Total: 2.742 pessoas.	157 brancos, 1.977 negros e pardos e 904 escravizados. Total: 3.038 pessoas.	5.847 livres e 308 escravizados. Total: 6.155 pessoas.	3.716 homens e 4.009 mulheres. Total: 7.725 pessoas.
Taguatinga	-	-	3.847 livres e 135 escravizados. Total: 3.982 pessoas.	2.758 homens e 3.036 mulheres. Total: 5.794 pessoas
Conceição	-	50 brancos, 1.479 negros e pardos e 271 escravizados. Total: 1.800 pessoas	4.475 livres e 202 escravizados. Total: 4.677 pessoas.	1.562 homens e 1.685 mulheres. Total: 3.247 pessoas

Fonte: Feitosa, 2011.

Aqui vemos o cenário populacional registrado de 1804 a 1890 nesses arraiais, hoje municípios, que correspondem à região turística das Serras Gerais, mostrando a formação entre brancos, negros e pardos no Brasil escravocrata. Nota-se que havia uma separação de negros escravizados e não escravizados, que passou depois a ser unificada com o termo livres e escravizados, incluindo a multivariada racial no grupo total. Além do trabalho escravo, temos neste contexto mineradores que vivem nas diversas regiões do país e que se relacionam com mulheres deste lugar, passando a constituir famílias. Alguns, iam “buscar” suas esposas em outras regiões, trazendo a miscigenação que passava a compor esta população.

Este é o contexto que se aplica à formação histórica do território das Serras Gerais e à sua formação geográfica, econômica e populacional, de forma simplificada para que não fuja do foco da pesquisa, que é a análise da governança turística desta região.

Contrastado com a atualidade, no próximo tópico a abordagem está direcionada para a caracterização dos municípios desta região, na qual se analisa a composição sociogeográfica desse território e as suas especificidades.

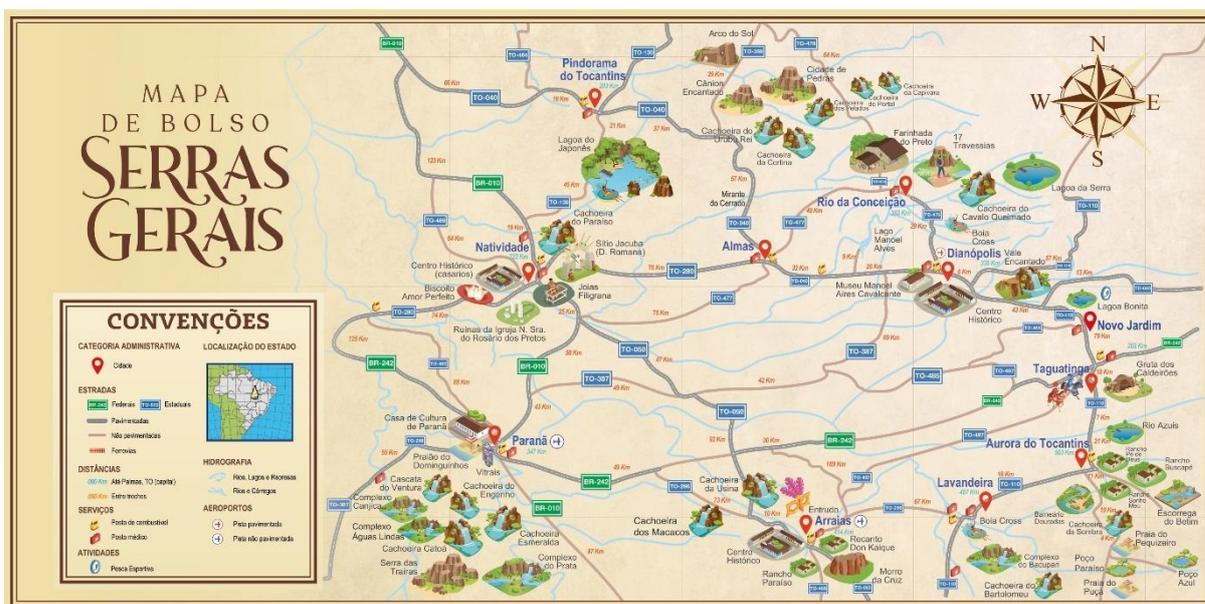
3.6 Caracterização dos municípios

Na sequência, esta pesquisa abrangerá, a partir do conhecimento geográfico, a análise da Região Turística das Serras Gerais, congregando os municípios que a compõem, partindo para a compreensão das dinâmicas ambientais, culturais e econômicas do ordenamento territorial, constituídas a partir da inserção do Turismo como ferramenta de transformação espaço-social.

A região sudeste do Tocantins, onde se localiza a região das Serras Gerais, possui 21 municípios, num total de 51.775km² na sua área (Sefaz/Tocantins, 2017), destes consideramos para esta pesquisa dez municípios de interesse turístico com relevância regional e que possuem atividades diretas ou indiretas com a IGR/Serras Gerais.

Sobre a escolha dos municípios, destacamos que estes são atuantes no turismo nas Serras Gerais e que vem trabalhando o turismo com os seus atrativos formatados abertos ao público como pode se notar na divulgação do mapa turístico de bolso elaborado pela Superintendência de Turismo do estado, como pode ser visto na imagem abaixo.

Figura 28: Mapa turístico de bolso da Região Turística das Serras Gerais/Tocantins



Fonte: SETUR/TOCANTINS, 2023.

Os dez municípios que serão abordados são: Lavandeira, Aurora do Tocantins, Paranã, Dianópolis, Rio da Conceição, Almas, Pindorama, Natividade, Taguatinga e Arraias de acordo com o quadro a seguir de atrativos caracterizados por municípios das Serras Gerais.

Quadro 9: Atrativos das Serras Gerais pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável- PDITS

Número	Tipologia	Atrativo	Município	Volume Turístico	Classificação
1	Cultural	Horta cheiro verde	Almas	2	4
2	Natural	Cânion Encantado/Vale do Encantado	Almas	1	2
3	Natural	Vale dos pássaros	Almas	1	4
4	Natural	Cânion do Chupé	Almas	2	2
5	Natural	Morros soltos	Almas	1	2
6	Natural	Cidade de pedra	Almas	2	2
7	Natural	Cachoeirinha	Almas	1	2
8	Natural	Arco do sol	Almas	1	2
9	Cultural	Centro histórico	Arraias	1	4
10	Cultural	Museu histórico e cultural de Arraias	Arraias	1	4
11	Cultural	Chapada dos negros	Arraias	2	4
12	Natural	Grupa da Lapa	Arraias	3	3
13	Natural	Cachoeira dos macacos	Arraias	1	2
14	Natural	Rio Azuis	Aurora do Tocantins	4	4
15	Natural	Duna de areia branca	Aurora do Tocantins	1	3
16	Natural	Duna da cidade dos Toten	Aurora do Tocantins	1	3
17	Natural	Balneário douradas	Aurora do Tocantins	3	3
18	Natural	Vale encantado	Dianópolis	2	3
19	Natural	Fortaleza dos guardiões	Dianópolis	1	3
20	Cultural	Amor Perfeito (Tia Naninha)	Natividade	3	4
21	Cultural	Vida de natividade	Natividade	2	4
22	Cultural	Filigrana	Natividade	2	4
23	Cultural	Tour histórico	Natividade	2	4
24	Cultural	Trilha do ouro	Natividade	1	3
25	Natural	Cachoeira do paraíso	Natividade	3	2
26	Natural	Poções	Natividade	1	2
27	Religioso	Festa do Divino Espirito Santo	Natividade	4	4
28	Cultural	Comunidade quilombola de Campo Alegre	Paraná	1	4

29	Natural	Praias municipais	Paraná	5	4
30	Natural	Cachoeira do Campo Alegre	Paraná	1	3
31	Natural	Cachoeira do cavalo queimado	Rio da Conceição	4	
32	Natural	Rio Manoel Alves	Rio da Conceição	1	
33	Natural	Lagoa da Serra	Rio da Conceição	2	
34	Religioso	Festejos de Nossa Senhora d'Abadia	Taguatinga	3	4
35	Cultural	Casario histórico	Taguatinga	2	3
36	Natural	Gruta dos caldeirões	Taguatinga	2	2
37	Natural	Cachoeira do registro	Taguatinga	2	4
38	Místico/Religioso	Labirinto místico	Taguatinga	3	4

Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável: Proposta Final do PDITS para as Serras Gerais, 2019. <https://central3.to.gov.br/arquivo/553137/>

A seguir cada um dos municípios selecionados das Serras Gerais serão apresentados com a caracterização do seu território, principais atrativos e um quadro com informações acerca dos seus respectivos atrativos turísticos, contendo informações do local, horário de funcionamento, valor cobrado, localização para assim termos um diagnóstico do potencial de desenvolvimento turístico da região das Serras Gerais.

Os municípios foram organizados em ordem alfabética e vale ressaltar que todos estes atrativos selecionados como principais ofertas dos respectivos municípios estão em funcionamento e operam no setor turístico, embora a região tenha mais potencialidades turísticas, só foram considerados os atrativos que estão comercializando seus produtos.

3.6.1 Recortes territoriais do turismo em Almas

O município de Almas tem o maior PIB de todos analisados aqui, o que está associado às atividades econômicas de pesca e mineração. O município possui dois frigoríficos de peixes, Tamborá e Piracema. Dentre as empresas mineradoras, a Aura se destaca, com a exploração do ouro no modo de lavra a céu aberto no *Greenstone Belts* de Almas, “cinturão de 15 km de ouro orogênico⁴”.

⁴Para mais informações consultar, <https://www.auraminerals.com/operacoes/?data-id=almas>

Além dessas atividades com destaque econômico, Almas tem recebido atenção pela região denominada Serra Negra, que faz parte do seu município e onde acontece o turismo. Os principais destinos da região são o Cânion Encantado, que possui cinco combos de atividades turísticas, e o Vale dos Pássaros, que possui uma proposta de cachoeiras e hospedagem com vivência cultural.

O Cânion Encantado possui as seguintes alternativas de combos: “Trilha Cidade de Pedras”, “Trilha Cidade de Pedras + Cachoeira dos Pelados”, “Trilha do Cânion”, “Trilha Cidade de Pedras + Cânion” e por fim, “Cachoeiras do Portal + Capivara”.

Já o Vale dos Pássaros tem seu cartão postal vinculado à imagem de dona Antônia e Sr. Davi, o casal que vive isolado numa região repleta de recursos naturais, com transição dos biomas cerrado e mata atlântica. O seu modo de viver desperta curiosidade e interesse nos que visitam, feito que levou à bioconstrução da Pousada Ecológica Vale Pássaros.

O turista quando se hospeda vive próximo ao casal, participando das atividades e ouvindo histórias, além de possuir duas opções de visitação em cachoeiras: Cachoeira do Urubu-rei e Cachoeira da Cortina. Nesta última, para além do banho, pode ser feita a atividade de ancoragem por cima da cachoeira, experiência parecida com rapel no uso dos equipamentos, entretanto, o turista não desce e se mantém ancorado observando a vista.

Quando se trata dos aspectos e recursos da cidade, Almas não possui infraestrutura de hotéis, sendo que a ligação dos turistas com a cidade é só de passagem. O foco maior de hospedagem e visitação fica nesta região de Serra Negra, há 70 km da sede municipal.

Dependendo da origem do turista, ele pode não passar pela sede municipal, o que impede a secretaria de turismo de controlar o número de visitantes nos atrativos localizados no município. Além disso, há uma carência de investimento em promoção e divulgação turística, o que contribui para que o turismo não se estabeleça como uma atividade integrada à vida local. Como resultado, tanto os moradores quanto os visitantes que estão apenas de passagem desconhecem as opções turísticas disponíveis na cidade.

3.6.1.1 Caracterização do município de Almas

Quadro 10: Informações Gerais

NOME	ALMAS
POPULAÇÃO	6.499 habitantes (Censo 2022, IBGE).
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Não se tem memória histórica da data da elevação do povoado à categoria de distrito. Pela Lei do Estado de Goiás, nº 2094, de 14 de novembro de 1958, foi elevado à categoria de município, pertencente à comarca de Natividade. No dia 30 de janeiro 1959 foi instalado o município de Almas (HALUM, 2008).
GENTÍLICO	Almense
REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	Sim
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Sim
PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Não. Plano de trabalho anual de Turismo.
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais
TURISMÓLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ORGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Não
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	296,6 km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	664,2 km

Fonte: IBGE, 2022.

Quadro 11: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	39.643,82 R\$ (2021)
IDHM	0,636 (2010)
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	1,9 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	1.080 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	16,62% (2022)

Fonte: IBGE, 2010 a 2022.

Breve histórico do município:

Data de 29 de setembro de 1734, a chegada ao lugar dos primeiros moradores, tendo à frente o português Manoel Rodrigues de Araújo, que percorria a região a procura de ouro. Tempos depois chegou outro português, Bernardo Homem, que se estabeleceu na região por volta de 1920, dedicando-se a exploração de ouro e empregando largamente mão de obra escrava. Terminada, porém, a fase febril da extração do ouro, o povoado entrou novamente em decadência por um longo tempo.

O português Bernardo Homem é considerado o fundador do município, construiu a primeira igreja católica, trazendo de Portugal várias imagens sacras, inclusive a de São Miguel.

A recuperação demográfica e econômica somente aconteceu décadas depois, com a introdução e criação de gado em algumas fazendas da região (HALUM, 2008, p. 34 a 36).

Principais atrativos: Arco do Sol, Cânion Encantado, Cachoeira dos Pelados, Cidade de Pedras, Cachoeira do urubu rei e Cachoeira da Cortina, Vale dos Pássaros.

Figura 29: Arco do Sol



Fonte: Juliano Galvão Gomes. Arco do Sol. Blog Haja Visto!, 13 maio 2022. <https://hajavisto.com/roteiro-de-5-nas-dias-serras-gerais/>

Quadro 12: Informações do atrativo- Arco do Sol

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Arco do Sol	- 11.066930036986896, - 47.293599310361095	Todos os dias	50,00	Guiada	Contemplação	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 30: Cãnion Encantado



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2024.

Figura 31: Cãnion Encantado (b)



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2024.

Quadro 13: Informações do atrativo- Cãnion Encantado

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cãnion Encantado	Serra Negra, Almas.	Todos os dias	60,00 Portaria e 50,00 no site.	Guiada	Trilha, contemplação e banho de rio	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 32: Cachoeira dos Pelados



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2024..

Quadro 14: Informações do atrativo- Cachoeira dos Pelados

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira dos pelados	Serra Negra, Almas	Todos os dias	60,00 no site e 80 na portaria para o Combo Cidade de Pedras e Cachoeira dos Pelados.	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 33: Cidade de Pedras



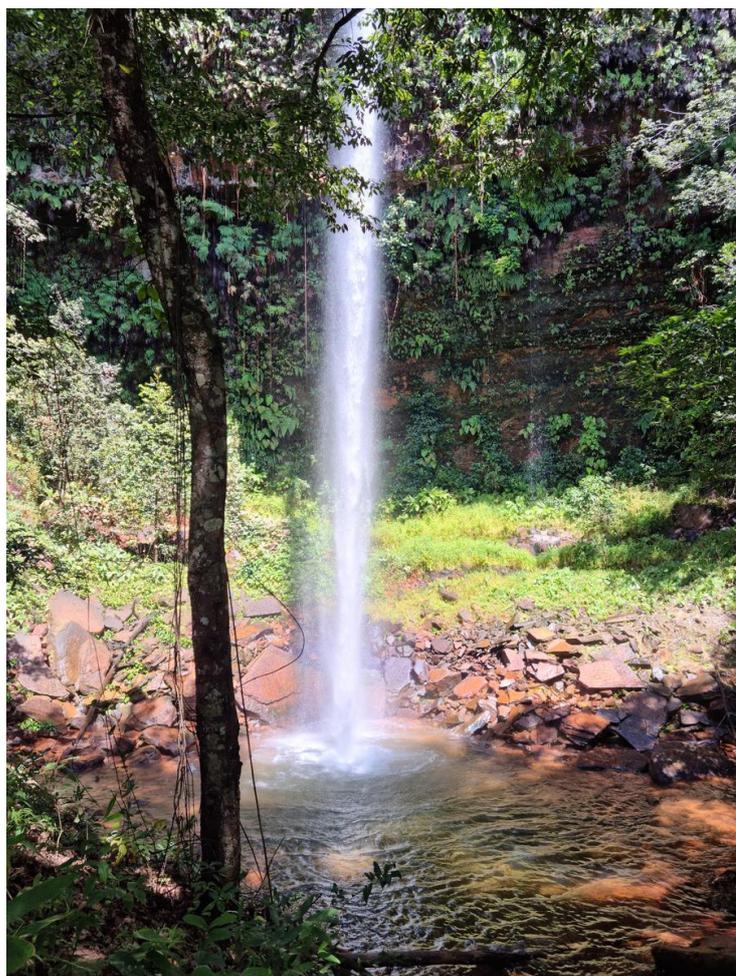
Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2024..

Quadro 15: Informações do atrativo- Cidade de Pedras

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cidade de Pedras	Serra Negra, Almas	Todos os dias	30,00 na portaria e 20,00 no site.	Guiada	Trilha combo com a cachoeira dos pelados.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 34: Cachoeira do Urubu-Rei



Fonte: r@uzito. Foto de Vale dos Pássaros - Serras Gerais do Tocantins (Almas TO). Wikiloc, 2023.
<https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/vale-dos-passaros-serras-gerais-do-tocantins-almas-to-134395604/photo-85578296>

Quadro 16: Informações do atrativo- Urubu Rei

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira do Urubu-rei	Vale dos pássaros	Todos os dias	Sem informações	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 35: Cachoeira da Cortina



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2024.

Figura 36: Cachoeira da Cortina (b)



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2024.

Quadro 17: Informações do atrativo- Cachoeira da Cortina

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira da Cortina	Vale dos Pássaros, Serra Negra, Almas	Todos os dias	80,00	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024

3.6.2 Recortes territoriais do turismo em Arraias

Arraias tem todo potencial para se aventurar em atividades culturais, mas ainda não deslanchou como sua vizinha Natividade, de modo que tem história e valor cultural, mas não aproveita o ensejo para investir no turismo. Porém, talvez esse não seja o interesse.

Arraias é menor município do Brasil que possui uma universidade federal, a Universidade Federal do Tocantins, que tem ao todo cinco campi, sendo que um deles fica neste município. O campus de Arraias contém os cursos de Matemática, Pedagogia, Turismo Patrimonial e Socioambiental, Direito, Educação do Campo (Licenciatura em Artes Visuais e Música) e, na modalidade de educação a distância, Administração, Biologia e Matemática.

Arraias tem potencial para agregar no roteiro integrado das Serras Gerais, como mostra Ribeiro (2021) em sua pesquisa sobre inventariação de potencialidades de Arraias. É preciso conhecer estes potenciais para despertar vocações de empreender nas possíveis atividades vinculadas ao turismo.

O município possui vários órgãos públicos estaduais, sendo referência para a população que vive no entorno. São órgãos como INSS, Fórum de Justiça, Tribunal de Justiça Eleitoral, Coletoria, Delegacia Regional de Fiscalização, Promotoria de Justiça, Superintendência Regional de Educação, Hospital Regional de Arraias, Detran, Naturatins (órgão de fiscalização ambiental do Tocantins), Agência de Defesa Agropecuária- ADAPEC, entre outros órgãos que possuem superintendências regionais.

Em relação ao turismo, no segmento de atrativos naturais, o município tem diversos ainda pouco explorados, como a Cachoeira dos Macacos e o Rancho Paraíso, localizados em propriedades particulares. No aspecto cultural, destacam-se Igreja da Matriz; Cercas de Pedras; Painel Histórico Cultural, que conta o ciclo evolutivo da formação do município; e o Museu Histórico e Cultural de Arraias.

O município conta com um marco histórico da Coluna Prestes, projetado por Oscar Niemeyer, que marca a passagem da coluna Prestes pela região em 1926. Mesmo com todos esses potenciais, Arraias não consegue integrar de forma ativa aos roteiros das Serras Gerais, o que ocasiona uma falta de interesse da gestão e pouco incentivo por parte de empresários locais para investir no turismo. Porém, incentivar os empresários é importante, uma vez que a maior parte dos potenciais estão em propriedades particulares. Entretanto, nada impede que o município seja o incentivador de práticas sustentáveis de turismo.

Outro destaque é o carnaval de Arraias, que se diferencia pelo seu entrudo, com caminhadas em diferentes percursos em todos os dias de carnaval, ao som de marchinhas e

baldes de água, com paradas para degustação de caldo e em alguns anos, até almoço. Este evento atrai várias pessoas, que tem interesse em conhecer a festa e curtir um carnaval com tranquilidade.

Arraias possui um curso de Turismo, e tem integrado com algumas ações conjuntas o desenvolvimento do turismo do município. A UFT realiza algumas ações paralelas, como o Festival Gastronômico de Arraias, que em 2024 mudou o nome para Festival Gastronômico das Serras Gerais. A universidade também realizou a construção do Plano Municipal de Turismo de Arraias.

Com trabalhos de conscientização e sensibilização, este município pode aos poucos direcionar o perfil de atividade que deseja executar e qual o seu papel no turismo das Serras Gerais, seja como um município de apoio ou como um município turístico.

3.6.2.1 Caracterização do Município de Arraias

Quadro 18: Informações Gerais

NOME	ARRAIAS
POPULAÇÃO	10.287 habitantes (Censo 2022, IBGE).
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Em 16 de agosto de 1807, o arraial de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias foi elevado à condição de Julgado, que, em 18 de março de 1809, foi citado no Alvará de D. João VI criando a Comarca do Norte em 1º de abril de 1833, foi elevada à categoria de vila, instalada em 3 de fevereiro de 1834. Em meados do século XIX, Arraias perdeu a condição de vila, passando a pertencer a Cavalcante e depois a Monte Alegre de Goiás. Em 31 de julho de 1861, readquiriu a condição de vila, desmembrando-se de Monte Alegre, que voltou a ser povoado agora subordinado a Arraias. Em 1º de agosto de 1914, Arraias foi elevada à categoria de 'cidade', instalada em 19 de setembro do mesmo ano (HALUM, 2008).
GENTÍLICO	Arraiano
REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	Sim
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Não
PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Sim.
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais

TURISMÓLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ORGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Não, mas teve em 2019-2020.
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	420 km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	420 km

Fonte: IBGE, 2022.

Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	21.263,25 R\$ (2021)
IDHM	0,651 (2010)
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	2,3 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	1.291 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	12,55% (2022)

Fonte: IBGE, 2010 a 2022.

Breve histórico do município:

“Arraias. Arraial pequeno do-- rico em seu princípio e no descobrimento do ouro pobre; foi assim chamado da abundância d'este pescado que tem o seu ribeirão, que entra na Palma; foi descoberto em 1740; o Sr. D. Luiz de Mascarenhas assistiu à sua repartição, e alinhou as suas ruas. Tem a freguezia de Nossa Senhora dos Remedios. Conserva uma companhia de cavallaria, duas de infantaria e uma de ordenanças. Está situada a 12 e 42” (SOUZA, 1849 p.65)

Com a descoberta do ouro na região, escravizados em fuga, provenientes de São Paulo e da Bahia, refugiaram-se no lugar que passou a ser conhecido como Chapada dos Negros, dando origem ao arraial da Chapada dos Negros. O garimpo da chapada dos Negros era tão rico que, em 1740, Dom Luís de Mascarenhas, o governador da capitania de São Paulo, veio pessoalmente ao arraial e tomou posse dos veios auríferos. Com auxílio do capitão Felipe Antônio Cardoso, filho de Arraias, e com ajuda também dos escravizados, mudou o arraial para outro local, distante três quilômetros onde hoje se localiza a cidade. Juntamente com Domingos Pires, definiu um traçado das ruas e fundou o arraial de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias (HALUM, 2008, p.62-65).

Principais pontos turísticos: Museu Histórico e Cultural de Arraias, Igreja da Matriz, Cachoeira dos Macacos, Rancho Paraíso, Painel Histórico de Arraias, Marco da Coluna Prestes, Festejo de Nossa Senhora dos Remédios, Carnaval e cercas de pedras.

Figura 37: Museu Histórico e Cultural de Arraias



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2019

Quadro 19: Informações do atrativo- Museu Histórico e Cultural de Arraias

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Museu Histórico e Cultural de Arraias	Centro, Arraias	Segunda a Sexta: 08h as 12h.	-	Não guiada	Visita as exposições do museu	Não

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 38: Igreja da Matriz



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2019.

Quadro 20: Informações do atrativo- Igreja da Matriz de Arraias

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Igreja da matriz	Centro, Arraias	Todos os dias	-	Não guiada	observação	Não

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 39: Cachoeira dos Macacos



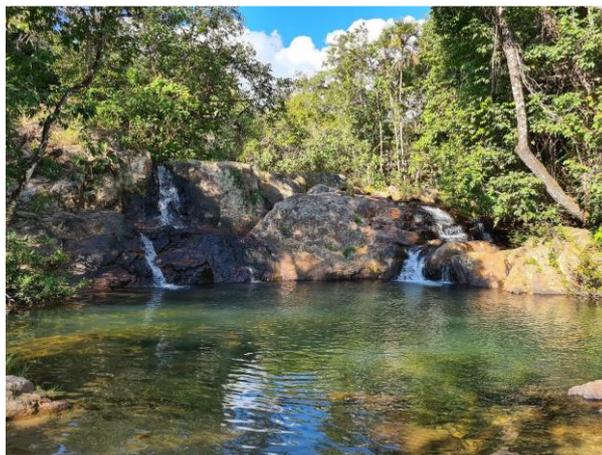
Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2021.

Quadro 21: Informações do atrativo- Cachoeira dos Macacos

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Cachoeira dos macacos	Area rural, Arraiais	Todos os dias	25,00	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 40: Rancho Paraíso



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2019.

Quadro 22: Informações do atrativo- Rancho Paraíso

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Rancho Paraíso	Area rural, Arraiais	Todos os dias. (contato via guia/consultar para agendamento).	-	Não guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 41: Painel Histórico de Arraias



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2018.

Figura 42: Painel Histórico de Arraias (b)



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2018.

Quadro 23: Informações do atrativo- Painel Histórico e Cultural de Arraias

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Painel Histórico de Arraias	Centro, Arraias	Todos os dias.	-	Não guiada	Observação	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 43: Marco da Coluna Prestes, obra de Oscar Niemeyer



Fonte: Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2020.

Quadro 24: Informações do atrativo- Marco da Coluna Prestes

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Marco da Coluna Prestes	Rodovia Divisa TO/GO	Todos os dias	-	Não guiada	Observação	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 44: Festejo de Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Romaria Nossa Senhora dos Remédios**. 09 setembro 2024. <https://turismo.to.gov.br/pt/eventos/arraias-1/romaria-nossa-senhora-dos-remedios>

Quadro 25: Informações do atrativo- Festejo de Nossa Senhora dos Remédios

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Festejo de Nossa Senhora dos Remédios	Centro, Arraías	Festividade anual (08 de setembro)	-	Não guiada	Celebração religiosa.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 45: Carnaval



Fonte: Jesana de Jesus e Ana Paula Rehbein, G1 Tocantins e TV Anhanguera. **VÍDEO: Repórter usa capa de chuva, mas leva banho de foliões em festa centenária de carnaval.** 20 fev. 2023.
<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/02/20/video-reporter-usa-capa-de-chuva-mas-leva-banho-de-folioes-em-festa-centenaria-de-carnaval.ghtml>

Quadro 26: Informações do atrativo- Carnaval com Entrudo em Arraias

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Carnaval	Centro, Arraias	Festividade anual	-	Não guiada	Entrudo, brincadeiras de blocos	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 46: Cerca de Pedras



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2019.

Figura 47: Cerca de Pedras (b)



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2019.

Quadro 27: Informações do atrativo- Cerca de Pedras

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cerca de Pedras	Area rural, Arraiais	Todos os dias	-	Guiada	Trilha e contemplação	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

3.6.3 Recortes territoriais do turismo em Aurora do Tocantins

O município de Aurora do Tocantins tem similaridade com Lavandeira em relação à agropecuária, que está presente em todos os municípios do sudeste. Não é tão expressiva em maquinários, e na maioria das vezes se encaixa como agricultura de subsistência. Uma parcela menor concentra grandes latifúndios para uso da pecuária intensiva, com trabalhos direcionados para confinamento no estilo industrial.

O turismo por sua vez margeia a agropecuária, por meio de investimentos de empresários locais e regionais, com propósito de criar oportunidades econômicas, mas de forma incipiente, ora, desordenada, por falta de fiscalização e políticas municipais de ordenamento do turismo.

Aurora do Tocantins faz divisa com o estado da Bahia. De um lado da Serra, tem surgido o turismo e do outro, a expansão cada vez maior do agronegócio, com plantações de soja, sorgo e algodão.

Ao ponderar sobre os diversos usos do território, vemos que por um lado o turismo busca lucros, o que é válido, até porque o turismo é uma alternativa econômica e o município tem perfil para a atividade; no entanto, ocorre que as pessoas que conduziram a atividade na região fizeram construções próximas ao rio e não tiveram cuidado quanto ao descarte do lixo, o que levou a assoreamentos, dentre outras consequências. Isso com o passar do tempo traz prejuízos à natureza. Tal cenário pode ser diferente se as pessoas virem a utilizar o turismo de forma ordenada e sustentável, garantindo a preservação e o reconhecimento de recursos naturais.

O município não possui infraestrutura suficiente de apoio ao turista, porém tem se ajustado por ser entre Aurora e Lavandeira, a sede principal dos turistas, com hotéis, pousadas e alguns equipamentos de alimentação. O turismo carece de administração municipal; o COMTUR não tem atuação e a Secretaria Municipal de Turismo não possui iniciativas que dialoguem com a população e, em especial, com o *trade* turístico, até o momento.

O turismo tem movimentado a economia dentro do município, porém, como grande parte dos empresários não possuem CNPJ, a prefeitura não recolhe o imposto sobre serviço de turismo (ISS), o que favoreceria para a manutenção de estradas vicinais e melhoria na infraestrutura turística.

3.6.3.1 Caracterização do município de Aurora do Tocantins

Quadro 28: Informações Gerais

NOME	AURORA DO TOCANTINS
POPULAÇÃO	3.342 pessoas no censo de 2022 (IBGE, 2022).
GENTÍLICO	aurorense
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Em 29 de outubro de 1963, tornou-se o Município de Aurora do Norte, instalado em 1º de janeiro de 1964.
REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	sim
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Sim
PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Sim
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais
TURISMÓLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ORGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Não.
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	481 Km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	470 Km

Fonte: IBGE, 2022.

Quadro 29: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	R\$ 15.438,70 (IBGE, 2022).
IDHM	-
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	1,6 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	317 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	9,49% (2022)

Fonte: IBGE, 2022.

Breve Histórico do município por Halum (2008):

Por volta de 1780, os pioneiros foram chegando e fixando moradia na fazenda Barreira dos Cavalos, local mais tarde conhecido por Sítio do Bonfim. Mais pessoas chegaram, instalando-se às margens do ribeirão Canabrava, num local denominado Boqueirão.

Assim, um povoado surgiu e tornou-se conhecido por 'Saco de Nosso Senhor do Bonfim'. Com escola para as crianças, sob a orientação de Clementina, a primeira professora, o povoado foi crescendo e adquiriu a condição de distrito pertencente ao Município de Taguatinga.

No início, foi denominado Sítio do Bonfim, depois Boqueirão. Ao se tornar povoado, ficou conhecido por 'Saco de Nosso Senhor do Bonfim', em homenagem ao padroeiro da região. As serras a leste da cidade fazem com que o sol da manhã apareça mais tarde, embelezando o cenário matutino do lugar que, por isso, ao se tornar município, recebeu o nome de Aurora. O complemento do Tocantins foi adotado para diferenciar de cidade de outro estado já existente na data de criação do município (p.68 e 39).

Principais atrativos turísticos: Rancho Sonho Meu, Rancho Sonho Meu, Escorrega do Betim, Cidade dos Totens, Rio Azuis, Balneário Douradas, Cantinho do Sonho, Estância Jaqueline.

Figura 48: Gruta do Sabiá



Fonte: Jonas Souza, 2024.

Quadro 30: Informações do atrativo- Gruta do Sabiá

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Gruta do Sabiá	RPPN próximo da área urbana	Exceto segunda.	R\$ 0,00	Guiada	Espeleoturismo	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 49: Atrativo Dunas - Cidade dos Totens



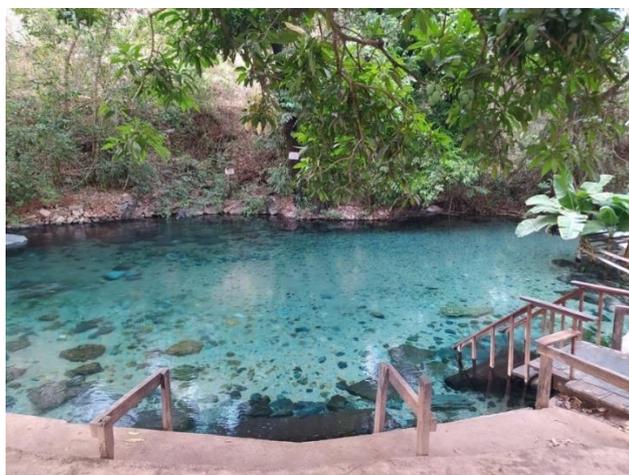
Fonte: Arquivo pessoal de Jonas Souza, 2022.

Quadro 31: Informações do atrativo - Dunas Cidade dos Totens

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Cidade dos Totens	Zona rural Aurora do Tocantins	Agendamento	R\$ 30,00	Guiada	Trilha e contemplação das dunas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 50: Rio Azuis



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). Aurora do Tocantins, Rio Azuis. 2024.
<https://turismo.to.gov.br/pt/destinos/aurora-do-tocantins>

Quadro 32: Informações do atrativo- Rio Azuis

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Rio Azuis	Povoado Rio Azuis	Todos os dias	25,00 para acessar a fonte. Entrada no povoado: 5,00 por pessoas e estacionamento a parte.	Não guiada.	Banho de rio.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024

Figura 51: Atrativo Estância Jackeline



Fonte: Estância Jackeline - Pousada e Restaurante Rural (@estanciajackeline). 2016. "A beira do Rio Palma...". Facebook, 15 fev. 2016.
https://www.facebook.com/photo/?fbid=1718616625091905&set=ms.c.eJxFyLENADAIA7CPKgIEyP~_PdUBqPRqNKRSF5rB5sFFOE2Q~%3BciNeaNLpgQvRyQ2p.bps.a.1718616578425243.

Quadro 33: Informações do atrativo- Estância Jackeline

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Estância Jackeline	TO 110, KM 117, S/N - Rural	Todos os dias (para alojar é preciso verificar disponibilidade).	R\$ 0,00 Consultar valor da hospedagem.	Guiada	Pousada rural com restaurante e rio.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 52: Rancho Sonho Meu



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2021.

Quadro 34: Informações do atrativo- Rancho Sonho Meu

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Rancho Sonho Meu	Fazenda, Aurora do Tocantins	Todos os dias 08:00 as 17:00h.	R\$ 30,00	Não guiada	Banho de rio e flutuação.	Não

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 53: Atrativo Escorrega do Betim



Fonte: Luisa Galiza. Tribuna do Interior. Veja as opções entre Aurora do Tocantins e Lavandeira, mais um paraíso escondido no Brasil. Escorrega, 02 dez. 2019. <https://j1noticias.com.br/noticia/tocantins-e-um-dos-destinos-mais-procurados-e-seguros-para-os-turistas-um-dos-destaques-e-a-serras-gerais/2793>.

Quadro 35: Informações do atrativo- Escorrega do Betim

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Escorrega do Betim	FAZ. Aurora do Tocantins	Todos os dias 08:00 as 18:00	R\$ 30,00	Não guiada	Área de camping, refeição e banho de rio.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 54: Atrativo Balneário Douradas



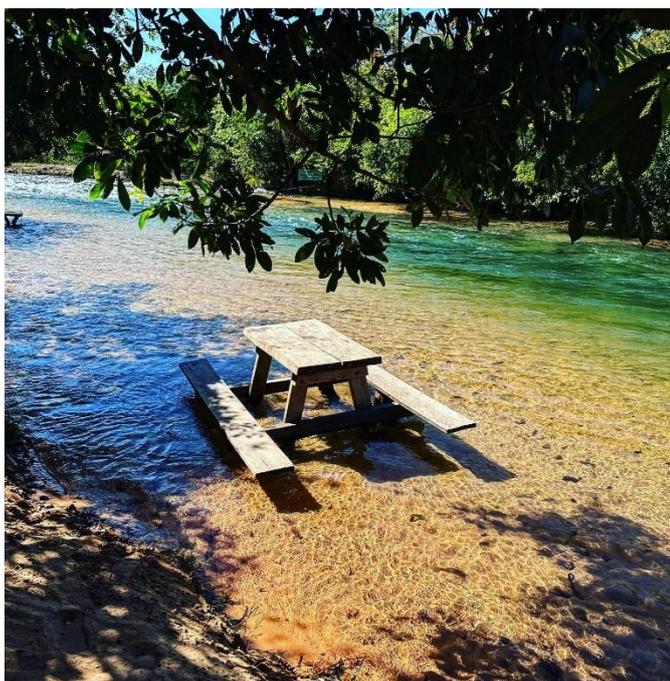
Fonte: @prefiroviajarporai. Threads. 11 jul. 2023. <https://www.threads.net/@prefiroviajarporai/post/CukJ8G2OABY>.

Quadro 36: Informações do atrativo Balneário Douradas

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Balneário Douradas	Zona rural Aurora do Tocantins	Todos os dias. Obs. Temporada de Praia de água Doce no mês de julho.	R\$ 0,00	Não guiada	Banho de rio.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 55: Atrativo Cantinho do Sonho



Fonte: Gazeta do Cerrado, Maju Cotrim, 2023.

Quadro 37: Informações do atrativo- Cantinho do Sonho

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cantinho do Sonho	Fazenda Estibaria-Aurora do Tocantins	Todos os dias 08:00 as 18:00.	R\$ 30,00	Não guiada	Banho e refeição.	Não

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

3.6.4. Recortes territoriais do turismo em Dianópolis

O município de Dianópolis neste momento da pesquisa corresponde ao que possui o órgão de turismo mais organizado e com maior equipe de trabalho, uma vez que as secretarias de turismo dos demais municípios contam na maioria das vezes apenas com o próprio secretário e em alguns casos, com um auxiliar administrativo.

Foram destacados três dos principais atrativos de Dianópolis, que possuem relevância e maior fluxo de visitação; no entanto, o município possui outros potenciais turísticos que ainda não estão formatados como atrativos, de modo que não constam nesta etapa da pesquisa. Dianópolis foi sede do 2º Fórum de Turismo das Serras Gerais em 03 de dezembro de 2021.

Por conta da sua estrutura de hotéis, o município recebe fluxo de turistas que visitam Rio da Conceição, Dianópolis, Almas e outros municípios do entorno. Dianópolis, como Taguatinga e Aurora do Tocantins, tem o estado da Bahia como referência, por estar próximo

a esse estado. O município em questão, por exemplo, está a 150km de Luís Eduardo Magalhães-BA.

Essa proximidade tem potencializado o comércio local, com os empreendimentos de venda de produtos agropecuários, como gado de corte e cultivo de arroz. Neste cenário, o turismo tem se estruturado com 19 empresas (agosto/2024) vinculadas ao setor distribuídas nos segmentos: 11 hotéis, três agências, uma locadora de automóveis e três alojamentos não especificados e pensões (Sebrae, 2023).

Mesmo tendo a estrutura da secretaria com o diferencial de equipe em relação aos demais municípios, Dianópolis ainda caminha para se tornar um município de fato com interesse turístico. Foram entregues Inventário Turístico e Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico em 2022, no entanto esses materiais não foram publicados nos sites da prefeitura municipal.

Dianópolis tem potencial para investir e incentivar o seu turismo, fortalecendo as iniciativas que estão em destaque no município, como o artesanato com capim dourado, por meio da Associação Dianopolina de Artesãs, que tem levado seu material para exposições em feiras e realizado parcerias comerciais internacionais. Este é um exemplo de formas que podem atribuir significado ao turismo e agregar valor ao desenvolvimento da atividade. Outro exemplo é a própria história de Dianópolis e a sua relação com os povos indígenas, que poderia ser mais reconhecida e pesquisada, como uma forma de despertar o interesse dos turistas em saber mais sobre o assunto.

3.6.4.1 Caracterização do município de Dianópolis

Quadro 38: Informações Gerais

NOME	DIANÓPOLIS
POPULAÇÃO	17.739 habitantes (Censo 2022, IBGE).
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	1884
GENTÍLICO	Dianopolino
REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	Sim
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Não
PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Não
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais

TURISMÓLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ÓRGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Não
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	338,8 km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	634,5 km

Fonte: IBGE, 2022.

Quadro 39: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	30.250,98 R\$ (2021)
IDHM	0,701 (2010)
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	2,0 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	3.011 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	16,97% (2022)

Fonte: IBGE, 2010 a 2022.

Breve histórico do município:

Dianópolis é uma das mais antigas cidades do Tocantins e berço histórico e cultural do Estado, o início de sua história data aproximadamente de 1750. Nessa época já existiam rústicas habitações de lavradores, pecuaristas e mineradores que viviam do que a terra, o gado, o ouro e a caça lhes davam. Homens anônimos que partindo do Nordeste e do Oeste, ganharam o vale do São Francisco subiram a Serra Geral e penetraram no Tocantins. Do Sul também chegaram aventureiros em busca de minerais e de índios, nessa época existiam grandes aldeias de índios, dentre elas destacavam-se as tribos dos Gueguês, Assus, Acroás, Xacriabás e Xerentes

Foi animado pelo sentimento de medo e ódio, que o povo solicitou proteção do governador Dom Marcos de Noronha ? Conde dos Arcos ? da então Capitania de Goiás. Atendido ao pedido, eis que certo dia chega no interior do sertão uma comitiva constituída de padres, jesuítas e homens experientes e instruídos, com o objetivo de catequizarem os nativos. Assim são fundados alguns aldeamentos, entre eles o Formiga e Missões. Nesses aldeamentos eram colocados os selvagens, capturados a força e conduzidos ao interior do aldeamento para serem devidamente educados e evangelizados.

Em 1751 foi edificado um aldeamento, nas proximidades do Ribeirão Formigas, com o nome de São Francisco Xavier do Duro, mais conhecido como Missões ou Missão, onde foram aldeados 600 índios da tribo Xacriabás. Em 1755 foram aldeados 250 índios da tribo Acroás. Esses aldeamentos foram feitos utilizando a força pelo coronel pernambucano Venceslau Gomes da Silva, a pacificação dos índios e a administração dos aldeamentos contaram com os jesuítas Bento Soares, Jose Batista e José Vieira, estes últimos vindos da Bahia, por solicitação do governador da capitania de Goiás ? Dom Marcos de Noronha. os índios mantiveram conflitos permanentes com as frentes mineradoras da região de Natividade, Arraias, Conceição e Cavalcante, os quais foram combatidos pelo Cel. Wenceslau Gomes da Silva cumprindo determinações do Governador Geral da Capitânia D. Marcos de Noronha em apoio aos jesuítas Bento Soares e José Matos. No entanto, com a constante chegada de homens civilizados nas cercanias do aldeamento de Missões, os Xacriabás não gostaram dessas penetrações, fugindo grande parte deles.

A Lei Provincial nº 03, de 14/10/1854, criou o Distrito de São Jose do Duro sob a jurisdição de Conceição do Norte. A Lei Provincial nº 723 de 26 de agosto de 1884, elevou o Distrito de São José do Duro a categoria de vila, com o mesmo nome. A vila passou a categoria de cidade através do Decreto-Lei nº 311 de 02/03/1938. Por meio do Decreto-Lei Estadual nº 557, de 09/06/1938 e Decreto-Lei Estadual nº 808, de 30/09/1938, recebeu o nome de Dianópolis.

Em 1911, como Distrito na divisão administrativa figuram: São José do Duro, Missões, São Miguel, Almas e Matões, enquanto que nas apurações do Censo de 1920 o

município estava dividido em dois distritos: São José do Duro e Rio da Conceição. De acordo com a divisão administrativa de 1933 e as territoriais de 1936 e 1937 o município estava dividido em três distritos: São José do Duro, Matão e Missões. Pelo Decreto nº 311, de 02 de março de 1988 e Decreto-Lei nº 557, de 09/06/1938 e Decreto-Lei nº 808, de 30/09/1938, a vila foi elevada a categoria de cidade e o município recebeu o nome de Dianópolis, adotado a partir de 1939, em homenagem as Custodianas do lugar: Custodiana Leal Rodrigues, Custodiana Nepomuceno Wolney Araújo, Custodiana Wolney Póvoa e Custodiana Costa Aires, todas conhecidas como Dianas. (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA DE DIANÓPOLIS, S.d. HALUM, 2008, p.128-131)

Principais atrativos: Fortaleza dos Guardiões, Vale Encantado e Artesanato de Capim Dourado das Dianas.

Figura 56: Fortaleza dos Guardiões



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Dianópolis/TO**. 2019.
<https://www.turismo.to.gov.br/pt/atracoes/dianopolis/fortaleza-dos-guardioes>

Quadro 40: Informações do atrativo Fortaleza dos Guardiões

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Complexo Canjica e Águas lindas	Fazenda St. Campos	Todos os dias.	100,00	Guiada	Contemplanção	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 57: Vale Encantado



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Dianópolis/TO**. 2024.
<https://turismo.to.gov.br/pt/destinos/dianopolis>

Quadro 41: Informações do atrativo- Vale Encantado

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Complexo do Prata		Todos os dias	100,00	Guiada	Espeleoturismo e banho de rio	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 58: Associação de artesanato Capim Dourado- Dianas



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Dianopolina de Artesãos**. 2024.
<https://turismo.to.gov.br/pt/atracoes/dianopolis/fundacao-da-associacao-dianapolina-de-artesaos>

Quadro 42: Informações do atrativo- Artesanato Capim Dourado

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira do Engenho	Centro de Dianópolis	Todos os dias	-	Guiada	Confecção e vendas de produtos artesanais	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

3.6.5. Recortes territoriais do turismo em Lavandeira

No município de Lavandeira, as atividades comerciais são ligadas à agropecuária e ao turismo. Porém, no caso deste último, a falta de formalização dos negócios ligados ao setor faz com que os dados não sejam expressivos em pesquisas de economia e em outras, como a do IBGE. Ainda na dimensão de produtividade, o município carece de infraestrutura, de modo que os munícipes precisam se deslocar para Arraias -TO, Campos Belos- GO, Taguatinga-TO ou Luis Eduardo Magalhães - BA à procura de serviços como negociações em bancos, hospitais, justiça eleitoral, promotoria de justiça, entre outros.

O município tem culturalmente a tradição de comemorar os Festejos de Nossa Senhora de Fátima e os Festejos de Nossa Senhora d'Abadia (Festejos da Ponta d'água).

O município não tem instituição de ensino superior, mas possui ônibus para levar os moradores para o campus da Universidade Federal do Tocantins em Arraias ou para o polo de educação à distância da Universidade Estadual de Goiás em Campos Belos-GO.

Embora Lavandeira tenha mais atrativos turísticos que Aurora do Tocantins, sua vizinha a 17km, a falta de infraestrutura geral e de apoio ao turismo faz com que os turistas busquem Aurora como alternativa para hospedagem, ao invés de Lavandeira. Esta, por exemplo, não possui posto de combustível ou rodoviária. O município vizinho não fica para trás, porém comporta um número maior de pessoas pelos serviços oferecidos.

Desde a sua entrada no Mapa do Turismo Brasileiro em 2022, Lavandeira tem conseguido se manter atualizada constantemente, e buscou parceria com o Sebrae para o fortalecimento da sua identidade, não em termos de disputa com o município vizinho, mas com intuito de ter arcabouço e competitividade para defender seus interesses atrelados ao Turismo e buscar visibilidade para o seu território, reivindicando atrativos que se propagaram como sendo de Aurora, mas que pertencem ao território de Lavandeira.

É importante ter este discernimento para que o município não fique prejudicado e contribua para o ordenamento da região, tendo em vista que entre 2017 a 2020, no auge do uso dos recursos naturais de Aurora do Tocantins para além do Rio Azuis, os novos atrativos foram divulgados e promovidos, de forma que foram apresentados como pertencentes a Aurora. Isso implicou em um atraso para a população de Lavandeira entender a lógica do Turismo e o que estava acontecendo. No entanto, hoje são realizadas atividades em escolas e com a comunidade, tratando das potencialidades turísticas do município, com intuito de despertar para o patrimônio natural local.

3.6.5.1 Caracterização do município de Lavandeira

Quadro 43 - Informações gerais

Nome	Lavandeira
População	1.626 pessoas no censo de 2022 (IBGE, 2022).
Gentílico	Lavandeirense
Formação Administrativa	Em 19 de dezembro de 1995, foi criado o Município de Lavandeira, desmembrado do Município de Aurora do Tocantins, e instalado em 1º de janeiro de 1997 (Halum, 2008).
Região Turística	Serras Gerais
Possui Centro de Atendimento do Turista- CAT	Não
Possui governança de Turismo Municipal (Conselho Municipal de Turismo- COMTUR)	Sim
Possui Fundo de Turismo (FMT)?	Sim
Possui plano/Política Municipal de Turismo?	Sim
Órgão administrativo	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
Instância de Governança Regional de Turismo- IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais
Turismólogos ou outros técnicos com especialização em turismo no órgão municipal de turismo	Não. Teve a presença de turismólogo de 2017-2020.
Distância da capital do Tocantins	488 Km
Distância do Distrito Federal	454 Km

Fonte: IBGE, 2022 e Halum,2008.

Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	19.087,53 R\$
IDHM	-
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	1,6 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	225 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	13,84% (2022)

Fonte: IBGE, 2022.

Breve histórico por Hallum (2008):

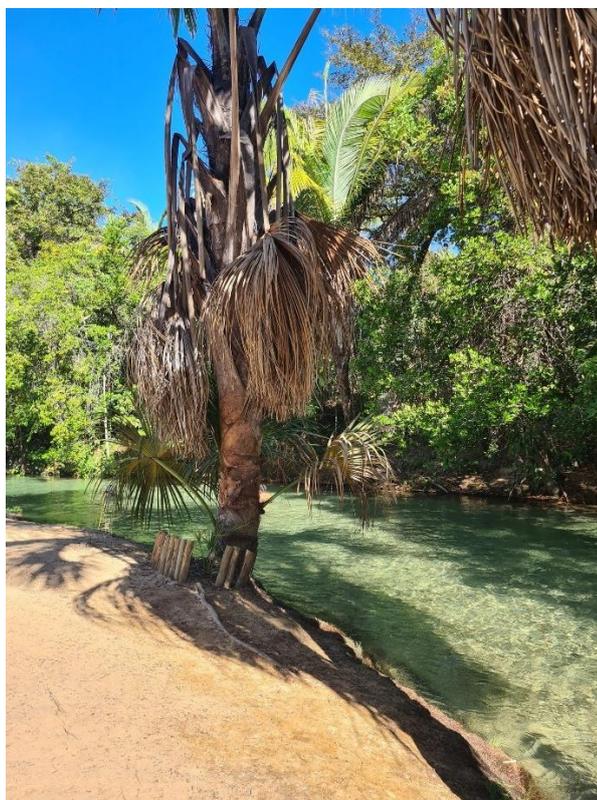
Por volta de 1961, João Cardoso, prefeito do Município de Aurora, doou parte de sua fazenda Lavandeira, onde, aos domingos, se realizava uma feira, para onde se dirigiam as famílias que vinham do interior fazer compras, e, também, lavar roupas no Rio Palma. Esse cenário deu origem a um novo povoado denominado Lavandeira.

Com a abertura da estrada de Aurora para Campos Belos, em Goiás, o povoado foi crescendo, com a chegada de agricultores vindos de Brasília, de Minas Gerais, da Paraíba e da Bahia, comprando áreas para o cultivo de lavouras de

milho, arroz, mandioca e outros produtos, dando início a abertura de fazenda de gado. Em 19 de dezembro de 1995, foi criado o Município de Lavandeira, desmembrado do Município de Aurora do Tocantins, e instalado em 1º de janeiro de 1997 (HALUM, 2008 p.182-183).

Principais atrativos: Praia do Puçá, Praia do Pequizeiro, Poço Paraíso, Poço Azul, Cachoeira das Andorinhas, Praia dos Buritis, Cachoeira do Bartolomeu, Cachoeira do Sombra, Cachoeira das Andorinhas, Cachoeira da Hidromassagem e Sítio Harmonia.

Figura 59: Atrativo turístico Praia do Puçá



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

Quadro 44: Informações do atrativo- Praia do Puçá

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Praia do Pequizeiro	Zona rural Lavandeira	Todos os dias 08:00 as 18:00h.	R\$ 30,00	Não guiada	Refeição e banho de rio.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 60: Atrativo Praia do Pequizeiro



Fonte: Cris Marques (@raizesdomundo), Instagram, 2022.

Quadro 45: Informações do atrativo- Praia do Pequizeiro

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Praia do Pequizeiro	Zona rural Lavandeira	Todos os dias 08:00 as 18:00h.	R\$ 30,00	Não guiada	Refeição e banho de rio.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 61: Atrativo Poço Azul



Tocantins Eventos. (@tocantins eventos). Poço Azul!. 21 out. 2019. Facebook.
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2576483362629187&set=a.1550212228589644>

Quadro 46: Informações do atrativo-Poço azul

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Poço Azul	Zona Rural Lavandeira	Todos os dias (agendamento).	30,00	Guiada.	Trilha e banho de rio.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 62: Atrativo Cachoeira do Sombra



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

Quadro 47: Informações do atrativo- Cachoeira do Sombra

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Cachoeira do Sombra	Zona Rural, Lavandeira.	Todos os dias sob agendamento	R\$ 30,00	Guiada	Banho de rio	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 63: Atrativo Poço Paraíso



Fonte: Arquivo pessoal de José Sobrinho, 2024.

Quadro 48: Informações do atrativo- Poço Paraíso

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	Acessibilidade
Poço Paraíso	Rural Fazenda Paraíso, Lavandeira – TO	Todos os dias 08:00 as 16:00h.	R\$ 30,00	Guiada	Banho de rio e flutuação.	Não

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 64: Atrativo Sítio Harmonia



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). Lavandeira/TO. Sítio Harmonia. 2024.
<https://turismo.to.gov.br/pt/atracoes/lavandeira/sitio-harmonia>

Quadro 49: Informações do atrativo- Sítio Harmonia

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Sítio Harmonia	Rural FAZ. MUCAMBO Lavandeira - TO	Todos os dias 08:00 as 18:00	Livre day use, valor cobrado para camping e reservas de almoços.	Não guiada	Área de camping e passeio a cavalo.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 65: Atrativo Cachoeira das Andorinhas



Fonte: Maju Cotrim, Gazeta do Cerrado, 2023.

Quadro 50: Informações do atrativo- Cachoeira das Andorinhas

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira das Andorinhas	Rural Fazenda Bacupari Lavandeira/TO.	Todos os dias (agendamento)	R\$ 40,00	guiada	Banhos e contemplação	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 66: Atrativo Cachoeira do Bartolomeu



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). Lavandeira/TO, Cachoeira do Bartolomeu. 2024.
<https://www.turismo.to.gov.br/pt/atracoes/lavandeira/cachoeira-do-bartolomeu>

Quadro 51: Informações do atrativo- Cachoeira do Bartolomeu

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira do Bartolomeu	Rural Fazenda Boa Vista Lavandeira - TO	Todos os dias 08:00 as 18:00.	R\$ 30,00	Não guiada	Banho e refeição.	Não

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 67: Atrativo Cachoeira da Hidromassagem



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). Cachoeira da Hidromassagem, Lavandeira/TO. 2024.
<https://www.turismo.to.gov.br/pt/atracoes/lavandeira/cachoeira-da-hidromassagem>

Quadro 52: Informações do atrativo- Cachoeira da Hidromassagem

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira da Hidro (Hidromassagem)	Rural Fazenda Ribeirão, Lavandeira/TO.	Todos os dias (por mediação de agência)	R\$ 30,00	Guiada	Banho de rio.	Não

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 68: Atrativo Praia dos Buritis



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Praia dos Buritis, Lavandeira/TO**. 2024. <https://turismo.to.gov.br/pt/atracoes/lavandeira/praias-dos-buritis-0>

Quadro 53: Informações do atrativo- Praia dos Buritis

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Praia dos Buritis	Rural FAZ BURITIS- Lavandeira - TO	Todos os dias 08:00 as 18:00h.	R\$30,00	Não guiada	Banho de rio e Camping	Rota externa acessível: Calçada rebaixada Sanitário: Porta larga suficiente para entrada de cadeira de rodas.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

3.6.6. Recortes territoriais de turismo em Natividade

Natividade tem se mostrado como um dos principais destinos turísticos das Serras Gerais voltados para história e cultura. O município possui o centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, e recebeu o atributo pelo conjunto urbanístico arquitetônico e a paisagem cultural.

A principal característica do turismo em Natividade é o turismo de vivência. Há a oportunidade de aprender a fabricar biscoitos, como o Amor Perfeito, a Peta/Pipoca, os biscoitos Céu e Trovão, entre outros. Além disso, há a vivência da transformação do ouro em peças de joias artesanais, com a técnica de filigrana.

As festividades religiosas, que atraem pessoas adeptas ou simpatizantes da religião católica, também são um atrativo importante para o turismo local. As principais festividades religiosas são: Folia do Divino Espírito Santo, Senhor do Bonfim e Nossa Senhora de Natividade, que é padroeira do Estado do Tocantins. No quesito de religião e misticismo, se destaca a dona Romana com seu quintal de esculturas místicas. O território sagrado está localizado no sítio Jacobá e comporta trinta casas de famílias e amigos (Bezerra, 20021). O território não tem uma denominação religiosa, no entanto lá se trabalha a mediunidade.

Natividade já foi cenário da Novela “O outro lado do Paraíso”, apresentada na TV Globo, em que a personagem da atriz Fernanda Montenegro foi inspirada na Dona Romana. A município também fez parte do cenário das gravações da série sobrenatural *O escolhido*, gravada pela Netflix, e do filme *Ayrton: meninices no coração do Brasil*, se consagrando como berço cultural do Tocantins.

Diferente da maioria dos outros municípios, este possui seus atrativos na maior parte sob gestão ou em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo, uma vez que são de natureza cultural. As exceções são o café colonial e vivência paga *Tia Naninha* e a Cachoeira Paraíso. As visitas consistem em passeio a pé pelo centro histórico, em que pode ser contratado um guia para melhor experiência.

Natividade vem se consolidando cada vez mais como destino cultural e tem se estruturado, em parcerias com os empresários locais, para receber a demanda do fluxo de turistas. As ações fluem e criam um cenário de oportunidades de empreender na perspectiva do desenvolvimento do turismo.

3.6.6.1 Caracterização do município de Natividade

Quadro 54: Informações Gerais

NOME	NATIVIDADE
POPULAÇÃO	8.754 habitantes (Censo 2022, IBGE).
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	No ano de 1832, o Arraial passou à condição de Vila de Natividade. Em 22 de julho de 1901, foi criada a Comarca de Natividade, instalada em 23 de dezembro de 1905, desligando-se da Comarca de Porto Nacional. Contudo, em 1930, se deu a supressão da Comarca de Natividade, que foi transformada em Termo novamente sob a jurisdição da Comarca de Porto Nacional. Em 26 de agosto de 1933, com seus limites territoriais estabelecidos, tornou-se o Município de Natividade (HALUM, 2008).
GENTÍLICO	Nativitano

REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	Sim
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Sim
PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Não.
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais
TURISMÓLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ORGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Não.
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	234 km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	621,8 km

Fonte: IBGE, 2022.

Quadro 55: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	26.722,15 R\$ (2021)
IDHM	0,673 (2010)
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	2,1 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	1.383 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	15,80% (2022)

Fonte: IBGE, 2010 a 2022.

Breve histórico do município:

Teve sua origem no século XVIII, no ano de 1734, com a chegada de imigrantes portugueses nessa região à procura de ouro. Dentre esses portugueses, Manoel Ferraz de Araújo estabeleceu-se no local com sua mineração, iniciativa que deu origem ao Arraial de São Luiz, edificado no topo da Serra pelas mãos dos escravizados, cerca de quarenta mil, trazidos por esses desbravadores.

Em 1735, chegou ao arraial uma imagem de Nossa Senhora da Natividade, que veio de barco pelo Rio Tocantins e depois em ombros escravizados até o Arraial. Para garantirem sua permanência no local, os moradores tiveram que enfrentar ataques dos índios. Essa imagem é a mesma venerada nos dias de hoje na igreja Matriz de Natividade, uma das mais antigas do Estado, datada de 1759.

No início da colonização, toda uma tribo da etnia Xavante foi aniquilada por se ter negado à escravidão determinada pelos portugueses, que possuíam escravizados trazidos da África para trabalharem na extração do ouro.

Segundo a tradição oral, entre portugueses e escravizados africanos, havia quarenta mil trabalhadores nas minas: conta-se também que caravanas de mais de cem burros com suas bruacas carregadas com 'arobas de ouro' seguiam de Natividade para Salvador, na Bahia, e dali para Portugal. Com o declínio da mineração, desceram a serra para desenvolver a agricultura e o comércio.

Esses portugueses e missionários que chegaram para se dedicar à extração do ouro e à catequese deixaram fortes sinais. Longe de suas famílias e do alto clero, muitos deles tiveram filhos com as escravas que traziam, oferecendo-lhes carta de alforria para que seus filhos nascessem livres. Os escravizados, por sua vez, começaram a erguer o que seria a igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em pedra canga. A obra foi paralisada por volta de 1817 por falta de recursos, pois os escravizados não aceitavam ofertas, em dinheiro, dos brancos para concluí-la. Suas ruínas são hoje um dos

principais cartões postais do Estado.

Entre os anos de 1809 e 1815, o Arraial de São Luiz, hoje Natividade, foi sede provisória do que seria a Comarca de São João das Duas Barras, época em que o território de Goiás foi dividido em duas comarcas, conforme Alvará.

Nesse alvará, datado de 18 de março de 1809, no Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João VI criou a Comarca de São João das Duas Barras, ainda em Natividade. Duas Barras seria instalada nas proximidades da confluência. Em 1815, a sede da Comarca foi transferida para São João da Palma, hoje Paranã.

Em 1821, Natividade volta a ser sede administrativa do Norte Goiano, agora na condição de Governo Provisório (MOTTER, 2005. HALUM, 2008, p.205 a 209).

Principais atrativos: Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Igreja da matriz, Conjunto arquitetônico do centro histórico, Cachoeira Paraíso, Filigrama de ouro, Folia do Divino Espírito Santo, Nosso Senhor do Bonfim e Amor Perfeito.

Figura 69: Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Fonte: Iphan. Natividade – Igreja do Rosário dos Pretos. Ipatrimônio. <https://www.ipatrimonio.org/natividade-igreja-do-rosario-dos-pretos/#!/map=38329&loc=-11.704097716700977,-47.743234634399414,14>

Quadro 56: Informações do atrativo- Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Ruínas da Igreja Nossa Senhora Rosário dos Pretos	Centro, Natividade	Todos os dias.	-	Guiada e não guiada	Observação	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 70: Igreja da Matriz



Fonte: Rodrigo Oliveira- Grupo de Pesquisa Goyas XIX/UFJ, 2022.

Quadro 57: Informações do atrativo- Igreja da Matriz

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Igreja da matriz	Centro, Natividade	Todos os dias	-	Guiada e não guiada	Observação e história.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 71: Conjunto Arquitetônico do Centro Histórico



Fonte: Rodrigo Oliveira- Grupo de Pesquisa Goyas XIX/UFJ, 2022.

Quadro 58: Informações do atrativo- Centro Histórico de Natividade

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Conjunto arquitetônico do centro histórico	Centro, Natividade	Todos os dias	-	Guiada e não guiada	Observação e caminhada história	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 72: Cachoeira Paraíso



Fonte: Cachoeira do Paraíso. “I Will Go”. <https://iwillgoblog.wordpress.com/2017/08/18/cachoeira-do-paraiso/>.

Quadro 59: Informações do atrativo- Cachoeira Paraíso

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira Paraíso	Area rural, Natividade	Todos os dias. (contato via guia para agendamento).	Sem informações	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 73: Ourivesaria Mestre Juvenal- Filigrana de Ouro



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). Natividade/TO, Ourivesaria Mestre Juvenal. 2024. <https://turismo.to.gov.br/pt/atracoes/natividade/ourivesaria-mestre-juvenal>

Figura 74: Ourivesaria Mestre Juvenal- Filigrana de Ouro (b)



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Natividade/TO, Ouriversaria Mestre Juvenal.** 2024. <https://turismo.to.gov.br/pt/atracoes/natividade/ouriversaria-mestre-juvenal>

Quadro 60: Informações do atrativo- Ourivesaria Mestre Juvenal

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Filigrana de Ouro	Centro, Natividade	Todos os dias.	-	Guiada e não guiada	Turismo de experiência na demonstração de joias	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 75: Folia do Divino Espírito Santo



Fonte: G1 Tocantins. **Folia do Divino Espírito Santo vai percorrer as ruas de Natividade neste fim de semana.** 26 maio 2023. <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/05/26/fofia-do-divino-espírito-santo-vai-percorrer-as-ruas-de-natividade-neste-fim-de-semana.ghtml>

Quadro 61: Informações do atrativo- Folia do Divino Espírito Santo

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Folia do Divino Espírito Santo	Natividade	Festividade anual	-	Não guiada	Celebração religiosa	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 76: Festejos do Senhor do Bonfim



Fonte: Letícia Queiroz e Jesana de Jesus, G1 Tocantins. **Fiéis lamentam cancelamento da Romaria do Senhor do Bonfim, em Natividade: 'Dói o coração'**. 05 jul. 2020.

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/07/05/fieis-lamentam-cancelamento-da-romaria-do-senhor-do-bonfim-em-natividade-doi-o-coracao.ghtml>.

Quadro 62: Informações do atrativo- Festejos do Senhor do Bonfim

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Festa do Nosso Senhor do Bonfim	Povoado Bonfim	Festividade anual	-	Não guiada	Celebração religiosa	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

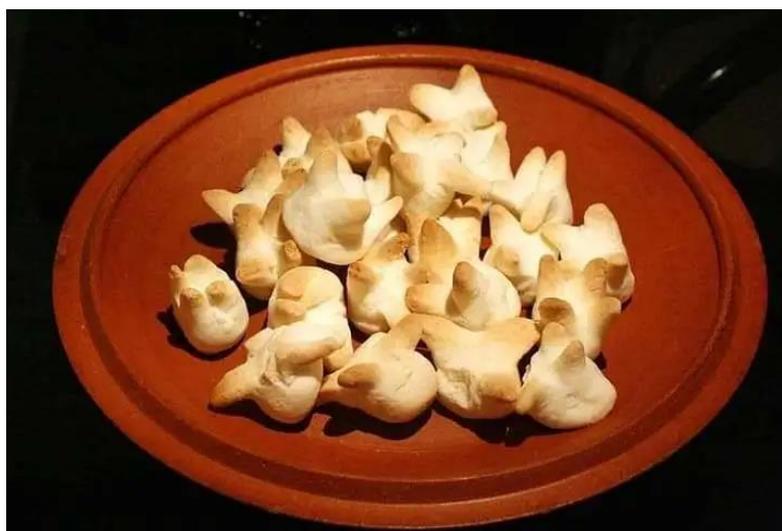
Figura 77: Fábrica do biscoito Amor Perfeito



Brener Nunes. **Tia Naninha recebeu várias homenagens, começou a fazer o biscoito amor perfeito ainda criança e sempre inspirou pela simplicidade e garra.** Gazeta do Cerrado. 14 abr. 2023.

<https://gazetadocerrado.com.br/tia-naninha-recebeu-varias-homenagens-comecou-a-fazer-o-biscoito-amor-perfeito-ainda-crianca-e-sempre-inspirou-pela-simplicidade-e-garra/>

Figura 78: Biscoito Amor Perfeito



Brener Nunes. **Biscoito Amor-Perfeito e Espetinho são decretados Patrimônio Cultural e Gastronômico do Tocantins**. Gazeta do Cerrado. 11 jul. 2024. <https://gazetadocerrado.com.br/biscoito-amor-perfeito-e-espetinho-sao-decretados-patrimonio-cultural-e-gastronomico-do-tocantins/>

Quadro 63: Informações do atrativo- Amor Perfeito

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Amor Perfeito	Centro, Natividade	Todos os dias	-	Guiada e não guiada	Experiência e gastronomia	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

3.6.7. Recortes territoriais do turismo em Paranã

O município de Paranã possui vasta extensão territorial e, como vimos nas discussões anteriores, esteve inserido no Mapa do Turismo desde 2004, ficando de fora nos anos de 2019-2021. Este município tem relevância histórica para o turismo, no sentido de ter sido escolhido como sede para criação do Fórum Permanente do Turismo das Serras Gerais, em 2007.

Paraná não deixa a desejar quando se trata da junção de história, cultura e ecoturismo. No entanto, na sede do município, há negligência quanto à preservação das tradições e da história. A Casa de Cultura de Paranã ainda aguarda reforma, e o mesmo ocorre com outros prédios históricos. É importante que seja feito um roteiro histórico direcionado à formação dos estudantes e conscientização sobre a importância do município inserido na história do antigo Goiás e Tocantins.

Assim como os demais municípios, os atrativos se encontram em áreas particulares, de forma que o investimento varia de um lugar para outro, bem como o interesse em torná-lo visitável. Os atrativos e recursos naturais com potenciais turísticos estão localizados no distrito de Campo Alegre, povoado que carrega valores culturais e tradicionais de suma importância.

Os costumes tradicionais, como festas religiosas, gastronomia, quando agregados ao turismo, possuem caráter de turismo de experiência e vivência, o que vem se tornando tendência no setor. Além de valorizar as comunidades locais e inseri-las no turismo de forma empoderada, ativa-se uma forma de pensar a economia em uma percepção endógena, em que a comunidade detém o controle do funcionamento e organização do turismo.

Paraná tem se destacado com o evento anual de Temporada de Praia de água doce. Por sinal, este tem sido um dos vieses da divulgação promocional do estado do Tocantins, exaltando as numerosas praias de norte ao sul do estado. A temporada de praia no Tocantins acontece no mês de julho, em Paraná, e a praia principal de atrações é a praia do Dominginhos.

É necessário se organizar e sensibilizar para o turismo, preparando a comunidade receptora com relação ao conceito de turismo, seu funcionamento e quais potencialidades locais propiciam abertura de cenários para pensar o empreendedorismo como forma de participação ativa no processo organizacional do Turismo.

3.6.7.1 Caracterização do município de Paraná

Quadro 64: Informações Gerais

NOME	PARANÁ
POPULAÇÃO	10.542 habitantes (Censo 2022, IBGE).
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Elevado a categoria de vila com a denominação de São João da Palma, por Alvará de 25-02-1814. Sede na antiga povoação de Barra de Palma. Instalada em 17-07-1815. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 8305, de 31-12-1943, o município de Palma tomou a denominação de Paraná. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município de Paraná (ex-Palma) é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (GOVERNO DO TOCANTINS).
GENTÍLICO	Paranáense
REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	Sim
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Não

PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Não, apenas Plano de trabalho anual de Turismo.
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais
TURISMÓLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ORGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Sim, 1.
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	347,9 km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	552 km

Fonte: IBGE, 2022.

Quadro 65: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	30.250,98 R\$ (2021)
IDHM	0,595 (2010)
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	1,7 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	1.127 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	10,69% (2022)

Fonte: IBGE, 2010, 2022.

Breve histórico do município segundo Governo do Tocantins:

As primeiras entradas na província de Paranã ocorreram no período de 1740 a 1770, por garimpeiros em busca de ouro, dando início, assim, a formação do arraial que recebeu o nome de Palma, por situar-se na confluência dos rios Paranã e Palmas no extremo sul de Tocantins.

Em virtude de sua boa localização, e ao servir de porto fluvial, em pouco tempo o arraial tornou-se o mais importante empório comercial do médio norte goiano, realizando intenso intercâmbio comercial como Belém do Pará.

Em 1815, o povoado foi elevado à vila, com denominação de São João da Palma, sede da Comarca do Norte. Na condição de vila, São João da Palma passou a reivindicar sua elevação à categoria de cidade, o que veio a conseguir no dia 5 de outubro 1857. Existem alguns fatos que tornam a história de Paranã semelhante a história de Tocantins. O principal é o fato de esta cidade ter sido a Comarca do Norte, em momentos embrionários da própria luta pela emancipação do Estado.

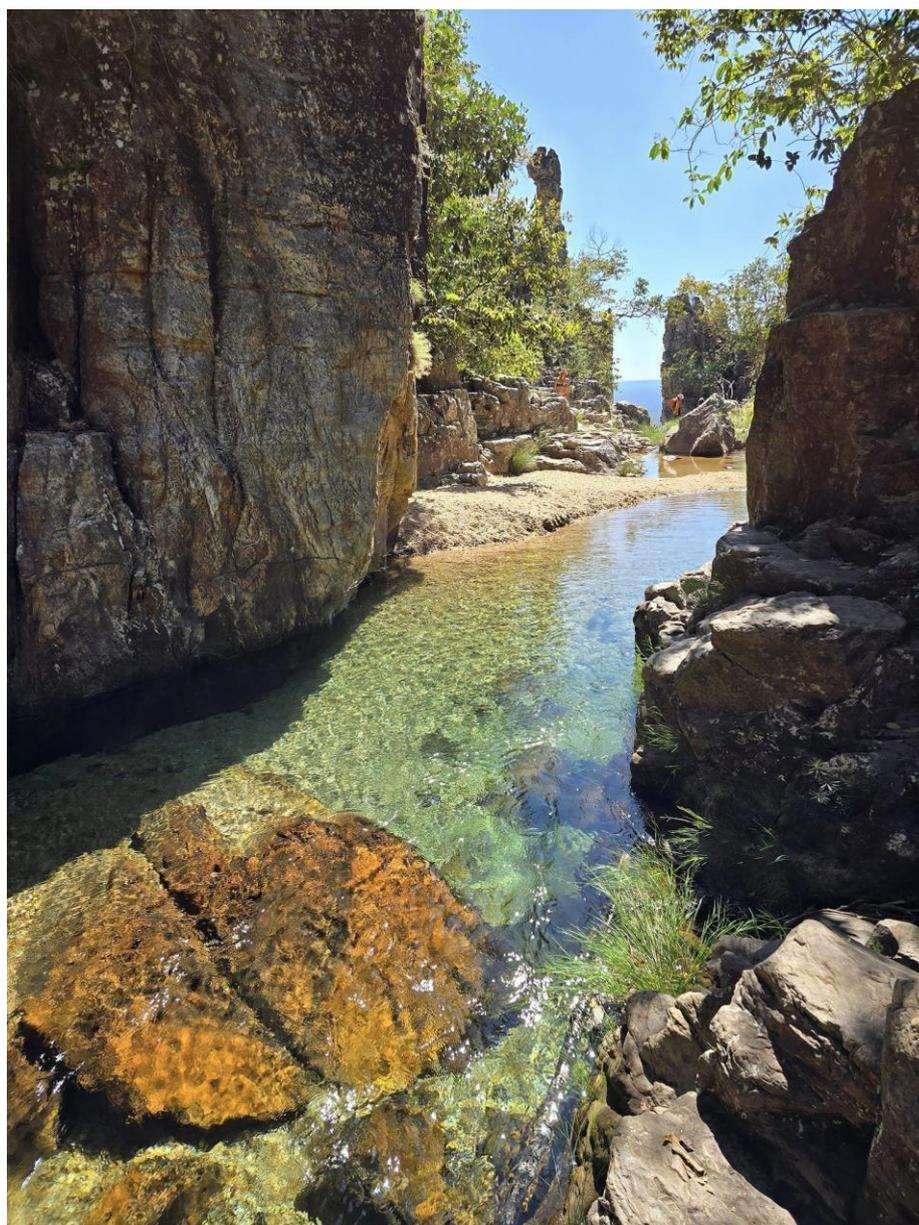
A data de 5 de outubro, que marca a elevação de Paranã à categoria de cidade (1857), é também a data de criação do estado do Tocantins (5 de outubro de 1988). O nome da capital definitiva do estado resgata o nome da antiga Vila de Palma, cujos habitantes, inclusive, são conhecidos como palmenses, tal como os moradores da atual capital.

A atividade econômica que mais impulsionou historicamente a cidade foi o comércio fluvial pelo rio Tocantins. Através de barcos com capacidade de transporte de 15 toneladas. Essas embarcações eram impulsionadas por forças humanas.

Após a desativação do comércio fluvial, restou a Paranã a criação de gado como principal atividade econômica. (IBGE Cidades, s.d. HAIUM, 2008, p.243-245)

Principais atrativos: Complexo Canjica e Águas lindas, Complexo do Prata, Cachoeira do Engenho, Cachoeira do Catoá.

Figura 79: Atrativo Complexo Canjica e Águas lindas



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Quadro 66: Informações do atrativo Complexo Águas lindas e Canjica

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Complexo Canjica e Águas lindas	Povoado Campo Alegre	Todos os dias.	50,00	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 80: Complexo do Prata



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Complexo do Prata, Paraná/TO**. 2024.
<https://turismo.to.gov.br/pt/atracoes/parana/complexo-aguas-do-prata>

Quadro 67: Informações do atrativo- Complexo do Prata

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Complexo do Prata	Povoado Campo Alegre	Todos os dias	50,00	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 81: Cachoeira do Engenho



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Cachoeira do Engenho, Paraná/TO**. 2024.
<https://turismo.to.gov.br/pt/atracoes/parana/cachoeira-do-engenho>

Quadro 68: Informações do atrativo- Cachoeira do Engenho

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira do Engenho	Estrada do Mucambo, Campo Alegre	Todos os dias	-	Guiada e não guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 82: Cachoeira do Catoá - chegada



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2024.

Figura 83: Cachoeira do Catoá



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2024.

Quadro 69: Informações do atrativo- Catoá

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira do Catoá	Povoado Campo Alegre.	Todos os dias. (contato via guia/consultor para agendamento).	50,00	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

3.6.8. Recortes territoriais do turismo em Pindorama

Pindorama possui um atrativo turístico, a Lagoa do Japonês, localizado em uma propriedade particular no município. Esse atrativo é o único entre os apresentados que conseguiu implementar o *voucher* turístico, uma espécie de ingresso que inclui a taxa municipal no passaporte, funcionando como uma ferramenta de arrecadação para o município. Embora haja apenas um atrativo, a prática do *voucher* digital foi implantada, e tanto as agências quanto os turistas independentes pagam a taxa de acesso e recebem uma pulseira para apresentar na entrada do local.

O *voucher* é um sistema de ordenamento. No momento, o controle do *voucher* é aplicado apenas em uma das entradas da cidade, na qual é feito o videomonitoramento da entrada e saída de veículos, que pagam uma taxa de R\$ 10.

Tendo em vista que as prefeituras possuem poucos recursos próprios, esta é uma forma de reinvestir o valor recebido em melhorias para os moradores e conseqüentemente, para os turistas.

Pindorama possui quatro entradas de acesso, sendo três delas rodovias não pavimentadas, Almas-Pindorama (96km), Chapada de Natividade- Pindorama (77 km) e Silvanópolis- Pindorama (174km); e a outra é a via pavimentada por Ponte Alta do Tocantins (27,6km). As rodovias sem pavimentação não possuem placas de sinalização sobre o percurso, distância e direção do município.

Quando se trata da mobilidade e acesso entre os nove municípios apresentados, destaca-se que Pindorama é atualmente o único município das Serras Gerais com acesso por vias não pavimentadas, em contraste com seus vizinhos da mesma região turística.

3.6.8.1 Caracterização do município de Pindorama

Quadro 70: Informações Gerais

NOME	PINDORAMA
POPULAÇÃO	4.478 habitantes (Censo 2022, IBGE).
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Em 03 de abril de 1948, pela lei municipal nº 3, o povoado de Pindorama foi elevado à categoria de distrito. Quinze anos após, recebeu a sua autonomia municipal, por força da Lei Estadual nº 4.651 de 08 de outubro de 1963, passando a constituir Termo Judiciário da Comarca de Natividade, sendo oficial e solenemente instalado no dia 1º de janeiro de 1964 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORAMA, 1970).
GENTÍLICO	Pindoramense

REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não, em construção.
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	Sim
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Não
PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Não.
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais
TURISMÓLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ORGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Sim, 1.
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	210 km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	707 km

Fonte: IBGE, 2022.

Quadro 71: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	19.258,19 R\$ (2021)
IDHM	0,595 (2010)
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	1,6 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	450 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	10,05% (2022)

Fonte: IBGE, 2010, 2022.

Breve histórico do município:

Em 1945 o Instituto Nacional de Ensino Pedagógico-INEP- destinou ao município de Natividade recursos financeiros para a construção de um grupo Escolar. O novo estabelecimento de ensino foi localizado na região denominada dos Machados, onde as terras férteis atraíram grande número de lavradores, que com suas famílias foram se agrupando em torno da nova escola, dando início assim à formação do povoado de Pindorama.

Antes da localização do grupo escolar e do início da formação do povoado já residiam na região duas tradicionais famílias Belém e Macário, em suas fazendas de criação de gado. Considerando-se fundadores da cidade os senhores Lino Cesário de Sousa, Benevides Belém e Benedito de Oliveira Costa, primeiros moradores do nascente povoado. A eles se juntaram grande número de forasteiros, vindos principalmente dos estados da Bahia e do Piauí, atraídos pela fertilidade de suas terras e facilidades para adquiri-las.

A cidade comemorava no dia 11 de maio de cada ano o dia de sua Santa Padroeira, Nossa Senhora Aparecida. Para maior brilhantismo das festividades foram elas transferidas para os dias 11 de junho, época em que poderá ser assistida por um maior número de fiéis, já desobrigados de suas tarefas na lavoura.

Foi o seu primeiro Prefeito Municipal o cidadão Manoel dos Santos Rosal, nomeado pelo Governador Mauro Borges Teixeira. Em 3 de outubro de 1965, em eleições livres, foi eleito o cidadão João Martins de Souza, tendo sido empossado no dia 31 de janeiro de 1966 com o vice Prefeito Elpidio Ribeiro de Souza (PREFEITURA DE PINDORAMA, 1970. HALUM, 2008 p. 257-258).

Principais atrativos: Lagoa do Japonês e Artesanato com argila.

Figura 84: Lagoa do Japonês



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

Figura 85: Lagoa do Japonês



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

Quadro 72: Informações do atrativo- Lagoa do Japonês

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Lagoa do Japonês	Área rural, Pindorama	Todos os dias	50,00	Não guiada	Banho de rio, stand-up em canoa, flutuação e almoço.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 86: Artesanato com Argila



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Mão na Massa, Pindorama do Tocantins/TO**. 2024. <https://turismo.to.gov.br/pt/atracoes/pindorama-do-tocantins/mao-na-massa>

Quadro 73: Informações do atrativo- Artesanato com argila

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Artesanato com argila	Área urbana Pindorama	Todos os dias	-	Não guiada	Experiência na demonstração artesanal de argila.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

3.6.9. Recortes territoriais do turismo em Rio da Conceição

Rio da Conceição faz parte de um dos poucos municípios que opera suas atividades turísticas com respaldo das normas de segurança. Como visto nas figuras 58 e 59, são utilizados coletes e capacetes para atividades aquáticas como boia-cross e trilha aquática. As demais atividades são realizadas com regras, mas sem implantação de um Sistema de Gestão de Segurança. Por conta dessa deficiência, vem sendo discutido a criação de uma comissão de gestão de segurança turística, a fim de que, por meio de consultorias e vistorias, possa ser realizada uma sensibilização com os proprietários dos lugares onde se encontram os atrativos, uma vez que estes se encontram em propriedades particulares. Assim, estes poderão ser orientados a implementar essas prerrogativas e, ao fim, poderá haver fiscalização.

Por outro lado, este município não possui infraestrutura básica completa, como posto de gasolina; mas tem crescido o número de restaurantes e hotéis para alocar os turistas que visitam o local. O principal cartão postal da cidade tem sido a Lagoa da Serra, pelo impacto visual da sua paisagem, que mescla lagoa, serra e vereda. Pouquíssimos atrativos realizam controle de entrada para medir o fluxo real de turistas que visitam a região, o que dificulta um boletim preciso, no entanto, mais à frente iremos apresentar o boletim informativo de fluxo de visitantes realizado pela Secretaria de Turismo do Tocantins.

Em Rio da Conceição, o turismo de experiência e vivência tem chamado atenção, com a atividade de fabricação da farinha, conhecida como farinhada do preto. No local, os turistas podem participar das atividades e ao fim, degustar o *beiju*, também conhecido como tapioca. Esse modelo de turismo tem se tornado tendência e tem sido uma das bandeiras do Brasil, com intuito de valorizar comunidades tradicionais (Brasil, 2024).

O município não possui Plano Municipal de Turismo, no entanto é elaborado anualmente um Plano de Trabalho das ações vinculadas ao turismo. Interessante destacar que o município realiza atividades nas escolas para despertar a vocação turística nos jovens e adolescentes como futuros empreendedores, por meio de oficinas e palestras que visam valorizar o local e vislumbrar oportunidades de atuação no cenário turístico apresentado.

3.6.9.1 Caracterização do município de Rio da Conceição

Quadro 74: Informações Gerais

NOME	RIO DA CONCEIÇÃO
POPULAÇÃO	1.768 habitantes (Censo 2022, IBGE).
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Quando Almas se tornou município, em 14 de novembro de 1958, Rio da Conceição foi incorporado ao seu território. Depois de ter pertencido a dois municípios, a população reuniu-se e fez um abaixo assinado pedindo ao prefeito de Dianópolis que intercedesse junto ao governador de Goiás para que Dianópolis incorporasse o Povoado de Rio da Conceição. A redivisão territorial foi realizada e Rio da Conceição ficou a cargo de Dianópolis. Em 20 de fevereiro de 1991, em conformidade com a Lei nº 251, foi criado o Município de Rio da Conceição. Instalado somente em 1º de janeiro de 1993 (HALUM, 2008).
GENTÍLICO	Conceiçãoense
REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	Sim
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Não
PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Não, Plano de Trabalho anual de turismo.
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais
TURISMÓLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ORGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Não
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	363,6 Km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	663,1 Km

Fonte: IBGE, 2022.

Quadro 75: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	13.180,67 R\$
IDHM	0,608 (2010)
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	1,4 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	264 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	14,93 % (2022)

Fonte: IBGE, 2010, 2022.

Breve histórico do município:

O lugar era conhecido como Rio das Éguas e seus habitantes eram os índios Xerentes. Por volta de 1915, Antônio Pedro de Carvalho, avô de Vivaldo José de Carvalho, pai de sete filhos, veio de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia, com sua esposa Joana. Antônio Pedro era boiadeiro, comprava gado no sertão e trazia mercadorias em geral, que trocava por gado. Seus filhos foram casando e ficando por ali, aumentando assim a população do lugar.

Otílio Alves de Carvalho chegou para instalar a primeira casa comercial e logo Florin Macedo também se estabeleceu comercialmente, contribuindo para a consolidação de um povoado ao qual se deu o nome de Rio da Conceição, pertencente ao Município de Natividade (HALUM, 2008, p.205-209).

Principais atrativos: Lagoa da Serra, 17 Travessias, Boia Cross Rio Manoel Alves e Farinhada do Preto.

Figura 87: Lagoa da Serra



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2024.

Quadro 76: Informações do atrativo- Lagoa da Serra

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Lagoa da Serra	Zona rural de Rio da Conceição	Todos os dias.	40,00	Guiada	Banho de rio	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 88: 17 Travessias



Fonte: Plataforma Integrada de Turismo (PIT). **Complexo do Prata, Porto Alegre do Tocantins/TO**. 2024.

Figura 89: 17 Travessias (b)



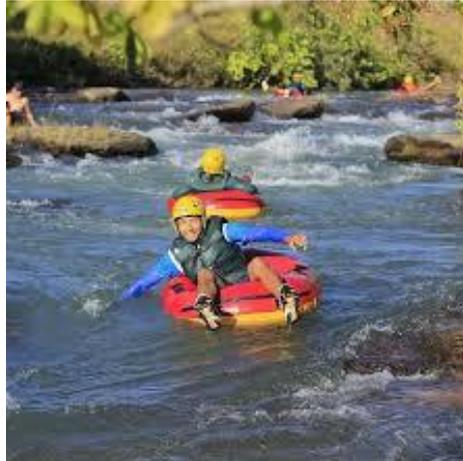
Fonte: JB Turismo e Aventura. **17 Travessias do brejo Limpo**.
https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2578012-d12461426-i351573024-JB_Turismo_e_Aventura-Rio_da_Conceicao_State_of_Tocantins.html

Quadro 77: Informações do atrativo- 17 Travessias

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
17 Travessias	Rio da Conceição	Todos os dias	Sem informações	Guiada	Banho de rio e trilhas.	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 90: Boia Cross Rio Manoel Alves



Fonte: Amo o Tocantins. Facebook.
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2182278278549294&set=pcb.2182278905215898>

Quadro 78: Informações do atrativo- Boia Cross Rio Manoel Alves

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Boia Cross Rio Manoel Alves		Todos os dias	110,00 por pessoa, a partir de 3 pessoas, 90 reais.	Guiada	Boia-cross	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 91: Farinhada do Preto



Fonte: Blog “Em Algum Lugar do Mundo”, 2022.

Quadro 79: Informações do atrativo- Farinhada do Preto

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Farinhada do Preto	Rio da Conceição	Todos os dias	50,00	Guiada	Turismo de Experiência e vivência	Não.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

3.6.10. Recortes territoriais de turismo em Taguatinga

O município de Taguatinga está situado entre Aurora do Tocantins e Ponte Alta do Bom Jesus, a uma distância de 87,6 km de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia. Os moradores de Taguatinga mantêm uma forte conexão com a Bahia, não apenas pelo trabalho nas fazendas de plantação, mas também pelo comércio, já que muitos se deslocam até lá para realizar suas compras mensais. Além disso, há uma ligação com o estado por meio da educação, com a presença da Universidade Federal do Oeste da Bahia, que possui campi em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, a 175,8 km de distância.

Taguatinga tem se despertado para o turismo. O processo é incipiente e o município ainda não possui órgão de turismo na estrutura organizacional da gestão municipal, o que dificulta diálogos com a gestão estadual de turismo. Além disso, a presença do órgão municipal é uma das diretrizes do Mtur para o município constar no mapa.

O município destaca-se pelas Cavalhadas, celebradas durante o Festejo de Nossa Senhora da Abadia, no mês de agosto. Esse evento cultural, que representa o confronto entre mouros e cristãos, tem atraído crescente interesse e valorização. O estado, reconhecendo sua importância, tem promovido as Cavalhadas em feiras de turismo, colocando em destaque essa tradição.

Além das cavalhadas, o município possui a Cachoeira do Registro, com águas esverdeadas cristalinas, aberta ao público somente para visitação e contemplação. Nela, não é permitido banho, por estar ligada a uma Pequena Central Hidroelétrica- PCH.

Quanto à sazonalidade turística, nos períodos em que as Cavalhadas não são celebradas, alguns empresários têm investido na vida noturna da cidade para atender ao fluxo anual de turistas que Aurora do Tocantins recebe. Além disso, há investimentos em acomodações com o mesmo objetivo, buscando atrair e acomodar os visitantes durante o ano inteiro.

Taguatinga tem potencial de criar ações que vinculem o ano inteiro e não apenas no mês de agosto. Como exemplo, poderia ser criado um roteiro cultural com saberes e fazeres da comunidade, uma representação artística do funcionamento das cavalhadas, ou investimento em produtos gastronômicos. São exemplos de ações que podem atrair, no decorrer do ano, a demanda de turistas nos arredores do município.

3.6.10.1 Caracterização do município de Taguatinga

Quadro 80: Informações Gerais

NOME	TAGUATINGA
POPULAÇÃO	14.011 habitantes (Censo 2022, IBGE).
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Conforme Lei Provisória nº 4, de 6 de novembro de 1855, o povoado de Santa Maria de Taguatinga, foi elevado à condição de vila pertencente ao Município de São Domingos. Posteriormente, foi anexada ao Município de Arraias. Finalmente, conforme Lei nº 425, de 10 de novembro de 1868, o povoado foi desmembrado de Arraias, tornando-se o Município de Taguatinga. Contudo, sua instalação como município, e como Termo pertencente à comarca de Paranã, só se deu em 10 de julho de 1872 (HALUM, 2008).
GENTÍLICO	Taguatinsense
REGIÃO TURÍSTICA	Serras Gerais
POSSUI CENTRO DE ATENDIMENTO DO TURISTA-CAT	Não
GOVERNANÇA DE TURISMO MUNICIPAL (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR)	Não
POSSUI FUNDO DE TURISMO (FMT)	Não
PLANO/POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO	Não.
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Turismo e Lazer
INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO-IGR	Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais
TURISMOLOGOS OU OUTROS TÉCNICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO NO ÓRGÃO MUNICIPAL DE TURISMO	Não
DISTÂNCIA DA CAPITAL DO TOCANTINS	440 km
DISTÂNCIA DO DISTRITO FEDERAL	520 km

Fonte: IBGE, 2022.

Quadro 81: Dinâmicas Econômicas e Socioculturais: Trabalho e rendimento

PIB PER CAPITA	30.250,98 R\$ (2021)
IDHM	0,595 (2010)
SALÁRIO MENSAL DOS TRABALHADORES	1,7 salários (2022)
PESSOAL OCUPADO	1.127 pessoas (2022)
POPULAÇÃO OCUPADA	10,69% (2022)

Fonte: IBGE, 2010, 2022.

Breve histórico do município:

Distante apenas quinze quilômetros da fronteira com o Estado da Bahia, a Fazenda Brejo foi o primeiro aglomerado urbano. Sua água doce atraía muitas pessoas em virtude de as fazendas da região terem suas águas salobras. Por ter suas terras muito férteis, surgiram pequenas povoações em seu território. Era também um lugar onde as famílias se reuniam em determinadas datas, permanecendo em festa por vários dias. Sua população cresceu com a chegada de migrantes de outros estados. Os negociantes passavam com muito dinheiro por aquele lugar, conhecido como 'travessia do brejo', à procura de minas de ouro. Dentre estes, veio também Francisco Lino de Souza que casou com a filha do dono da fazenda. Na verdade, por volta de 1834, foi ele quem edificou a capela de Santa Maria, denominação que foi atribuída ao povoado, e que fez com que Francisco Lino ficasse caracterizado como o seu fundador. Uma imagem de Nossa Senhora D'Abadia foi para ali trazida, tornando-se a padroeira do lugar, mais tarde denominado Paróquia de Santa Maria de Taguatinga (HALUM, 2008, p.332-333).

Principais atrativos: Cavalhadas e Cachoeira do Registro.

Figura 92: Cavalhadas



Fonte: Governo do Tocantins. Cristãos e Mouros voltam a se encontrar nas Cavalhadas de Taguatinga. 07 ago. 2019. Foto: As Cavalhadas relembram as guerras religiosas entre cristãos e mouros: Thiago Sá. <https://www.to.gov.br/noticias/cristaos-e-mouros-voltam-a-se-encontrar-nas-cavalhadas-de-taguatinga/646g10rh2ild>

Quadro 82: Informações do atrativo- Cavalhadas de Taguatinga

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cavalhadas de Taguatinga	Taguatinga	Festividade anual no mês de agosto.	-	Guiada	Celebração religiosa	Não.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Figura 93: Cachoeira do Registro



Fonte: Página Curta Mais, s.d.

Quadro 83: Informações do atrativo- Cachoeira do Registro

Atrativo	Localização	Funcionamento	Entrada	Tipo de visita	Atividades realizadas	acessibilidade
Cachoeira do Registro	Area rural, Taguatinga	Todos os dias	-	Guiada	Contemplação	Não.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

3.7 Atores e processos da governança turística nas Serras Gerais

Entender a organização e participação dos diversos atores envolvidos no processo da governança nas Serras Gerais é importante para compreensão dos rumos e constituintes públicos que agregam na organização do desenvolvimento do turismo nesta região.

O reconhecimento dos atores que estão ligados a este processo reforça a necessidade de entender os devidos papéis que podem ser estabelecidos na construção de alianças e cooperação, entendendo a governança como o poder social que media as relações entre Estado e Sociedade Civil na junção de poder e fortalecimento regional.

No caso das Serras Gerais, a governança turística está atrelada à identificação de pelo menos sete atores, dentre eles a Universidade Federal do Tocantins, pelo Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental; o Ministério do Turismo, por meio das diretrizes estabelecidas pelo PRT; o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Turismo; os empresários, como potenciais empreendedores na área de turismo; os Secretários de Turismo dos municípios

das Serras Gerais; a Assegtur e o Sebrae.

Todos estes atores identificados participam do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais, espaço de mediação de conflitos de interesse que dizem respeito ao desenvolvimento do turismo de forma regionalizada. Cada um possui um papel importante nesse ciclo de políticas públicas de ordenamento turístico, uma vez que associados têm a missão de zelar e construir de forma sustentável a organização do turismo.

A Universidade Federal do Tocantins, com o Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, desempenha o papel, como instituição pública de ensino superior, na formação de profissionais qualificados para atuarem no cenário de desenvolvimento das Serras Gerais com responsabilidade social e capacidade técnica. A Universidade também pode ser parceira na realização de eventos e cursos, como a recente formação de guias regionais por meio do curso profissionalizante organizado pela instituição.

O Ministério do Turismo atua frente ao Programa de Regionalização do Turismo, com o intuito de descentralizar as políticas públicas de turismo, coordenando este fenômeno de forma organizada. O Mtur usa o Mapa do Turismo como uma das estratégias para alinhar por meio de diretrizes os municípios com interesse turístico.

A Secretaria Estadual de Turismo- SETUR atua frente às demandas de legislação e organização do turismo no estado, contribuindo para promoção, divulgação e construção de infraestrutura turística, formando, assim, um cenário propício para o florescimento do turismo em seu território.

Paralelamente a esses atores, os empresários desempenham um papel fundamental nesse processo, assim como os potenciais empreendedores e simpatizantes do turismo. Eles investem na criação de produtos turísticos, além de oferecerem serviços de hospedagem e alimentação, contribuindo para o fomento da cadeia produtiva e do *trade* turístico. Esses empresários têm uma relação direta com os turistas, o que lhes permite ter uma percepção sobre o funcionamento do mercado, especialmente em relação à oferta e demanda.

Acrescenta-se os secretários municipais de turismo, que se responsabilizam pela gestão, planejamento e organização do turismo no município, de forma que precisam lidar com as especificidades do seu território. Neste cenário de atores e processos, a ASSEGTUR se apresenta como um elo para junção de discussões e alinhamento dos municípios na organização regional do turismo.

Por fim, o Sebrae compreende um papel de desenvolvimento mercadológico, no sentido de formalização e empreendedorismo, possibilitando o fortalecimento dos pequenos negócios e geração de renda. Na perspectiva do turismo, o SEBRAE está presente com os empresários

locais, por meio de consultorias turísticas, de mercado, financeiras, marketing, entre outras que auxiliam na melhoria do negócio turístico.

Na figura 97, temos o reconhecimento do papel dos atores, conforme apresentado acima. Todos estes reunidos formam o fórum de turismo, espaço para unificação de conflitos de poder e fortalecimento de objetivos comuns, que compete ao desenvolvimento regional das Serras Gerais.

São estas alianças que por meio da governança criam um portal de mediação entre Estado e Sociedade Civil, em prol da cooperação e construção de poder social alinhados em busca de um ponto comum. Essa governança precisa ser reconhecida e respeitada em suas ações para que contribua nas tomadas de decisões.

Figura 94: Representação infográfica do papel dos atores sociais nas Serras Gerais



Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

4 ANÁLISE DOCUMENTAL, PERCEPÇÕES DA GOVERNANÇA TURÍSTICA E OS SEUS EFEITOS NO TERRITÓRIO

4.1 Dimensões analíticas da Instância de Governança da Serras Gerais

São três dimensões analíticas consideradas na pesquisa em geral: a organização, tendo como categoria análise a formação da governança regional de turismo e o envolvimento dos atores com o desenvolvimento da IGR; a segunda é a dimensão de relação de poder, que possui categoria analítica de relação do governo estadual com a IGR, bem como atuação da IGR pelo olhar dos membros da Sociedade Civil e do Governo; por fim, a terceira dimensão é a dos resultados pós-IGR, analisando a IGR como ordenamento territorial e os efeitos da IGR para o turismo regional.

Para identificar o nível de maturidade da governança regional, consideramos as dimensões de gestão, institucional, econômica e sócio-política, a fim de compreender os fatores que influenciam a configuração e a formação de uma IGR. Essa análise revela o cenário da IGR e sua estruturação no território, levando em conta a ativação do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais, que desempenha um papel crucial na manutenção e continuidade da ASSEGTUR. Assim, a identificação do nível de maturidade da IGR se refere tanto à ASSEGTUR quanto ao Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais.

Na matriz de identificação do nível de maturidade da governança regional foram considerados pontos sobre gestão do funcionamento, sua caracterização institucional, atribuição econômica e relação sócio-política como princípios que norteiam o traço da realidade da IGR apresentado no quadro 82.

Quadro 84: Identificação do nível de maturidade da governança regional instituída

ASSEGTUR- Dimensão Gestão	ASSEGTUR- Dimensão Institucional	ASSEGTUR- Dimensão Econômica	ASSEGTUR- Dimensão Sócio-política	Fórum Permanente das Serras Gerais- Dimensão Gestão	Fórum Permanente das Serras Gerais- Dimensão Institucional	Fórum Permanente das Serras Gerais- Dimensão econômica	Fórum Permanente das Serras Gerais- Dimensão sócio-política
Possui Secretaria Executiva? Sim (X) Não ()	A governança é institucionalizada (formalizada)? Sim (X) Não () Se sim, qual a forma? <u>Associação</u> Se não, qual a forma?	Possui sede própria? Sim () Não (X)	Está vinculado a algum órgão público? Sim () Não (X)	Possui Secretaria Executiva? Sim (X) Não ()	A governança é institucionalizada (formalizada)? Sim () Não (X) Se sim, qual a forma? Se não, qual a forma? <u>Fórum</u>	Possui sede própria? Sim () Não (X)	Está vinculado a algum órgão público? Sim () Não (X)
Possui regimento interno? Sim (X) Não ()	Possui quantos participantes ativos?	Possui sede de terceiro? Sim () Não (X)	É reconhecido legalmente pelo poder público estadual? Sim () Não (X)	Possui regimento interno? Sim () Não (X) Em construção	Possui quantos participantes ativos?	Possui sede de terceiro? Sim () Não (X)	É reconhecido legalmente pelo poder público estadual? Sim (X) Não ()
Possui diretoria? Sim (X) Não ()	Quantos participantes representam o poder público?	Possui patrimônio? Sim () Não (X)	Citar lei/norma estadual que reconhece regionalmente: _	Possui diretoria? Sim (X) Não ()	Quantos participantes representam o poder público?	Possui patrimônio? Sim () Não (X)	Citar lei/norma estadual que reconhece regionalmente: <u>Decreto nº 3.126/2007</u>
Realiza reuniões periódicas? Sim ()	Quantos participantes	Possui recursos próprios?	É reconhecido legalmente pelo poder público	Realiza reuniões periódicas? Sim (X)	Quantos participantes	Possui recursos próprios?	É reconhecido legalmente pelo poder

<p>Não () Se sim em qual periodicidade? Mensal () Bimestral (X) Semestral () Outro ()</p>	<p>representam a iniciativa privada?</p>	<p>Sim (X) Não () Se sim, indicar a fonte: <u>contribuição dos participantes</u></p>	<p>federal? Sim () Não (X)</p>	<p>Não () Se sim em qual periodicidade? Mensal () Bimestral () Semestral (X) Outro ()</p>	<p>representam a iniciativa privada?</p>	<p>Sim () Não (X) Se sim, indicar a fonte:</p>	<p>público federal? Sim () Não (X)</p>
<p>Registra reuniões em atas? Sim (X) Não ()</p>	<p>Quantos participantes representam a sociedade civil organizada?</p>	<p>Conta com apoio econômico de parceiros? Sim () Não (X)</p>	<p>Citar lei ou norma que reconhece legalmente: -</p>	<p>Registra reuniões em atas? Sim (X) Não ()</p>	<p>Quantos participantes representam a sociedade civil organizada?</p>	<p>Conta com apoio econômico de parceiros? Sim (X) Não ()</p>	<p>Citar lei ou norma que reconhece legalmente: -</p>
<p>Possui canais de comunicação oficiais? Sim () Não () Se sim, quais?</p>	<p>Quantos municípios possuem assento na governança? Quais municípios?</p>	<p>Quais os principais parceiros? -</p>	<p>Sua diretoria participa de outras instâncias de governança nacionais de turismo? Sim () Não (X)</p>	<p>Possui canais de comunicação oficiais? Sim (X) Não () Se sim, quais? <u>Grupo de WhatsApp, e-mail e Instagram</u></p>	<p>Quantos municípios possuem assento na governança? Quais municípios?</p>	<p>Quais os principais parceiros? <u>Governo estadual</u></p>	<p>Sua diretoria participa de outras instâncias de governança nacionais de turismo? Sim () Não ()</p>
<p>Possui comissões técnicas? Sim () Não (X) Se sim, indicar quais as áreas.</p>	<p>Seus membros participam de capacitações periódicas sobre governança ou turismo? Sim (X) Não ()</p>	<p>_____</p>	<p>Grau de maturidade considerado Baixo (X) Médio () Alto ()</p>	<p>Possui comissões técnicas? Sim (X) Não () Se sim, indicar quais as áreas: <u>Infraestrutura.</u></p>	<p>Seus membros participam de capacitações periódicas sobre governança ou turismo? Sim () Não (X) Se sim, quais</p>	<p>_____</p>	<p>Grau de maturidade considerado Baixo (X) Médio () Alto ()</p>

	Se sim, quais temas? <u>Governança turística,</u> <u>tendências do turismo e turismo sustentável</u>			<u>Promoção e qualificação.</u>	temas? –		
Possui Planejamento estratégico? Sim () Não (X) Se sim, qual periodicidade do planejamento? Anual () Bienal () Outro ()	Quais os principais resultados da atuação da instância:	_____	Justificar escolha:	Possui Planejamento estratégico? Sim () Não (X) Se sim, qual periodicidade do planejamento? Anual () Bienal () Outro ()	Quais os principais resultados da atuação da instância:	_____	Justificar escolha:

Essa matriz subsidia o entendimento da maturidade da IGR e dá suporte para considerar as dimensões de organização, relação de poder e efeitos pós instauração da IGR, dimensões que fazem parte da análise da pesquisa.

Quadro 85: Dimensão analítica da pesquisa

Dimensão Organização	Dimensão Relação de poder	Dimensão efeitos pós IGR
Formação e envolvimento dos atores	Governo estadual e atuação regional	Efeitos no desenvolvimento do turismo regional

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

4.1.1 Dimensão: Organização

Essa dimensão considera como categoria de análise da governança a formação e o envolvimento dos atores, nesse sentido, consideramos entender a relação de membros participantes da ASSEGTUR desde o período da sua criação, em 2019 até o ano de 2024. Essa é uma maneira de compilar informações em relação às gestões, quantidade de reuniões e temas debatidos nesse recorte temporal para o entendimento da organização da IGR.

Quadro 86: Histórico da Diretoria da ASSEGTUR 2019-2024

Ano	Mesa diretora	Quantidade de reuniões no ano
2019	Presidente: Jorcirene Maranhão Vice Presidente: Fernanda Tainã Secretária (o): Raquel Macedo	1
2020	Presidente: Fernanda Tainã Vice Presidente: Esther Carvalho Secretária (o): Paulo Vitor Máximo	3
2021/1	Presidente: Fernanda Tainã Vice Presidente: Esther Carvalho Secretária (o): Paulo Vitor Máximo	2
2021/2	Presidente: Ester Carvalho Vice Presidente: Wagner Moura Secretária (o): Noemi Cerqueira	3

2022/1	Presidente: Ester Carvalho Vice Presidente: Wagner Moura Secretária (o): Aline Alves Ribeiro	0
2022/2	Presidente: Diogo Faria Ribeiro Vice Presidente: Esther Carvalho Secretária (o): Aline Alves Ribeiro	1
2023/1	Presidente: Wester Henner Silva Vice Presidente: José Neto Secretária: Aline Alves Ribeiro	1
2023/2	Presidente: _____ Vice Presidente: José Neto Secretária: Aline Alves Ribeiro	1
2024	Presidente: _____ Vice Presidente: José Neto Secretária: Aline Alves Ribeiro	0

Fonte: Elaboração própria durante a pesquisa, 2024.

Ainda na dimensão de organização, fez-se necessário consultar o Estatuto da ASSEGTUR para entender a base que configura a associação, salientando pontos importantes, como a missão, finalidade, fundadores, integrantes, direitos e deveres e estrutura organizacional. Paralelo a isso, houve consulta às Atas e relatórios anuais de atividades.

O Estatuto Social da ASSEGTUR foi registrado no CARTÓRIO NATIVIDADE - Registro Cível de Pessoas Naturais e Jurídicas - 1º Ofício número de ordem 3052 – Livro R-756 (livro A), em 07 de agosto de 2019.

Da denominação, missão, finalidade e declaração de IGR:

Parágrafo 1º. Para os efeitos publicitários, promocionais e mercadológicos, a Associação usará o nome fantasia de "ASSEGTUR" e terá o seu nome e a sua logomarca devidamente registrada em órgão competente, e seu uso será definido em Regimento Interno (Cap.I Artº §1- ESTATUTO ASSEGTUR, 2020). *Destaque nosso.*

Quadro 87: Missão, Finalidade e declaração da IGR ASSEGTUR

Missão	Finalidade	Autodeclaração de IGR
Art. 4º. ASSEGTUR tem por missão ser o órgão fomentador, proponente e gestor de projetos e ações desempenhadas na Região Turística de Serras Gerais, envolvendo a comunidade através da atuação dos seus associados, promovendo a expansão da economia do turismo nos municípios da região sudeste do estado do Tocantins.	Art. 5º. A ASSEGTUR tem por finalidade desenvolver o setor turístico promovendo a capacitação da oferta, o fomento a novos investimentos e negócios, o aprimoramento de infraestrutura, alcançando todos os municípios das Serras Gerais; priorizando o acesso a mercado das localidades inseridas no Programa de Regionalização, correspondendo às diretrizes das políticas públicas estadual e nacional.	Art. 6º A ASSEGTUR deverá agir em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Turismo bem como com o processo de Regionalização do Turismo, <i>cumprindo a função de Instância de Governança</i> para o desenvolvimento sustentável e responsável do turismo regional.

Fonte: Elaborado pela autora pela interpretação do ESTATUTO DA ASSEGTUR, p. 5-7, 2020.

Nessas buscas documentais do Estatuto da ASSEGTUR, notamos que a normativa da associação estabelece a partir da sua missão o posto de instância de governança. A normativa prevê o alcance nos 22 municípios do sudeste do Tocantins, sendo que destes estão associados pela fundação, Natividade, Pindorama, Almas, Dianópolis, Rio da Conceição, Aurora do Tocantins, Lavandeira e Arraias. Assim, deixa às claras que os municípios representados podem sofrer alterações de acordo com as configurações do Mapa do Turismo Brasileiro.

Além de sua principal finalidade, que é o desenvolvimento do setor turístico na região das Serras Gerais por meio de capacitações, fomento a novos investimentos e aprimoramento da infraestrutura de forma regional, abrangendo todos os municípios, o Estatuto também prevê uma série de subfinalidades. Essas subfinalidades foram identificadas pela análise documental e estão apresentadas no quadro abaixo.

Artº 7 Estatuto da ASSEGTUR (2020), finalidades:

Quadro 88: Finalidade da ASSEGTUR

I - Promover a execução de forma participativa do Programa de Regionalização do Turismo nos municípios da Região da Serras Gerais , orientando-se pelo planejamento, cooperação, implementação da gestão participativa, seguindo as Diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo;
II - Assessorar as prefeituras, entidades públicas e privadas que venham a implementar projetos e programas de desenvolvimento turístico sustentável , produção associada e economia criativa, especificadas; no Programa de Regionalização a que se refere o inciso anterior, desde que correspondentes a suas políticas e diretrizes;
III - Apoiar a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Regional, de forma participativa , com sintonia com o planejamento dos Municípios associados;
IV - Participar da correta execução da política turística regional e servir às autoridades municipais, estaduais e federais como órgão consultivo , quando assim for solicitado;

V - Incrementar a atividade turística dos municípios da região das Serras Gerais, estimulando o espírito de cooperação e de ética entre todos os associados e parceiros , promovendo a utilização sustentável dos recursos turísticos existentes;
VI - Estabelecer convênio com órgãos governamentais e não governamentais para desenvolver projetos de interesse dos municípios associados, estimulando a formação de redes empreendedoras para o desenvolvimento sustentável e responsável do turismo;
VII - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo e da produção associada, buscando fortalecer a competitividade através de mobilização para investimentos, ordenamento, qualidade e cooperação, buscando o crescimento dos negócios turísticos sustentáveis , da comercialização integrada em plataforma digital que controla o fluxo, a capacidade de carga dos atrativos; distribuição dos pagamentos pelos serviços prestados e impostos e taxas do poder público;
VIII - Estimular e orientar as administrações dos municípios associados a elaborar o seu planejamento turístico local integrado e atuar junto aos municípios da região para que esses possam fazer parte do mapa do turismo brasileiro;
IX – Estimular a implantação, manutenção e fortalecimento dos Conselhos e dos Fundos;
X - Orientar os Municípios associados a apresentarem semestralmente o calendário de eventos turísticos e culturais , atualizado para o período seguinte;
XI - estimular ações nos Municípios associados que impactem em: a) Leis, regras e diretrizes que regulam a atividade turística; b) Infraestrutura; c) Qualificação; d) Produtos, roteiros. rotas e circuitos; e) Acesso a mercado; f) Governança entre outros.
XII - Exercer a representação dos associados perante as organizações estaduais ou federais relacionadas ou não com o setor turístico , procurando defender os interesses gerais de seus associados, sem servir a causas individuais ou particulares;
XIII - Promover a integração entre universidades e empresas , visando o incentivo da pesquisa científica, da inovação tecnológica e do ensino voltados para o desenvolvimento sustentável das empresas de turismo da região;
XIV - Desenvolver e atualizar levantamentos estatísticos, visando identificar os investimentos econômicos, estruturais, geração de emprego direto e indireto, os aportes fiscais municipais e estaduais, os fluxos turísticos , promover intercâmbio de conhecimentos e elaboração de bancos de dados com parcerias com as instituições de ensino e pesquisa, para realização de análise anual dos inventários turísticos dos Municípios associados;
XV - Estimular a implantação atualização e análise das pesquisas de demanda turística nos Municípios associados, em conjunto com os órgãos competentes;
XVI - Desenvolver ações que visem nos municípios associados: a. a preservação do patrimônio cultural material e Imaterial, natural e da agrobiodiversidade do cerrado; b a criação e funcionamento de sistema integrado de informações turísticas ; c a melhoria da infraestrutura de rodovias, vias de acesso , transporte rodoviário o e do saneamento básico; d. a melhoria dos acessos aos produtos turísticos; e. o estímulo a qualidade do receptivo turístico; f. o aperfeiçoamento dos serviços de telecomunicações. eletricidade e segurança ; g. captar e gerar eventos de natureza cultural e valorização do patrimônio cultural e natural para região das Serras Gerais de natureza regional, nacional e internacional, h. apoiar eventos já existentes que fortaleçam o turismo da região; i. promover e valorizar a imagem da região como destino turístico , cultural, histórico. natural, ecológico, de experiências e de vivências; j. promover parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão que possam contribuir com estudos sobre a produção associada, os inventários culturais e turísticos, a sustentabilidade da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade do cerrado e a conservação do patrimônio cultural e natural das Serras Gerais.
XVII. Propor ação civil pública (legitimidade ativa ad causam) nas situações que envolvam as cidades de exploração turística, preservação do meio ambiente;
XVIII- Consolidar as informações sobre fluxo turístico , taxa de ocupação hoteleira e outros indicadores que contribuam para alimentar o observatório estadual do turismo;

Fonte: Elaborado pela autora pela interpretação do ESTATUTO DA ASSEGTUR, p. 5-7, 2020.

Destas finalidades apresentadas, havemos de considerar que a finalidade I foi cumprida, a partir do momento que a ASSEGTUR se estabeleceu como IGR e assinou como interlocutora regional do Programa de Regionalização do Turismo. Entretanto, as finalidades II e III não se estabeleceram na prática, haja vista o contexto regional.

Em relação às finalidades IV e V, identificamos a força-tarefa que fortaleceu a cooperação unificada como região turística. Esta serviu como porta-voz das demandas da região frente ao governo estadual. Quanto a finalidade VI, não foi realizado nenhuma espécie de convênio, conforme registros. As finalidades VII, VIII e IX foram estimuladas de forma incipiente, pois a plataforma integrada estadual surgiu depois. Nesse processo, aos poucos, os estímulos para criação de conselhos foram se efetivando, por meio de outras políticas públicas fora a ASSEGTUR.

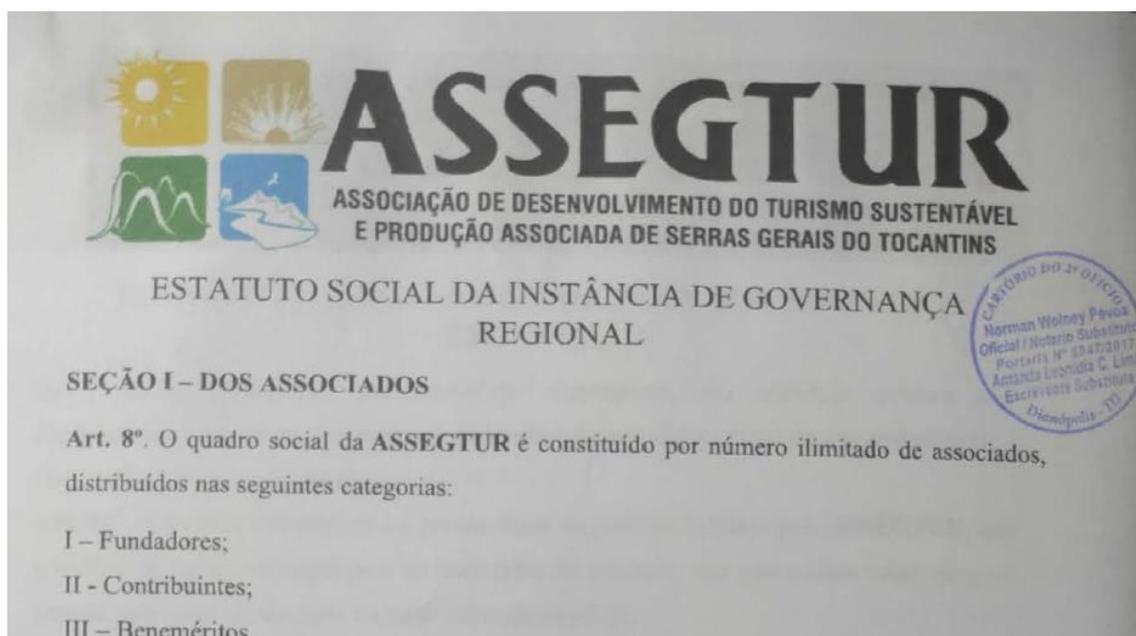
A finalidade XIII se manteve desde o início da ASSEGTUR, concretizando a universidade UFT/Arraias como parceira, mesmo que sem termo de cooperação técnica ou de parceria institucional. A parceria foi realizada por meio do apoio de professores do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental de forma presente e eficaz, até o final de 2022.

As finalidades X, XI, XII, XV, XVII e XVIII não tiveram alcance ou realização. Possíveis razões podem ser falta de aplicabilidade e gestão, que para ser implementadas precisariam de um trabalho contínuo com os atores sociais envolvidos e de parcerias concretas. Tais parcerias poderiam ser feitas com órgãos que auxiliassem na execução de tarefas como o monitoramento de fluxo, que depende do empresariado local e da governança municipal e regional.

Do total de 18 finalidades instituídas conforme transcrito no quadro acima, foram praticadas até o momento seis. Esse número equivale a aproximadamente 33%, menos da metade, a considerar ações que sofrem influência do contexto regional e das localidades municipais para continuidade dos trabalhos realizados.

O quadro social da ASSEGTUR é distribuído em fundadores, contribuintes e beneméritos, conforme imagem do Estatuto abaixo.

Figura 95: Quadro de associados da ASSEGTUR



Fonte: Arquivo da Assegtur. Estatuto, p.8, 2020.

A partir dessa divisão, a ASSEGTUR considera um número ilimitado para associados. Destes, oito municípios são classificados como fundadores/criadores da ASSEGTUR. A categoria de contribuintes é de associados que assinam ficha de adesão para entrar na associação e podem votar e ser votados em reuniões. Esse grupo contempla Sociedade Civil, pública e privada. A Sociedade Civil Pública inclui os municípios, e a privada, CNPJs empresariais do ramo do turismo. Já a categoria de beneméritos inclui associados que a ASSEGTUR indica para participar, mas que não podem ser votados ou ocupar cargos, além de serem isentos de taxa de contribuição.

A estrutura organizacional compete à ASSEGTUR, é constituída pela Diretoria Executiva, distribuída em presidente, vice-presidente e secretária; e pelo Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é realizada “ordinariamente ao final do primeiro semestre de cada ano” (Estatuto Assegtur, p.14, 2020).

O Estatuto da ASSEGTUR prevê no seu artº 47 que “a ASSEGTUR será dissolvida quando se constatar que não mais apresenta as condições técnicas, operacionais e/ou financeiras adequadas à realização dos fins para os quais foi criada” (Estatuto Assegtur, p.23, 2020). No momento de crise existencial refletida sob a criação do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais, seria ideal reconsiderar e rever as condições financeiras e técnicas que dizem respeito a sua representatividade como IGR?

Não temos interesse em responder esta pergunta, mas trazer para reflexão este ponto

crucial da sua criação. Isso porque o fórum faz no momento atual o papel de IGR, mesmo que sua representação de modo geral seja composta pelos poderes públicos municipais e instituições públicas, sem representação empresarial.

Este é o panorama da dimensão de organização, que nos revela que a ASSEGTUR possui uma previsão legal e teve até então reconhecimento popular de atuação. Nesse ponto de análise, consideramos a relevância do papel da ASSEGTUR e a sua organização como espaço de voz e interlocutora do turismo regional das Serras Gerais.

4.1.2 Dimensão: Relação de poder

Em relação a dimensão de relação de poder, a ASSEGTUR estabeleceu uma relação de poder. Tal relação se deu tanto nos governos municipais, por meio do secretário de turismo, quanto no governo estadual. Dessa forma, a associação fortaleceu o papel de articulação no cenário do desenvolvimento do turismo regional.

Conforme apresentado anteriormente, o governo estadual não reconheceu a ASSEGTUR em um decreto estadual; no entanto, manteve contato institucional com a associação, respeitando sua posição como referência no turismo das Serras Gerais. Esse relacionamento, considerado na pesquisa como harmonioso, reflete interesses de um grupo de se reposicionar com mérito, fazendo jus às potencialidades locais reunidas de forma integrada.

Sobre isso, ressaltamos alguns recortes dos materiais documentados como fonte de pesquisa, em que a diretoria executiva da ASSEGTUR apresenta o contexto do cenário em 15 de março de 2020, pouco antes de se tornar IGR.

O sudeste tocantinense iniciou seu processo de ordenamento do setor turístico com maior ênfase, em 2014, apoiado por um projeto do Sebrae-TO que interferiu na região, disponibilizando consultorias e instrutorias e iniciando o envolvimento de empresários e potenciais empresários em um fórum de discussões e ideias, participando de missões técnicas e recebendo um inicial diagnóstico de oportunidades. A partir de 2016, o processo de desenvolvimento se intensificou, passando a formatar produtos, capacitar mão de obra para o atendimento, construir planos municipais e regionais estratégicos de turismo e marketing, ordenar a governança municipal e regional, investir em acesso a mercado (Assegtur, Ofício N° 4/2020, p.1, 2020)

Essa fala vai de encontro com o relato apresentado pela autora com relação ao contexto regional e o processo de formação da ASSEGTUR. O ofício considera os anos de 2014 e 2016 como dois momentos cruciais para a criação propositiva da associação, devido às ações marcantes que subsidiaram o processo que personaliza a IGR.

A caracterização da relação de poder transcorre pelo governo estadual e pela instituição Sebrae/TO:

Aproveitamos energicamente o olhar do Sebrae durante todos esses anos. Agarramos com vontade os conhecimentos a nós transmitidos e tornamos realidade o turismo de Serras Gerais. Persistimos com o Governo do Estado, que se rendeu a nos promover em feiras e fizemos de tudo para sermos respeitados como um destino merecedor de prestígio e mérito (Assegtur, Ofício N° 4/2020, p.2, 2020)

Nesse trecho, observa-se que a ASSEGTUR assegurou seu espaço e oportunizou seu reconhecimento/respeito perante o Governo do Estado. A associação carregou consigo o sentimento de “um grupo que representa e lidera uma massa esperançosa que vê a vida mudar através do turismo e que ainda não está pronta para caminhar sozinha” (ASSEGTUR, OFÍCIO N° 4/2020, p.3, 2020).

Foram compiladas demandas apresentadas pela ASSEGTUR no ano de 2020, de modo que tais informações foram reunidas e tratadas no quadro.

Quadro 89: Demandas da ASSEGTUR, 2020

Demandas atrativos	Demandas hospedagem	Demandas alimentação	Demandas agenciamento	Demandas planejamento
<input type="checkbox"/> Seguir formatando novos ambientes correspondendo a normas técnicas e legislação; <input type="checkbox"/> Abertura de nossas cavernas para o turismo; <input type="checkbox"/> Cálculo de carga para ampliar a adequação do uso sustentável de nossos ambientes; <input type="checkbox"/> Aprimoramento de Arraias como Cidade Criativa; <input type="checkbox"/> Aperfeiçoamento do turismo histórico cultural.	<input type="checkbox"/> Aperfeiçoamento do atendimento; <input type="checkbox"/> Implantação do Programa Cama e Café nos municípios com demanda e insuficiência de empreendimentos.	<input type="checkbox"/> Aperfeiçoamento da gastronomia; <input type="checkbox"/> Melhoria da oferta de doces e quitutes regionais.	<input type="checkbox"/> Apoio nos acordos comerciais; <input type="checkbox"/> Aprimoramento de redes sociais.	<input type="checkbox"/> Revisão dos Planos Municipais de Turismo; <input type="checkbox"/> Revisão do Plano Regional de Turismo e Marketing; <input type="checkbox"/> Instalação de um sistema integrado da municipalidade com o voucher único; <input type="checkbox"/> Implantação de um observatório de turismo.

Demandas artesanato	Demandas guias e condutores	Demandas acesso ao mercado	Demandas governança	Demandas infraestrutura
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Desenvolvimento da produção nos 9 municípios; <input type="checkbox"/> Apoio na criação e fomento das associações de artesãos. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Cursos de aperfeiçoamento em normas técnicas; <input type="checkbox"/> Curso técnico de guia. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Participação em feiras nacionais e internacionais, visibilidade como região e não como destino isolado; <input type="checkbox"/> Produção de banco de imagens de todos os municípios com qualidade publicitária; <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de uma plataforma de informações da região; <input type="checkbox"/> Realização de road show em Brasília e Goiânia; <input type="checkbox"/> Recepção de Famtur e Fampress; <input type="checkbox"/> Atração de Digital Influencer; <input type="checkbox"/> Produção de vídeos publicitários bilíngues. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Assessoria para fortalecimento da IGR Serras Gerais; <input type="checkbox"/> Realização de eventos e seminários de integração e informação; <input type="checkbox"/> Apoio aos Conselhos Municipais de Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Construção de CAT's nos municípios turísticos; <input type="checkbox"/> Instalação de portal turístico nos municípios; <input type="checkbox"/> Ampliação de sinal de telefonia celular em área rural; <input type="checkbox"/> Energia elétrica nas comunidades tradicionais; <input type="checkbox"/> Colocação de sinalização turística.

Fonte: elaboração própria com base em dados da ASSEGTUR, 2020.

Essas demandas fornecem informações sobre o cenário e as territorialidades vividas pelas lideranças locais e pelos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo na região turística das Serras Gerais. Observa-se que a maior parte das demandas está voltada para os setores de acesso ao mercado, infraestrutura, planejamento e atrativos, que são pilares essenciais para o ordenamento turístico deste território. Nesse contexto, destaca-se o papel da IGR Serras Gerais e, de forma otimista, os potenciais efeitos positivos que surgiram após sua criação.

A preocupação com tais demandas reativas o senso de ordenamento turístico estabelecido pela ASSEGTUR desde a sua criação. Isso reafirma seu papel como unificadora regional, a partir do momento que concentra demandas locais numa perspectiva regional, tratando-as como única causa. Este formato de gestão explica a ascensão da ASSEGTUR e sua

representatividade perante o Governo Estadual para com a região turística das Serras Gerais.

Esta representatividade reflete nos efeitos da associação no território apresentado. É preciso pontuar, no entanto, que a alta rotatividade dos gestores impactou na continuidade dessas ações, deixando a operacionalização e sequência dos trabalhos a desejar. Nesse sentido, um ponto que podemos analisar é o controle de filiação de membros e gestão financeira da ASSEGTUR, desde os contribuintes mensais ao relacionamento contábil e bancário, que necessitam de acesso constante.

Tendo em vista o processo de filiação da ASSEGTUR, previsto pelo seu Estatuto, a entrada formal de novos membros é atrelada à ficha de adesão para apreciação da diretoria. Esta ficha, como apresenta o modelo na figura 109, considera dados pessoais e vínculo com empreendimento turístico, seja como proprietário ou prestador de serviço, para justificar o interesse em participar e contribuir com as discussões do grupo. Conclui-se que após 2022 não foi realizado o controle de entrada de novos membros e o balancete financeiro com distribuição dos pagantes e devedores.

Figura 96: Ficha de filiação ASSEGTUR


FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: _____
Nome Empreendimento: _____
Função: _____ Natural de: _____ Estado: _____
Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Estado Civil: _____
CPF: _____ Nacionalidade: _____
RG: _____ Órgão Expedidor: _____
Endereço: _____ n.º: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____
Telefone 1: _____ Telefone2: _____
e-mail: _____

Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins, ASSEGTUR, conforme o que preceitua o Estatuto da Associação.
Para esse fim, declaro conhecer o Estatuto da ASSEGTUR, o qual está disponível para todos os associados na sede da associação, bem como respeitá-lo em toda a sua plenitude.
Por ser verdade, ratifico e assino todas as declarações por mim prestadas nesse requerimento.

_____, de _____ de _____
Requerente: Local e data

() Deferido Natividade- TO _____ de _____ de _____
() Indeferido _____
Presidente da ASSEGTUR

Fonte: Acervo da Assegtur, 2020.

Em relação às reuniões realizadas pela ASSEGTUR, foram analisadas 11 atas. Entre estas, estão a ata de fundação da ASSEGTUR, de 21 de maio de 2019; a ata que transforma a ASSEGTUR em IGR, de 30 de junho de 2020; e demais atas de reuniões ordinárias e extraordinárias. Desse total, no ano de 2019, foi realizada uma reunião registrada em ata; no ano de 2020, foram realizadas três reuniões, nos meses de maio, junho e agosto; no ano de 2021, foram realizadas cinco reuniões, nos meses de abril, junho, julho, agosto e novembro; no ano de 2022, foi realizada uma reunião; o mesmo no ano de 2023.

Num parâmetro geral, o ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Coronavírus, o que justifica as reuniões em formato online. Em 2021, houve reuniões presenciais, mas a maior parte foi online, modelo adotado no ano anterior. Vamos considerar 2021 o ano ápice da ASSEGTUR. Em 2022, a associação perde o quadro de cinco reuniões para uma reunião, embora tenha sido um momento de troca de diretoria com perspectiva de formação de novas parcerias. No entanto, esse desaquecimento da associação recai sobre 2023, ano em que houve também apenas uma reunião. Esse momento incide em conflitos internos de gestão, que fazem com que não tenha havido nenhuma reunião no ano de 2024.

A seguir, apresentamos a matriz de atas e temas abordados sequencialmente para aprofundarmos nas discussões oficiais e registradas da ASSEGTUR, como maneira de compreender o teor das reuniões. Esse quadro é fruto das pesquisas e leituras realizadas durante a pesquisa como parte da metodologia aplicada neste estudo. O quadro de atas e temas abordados da ASSEGTUR 2019-2023, em **apêndice 1**.

O ano de 2024 não foi colocado no quadro devido à ausência de reuniões nesse período. Nota-se que os principais temas abordados nas reuniões seguem um padrão de constância. Observa-se que a reunião de 2019 forma um marco para ASSEGTUR, pois seria uma espécie de nascimento; em 2020, quando se transforma em IGR, é apresentado mais uma vez como um evento de relevância para o grupo de atores envolvidos.

Com relação às abordagens realizadas em reuniões registradas em atas, destaca-se que em 21 de agosto de 2020, houve uma explanação acerca da exigência do Ministério do Turismo de se criar uma IGR para abrigar municípios das regiões turísticas e representá-los diante do governo estadual e federal. Nesse sentido, destaca-se que a ASSEGTUR se tornou a primeira IGR criada no Estado do Tocantins e se tornou modelo para as demais regiões do Estado. A reunião tratou ainda da importância da adesão de todos os municípios das Serras Gerais na associação. Explica-se então sobre a retomada das atividades pós-pandemia e a importância da aplicação do Protocolo de Segurança para retomada do turismo nas Serras Gerais, divulgado nesta reunião.

A apresentação documentada em ata do dia 23 de abril de 2021 fala sobre o afastamento da presidente Jorcirene, deixando a vice Fernanda Castro no seu lugar. Há solicitação de relatório financeiro e quadro de sócios para a secretária; trata-se ainda da preparação para reunião com o Ministério do Turismo e prefeitos da região turística das Serras Gerais, mostrando a importância da IGR para inclusão dos municípios no mapa no ano seguinte.

Na reunião do dia 13 de novembro de 2021, discute-se a minuta de lei municipal e termo associativo para prefeituras, com a necessidade de formalizar a parceria de todos municípios com a Assegtur. Foram sugeridos valores, conforme orientação recebida do governo estadual, além de ser criticada a ausência dos associados de representação municipal na reunião em questão.

Na ata da reunião de junho de 2021, foi eleita a nova mesa diretora da ASSEGTUR com a renúncia da presidente. A diretoria eleita respondeu pela ASSEGTUR até setembro de 2022.

A ata condizente com a reunião de 14 de outubro de 2022 é especificamente para a prestação de contas do ano de 2021, bem como para a eleição da nova mesa diretora, que ficaria em tese na gestão até setembro de 2023. No entanto, conforme apresentado a seguir, esta gestão finda-se antes do período decretado, por conta de ações consideradas pelo grupo como desonrosas perante o Estatuto e finalidade da IGR.

Registra-se em ata da reunião de 29 de março de 2023 comentários sobre a importância da IGR se manter no Mapa do Turismo Brasileiro; e o Sebrae e o Governo do Estado são destacados como suporte aos municípios. Na ata, trata-se também do reconhecimento da Rota turística que liga a região à Chapada dos Veadeiros; ressalta-se a importância da formatação de produtos turísticos nas Serras Gerais. É destacada também a importância de os municípios formalizarem com a IGR, e a forma de incentivá-los a fazer isso seria por meio de visitas aos prefeitos de cada município da região.

Em registro, a ata da reunião de 11 de abril de 2023 constitui a formação de nova diretoria. Após o presidente renunciar por falta de decoro com entes parceiros da ASSEGTUR, ocorre deliberação e fica formada nova diretoria. Esta diretoria instituída passou por outra renúncia de presidente, de modo que as atividades ficaram estagnadas.

Ainda foram consultados nos arquivos, os relatórios de atividades do ano 2020 e 2021, que observam as ações realizadas nos anos correspondentes:

Quadro 90: Relatórios dos anos 2020 e 2021

Relatório de Atividades 2020 Contexto Pandemia COVID-19	Relatório de atividade 2021 Retomada pós-COVID 19 + período intenso de chuvas
<ul style="list-style-type: none"> • TRANSFORMAÇÃO DA ASSEGTUR NA PRIMEIRA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DO ESTADO DO TOCANTINS; 	<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DO FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO – FOESTUR;
<ul style="list-style-type: none"> • REESTRUTURAÇÃO DO ESTATUTO PARA A NOVA IGR - ASSEGTUR, ATRAVÉS DO CURSO GESTOR DE TURISMO DA UFT – ARRAIAS 	<ul style="list-style-type: none"> • ENTREGA DAS DEMANDAS DAS SERRAS GERAIS PARA ADETUC E CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DO TURISMO;
<ul style="list-style-type: none"> • ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE SANITIZAÇÃO, COLOCADO À DISPOSIÇÃO DE TODAS AS PREFEITURAS DAS SERRAS GERAIS; 	<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO DO PRIMEIRO ENCONTRO DE ASSOCIATIVISMO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO TOCANTINS EM PALMAS;
<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO EM MUITAS PALESTRAS ON-LINE SOBRE TURISMO E PRODUÇÃO ASSOCIADA; 	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO COM AUTORIDADES EM AURORA;
<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA ESTADUAL SOBRE O TURISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA; 	<ul style="list-style-type: none"> • TROCA DE DIRETORIA;
<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO NA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO – FOESTUR; 	<ul style="list-style-type: none"> • REGULARIZAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA;
<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO DA FEIRA ABAV 2020 - ON-LINE NO STAND DA ADETUC; 	<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA AVANÇA TURISMO TOCANTINS EM AURORA;
<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DOS PLANOS TERRITORIAIS, PROGRAMAS E PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO NACIONAL – PNQT 	<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO DA FEIRA ABAV COLAB FORTALEZA 2021;
<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO PARA ESTRUTURAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO SITE DA ASSEGTUR OFERECIDO PELA UFT - PROGRAMA DE EXTENSÃO DO CURSO DE TURISMO DE ARRAIAS; 	<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO NO 4º FAMTUR SERRAS GERAIS PROMOVIDO PELO SEBRAE;
<ul style="list-style-type: none"> • REGISTRO DA NOVA CONSTITUIÇÃO DA IGR ASSEGTUR EM CARTÓRIO. 	<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO NO 2º FORUM REGIONAL DE TURISMO PROMOVIDO PELO SEBRAE DIANÓPOLIS;
<ul style="list-style-type: none"> • PARTICIPAÇÃO EM LIVES E ENTREVISTAS TELEVISIVAS PARA A DIVULGAÇÃO DA REGIÃO; 	<ul style="list-style-type: none"> • INÍCIO DO ATENDIMENTO DE UMA DAS PRINCIPAIS DEMANDAS ENTREGUES AO ESTADO: SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO.

Fonte: Documentação, ASSEGTUR, 2024.

Percebe-se uma repetição de assuntos nas reuniões, espelhados nas pautas de eleição de nova mesa diretora, entregando a falta de avanços mais singulares em discussões abertas sobre o desenvolvimento do turismo nas Serras Gerais e trabalho operacional da ASSEGTUR com ações próprias realizadas.

O Fórum, nesse contexto, tem iniciado suas atividades com um impulso político. Além das instituições envolvidas, seus membros regionais incluem secretários municipais de turismo, enquanto a ASSEGTUR representa os empresários das Serras Gerais. No entanto, as discussões têm retornado, em sua maioria, a questões iniciais, como o calendário de eventos da região e o regimento interno. Essas pautas deverão ser abordadas pela terceira vez em reunião, com o objetivo de readequar os materiais discutidos.

Quadro 91: Pautas apresentadas pelo Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais

Pauta- 1ª Reunião- Abril/24	Pauta 2ª Reunião- Julho/24	Pauta 3ª Reunião- Agosto/24
Reunião de Formação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informes 2. Recebimento de modelos de regimento interno 3. Sugestões e aprovação de método de criação do calendário de eventos 4. Assuntos Gerais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informes; 2. Aprovação do regimento interno; 3. Aprovação do calendário de eventos; 4. Conscientização, qualificação e fiscalização dos profissionais da região turística das Serras Gerais; 5. Assuntos Gerais.

Fonte: Convocatória de reuniões do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais. Acervo da Assegtur, 2024.

Na reunião de formação do fórum, foram apresentadas duas propostas de caminhos. Na primeira proposta, o Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais seria reajustado e receberia uma nova formação como IGR; na segunda proposta, a ASSEGTUR seria reformulada para manter-se como IGR. Ao fim, foi escolhida como melhor alternativa a reformulação do fórum. Foi a melhor escolha? Foram pensados os efeitos colaterais? Quais bases serviram para mediar a decisão, se tratando do contexto regional?

É preciso considerar as nuances por trás dos fatos que envolvem a IGR nas Serras Gerais. Nesse sentido, o próximo tópico é rever as problemáticas que envolvem a ASSEGTUR e sua formação como IGR, com apresentação das discussões e resultados.

4.1.3 Dimensão: resultados pós IGR

ASSEGTUR como IGR Serras Gerais, ascensão efêmera? Iniciar as discussões com esta temática é proposital, já que foi apresentado o ciclo de vida da ASSEGTUR. Nele, é perceptível sua ascensão e período de auge, bem como os detalhes de ações que foram projetadas durante estes quatro anos da associação, momento acompanhado pela pesquisadora em tempo real. Estas nuances revelam efeitos da ASSEGTUR na região turística das Serras Gerais.

A falta de continuidade dessas ações apresenta um vazio na gestão e organização da associação, pontos que afetam diretamente os membros e com o tempo, a própria diretoria. Como visto, esta perde o controle e o fluxo de informações, e o que deveria ser atualizado e mantido cai em desuso e frequência.

Avaliar os pontos positivos e negativos após a criação da ASSEGTUR como IGR das Serras Gerais requer uma base de entendimento que foi detalhada nos capítulos anteriores, a fim de compreender o fenômeno em questão.

Antes de falarmos sobre estes pontos, elaboramos um quadro com análise de FOFA, que prevê forças e fraquezas e oportunidades e ameaças da ASSEGTUR no seu momento atual de 2024 como registrado abaixo:

Quadro 92: FOFA ASSEGTUR-IGR Serras Gerais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associação com CNPJ; ▪ Histórico/nome consolidado; ▪ Respeito pelas ações executadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de liderança; ▪ Organização dos associados; ▪ Gestão.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento das IGRs no Brasil; ▪ Oportunidades de repasse de verbas para IGRs; ▪ Governança turística centralizada nas IGRs. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ativação do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais; ▪ Distração dos membros.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A partir desses elementos considerados acima, veremos os efeitos positivos e negativos da IGR Serras Gerais no território destaque. A iniciar pelos efeitos positivos, com considerações analíticas sobre os efeitos e as variações que envolvem esse processo de consolidação do território como região turística.

Efeitos Positivos da IGR Serras Gerais:

- Unificação do território como região turística;
- Impulsionamento do Turismo das Serras Gerais;
- Organização de grupo do Turismo da região;
- Despertar as discussões do Turismo nos municípios da região;

- Comunicação comum no assunto de turismo;
- Formação de lideranças regionais;
- Fortalecimento da marca Serras Gerais;
- Influenciar no direcionamento das políticas públicas para região.

Efeitos negativos da IGR Serras Gerais:

- Falta de entendimento do papel da IGR pelos membros em geral;
- Falta de entendimento da importância da IGR para o desenvolvimento regional do turismo por parte dos municípios;
- Falta de surgimento de novas lideranças para continuidade das ações;
- Inconsistência na gestão;
- Falta de habilidade para compreender as nuances da IGR e adequar à realidade local.

Esses são os principais pontos em questão a serem destacados sobre os efeitos da IGR Serras Gerais, representada pela ASSEGTUR no período de 2019 a 2024. A associação tem o potencial de desenvolver o turismo com autonomia a partir da regionalização, mas encontra como obstáculo a falta de reconhecimento, por parte da maioria das gestões municipais, da importância da IGR para o turismo da região.

Essa falta de conhecimento limita inclusive a gestão da IGR. É difícil para ela saber até onde pode caminhar, propor ações que fortaleçam o grupo e desenvolvam a região, atribuindo o seu contexto ligado ao fato de:

Apesar de ser contemplado pelos Programas nacionais de desenvolvimento do turismo, a atividade turística do Tocantins ainda é incipiente e pouco estruturada quando comparada a outros estados do país. Seja em função dos baixos investimentos públicos e privados no segmento, seja pelo fato de ocupar a posição de Estado mais jovem dentre as Unidades Federativas do país, o despertar quanto ao real potencial existente, ou mesmo pela complexidade de operar em uma área onde confluem tantos territórios político-administrativos e incipiente integração do turismo entre os municípios que compõem aquela região (Melo, Silva, Almeida e Cardoso, p.10, 2022).

Interessante observar que, paralelo a este contexto do Tocantins em relação a governança, Javari (2023) considera que a governança é a “auto-organização reflexiva de atores envolvidos em relações complexas de interdependência recíproca, com essa auto-organização

baseada em diálogo contínuo e compartilhamento de recursos para desenvolver projetos conjuntos”(p.23). Esse fato interfere na organização de uma instância de governança, como vimos na análise da ASSEGTUR, e estas relações entre os autores se colocam como base fundamental para a continuidade das ações e fortalecimento do grupo.

Nesse sentido, Melo, Silva, Almeida e Cordeiro (2022) destacam que a governança da região turística Serras e Lagos no Tocantins é incipiente e pautada em um nível de planejamento turístico regional reduzido, o que ocasiona a:

Ausência de execução de um modelo de governança integrado para o turismo, capaz de fortalecer a atividade e potencializar sua característica de provedora do desenvolvimento regional, pautada na valorização da cultura, no respeito às questões ambientais e fortalecimento da economia local através da promoção de emprego e renda para a população (p.10).

A fala dos autores sobre a governança na região turística Serras e Lagos no Estado do Tocantins, remete ao que a ASSEGTUR iniciou no processo de desenvolvimento do turismo na região das Serras Gerais e que vinha funcionando. No entanto, faz-se necessário considerar que a não continuidade dessas ações impossibilita a articulação precisa para formatação de um cenário que de fato desenvolva a governança turística, alcançando as suas diversidades municipais.

A autora Javari (2023), nesse contexto, contrapõe dois modelos de governança. O primeiro considera somente as lideranças que estão no topo para tomada de decisões e o segundo, é o de governança de fato compartilhada, que “implica em uma abordagem pluralista na formulação de políticas, com uma crescente participação de atores não estatais, reduzindo a ênfase no poder do Estado na rede social” (Javarini, p. 88, 2023).

Para esta governança, é conveniente ter atores sociais e lideranças protagonistas que se encaixem no processo de tomada de decisões e compartilhem projetos e ações em conjunto. Assim, é possível integrar o grupo, por meio da proposta de interdependência relacional, que potencializa o desenvolvimento regionalizado, sem desconsiderar as nuances de cada município.

4.2 Os resultados da IGR nas Serras Gerais sob a percepção de atores e lideranças

Poderíamos fazer uma análise dos efeitos da IGR na região turística das Serras Gerais apenas pelos documentos que são base para as averiguações e contestações e do acompanhamento como pesquisadora participante. Porém, acreditamos que trazer as percepções dos atores e lideranças locais engrandece a pesquisa, na busca por compreender, na

perspectiva desses atores, o que significa a governança turística nacional e como participam dela.

As percepções estão organizadas da seguinte forma: Percepção A- agente do Ministério do Turismo, percepção B- agente público e sócio fundador da ASSEGTUR, percepção C- empresário, agente sócio fundador, percepção D- Agente do SEBRAE, percepção E- empresário, agente sócio fundador, percepção F- empresário, membro da ASSEGTUR, percepção G- agente estadual do órgão de turismo.

A primeira percepção considera a IGR a partir da Política Nacional de Turismo e do Sistema Nacional de Turismo, que considera o Mapa do Turismo Brasileiro como ferramenta de identificação do número de regiões turísticas e orienta os estados a partir da gestão descentralizada em que cada um faz a sua gestão específica com as governanças regionais até o momento que amadurecem o formato e personalidade jurídica.

Dentro de diálogos informais com os atores envolvidos no processo de governança, o relato abaixo identifica o papel do Ministério do Turismo com a governança no país. **Percepção**

A:

Então hoje no país a gente tem mais de trezentas regiões turísticas ativas. Dentre elas, as regiões com CNPJ e as sem CNPJ, que ainda estão amadurecendo. A gente tem vários formatos, no quesito de se levar em conta as peculiaridades locais de cada região. Então, a gente tem instâncias de governança formalizada com ou sem CNPJ. As que têm CNPJ geralmente são entidades em fins lucrativos, no formato de associações; sem CNPJ geralmente são as associações de municípios ou consórcios, ou *conventions bureaus*, que criam um fórum para fazer parte. Assim, a sustentabilidade financeira é propiciada por esses entes, ou pelo consórcio, ou pelo convênio ou associações de municípios (Percepção A- coletada em diálogo informal concedido à pesquisa, 2024).

A **percepção A** nos mostra a organização das IGRs no cenário nacional do Brasil, considerando as peculiaridades de cada região. Paralelo a este cenário, estão somadas as novas tendências, que surgem como políticas do Ministério do Turismo como:

O Ministério vem dando total importância para as governanças, tanto que na Portaria nº 40/2023 já se fala da importância do repasse de recursos para as entidades sem fins lucrativos para as regiões turísticas. O Ministério hoje vem estudando o melhor formato e instrumento para ser feito esse repasse, se vai ser via Estado, se vai ser via município também, para fomentar uma região, ou se vai ser um repasse por meio de termos de fomento às próprias IGRs. Então, tudo isso hoje está em fase de estudo aqui pelo Ministério, mas a gente considera bastante positivo o avanço das IGRs, uma vez que a gente tem agora, no normativo do MTur, a previsão de recursos para desenvolver uma região turística. (Percepção A- coletada em diálogo informal concedido a pesquisa, 2024).

A preocupação do Mtur em organizar repasse de recursos às IGRs é vista de maneira positiva, uma vez que as instâncias terão mais autonomia de fazer ações que contemplem suas regiões. Além disso, isso pode favorecer que as instâncias sejam formalizadas e organizadas, e de fato preparadas para receber e usufruir este recurso, sendo de certa forma, um incentivo para isto.

Em relação aos resultados da IGR Serras Gerais no território, veremos as percepções relacionadas ao contexto pré-criação da ASSEGTUR, o contexto da associação e sua transformação em IGR, além de rever os efeitos na região turística das Serras Gerais.

Em relação ao contexto anterior a criação da ASSEGTUR a **percepção B** considera o histórico pré formação da associação:

As percepções que a gente teve sobre desenvolvimento do turismo na região das Serras Gerais e o papel da ASSEGTUR nisso tudo. Em 2015 ou 2016, o Sebrae apresentou um projeto chamado Desenvolvimento do Turismo e Produção Associada e envolveu nessa primeira parte do projeto cinco municípios, sendo quatro deles nas Serras Gerais e um na região do sul do estado, que era a cidade de Peixe.

Qual era a pretensão desse pessoal? Era promover uma organização nesses municípios voltados para o turismo e a produção associada, e por que o Sebrae fez isso? Porque é uma região de incrível beleza, já tinha sido classificada pelo Estado como uma região turística. Havia municípios que estavam inseridos no mapa do turismo brasileiro, mas não havia nenhuma consciência local sobre o que era estar dentro de um mapa do turismo brasileiro.

Não havia infraestrutura na maioria dos municípios, nem de restaurante, nem de hospedagem, muito menos de atrativos formatados, era só uma região de extrema beleza. E só, com possibilidades imensas de formatação de produtos turísticos, de vir a ter produtos turísticos, mas não tinha nenhum formatado, naquela época.

Sequer as pessoas da região tinham noção do potencial turístico que tinham nos seus locais. Em cada cidade dessas quatro inicialmente, **o Sebrae organizou os grupos chamados Comitês locais de Turismo e esses grupos eram formados por moradores da região que, ou já sabiam que existiam lugares lindos e que poderiam vir a se transformar numa atração turística, ou estavam interessados em saber, em conhecer alguma coisa. E dentro desses grupos, que eram chamados de comitês locais de turismo, algumas pessoas já foram despertando para a possibilidade de formatação de produtos na região, por exemplo, para a formação de empresas de turismo e agências de turismo. Pessoas já sendo treinadas para trabalharem como guias, ou para abrirem restaurantes, para trabalharem com pousadas, e as coisas foram começando a acontecer com esse treinamento, com essas capacitações oferecidas pelo Sebrae.** Mas ainda era cada município no seu lugar, não havia organização, perdão, havia, mas não uma organização formal, porque o Estado era completamente ausente. Nessas comunidades, nessas orientações, o Estado não fazia parte ainda dessa região, o Estado tinha os olhos focados no Jalapão naquela época. Já era uma região que, por causa do boom que a novela, que a mídia trouxe, desenvolveu assustadoramente a frequência de pessoas vindas de fora. Então, o Estado estava muito ocupado com o Jalapão e não tinha tempo ou visão, não sei o que era, não posso classificar, mas o certo é que era ausente totalmente (Percepção B- coletada em diálogo informal concedido à pesquisa em 2024).

Neste relato, percebemos que a região não se mostrava atenta para o turismo, mesmo com a quantidade de potenciais que cercavam os variados municípios que compreendem as Serras Gerais. Porém, esse potencial foi percebido pelo SEBRAE, que, em parceria com os municípios, desenvolveu comitês municipais de Turismo. Esta ação antecede a criação da associação e desperta o engajamento direcionado para a governança turística que, poucos anos depois, se concretiza em associação regional.

Esta instituição representa para a região um espaço que acredita e que acreditou desde os primórdios no potencial do turismo local. Quando ainda não se pensava em turismo, a criação desses comitês em meados de 2014 e 2015 tinha o intuito de integrar a proposta de estímulo e sensibilização para as discussões sobre turismo nas Serras Gerais, como complementa a **percepção C:**

Então a linha do Sebrae aqui nas Serras Gerais, eu vejo que teve um papel fundamental no desenvolvimento do turismo aqui, pois nós fomos a primeira instituição que levantou essa bandeira entre 2013 e 2014. Foi feito um estudo pelo Sebrae, um diagnóstico da região, onde a gente descobriu que tinha muitos atrativos, muitas áreas naturais com belezas enormes, parecidas com o Jalapão, né, por isso que pelo território se dividiu com o Jalapão.

E nessa época, após esse estudo, nós escrevemos um projeto para o Sebrae Nacional e conseguimos nesse projeto firmar parceria com algumas prefeituras da região das Serras Gerais. Fizemos um trabalho todo de mapeamento e levantamento de pessoas, tanto que já era envolvido um pouco com o turismo, tinha a ver com turismo. Em nome de pousadas, de hotéis, restaurantes, de proprietários dessas áreas naturais, a gente montou um grupo gestor em cada município, em que havia debates e discussões.

Foi feito um diagnóstico sobre a necessidade de treinamento, e começamos a trazer vários treinamentos voltados para turismo e gestão de empresas. Percebemos que um dos gargalos maiores era inculcar na mente dos empreendedores e donos de atrativos a necessidade de investir no seu atrativo. E uma das ações prioritárias na época foi levar eles para conhecer outras áreas parecidas com a região nossa, para que despertasse neles o interesse em eles poderem investir. Com isso, nós os levamos para Bonito, levamos para Nobres, teve missão para Chapada da Mesa, vários lugares que tinham características parecidas com a nossa, Alto Paraíso, Pirinópolis. Isso foi despertando em muitos o desejo de desenvolver esse trabalho do turismo (Percepção C- coletada em diálogo informal concedido a pesquisa em 2024).

Notamos que o comitê intitulado como grupo gestor tem o mesmo sentido, e se mostra como espaço que concentrou ações de treinamento, capacitação, sensibilização por meio de atividades paralelas, como missões técnicas com intuito de despertar o interesse nos empresários locais de investirem no turismo.

Esse ator presente no território acompanhou o processo desde o início, tornando-se pioneiro nas ações de qualificação do turismo. Destaca-se o ano de 2015 como um marco perante o desenvolvimento turístico das Serras Gerais. Após essa época, as atividades continuaram, porém numa frequência maior.

O momento decisório para partir dos comitês municipais e conselhos municipais de turismo para uma dimensão maior, capaz de abranger a região como um todo, veio no formato de um pensamento organizado enquanto região turística, captado na **percepção D**:

Nós criamos primeiro os comitês de turismo em cada cidade e aí depois dos comitês, cada cidade começou a pensar nesse comitê a regional, é como se fosse o Fórum do Turismo, né? Só que aí a gente começou a fortalecer ele e logo depois a gente entendeu a importância de se ter o Conselho Municipal de Turismo, e aí, com o conselho fortalecido, nós começamos a ver o quanto era importante ter uma associação que negociasse, que falasse com o governo estadual para poder a gente ter força e sermos ouvidos, porque cada um chegava com suas demandas do município ou até mesmo demandas individuais e a gente não tinha resultado, não tinha um apoio expressivo do governo (Percepção D- coletada em diálogo informal concedido a pesquisa em 2024).

A lógica apresentada pela **percepção D** cria uma linha histórica que inicia na criação dos comitês gestores municipais de turismo, os quais se fortalecem. Isso leva à criação e/ou fortalecimento de conselhos municipais, que por fim se expandem para uma necessidade regional. Esta foi uma consequência natural, pela união entre as lideranças atreladas neste processo no primeiro momento.

A vontade de impulsionar a região com o turismo, despertada pelo SEBRAE, marca a constituição da associação. As percepções remetem às ações desenvolvidas antes da presença da ASSEGTUR, levando ao seu surgimento em 2019, como mostra a **percepção E**:

Bom, a ASSEGTUR surgiu quando nós vimos uma necessidade de se organizar enquanto região e não mais quanto conselho, como eram na época os conselhos de turismo municipal. Então, nós resolvemos criar a associação, para a gente se fortalecer em relação a outras regiões, especialmente uma região que se destacava muito e continuou se destacando, que era o Jalapão. Serras Gerais sempre teve aquela preocupação de criar a sua própria identidade, o que já estava acontecendo, porém, a gente estava tendo muita dificuldade de sermos ouvidos, cada um no seu município, mesmo com todo o apoio que a gente recebia das instituições, especialmente do SEBRAE, que começou a pegar na nossa mão e depois veio a universidade, né?

Mas aí que a gente se organizou, e quando a universidade entrou também, ajudou muito nesse processo de formatação dessa associação. Bom, essa associação depois se descobre que podia se tornar uma IGR, e foi assim que a gente começou a se posicionar no mercado também já como ASSEGTUR.

Porém, não tivemos esse apoio, eu acredito que foi mais uma questão política porque a gente tinha tudo pra continuar crescendo, mas a gente entendeu... Eu entendi, né? Que muitas coisas que aconteceram foi a forma de ser barrado.

O processo começou de uma maneira que foi fortalecida e tudo isso foi muito rápido, realmente, acessamos o mercado na época. Serras Gerais colocou a cara, apareceu e eu acho que eu vejo isso como uma união mesmo de cada município que entrou, das mãos que foram dadas, dos empurrões que nós levamos. Vamos dizer, pelo projeto, que na época era um projeto, eu via sem maldade, mas que depois ele se tornou muito abrangente e aí, claro, chamou a atenção. E os holofotes vieram também, junto com as dificuldades, né? Mas é isso que eu vejo da ASSEGTUR.

A questão do Governo do Estado...as Serras Gerais já eram faladas, inclusive o próprio nome foi dado no momento em que o Governo Federal estava presente, e o Governo do Estado. Aconteceu aqui em Natividade, eu participei da oficina, então estes governos

já estavam envolvidos no processo, porque às vezes, a pessoa acha que a gente esqueceu, nós não esquecemos, o que eu vi é que acelerou o processo trabalhando o lado empreendedor, e foi aí que o SEBRAE entrou, essa é a diferença que eu vejo.

A outra questão é que eu acho que quando foi criado realmente a ASSEGTUR teve um processo bem longo em que ela ficou parada dentro da Secretaria de Turismo e eu não sei o porquê. Eu acho que ela podia ter andado bastante porque a gente tinha sido a primeira a se organizar enquanto IGR no Estado

(Percepção E- coletada em diálogo informal concedido à pesquisa em 2024).

A necessidade de se organizar como região remete ao surgimento da ASSEGTUR, tendo como referência o Jalapão, como destino turístico consolidado no estado. É interessante observar que o próprio grupo de pessoas sentia que a união se fazia como diferencial, margeando potencialmente a criação formal do grupo enquanto associação. Este feito intensificou a vontade de se criar uma imagem para a região dita como personalidade turística do destino Serras Gerais.

Outro ponto em destaque é a participação de atores como Governo Estadual e Federal, citados na fala como presentes no processo. Porém, com ressalva que isso foi realizado juntamente com o SEBRAE. Atrelado a esta participação política, foi possível desenvolver o perfil empreendedor nos municípios presentes na região turística, fato que desempenhou um papel importante no desenvolvimento da região para o mercado turístico.

No entanto, a participação política traz consigo controle do processo organizacional da IGR, ao ponto de interferir, como apresenta o relato no andamento da institucionalização. Assim, essa atuação tem o poder tanto de auxiliar como de barrar ações que forem convenientes. Assim, essa é uma questão para se pensar com relação à autonomia política da própria instância de governança.

O fato de a sensibilização ter sido inicialmente liderada por um único grupo que representava a região atraiu a atenção política, mantendo, desde o início, a presença de ações com caráter político. Assim, os responsáveis por essas iniciativas continuaram sendo o mesmo grupo, embora, ao longo do tempo, outros atores começaram a se envolver, formando parcerias e atuando, também de forma política, no direcionamento do desenvolvimento regional.

De modo que quando se cria a ASSEGTUR o cenário, como expressa a **percepção B**, varia em um grupo com prefeituras, secretários de turismo e empresários locais:

Então, em 2019 nós juntamos os municípios dessas cidades. Antes, em 2018, o projeto do Sebrae foi ampliado e a cidade do sul do estado saiu do projeto, mas entraram outras quatro cidades da região. Eram mais cidades envolvidas nesse projeto de turismo e produção associada, **então juntamos esses novos integrantes com os quatro iniciais e criamos a Associação para o Desenvolvimento do Turismo e Produção Associada das Serras Gerais em 2019.**

E essa associação entendeu que precisava envolver o segmento dos empreendedores, o

segmento das agências de viagem, das pessoas de hospedagem, que precisavam de melhorias, precisavam de treinamentos, de capacitações, para que a gente pudesse trabalhar para buscar a visibilidade, mas antes construir uma boa base.

Não tinha como receber turistas e eles saírem daqui satisfeitos e com desejo de voltar, então, precisávamos de criar uma estrutura, uma recepção adequada, satisfatória, para que a gente buscasse também a visibilidade, que, na verdade, já estava sendo buscada através das participações nas feiras nacionais e internacionais.

A aproximação do número de empresários criou a necessidade de rever as demandas e necessidades em relação ao turismo, destacando entre elas a capacitação no atendimento e formatação de produtos turísticos. Os municípios reconheciam que precisavam se organizar primeiramente, manter uma base sólida, para depois passarem a se divulgar como destino, obedecendo à ordem de planejamento turístico.

Nesse sentido, a **percepção F** complementa ao destacar o objetivo da criação da ASSEGTUR e o seu papel no contexto do turismo nas Serras Gerais:

A Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins – ASSEGTUR, criada em 2019 com a finalidade de fortalecer o turismo da região, tem como atividades principais apoiar as agências de viagens da região, buscar melhorias nos serviços de hospedagens, atrativos, serviços de alimentação, artesanato, acessos, sinalização, fortalecer os conselhos municipais e outras ações que colaborem com o desenvolvimento sustentável da região.

Desde a sua criação, a ASSEGTUR foi muito importante no processo de convencimento dos municípios para entender a importância do turismo para um desenvolvimento econômico e sustentável, sendo que este é o setor com maior capacidade de distribuição de renda de uma comunidade.

A ASSEGTUR foi fundamental também na conquista histórica de sinalização turística nas rodovias de acesso à região, o que despertou muito a curiosidade dos viajantes que passam por aqui e certamente aumenta o número de visitação nos atrativos. Com isso, posso afirmar que o avanço no ordenamento turístico da região, se deve principalmente ao trabalho da Associação, que fez um trabalho de excelência em benefício das Serras Gerais.

A ASSEGTUR, como apresentado pela **percepção E**, teve um processo rápido de fortalecimento e não demorou para se organizar como instância de governança turística, como também afirma a **percepção B** na consideração:

O que era uma instância de governança? Era um órgão colegiado formado por pessoas, empresários e sociedade civil e pública. Porque aí ia envolver os conselhos de turismo de cada município para a gestão do turismo naquele lugar, e essa instância de governança seria o elo entre a região e o Estado e o Ministério do Turismo.

Então, com a orientação do Sebrae, essa associação foi transformada numa instância de governança regional. Nós estivemos em Palmas em 2020 e ela foi reconhecida como a primeira instância de governança regional criada dentro do Estado do Tocantins. Foi validada e chancelada pelo Fórum Estadual de Turismo, formado por todas as regiões turísticas e empresários, além da Secretaria de Turismo do Estado.

Então, numa assembleia do Fórum, as Serras Gerais foi reconhecida como a primeira instância de governança criada dentro do estado do Tocantins e essa instância de governança conseguiu trazer a sinalização turística para a região, e não só para a região. A gente conseguiu que o estado todo fosse sinalizado turisticamente, coisa que não

existia até então.

Outra coisa que a gente conseguiu como instância de governança foi trazer capacitação para a região, capacitação, por exemplo, formação de guias de turismo, que não existia antes. Não tinha nenhum guia de turismo nas Serras Gerais, pelo menos em atuação. Isso despertou a consciência do empreendedor, que viu que era necessário treinamento. Para atender bem, para que os seus trabalhadores, seus colaboradores, fizessem um trabalho que trouxesse satisfação ao turista começaram a surgir, além de pousadas novas, restaurantes, lugares onde as pessoas tinham uma boa alimentação. Surgiram muitos atrativos turísticos nesse período e nós passamos a ser provavelmente a região do Tocantins com o maior número de atrativos turísticos do Estado.

E o papel da ASSEGTUR nesse desenvolvimento foi de extrema importância, porque sem ela não se teria criado esse conhecimento, não teria sido possível o desenvolvimento da forma como aconteceu.

Quando se trata do reconhecimento por parte do Governo do Estado da ASSEGTUR como IGR, esta **percepção B** diz como se recorda do acontecimento. Ela estabelece um marco para a associação, que foi reconhecida em reunião do Fórum Estadual de Turismo do Tocantins-FOESTUR, celebrando conquistas que puderam vir para a região turística das Serras Gerais com a presença de uma instância de governança.

É citada na fala da **percepção B** a sinalização turística, também enfatizada pela **percepção F**, feito que refletia motivo de comemoração. Ainda sobre conquistas, essa fala trata das capacitações, formação de guias, fatos que aos poucos despertaram o empreendedorismo, de modo que foram surgindo produtos e serviços turísticos ofertados a nível regional.

Dando sequência ao movimento de transição da ASSEGTUR para IGR e como ocorreu dentro da associação, a **percepção D** continua:

E a gente decidiu criar essa associação para poder fortalecer a nossa voz na hora de solicitar o que a região precisava. Logo depois, estudamos sobre a determinação do Ministério do Turismo de nos organizarmos em instâncias de governança, nas quais não havia só a presença dos empresários, mas também a dos prefeitos, das prefeituras, do governo municipal e aí nós, então, criamos essa instância, estudamos muito, corremos atrás de material. Até então, no Brasil, havia poucos lugares que tinha.

E aí conseguimos montar a primeira instância de governança do Estado do Tocantins. Depois da instância criada, nós começamos a fazer um levantamento de toda a demanda da região e percebemos que tínhamos que começar pelo básico, sinalização turística, o CAT, capacitação. E colocamos todas as demandas no ofício e começamos a discutir com o governo.

Através da ação da instância, nós conseguimos fazer com que a sinalização turística chegasse. Nunca antes na história das Serras Gerais, houve uma sinalização turística, e conseguimos também avançar muito em formatação de produtos e capacitação através do Sebrae, dessa parceria do governo com o Sebrae.

Nós percebemos que a ação que teve maior impacto na instância de governança foi realmente o reconhecimento da região das Serras Gerais como região turística. Ainda não havia esse reconhecimento oficial, então foi lançado no Diário Oficial esse reconhecimento como a sétima região turística do Estado. Também ganhamos participação em feiras, porque não havia um convite específico para as Serras Gerais participarem.

E também acabamos fazendo parte dos vídeos institucionais do Estado, de promoção turística, porque Serras Gerais também não fazia. Toda promoção era direcionada para outras regiões, e a região mais consolidada é o Jalapão. Então, conseguimos efetivar

essa participação e fazer parte também dos materiais impressos, enfim, da promoção realmente promovida pelo Estado.

E também fortalecer a visão de turismo da região, porque, como essa formatação surgiu há pouco tempo, havia muitas pessoas que não entendiam o valor do turismo, não acreditavam, não valorizavam e não sabiam que poderiam ganhar dinheiro com isso. De repente, até mesmo virar a fonte principal de renda da família.

E isso faz toda a diferença para o desenvolvimento regional. Havia muitas pessoas que tinham que ir embora porque não tinham oportunidade de ganhar dinheiro, de sobreviver aqui, de estudar, e elas agora permanecem porque o turismo consegue manter essa família e gerar uma renda significativa.

O papel da instância de governança é manter esse elo entre os municípios, manter a visibilidade da região, porque um município sozinho não faz a promoção de um destino, e o destino é o conglomerado dos municípios, dos atrativos, das manifestações culturais e tudo que envolve o turismo.

Nota-se que os atores envolvidos reconheciam a necessidade de se mostrarem como grupo, identificando as necessidades de cada município para que juntos pudessem compartilhar informações. Assim, a ASSEGTUR podia se tornar uma porta voz regional, capaz de levar este grupo para um patamar de reconhecimento de time de força, ação bem vista quando as Serras Gerais começaram a participar de Feiras Nacionais de Turismo.

O despertar para o turismo acompanhou o processo de fortalecimento de políticas públicas nacionais de incentivo à atividade. Isso levou o Tocantins a dirigir o olhar para as demais regiões turísticas que envolvem o estado, incluindo as Serras Gerais, que se organiza como destino turístico por meio da instância de governança que unia vários municípios em prol de uma região, denominada Serras Gerais. Na visão empresarial, esse acontecimento se deu com acompanhamento do Sebrae, que tem seu papel destacado na apresentação da continuação da **percepção C**:

O lugar onde tinha associação comercial, o lugar onde tinha conselho municipal, os conselhos municipais de turismo, o lugar onde não tinha, a gente conseguiu fazer um trabalho para desenvolver esses conselhos e fortalecê-los e **criamos nos empresários uma cultura do cooperativismo, do associativismo, ao longo desse tempo. Daí surgiu a ideia de montar uma associação do trade das Serras Gerais, dos municípios das Serras Gerais, através dos empresários, e essa associação veio se tornar uma instância de governança regional, que é a ASSEGTUR.**

E, no início, sempre com o apoio do Sebrae, incentivando nesse sentido e até hoje, a gente tenta unir esses atores para que se fortaleça cada vez mais essa instância de governança. E está na perspectiva do nosso projeto ainda para esse ano, que **são as ações futuras que a gente está pensando para fortalecer cada vez mais essa instância de governança. Nós temos um consultor disponível para visitar os municípios, convencer e mostrar a importância tanto das prefeituras quanto das câmaras de vereadores das prefeituras se associarem à associação, à instância de governança. Assim, a instância de governança terá cada vez mais força, representatividade e recurso mesmo para poder trabalhar o desenvolvimento do trade como um todo.**

Temos muitos desafios ainda a serem feitos aqui na região das Serras Gerais. Mas hoje a gente tem uma visão de que, depois de aproximadamente dez anos de trabalho, a gente vê que uma região que não era visitada de forma alguma, hoje tem até turistas internacionais, né?

Precisamos avançar muito, principalmente em qualificação e estrutura e segurança da

oferta turística, mas já temos muita gente que antes não tinha uma renda e hoje vive exclusivamente do turismo aqui das Serras Gerais. O Sebrae, que tem como nós, a missão do desenvolvimento dos pequenos negócios e a promoção da cultura empreendedora, nós vemos na Serras Gerais hoje o cumprimento da nossa missão, sabendo que o Sebrae e os atores que envolvem o *trade* turístico ainda têm muito a avançar, mas também já percebemos que já caminhamos uma caminhada bem significativa e que trouxe muito desenvolvimento aqui para a região.

Eu não pontuei, mas a UFT também, com o curso de turismo em Arraias, que faz parte da região, contribuiu, tem contribuído bastante, tanto na parte de mobilização, sensibilização, capacitação, conscientização da população e também da rede acadêmica da importância que é o turismo aqui da nossa região e formando mesmo mão de obra qualificada. Esse tem sido um papel fundamental, também é parte do desenvolvimento do turismo aqui da região, também desde o começo da atuação nossa.

Essa percepção reflete alguns dos resultados da IGR no território, uma vez que a instituição inclui, em seu planejamento, ações voltadas ao fortalecimento da governança da ASSEGTUR, destacando seu papel na região turística. Por outro lado, qual é o papel do Estado? É fundamental criar ações de fortalecimento tanto para as IGRs já estabelecidas quanto para as regiões que ainda não possuem sua instância de governança. Esse é um papel do governo estadual: sensibilizar as IGRs, mantendo a proposta de que elas sejam independentes, mas oferecendo o suporte necessário para que possam surgir e se consolidar no cenário de desenvolvimento do turismo.

O resgate dessa percepção inclui a UFT como um dos principais atores que impulsionaram o desenvolvimento, conforme destacado **pela percepção E**. Além disso, a unificação documental da ASSEGTUR como IGR também é mencionada. A **percepção C**, por sua vez, ressalta o papel da Universidade no avanço do turismo nas Serras Gerais, seja por meio da formação qualificada ou pelo acompanhamento singular na conscientização sobre o turismo, com enfoque na perspectiva socioambiental e patrimonial.

Assim como qualquer outra governança, a **percepção B** retoma ao acontecimento conflituoso do final de 2023, concretizado em abril de 2024 entre a ASSEGTUR e o Governo do Estado, destacando que:

Mas, como toda história tem outro lado, nós descobrimos no ano passado (2023), lamentavelmente, que as instâncias de governança que depois da nossa foram criadas outras, das outras regiões turísticas, sofreram um boicote do Estado por causa de, não sei classificar isso aí, problemas políticos. Eles ressuscitaram uma lei do Estado que validava o ingresso de pessoas sem precisar passar pela instância de governança, e isso matou as instâncias de governança existentes.

Então, o Estado do Tocantins passou a validar a entrada dos municípios no mapa brasileiro do turismo por um fórum criado em 2007 antes do estabelecimento das instâncias de governança regional do Ministério do turismo. Então isso matou as instâncias de governança, a “ressureição” dessa lei. Porque qualquer município do estado que quiser entrar no mapa brasileiro do turismo, basta enviar a documentação, cumprir as exigências do estado, que o estado valida lá, sem precisar que esse estado seja membro de qualquer associação ou instância de governança regional.

Isso destruiu a entidade. Provavelmente, para ela ser ressuscitada, é preciso que haja alguém muito forte para brigar contra aquela lei que é anterior à formação das instâncias de governança estimuladas pelo Ministério do Turismo. Então, fica inclusive aqui o meu desabafo por causa desse boicote, porque todo o trabalho que foi feito para o desenvolvimento da instância de governança regional, para que ela se sobressaísse, para que ela congregasse todos os municípios com os seus conselhos municipais que foram criados nesse formato aí que a gente orientou a formação dos conselhos municipais de turismo. A participação da comunidade, a criação das leis municipais de turismo e tudo, tudo isso foi jogado agora por terra porque o Estado já não....o município já não se sente mais obrigado a participar como membro das associações dentro das regiões turísticas porque ele sozinho consegue junto com o Estado chegar no Ministério do Turismo sem as instâncias. Então, a instância enfraqueceu e infelizmente está à beira da morte aí da nossa região.

Em relação ao conflito mencionado, este se refere ao que comentamos anteriormente do ressurgimento do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais (criado em 2007), feito que provocou esta angústia perceptível na ASSEGTUR, por conta do histórico de ações que vinham sendo desenvolvidas e articuladas para o desenvolvimento regional das Serras Gerais, como se neste momento fossem ignoradas numa direção que vai na contramão ao fato de estimular e incentivar as instâncias de governança.

Este conflito poderia facilmente ser resolvido se a direção dada fosse de fortalecer o trabalho que estava em desenvolvimento, dando continuidade ao seu caráter de parceria e associativismo entre os empreendedores e gestores municipais do turismo da região turística das Serras Gerais.

Nesse sentido, vale avaliar a **percepção G** que afere o papel do governo estadual nesse processo e o planejamento de ações sobre as instâncias de governança:

A SETUR é responsável pela interlocução estadual do Programa de Regionalização do Turismo e para tal, tem ciência da importância das regiões turísticas, dentre elas a Região das Serras Gerais, com seus produtos formatados e comercializados e potenciais que a tornam bastante promissora e alavancadora do turismo no estado do Tocantins. No que diz respeito à governança regional, sensibiliza e mobiliza os municípios para participação efetiva em reuniões, oficinas e seminários, com vistas a formalização e fortalecimento da representação regional, e para adesão ao Mapa do Turismo Brasileiro. Nesse sentido foi realizada oficina de planejamento para 2024 nas sete regiões turísticas. Pelo projeto Tocantins Recebe Bem, estão previstas capacitações para condutor de pesca esportiva, curso de aplicação de normas técnicas oficiais para os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, gestão para meios de hospedagem, elaboração do plano de gestão territorial e ambiental na comunidade Kalunga do Mimoso, com ênfase em turismo de base comunitária, visando ampliar e qualificar a oferta de serviços. Além de cursos para os gestores das Instâncias de Governança Regional e Municipais. No campo da atração e ampliação do fluxo de turista, a SETUR promove o destino Serras Gerais em feiras regionais, estaduais, nacionais e internacionais, além de apoiar eventos culturais geradores de fluxo turístico para região. Atuará em parceria com os estados de Goiás e Maranhão na formatação do roteiro integrado Chapada dos Veadeiros/ Serras Gerais e Jalapão/ Chapada das Mesas. No que diz respeito a estudos e pesquisas que subsidiam planejamentos e intervenções eficazes para o desenvolvimento regional, via atividade turística, esta Secretaria já elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, o Plano de

Marketing, pesquisas para levantamento do perfil do turista na temporada de praia e carnaval e movimentação financeira, além de realizar diagnóstico da temporada de veraneio.

Os atores sociais ativos da cadeia do turismo na região são cientes de seu potencial e sentem o impacto positivo da presença do turista, portanto são atraídos ao diálogo para ampliação do desenvolvimento pela atividade que também colabora para o fortalecimento da cultura local, preservação e sustentabilidade ambiental.

A **percepção G** traz um viés político estadual nas percepções de políticas públicas, feitas para integrar as propostas do governo federal no quesito de instâncias de governança, fato que as oficinas de planejamento, foi o momento em que o Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais foi reativado nessa proposta de promover a governança turística no estado.

As nuances apresentadas nas seis percepções destaca o contexto anterior a criação da ASSEGTUR, o seu papel no desenvolvimento do turismo das Serras Gerais e como se deu a transição para se tornar uma IGR, expressando um cenário de ligação de dependência de ações que somaram para atualidade, que transmite consigo uma série de efeitos compreendidos no território das Serras Gerais como positivos.

É necessário ter um impulso forçado ou natural com a presença dos atores locais e as suas territorialidades para que seja dado o primeiro passo do despertar regional, esse momento é como se fosse uma espécie de largada para que as ações possam fluir e somar com o perfil da atividade econômica da região, que no caso das Serras Gerais vem sendo o turismo.

O destaque da ASSEGTUR é considerado a partir das análises das percepções, convivência, diálogos informais pela participação ativa e observação participante aliadas no processo metodológico de pesquisa para a captação e aferimento desses dados, como sendo necessária para Serras Gerais, no momento em que ela contribuiu para a sensibilização e direcionamento da visão de desenvolvimento turístico regional.

Com o espírito de cooperação, a união de diferentes atores consegue fazer a diferença, apesar de conflitos internos e externos que influenciam na dinâmica organizacional da associação, embora a ASSEGTUR esteja na fase de declínio se mostra como importante no processo inicial de desenvolvimento do turismo, bem como com potencial de reerguer e fazer parte da gestão turística das Serras Gerais neste novo contexto.

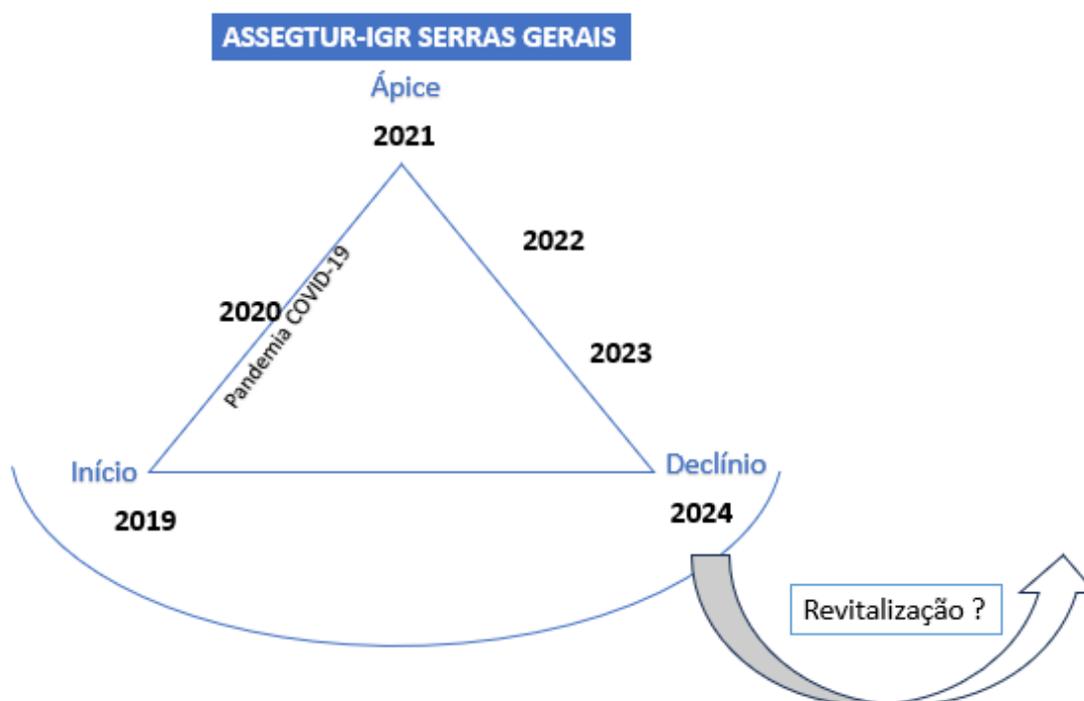
A ASSEGTUR teve de fato uma ligeira ascensão, no entanto brevemente tornou-se esquecida pelos membros, como visto, pela falta de liderança e de gestão disposta a levar as ações adiante e encarar um conflito por espaço na gestão do território. Assim, o Governo do Estado reconfigura o cenário com a ativação do fórum de turismo como uma solução emergente para articulação das políticas públicas de turismo.

A ASSEGTUR se tornou uma instância de governança, sendo a interlocutora regional

do Programa de Regionalização do Turismo e desempenhava seu papel em relação aos municípios, de modo que chegou aos municípios este reconhecimento, seja por estratégias municipais ou referências estaduais, mas com a falta de continuidade e mudanças rápidas de gestores da própria associação somado as ditas inferências políticas no processo de anular/enfraquecer a associação, esta ficou fadada ao fracasso e à mercê de uma realidade incerta na sua reconfiguração.

Essa análise permite entender o momento oportuno do início, ápice e declínio da associação como instância de governança das Serras Gerais:

Figura 97: Ciclo de vida da ASSEGTUR



Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

O declínio esquematizado acima é considerado aqui como gradual, iniciado em 2022 e concretizado em 2024. Vê-se a ASSEGTUR sobrevivendo a pandemia, mas sem forças para sobreviver à desgovernança de gestão, marcada pela falta de ações pertinentes ao reforço e papel da ASSEGTUR. Esse processo foi deixando lacunas, com efeitos na sequência das atividades que traziam resultados anteriormente.

Há de haver um rejuvenescimento por um processo de revitalização da ASSEGTUR? Essa questão provável surge com o interesse em especular se terá retorno das atividades e

reorganização da ASSEGTUR como centro de direcionamento da gestão turística da região das Serras Gerais.

Tratando-se da revitalização da ASSEGTUR, o Fórum Permanente de Turismo da região das Serras Gerais ressurgiu em 2024, em um momento oportuno de ascensão. Seria ele o renascimento da ASSEGTUR? É uma questão que implica na reflexão sobre a atuação das lideranças da ASSEGTUR. Em sua maioria, elas estão com atividades direcionadas para outras áreas, sejam pessoais ou profissionais, de modo que se faz necessário a formação de novas lideranças regionais.

4.2.1 Reflexões

Nas dimensões de análise trazidas na pesquisa, consideramos a dimensão de organização, a formação dos atores envolvidos que se mostra forte no início da formação da ASSEGTUR, mas que depois dispersa sem firmar uma diretoria sólida capaz de continuar com as ações iniciais, ela mesmo escreveu seu fim?

A pesquisa não tem como objetivo o julgamento, no entanto, uma série de ações somaram para que chegasse no contexto de falta de liderança para assumir a ASSEGTUR, temos a troca constante da diretoria, o fato de que algumas lideranças se afastaram por motivações pessoais e profissionais e como fator externo a revitalização do Fórum de Turismo, que somados congregam com o fato de no momento não ressurgir uma personalidade nova e tanto quanto lideranças anteriores retomarem o processo de caminhada da associação.

Porém tudo isso é um processo, que assim como se iniciou, pode ser retomado, a não ser que seja o momento de fundar a ASSEGTUR, uma vez que no próprio Estatuto prevê considerações para este cenário. Mantê-la em funcionamento exige acompanhamento contábil e jurídico, além de organização financeira para que não tenha débitos em aberto nos órgãos federais e estaduais, exigindo gasto e dedicação.

Quanto a dimensão de relação de poder, temos que considerar o governo estadual e sua posição regional no contexto do turismo, existe uma relação prática de reconhecimento do papel da IGR Serras Gerais estabelecida enquanto ASSEGTUR, ao mesmo que uma intervenção política para controle e participação na gestão do território turístico, levando-nos a pensar, por que a intervenção participante do Governo Estadual não aconteceu antes?

De um lado, esperou a região se organizar e ter representação de governança, para que depois passasse a ser ouvida, e numa situação de enfraquecimento, este poderia ter sido um aliado para ajudá-la a reerguer. Entretanto, a ação realizada foi desconsiderar a existência da

ASSEGTUR e recriar um novo cenário de governança.

De modo que, os resultados iniciais da revitalização do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais se propõe ser efetivo na retomada da governança da região, no entanto só poderão ser observados a partir de 2025.

Na dimensão pós instauração da IGR, percebe-se que os resultados da ASSEGTUR enquanto IGR nas Serras Gerais, tem sido efeitos que vão desde unificação do território como região turística, o próprio impulsionamento do turismo e organização enquanto grupo regionalizado, que transformou discussões acentuadas na temática turística e na formação de lideranças regionais, fortalecendo e personalizando a marca Serras Gerais e influenciando o direcionamento de políticas públicas de turismo para região.

A partir dessas percepções colocadas, vemos que as instâncias de governança são de extrema importância para o desenvolvimento regional do turismo. São consideradas o ponto de partida para interlocução e junção de atores capazes de transformar o território com princípios que unificam o propósito do turismo.

Pensar o desenvolvimento do turismo de forma regionalizada não é uma tarefa simples, requer atribuir um centro de atenção comum e trabalhar conflitos e convergências que possam contribuir para o fortalecimento das lideranças e desempenho de ações que transformem o turismo da região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal de contas, mas que resultados esperar? Pelo fato da exigência e vontade de ser exemplo no quesito de ações que promovam o desenvolvimento regionalizado do turismo e por influência de se comparar com a região turística Jalapão, por vezes os atores e demais envolvidos que acompanham com proximidade o desenrolar da história da ASSEGTUR não conseguem enxergar o quanto que mesmo em poucas ações eventualmente, a IGR transformou ou pelo menos iniciou o processo de articulação de lideranças de diversos municípios tendo o papel de unificar a comunicação turística, transparecendo que a região fale uma só língua.

Ação que atualmente perdeu o equilíbrio nas novas configurações regionais, mas que em relação a governança nas dimensões consideradas anteriormente e pelos efeitos estigmatizados no território, temos um contexto de instância de governança que inicia engajada, supera a pandemia, mas deixa a força do grupo declinar, mesmo com uma territorialidade convergente nas ações de turismo.

Em relação aos atores sociais e no papel que a IGR desempenha, foi conveniente estimular o trabalho de cooperação quando o número de empresários no turismo era menor e incipiente na região? Esta pergunta remete ao desfecho da ASSEGTUR como IGR das Serras Gerais que se iniciou com o trabalho e união de um grupo, sendo exemplo consolidado do seu histórico e depois passa a se comprometer, deixando os participantes direcionarem suas ações individualmente, um erro que reflete nos efeitos da governança territorial.

A IGR nas Serras Gerais apresentou efeitos e diferenças no território, seja pela união de vários fatores que deram certo, seja pela sede de aparecer como região turística para o Estado e depois para o Brasil, a ASSEGTUR conseguiu iniciar os trabalhos que dizem respeito ao desenvolvimento do Turismo nas Serras Gerais.

O contexto das Serras Gerais antes e depois como visto nas falas de atores e lideranças envolvidas no processo nos mostra que a ASSEGTUR criou uma dinâmica de alteração no ritmo do desenvolvimento da região, nos levando a confirmação da tese de que os modelos de governança e as políticas públicas mudam conforme o grupo de poder, bem como os usos dos diferentes instrumentos de poder, apercebido pelos desdobramentos e nuances do estudo de caso na IGR ASSEGTUR na região turística das Serras Gerais.

A aparente ascensão da ASSEGTUR como IGR Serras Gerais apresenta uma série de possibilidades capazes de formar o desenvolvimento inicial de uma região turística, trazendo consigo motivações extraordinárias de atores que vivem na região e que buscaram consigo a transformação, de modo que os efeitos da IGR no território das Serras Gerais perpassam pelas

implicações de quem governa, como governança e para quem governa. Esses atenuantes refletem na pergunta: governar para quem?

O intuito dessa tese em busca da compreensão do objetivo geral era analisar os resultados iniciais da criação da IGR Serras Gerais, dentro da Política Nacional do Programa de Regionalização do Turismo, e seus desdobramentos no ordenamento deste território e no desenvolvimento turístico regional e local das cidades envolvidas.

De modo que o objetivo foi cumprido pelo desfecho de pensar os efeitos desenrolados no território a partir da instância de governança, que trouxe consigo recordação do despontamento da região turística a partir de um histórico capaz de abranger o cenário da governança turística do Brasil, Tocantins e por fim na região turística das Serras Gerais.

Ponderar sobre a organização da região das Serras Gerais trouxe proposições que faz com que entendemos como necessário são ações que fortaleçam o turismo na região turística para que se consolide no mercado turístico, considerando a governança turística como um processo dinâmico e contínuo.

Consideramos que os efeitos da IGR Serras Gerais representada pela instância de governança ASSEGTUR confrontou os desafios de iniciar um trabalho em uma região onde não se discutia desenvolvimento pelo turismo, e conseguiu despontar para além das discussões a unificação do território no seu reconhecimento pelo turismo, tudo isso se deu pela organização enquanto governança turística.

Após o entendimento dos efeitos da IGR no território, entendemos a necessidade da diretoria se reunir, apesar das diferenças e nuances internas e externas que permeiam o processo para que se defina como serão as ações que farão para retomar as atividades da ASSEGTUR e qual será seu posicionamento na gestão turística da região das Serras Gerais.

São encontradas possibilidades como retomar as ações e recuperar seu papel como IGR, retomar e ocupar sua cadeira na nova IGR configurada pelo Governo do Estado, retomar apenas como uma associação de empresários da região turística ou fechar a associação e deixar os membros articularem individualmente em seus municípios a partir dos desdobramentos do Fórum Permanente de Turismo das Serras Gerais.

Independente do caminho que optarem em seguir, os resultados da IGR não serão anulados e se quer desconsiderados quando se falar de desenvolvimento do turismo na região turística das Serras Gerais, pois a ASSEGTUR entre suas ações realizadas tem consigo o maior legado que é ter iniciado o desenvolvimento do turismo nas Serras Gerais.

Como vimos, a governança turística desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável dos territórios, de modo que promove a integração de atores e coordenação de ações

que visam a gestão participativa e colaborativa, sendo possível alcançar efeitos positivos dessa governança nas regiões turísticas.

No entanto, é fundamental que as políticas de governança sejam inclusivas e considerem as necessidades e aspirações locais ao ponto de garantir que o turismo possa contribuir no desenvolvimento regional sustentável.

Por outro lado, a falta de uma governança eficiente e fortalecida pode levar a desafios, como a exclusão social e dispersão dos atores sociais, fazendo necessário que os gestores públicos e privados trabalhem em conjunto para desenvolver estratégias que promovam a sustentabilidade.

Ficam os seguintes questionamentos: Por que o Governo do Estado não fortaleceu a IGR que já existia e que ele mesmo a reconheceu como tal? Nem antes e nem depois do seu declínio?

Colocar a ASSEGTUR na gaveta resolve o problema de ter uma IGR que represente a região para sempre ou de forma momentânea? O Fórum reativado é uma solução fixa ou remete a uma interferência?

Esses questionamentos ajudam a refletir sobre as responsabilidades enquanto estado interlocutor do Programa de Regionalização do Turismo e as possibilidades enquanto governança de pensar novas ações que podem ser desempenhadas pela ASSEGTUR.

Com esse material acadêmico, a ASSEGTUR pode se reorientar ou nova governança instituída quando for oficializada via decreto pode considerar o funcionamento, histórico e potencial regional para traçar um plano dentro dessas ressignificações para o fortalecimento da governança regional.

A nível nacional, essa tese a partir do modelo de governança analisado contribui para mostrar os desdobramentos da organização do processo de formação de uma governança turística, entendendo que esse processo reflete nas mudanças de governança e políticas, que mudam conforme o grupo e a ressignificação das articulações intermunicipais.

Por fim, a governança turística deve ser vista como um processo dinâmico e contínuo, que requer participação ativa de todo o *trade* turístico envolvido por meio de uma abordagem integrada e colaborativa, em que é possível aflorar o desenvolvimento de uma governança forte e harmônica no território.

5 REFERÊNCIAS

BATISTA, Grace M. **Turismo e Desenvolvimento local**: Uma alternativa para as comunidades brasileiras. Revista Brasileira de Administração. V.2 n.2 p.43-57 julho a dezembro/Brasília, 2002. Disponível em <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c716e8618.pdf> acesso em 20 de out. de 2020.

BARRETO, Sylvia Dalcom Bastos. SPINOLA, Carolina, de Andrade. Governança territorial em turismo: uma revisão de casos concretos da experiência brasileira. UNIFACS, V.20, N.1, 2021-2022. Disponível: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/download/7937/4901>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

BEZERRA, Gabriely Guilherme. O espaço sagrado de dona Romana em Natividade, Tocantins. 2021. 22f. TCC (Graduação)- Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3880>

BOULLÓN, Roberto C. **Os municípios turísticos**. Bauru: EDUSC, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. Tocantins tem novo mapa turístico (notícia), julho, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/tocantins-tem-novo-mapa-turistico> Acesso em 23 de agosto de 2024.

BRASIL. Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 26 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. Glossário do Turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. 1ª edição, 2018. 44p. Disponível em: https://www.each.usp.br/turismo/livros/glossario_do_turismo_MTUR.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. **O que é o Programa de Regionalização do Turismo?** Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=316

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. **Governança PRT**. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=216&Itemid=315

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. **Cartilha Regionalização: Instância de Governança Regional – Documento orientador**. Cartilha 4. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Cartilha%203_%2032pgs_Institucionalizacao%20da%20Estancia_final2.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. **Cartilha Promocional Regionalização-Sensibilização e Mobilização**. Cartilha 3. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-final.pdf>

BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao>

CANÇADO, Airton Cardoso. TAVARES, Breno. DALLABRIDA, Valdir Roque. Gestão social e governança territorial: intersecções e especialidades teórico-práticas. V.9 n.3, p.313-353, set-dez, 2013, Taubaté, SP, Brasil. Disponível: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1136>. Acesso: 14 de maio 2024.

CARVALHO, Fernanda Cunha. Políticas públicas e governança territorial do turismo no estado do Maranhão. Universidade Federal do Maranhão. Geotextos, vol.15, n.1, julho, 2019. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/29354>. Acesso: 14 de maio de 2024.

CARVALHO, Giselia Lima. **Perspectiva histórico-institucional da Política Nacional de Turismo no Brasil 1934-2014**. Revista MERCATOR. V.15, n1 (2016). Jan-mar. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1751>

CHAVES, Maria P. Socorro. BARROS, José Fernandes. Governança territorial na política em proteção em áreas protegidas: um estudo comparativo entre Brasil e França. Inc. Soc. Brasília, DF. V.15 n 2, p. 143-162, jul/dez 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/5895/5504>. Acesso em 24 de abril de 2024.

CONCEIÇÃO, Cálidon Costa. **Instância de Governança Regional de Turismo-MAGRET**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. RBTUR, 14 (2) p.123-139, mai-ago.2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/ktmntLSP4KR4gN3WmL9JhLJ/?format=pdf&lang=pt>

COSTA, Sarany Rodrigues da. CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. **Instância de Governança Regional: uma perspectiva para o desenvolvimento turístico do polo São Luís**. Revista Cadernos de Pesquisa. Nº21, n. Especial, 2004. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2597/0>

SOUSA, Luiz Antônio. Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz.1849. Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª.

DALLABRIDA, Governança territorial do debate teórico a avaliação da sua prática. Revista Análise Social, 2015, v.50, n.2015. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/23157>. Acesso: 14 de maio de 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológico. Revista Desenvolvimento em questão 2003, 1 (2), p.73-97. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/752/75210205.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. Editora Unijuí ano 1, n.2 jul/dez 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/80>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento e governança territorial: um ensino preliminar sobre a necessidade, da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. Revista Redes- Revista do Desenvolvimento Regional, v.15, n.3 (2010). Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1029>. Acesso em 14 de maio de 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências políticas de descentralização político administrativa no Brasil como exemplo de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. IPEA Code 2011, Anais do Circuito de debates acadêmicos. Disponível em https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/11/governan%C3%A7a_territorial_desenvolvimento.pdf: Acesso em 14 de maio de 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. Texto 03, 2006. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/04.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. V.16 n.2. p.63-78, maio-ago, 2020, Taubaté, SP. Brasil. Disponível: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 14 de maio 2024.

DELGADO, Nelson Giordana. GRISA, Catia. Governança territorial, dinâmica institucional e protagonismo social territorial: Revisitando um percurso metodológico seguido pelo Observatório de Políticas Públicas para Agricultura- ICPPDA no marco dos estudos territoriais. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade- Brasília, v1, n1, p. 48-66, dez.2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157342>. Acesso em 14 de maio de 2024.

FEITOSA, Cid Olival. Do antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Tese de Doutorado, Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/790771>. Acesso em 19 de agosto de 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 edição, São Paulo: Atlas 2008.

GIL, Daniel. Governança territorial em processos de desenvolvimento regional- modelos ABM como metodologia exploratória do funcionamento das estruturas. APDR Congresso, July 5-6, Lisbon, Portugal, 2018. Disponível em: https://www.apdr.pt/congresso/2018/uploads/1/7/2/5/17254170/program_apdrcongresso2018_1stdraft.pdf. Acesso em 14 de maio de 2024.

GOIÁS, Observatório de Goiás (mapas)- IESA. Disponível em: <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>. Acesso em 21 de agosto de 2024.

GOMIDES, José Eduardo. SILVA, Andrea Candida. O surgimento da expressão “Governance”, Governança e Governança Ambiental. Revista Ciências Gerenciais. Vol. XIII, Nº 18, ano 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/alial/Downloads/2492.pdf>

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Revista Bertrand Brasil, 3ª edição. Disponível em:

HALUM, César Hanna. Municípios tocantinenses - suas origens, seus nomes. Palmas: Provisão, 2008.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4049992/mod_resource/content/1/Haesbaert.%20Cap.%20definindo%20territorio.pdf

IBCG. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015. 108p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod_resource/content/1/Livro_Codigo_Melhores_Praticas_GC.pdf

JAVARINI, Maria Aparecida. Turismo e resultados: desafio e perspectivas da governança no espaço de um conselho de turismo. Fundação Getúlio Vargas- Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa Universidade. Tese de Doutorado, ano 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/9c04d154-c76f-4809-9a50-092929b89299/content>

JÚNIOR, Wilson Martins Lopes. **Contribuição da Geografia para o Estudo do Turismo**. Revista MERCATOR. V.10, n.22 (2011), maio-ago. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/525>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Ivaldo Gonçalves. A governança territorial no rastro das redes políticas. Universidade Federal Fluminense, Anais do Congresso Brasileiro de Geografia Política- Eixo V- As escalas de gestão das políticas territoriais, 2014- Porto Alegre. Editora Letral, RJ, REBRAGEO, 2014, p.1232-1246. Disponível em: <https://www.editoraletral.com.br/anais-congeog/arquivos/978-85-63800-17-6-p1232-1246.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2024.

LIMA, Ivaldo Gonçalves. Governança territorial. Revista Geographia. Vol.21 n. 46, maio/ago 2019, Universidade Federal Fluminense. Disponível: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/38281>. Acesso em: 03 de out. 2024.

MELO, Mariana Lacerda Barboza. SILVA, Valdirene Cássia da Silva. ALMEIDA, Rodrigo José Lima. CARDOSO, Ila Raquel Melo. Territorial Governance/Instances of Governance for Tourism Development in the Serras e Lago tourist region in Tocantins. v. 11, n. 10, p. e321111032673, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i10.32673. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32673>. Acesso em: 10 sep. 2024.

MILONE, Paulo Cesar. LAGE, Beatriz Helena Gelas. Manaus, Coleção Geografia e Turismo. Universidade do Amazonas, 2001.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOREIRA, Érika Vanessa. LIMA, Maria Socorro Bezerra. **A pesquisa qualitativa em Geografia**. Caderno prudentino de geografia de geografia. Presidente Prudente, n.37 v.2, p.27-55, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4708> acesso em: 17 de out. de 2020.

MOTTER, Ana Elisete. TOCANTINS: MEMÓRIA DA AUTONOMIA (1989-2002) Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011 https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300884976_ARQUIVO_textoanpuh.pdf

n.29 (2013), set-dez. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/787>

NATERA, Antônio. Gobernanza y Gobernanza Local: algunas preguntas clave. In. Chaves Giraldo, P.; et al. (Eds.). Crisis del Capitalismo Neoliberal, Poder Constituyente y Democracia Real. Madri: Traficantes de Sueños, 2013, pp. 413-440.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do Turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PINTO, Agnelo. **Políticas Públicas de Promoção Turística e Desenvolvimento Local e Sustentável**: um estudo de caso em Bolama-Bijagós/Guiné Bissau. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) Programa de Pós- Graduação em Administração. Orientadora: Nadja Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8525?mode=full> acesso 23 de out. de 2020.

PIRES, Elson Luciano Silva. FUINI, Lucas Labigalini. FILHO, Wilson Bento Figueiredo. MENDES, Eugênio Lima. A governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. Revista Geographia. Universidade Federal Fluminense. V 19, n.41 set/dez, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41.a13816>. Acesso em: 28 de abril de 2024.

PIRES, Elson Luciano. As modalidades de governança territorial no Brasil: lógicas espaciais, inovações institucionais e descentralização política. Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP), n.63-jul-set, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1294>. Acesso em 24 de maio de 2024.

PIRES, Elson, Luciano Silva. As modalidades de governança territorial no Estado de São Paulo: especificidades institucionais, políticas públicas e lógicas de desenvolvimento. Revista Política e Planejamento Regional- RPPR- Rio de Janeiro, v.4, n.2 julho/dezembro 2017, p.229 a 249. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/As-modalidades-de-governanca-territorial-no-estado-de-Sao-Paulo-especificidades-institucionais-politicas-publicas-e-logicas-de-desenvolvimento.pdf> . Acesso em 14 de maio de 2024.

PRIAUX, Marc. CANIELLO, Márcio. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. Revista Raízes: Revista de Ciências Sociais e econômicas, 39 (2), p.359-379, ano 2019. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/115>. Acesso em 14 de maio de 2024.

REVISÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE TURISMO DE TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável-Proposta Final do PDITS para as Serras Gerais, SDP Nº: 003/SEPLAN/2013/BIRD/PDRIS- Proposta Final do PDITS para as Serras Gerais | Agosto 2019 PR-2027 | Projeto nº P121495.

RHODES, RAW. The New Governance: Governing without government (A Nova Governança: Governando sem Governo). Revista Political Estudios XLIV, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x>

RIBEIRO FILHO, W. F. VALADARES, J.L. Governança: uma nova perspectiva de gestão aplicada a administração pública. The journal of Engineering and Exact Sciences-JCEC, v.3, n.5, p.721-723, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/jcec/article/view/2362>. Acesso em: 29 de set. 2023.

RIBEIRO, Aline Alves. GUILHERME, Willian Douglas. “DE ARRAIAIS A ARRAIAS”: POESIA E HISTÓRIA, JUNTOS NA CONSTRUÇÃO DO SABER. RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 05–13, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/relpe/article/view/13486>. Acesso em: 23 out. 2024.

RIBEIRO, Aline Alves. Potenciais Turísticos Naturais e Culturais de Arraias/TO: Levantamento,. Formas e Processos do Patrimônio Local Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2915/1/Aline%20Alves%20Ribeiro%20-%20Di%20sserta%C3%A7%C3%A3o.pdf> .Acesso em 29 de agosto de 2024.

RIBEIRO, José. CHAMUSCA, Pedro. Governança territorial, atores e desenvolvimento: um estudo sobre a organização territorial do Cluster do calçado português. Revista de Geografia e ordenamento do território, n. 19 (2020). Disponível: <https://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2020.19.008>. Acesso em 14 de maio de 2024.

RODRIGUES, A. A. 2002. **Geografia do Turismo**. Novos desafios. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi et. al. (Org.) Turismo- Como aprender, como ensinar. São Paulo, ed. Senac.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. Desafios para os estudiosos do turismo in: Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. Org. RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. 3 ed. São Paulo, editora HUCITEC, 2001. p. 17-33.

SANTOS, Milton. BECKER, Bertha K. Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Editora Lamparina.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. Livraria Nobel S A, Coleção Espaços. São Paulo 1985.

SANTOS, Milton. O retorno do território. in Território: Globalização e Fragmentação. Org. SANTOS, Milton. SOUZA, Mária Adélia Aparecida de. SILVEIRA, Maria Laura. 4ª edição. Editora HUCITEC ANPUR. São Paulo, 1998. Disponível em: [https://docs.yandex.ru/docs/view?url=ya-disk-public%3A%2F%2FTIkmsFphJFy%2FZ7DnO%2B3zL2B3qkLJ2AvjVin1wsGgKk%3D&name=Milton%20Santos%20\(org.\)%20-%20Territ%C3%B3rio%20-%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20fragmenta%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://docs.yandex.ru/docs/view?url=ya-disk-public%3A%2F%2FTIkmsFphJFy%2FZ7DnO%2B3zL2B3qkLJ2AvjVin1wsGgKk%3D&name=Milton%20Santos%20(org.)%20-%20Territ%C3%B3rio%20-%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20fragmenta%C3%A7%C3%A3o.pdf)

SANTOS, Milton. Por um nova Geografia. 6ªed. 2004 EDUSP.

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. SILVEIRA, Maria Laura. Território, Globalização e Fragmentação. 4ªed Editora HUCITEC/ANPUH, 1994.

SANTOS, Noberto Pinto dos. **Cidade Sustentabilidade Territorial**. Revista MERCATOR, v.10, n.23 (2011) set-dez. Disponível: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/658>

SAQUET, Marcos Aurélio. SILVA, Sueli Santos. MILTON SANTOS: **Concepções de Geografia, espaço e território**. Revista Geo UERJ. ISSN 1981-9021 Geo UERJ. Ano 10, v.2, n.18, 2ª semestre de 2008. P.24-42. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>. Acesso em 16 de nov.de 2019.

SEBRAE. Atuação do SEBRAE no Turismo. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/10-palestra-sebrae-am.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2024.

SEBRAE: Plataforma Power BI. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNmExOWVmMjgtMzZhOS00YmU3LTliNjYtN2M4YzA3NGI3MWNkIiwidCI6Ijk3Mjk4MjcxLTFiZDctNGFjNS05MzViLTg4YWRkZWY2MzZjYyIsImMiOiR9>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. **O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial**. Geografia do espaço e dinâmica territorial. Geografia, Ensino e Pesquisa. vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012.

SILVA, Marina Duarte Gomes. MIRANDA, Elis de Araújo. **Planejamento do turismo para o desenvolvimento local**. Seminário Nacional de planejamento e desenvolvimento. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento. V.2 n.2 julho-dezembro 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3079> acesso em 17 de out. 2020.

SILVA, Nicole Cavalcante. Indicadores de governança e resiliência socioecológica na perspectiva dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Universidade Federal de Sergipe, tese de doutorado (2023). Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17477>. Acesso em: 29 de set. 2023.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades: uma revisão do tema. In: Oliveira, Jo´se Aldemir. (Org.). Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. MANAUS: EUFAM, 2009, v. 1, p. 117-125.

SOARES, Joécio Gonçalves. CARDOZO, Poliana Fabíula. **Metodologia para aferimento de Potencialidade Turística**: um estudo de caso. Revista Espaço Acadêmico- Nº128-Janeiro de 2012. Mensal- Ano XI.

SOUZA, Woney Jácomo. **Os Discursos e o Desenvolvimento Local do Turismo**: um diálogo no município de Porto Nacional (TO). Dissertação (Curso de Geografia), Universidade Federal do Tocantins – UFT. Porto Nacional, 2012.

SOUZA, Luiz Antônio da Silva. **1849 Memórias**. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asousa-1849-memoria/sousa_1849_memoria.pdf

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O Território**: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Paulo César da Costa. GOMES, Roberto Lobato Corrêa. Geografia: **Conceitos e temas**. 2º ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

STEINBERGER, Marília. Territórios turísticos no Brasil central. Brasília: LGE Editora, 2009.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre a Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos/ Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências

TELES, Margarete Araujo. Aspectos geográficos do Turismo: Um olhar a partir do território e região. In: Turismo e Sociedade: aspectos teóricos. Orgs.: GOMES, Bruno Martins e BAHL, Miguel. Editora All Print, São Paulo, 2019.

TOCANTINS. Histórico da criação da Comarca do Norte 1809. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secult/h-criacao-da-comarca-do-norte-1809/5jjf6l5dzi0u>. Acesso em 23 de agosto de 2024.

TOCANTINS. Mapa das regiões turísticas: Serras Gerais (mapa de bolso). Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/348409>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

TOCANTINS. Observatório do Turismo do Tocantins, 2019. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/571115/>. Acesso de 21 de agosto de 2024.

TOCANTINS. Plataforma Integrada do Turismo- PIT. Regiões Turísticas. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/pt>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

TOMAZZONI, Edegar Luis. DORION, Eric. Observatório de Turismo e Cultura como estratégia de sistematização de informações e conhecimentos e de apoio ao desenvolvimento regional. In: Turismo: Múltiplas abordagens. Org. Cândido, Luciane Aparecida. Novo Hamburgo: Feevale, 2008. P.67-74.

TOMAZZONI, Edegar Luis. Turismo e desenvolvimento regional: dimensão, elementos e indicadores. Caxias do Sul, RS. EDUCS, 2009.

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e Desenvolvimento Regional: modelo APL TUR**, aplicado à região de Hortências (Rio Grande do Sul-Brasil). Tese (Doutorado)- Programa de Doutorado em Ciências. Mirian Rejowski. São Paulo, 2007.

ZAPATA, Tânia Regina de Farias. Guia para construção e fortalecimento das Instâncias de Governança Regional de Turismo. Juazeiro do Norte, 2020. SEBRAE, Ceará. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/CE/Artigos/Turismo%20-%20Guia%20de%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20fortalecimento%20das%20inst%C3%A2ncias%20e%20governan%C3%A7as%20regionais.pdf> Acesso em 17 de junho de 2024.

6 ANEXOS

6.1 Anexo 1- IGR 2022- Portal Nacional



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões
Departamento de Ordenamento, Parcerias e Concessões
Coordenação-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento Turístico

ANO - 2022

INSTANCIA DE GOVERNANÇA REGIONAIS FORMALIZADA COM CNPJ

Fonte: Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro - SISMAPA

UF	QT.	NOME DAS INSTÂNCIAS	REGIÃO TURÍSTICA	CNPJ	MUNICÍPIO QUE COMPÕEM A IGR
AC	0	*	*	*	*
AL	1	Instancia de Governanca da Região Lagoas e Mares do Sul	Região Lagoas, Mares e Rios do Sul	34.788.469/0001-59	Pilar; Coqueiro Seco; Marechal Deodoro; Barra de São Miguel; Roteiro; Jequiá da Praia; Coruripe; Feliz Deserto; Piaçabuçu; e Penedo.
AM	0	*	*	*	*
AP	3	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Tartarugalzinho	Região Turística dos Lagos e Pororoca	23.447.473/0001-37	*
		Secretaria Municipal de Turismo do Oiapoque	Região Turística Cabo Orange	05.990.445/0001-80	Oiapoque.
		Secretaria Municipal de Turismo de Pedra Branca do Amapari	Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras	34.925131/0001-00	Serra do Navio.
BA	7	Câmara Técnica de Turismo Baía de Todos os Santos	Região Turística Baía de Todos os Santos	42.473881/0001-08	Jaguaripe; Aratuípe; Cachoeira; Candeias; Itaparica; Maragogipe; Muniz Ferreira; Nazaré; Salvador; Santo Amaro; São Félix; Saubara; Simões Filho; Vera Cruz.
		Câmara Técnica de Turismo Caminhos do Jiquiriçá	Região Turística Caminhos do Jiquiriçá	45.234886/0001-76	Amargosa; Cruz das Almas; Santo Antônio de Jesus; Castro Alves; Dom Macedo Costa; São Felipe; Varzedo; Santa Teresinha; São Miguel das Matas; Laje; Mutuípe; Elísio Medrado; Itatim; Milagres; Brejões; Jiquiriçá; Ubaíra; Santa Inês; Cravolândia; Itaquara; Jaguaquara; Irajuba; Itiruçu; Planaltino; Nova Itarana; Conceição do Almeida.
		Câmara Técnica de Turismo Caminhos do Sertão	Região Turística Caminhos do Sertão	35.664497/0001-27	Adustina; Alagoinhas; Banzaê; Canudos; Cipó; Euclides da Cunha; Feira de Santana; Irará; Itapicuru; Paripiranga; Santo Estêvão; Tucano; Uauá; Conceição da Feira; Coração de Maria.

BA		Câmara Técnica de Turismo Caminhos do Sudoeste	Região Turística Caminhos do Sudoeste	47.233828/0001-53	Iguaí, Jequié, Maracás, Vitória da Conquista.
		Câmara Técnica de Turismo Costa do Cacau	Região Turística Costa do Cacau	10.538.850/0001-00	Canavieiras; Ilhéus; Ipiaú; Itacaré; Maraú; São José da Vitória; Una; Uruçuca.
		Câmara Técnica de Turismo Costa do Dendê	Região Turística Costa do Dendê	16.825400/0001-76	Cairu; Camamu; Ibirapitanga; Igrapiúna; Ituberá; Taperoá; Valença.
		Câmara Técnica de Turismo Costa dos Coqueiros	Região Turística Costa dos Coqueiros	45.425454/0001-42	Camaçari; Conde; Dias d'Ávila; Entre Rios; Esplanada; Lauro de Freitas; Mata de São João; Pojuca.
CE	1	ADETURF (Agência de Desenvolvimento do Turismo da Rota das Falésias).	Região Turística Litoral Leste	26.525.678/0001-81	Beberibe; Cascavel; Aquiraz; Icapuí; Pindoretama; Aracati; Fortim.
DF	0	*	*	*	*
ES		Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Território do Caparaó Capixaba	Região Turística Caparaó	03.353.387/0001-58	Divino de São Lourenço; Dores do Rio Preto; Guaçuí; Ibatiba; Ibitirama; Irupi; Iúna; Jerônimo Monteiro; Muniz Freire; São José do Calçado; Alegre.
		Agência de Desenvolvimento Turístico da Região da Costa e da Imigração	Região Turística Costa e da Imigração	12.202.025/0001-57	Anchieta; Itapemirim; Marataízes; Piúma; Presidente Kennedy; Rio Novo do Sul; Iconha.
	6	ADETUR - Doce Pontos Capixaba	Região Turística Doce Pontos Capixaba	13.823.143/0001-45	Águia Branca; Baixo Guandu; Colatina; Governador Lindenberg; Mantenópolis; Marilândia; Pancas; São Domingos do Norte.
		Imigrantes Convention & Visitors Bureau	Região Turística Imigrantes	21.038.284/0001-85	São Roque do Canaã.
		Região Sul Capixaba dos Vales e Café	Região Turística Região Sul Capixaba dos Vales e Café	04.829.617/0001-75	Apiacá; Atilio Vivacqua; Bom Jesus do Norte.
		Fundação Espírito Santo Turismo e Eventos	Região Turística Região Metropolitana	02.616.238/0001-71	Vitória; Vila Velha; Viana; Serra; Guarapari; Fundão; Cariacica.
GO	0	*	*	*	*
MA	0	*	*	*	*
MG		Empresa Municipal de Turismo - BELOTUR	Região Turística Capital Belo Horizonte	21.835.111/0001-98	*
		Associação dos Municípios do Circuito Turístico Caminho Novo	Região Turística Caminho Novo	05.114.966/0001-73	Belmiro Braga.
		Associação do Circuito Turístico Caminhos do Cerrado	Região Turística Caminhos do Cerrado	07.867.170/0001-17	Guimarânia.

MG	38	Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira	Região Turística Caminhos da Mantiqueira	04.958.114/0001-08	Espírito Santo do Dourado; Silvanópolis.
		Associação dos municípios do Circuito turístico Caminhos Verdes de Minas	Região Turística Caminhos Verdes de Minas	05.132.762/0001-65	Rio Novo; Bicas; Chiador; Descoberto; Goianá; Guarani; Mar de Espanha; São João Nepomuceno; Tabuleiro; Rio Pomba; Piau; Chácara; Pequeri; Rochedo de Minas.
		Circuito Turístico das Grutas	Região Turística Grutas	04.260.822/0001-62	Fortuna de Minas; Prudente de Moraes; Cachoeira da Prata; Santana de Pirapama.
		Associação do Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas	Região Turística Grutas e Mar de Minas	07.482.316/0001-06	Arcos; Bambuí; Campo Belo; Cristais; Cláudio; Córrego Fundo; Formiga; Iguatama; Lagoa da Prata; Pains; Pedra do Indaiá; Pimenta.
		Associação dos Municípios do Circuito Turístico Guimarães Rosa	Região Turística Guimarães Rosa	06.130.586/0001-95	Martinho Campos; Santo Hipólito; Ponto Chique.
		Associação do Circuito Turístico Lago de Furnas	Região Turística Lago de Furnas	14.102.790/0001-20	Alfenas; Alterosa; Boa Esperança; Campos Gerais; Campo do Meio; Divisa Nova; Elói Mendes; Fama; Monsenhor Paulo; Nepomuceno; Paraguaçu; Santana da Vargem; Serrania; Turvolândia.
		Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Lago de Três Marias	Região Turística Lago de Três Marias	04.999.242/0001-91	Abaeté; Cedro do Abaeté; Varjão de Minas.
		Associação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas	Região Turística Malhas do Sul de Minas	07.468.353/0001-60	*
		Associação do Circuito Turístico Montanhas e Fé	Região Turística Montanhas e Fé	08.878.774/0001-21	Guaraciaba; São Domingos do Prata; Barra Longa.
		Associação do Circuito Turístico Nascente do Rio Doce	Região Turística Nascente do Rio Doce	04.858.553/0001-30	Presidente Bernardes; Alto Rio Doce; Cipotânea; Senhora dos Remédios; Brás Pires; Ressaquinha.
		Associação Circuito Turístico Nascentes das Gerais e Canastra	Região Turística Nascentes das Gerais e Canastra	04.887.672/0001-11	Alpinópolis; Araxá; Capitólio; Carmo do Rio Claro; Cássia; Claraval; Delfnópolis; Guapé; Ibiraci; Ilícinea; Passos; Piumhi; Pratápolis; São José da Barra; São Roque de Minas; São João Batista do Glória; Tapira; Vargem Bonita; Itaú de Minas.
		Associação do Circuito Turístico Noroeste das Gerais e Alto Paranaíba	Região Turística Noroeste das Gerais e Alto Paranaíba	07.997.056/0001-01	Coromandel; Chapada Gaúcha; Lagamar.
		Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Ouro	Região Turística Ouro	04.486.682/0001-45	Santa Luzia.
		Associação do Circuito Turístico das Pedras Preciosas	Região Turística Pedras Preciosas	05.124.554/0001-14	Ataléia; Frei Gaspar; Machacalis; Setubinha; Itaobim; Ouro Verde de Minas.

MG	Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira	Região Turística Pico da Bandeira	04.976.141/0001-03	Alto Caparaó; Alto Jequitibá; Caiana; Caparaó; Caputira; Carangola; Durandé; Espera Feliz; Faria Lemos; Lajinha; Luisburgo; Manhuaçu; Manhumirim; Martins Soares; Pedra Dourada; Santana do Manhuaçu; São Francisco do Glória; São José do Mantimento; Simonésia; Tombos.
	Circuito Turístico Serra do Cabral	Região Turística Serra do Cabral	05.109.641/0001-00	Jequitaí; Engenheiro Navarro; Várzea da Palma.
	Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Minas	Região Turística Serras de Minas	05.299.259/0001-07	Acaiaca; Canaã; Dom Silvério; Cajuri; Teixeira; Ubá; Coimbra; Divinésia; Guiricema; Visconde do Rio Branco.
	Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico das Serras e Cachoeiras	Região Turística Serras e Cachoeiras	04.897.281/0001-88	*
	Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais	Região Turística Sertão Gerais	10.441.631/0001-08	Bocaiúva; Brasília de Minas; Itacambira; Montes Claros; Olhos-d'Água; São João da Ponte; São João do Pacuí; Varzelândia.
	Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes	Região Turística Trilha dos Inconfidentes	04.096.647/0001-10	Santa Bárbara do Tugúrio; Carandaí.
	Associação do Circuito Turístico Vale do Jequitinhonha	Região Turística Vale do Jequitinhonha	14.310.370/0001-30	Santa Helena de Minas; Águas Vermelhas; Joáima; Almenara.
	Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D'Água	Região Turística Vale Verde e Quedas D'Água	05.002.715/0001-05	Bom Sucesso.
	Associação do Circuito Turístico Velho Chico	Região Turística Velho Chico	07.803.972/0001-63	*
	Associação Circuito Verde-Trilha dos Bandeirantes	Região Turística Verde - Trilha dos Bandeirantes	05.023.758/0001-69	Pará de Minas; Pequi; Papagaios; Onça de Pitangui; Pitangui; Maravilhas; Leandro Ferreira; Bom Despacho; Dolores do Indaiá; Itaúna; Moema; Nova Serrana.
	Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Veredas do Paraopeba	Região Turística Veredas do Paraopeba	04.658.611/0001-82	*
	Associação dos Municípios do Circuito Turístico Villas e Fazendas de Minas	Região Turística Villas e Fazendas de Minas	05.112.949/0001-05	*
Associação do Circuito Turístico das Águas	Região Turística Águas	05.400.720/0001-68	Baependi; Cruzília; Caxambu; Soledade de Minas; São Lourenço; Dom Viçoso; Carmo de Minas; Jesuânia; Lambari; Campanha; Três Corações; Cambuquira; Conceição do Rio Verde.	

MG		Associação Circuito Turístico Campo das Vertentes	Região Turística Campo das Vertentes	07.521.264/0001-30	Carmo da Mata; Carmo do Cajuru; Carmópolis de Minas; Divinópolis; Itapecerica; Santo Antônio do Amparo; Santo Antônio do Monte; São Francisco de Paula.
		Associação dos Municípios do Circuito Turístico da Cachaça	Região Turística Cachaça	25.092.009/0001-09	Salinas; Rubelita; Fruta de Leite; Novorizonte; Taiobeiras; Ninheira; Berizal; São João do Paraíso.
		Associação dos Municípios do Circuito Turístico Uruçua Grande Sertão	Região Turística Uruçua Grande Sertão	07.706.437/0001-94	Bonfnópolis de Minas; Formoso; Pintópolis; Santa Fé de Minas; Uruçua.
		Associação do Circuito Turístico Rota do Triângulo - IGR Rota do Triângulo	Região Turística Rota do Triângulo	05.062.489/0001-40	Campo Florido; Frutal; Ituiutaba; Iturama; Indianópolis; Limeira do Oeste; Santa Vitória; São Francisco de Sales.
		Associação do Circuito Turístico Montanhas Cafeeiras de Minas	Região Turística Montanhas Cafeeiras de Minas	05.112.564/0001-30	Arceburgo; Areado; Bom Jesus da Penha; Conceição da Aparecida; Guaranésia; Guaxupé; Jacuí; Juruaia; Monte Santo de Minas; Muzambinho; Nova Resende; São Pedro da União; São Sebastião do Paraíso; Itamogi.
		Associação dos Municípios do Circuito da Serra do Brigadeiro - ABRIGA	Região Turística Serra do Brigadeiro	05.203.643/0001-56	Araponga; Ervália; Eugenópolis; Fervedouro; Miradouro; Muriaé; Patrocínio do Muriaé; Pedra Bonita; Rosário da Limeira; Vieiras; Divino.
		Associação Terras Altas da Mantiqueira	Região Turística Terras Altas da Mantiqueira	03.114.414/0001-30	*
		Associação do Circuito Turístico da Serra Geral do Norte de Minas	Região Turística Serra Geral do Norte de Minas	08.035.204/0001-70	*
MS	5	IGR Pantanal-Bonito-Serra da Bodoquena	Região Turística Bonito / Serra da Bodoquena	07.374.405/0001-39	*
		Associação Convention & Visitors Bureau de Campo Grande	Região Turística Caminho dos Ipês	28.394.094/0001-40	Bandeirantes; Campo Grande; Corguinho; Jaraguari; Dois Irmãos do Buriti; Nova Alvorada do Sul; Rochedo; Rio Negro; Ribas do Rio Pardo; Sidrolândia; Terenos.
		Associação Integra Costa Leste	Região Turística Costa Leste	43.041.712/0001-61	Selvíria; Santa Rita do Pardo; Brasilândia; Água Clara.
		IGR Pantanal-Bonito-Serra da Bodoquena	Região Turística Pantanal	07.374.405/0001-39	*
		Agencia de Desenvolvimento Economico Cerrado Pantanal	Região Turística Rota Cerrado Pantanal	31.601.049/0001-23	Alcinópolis; Coxim; Camapuã; Costa Rica; Pedro Gomes; Sonora; Figueirão; Paraíso das Águas; Chapadão do Sul; Rio Verde de Mato Grosso; São Gabriel do Oeste.
MT		IGR Pantanal Mato-Grossense	Região Turística Região Turística Pantanal Mato-Grossense	05.555.138/0001-70	Santo Antônio do Leverger; Barão de Melgaço; Porto Esperidião; Cáceres; Nossa Senhora do Livramento; Poconé.

MT	7	Associação de Desenvolvimento Turístico - Região Caminho das Nascentes	Região Turística das Nascentes	35.050.200/0001-33	*
		Associação da Região Turística Metropolitana Cuiabá e Várzea Grande - ASTUR MT	Região Turística Metropolitana	42.731.211/0001-44	Cuiabá; Várzea Grande.
		Associação de Turismo da Região Circuito das Águas - ATURCIRA	Região Turística Circuito das Águas	33.650.408/0001-68	Diamantino; Nova Brasilândia; Jangada; Rosário Oeste; São José do Rio Claro; Nobres; Nortelândia; Chapada dos Guimarães; Acorizal; Nova Marilândia; Arenápolis; Denise.
		Associação Turística Portal do Agronegocio - ATPAGRO	Região Turística Portal do Agronegócio	35.617.149/0001-07	*
		Rota Turística Roncador Xingu	Região Turística Roncador Xingu	46.474.431/0001-90	Querência; Canarana; Nova Xavantina; Água Boa; Ribeirão Cascalheira; Campinápolis; Pontal do Araguaia; Barra do Garças; Cocalinho; Araguaiana
		Instância Turística Rota dos Ipês e das Águas - ROIA	Região Turística Rota dos Ipês e das Águas	42.269.897/0001-01	Itiquira; Paranatinga; Poxoréu; Primavera do Leste; Rondonópolis; São José do Povo.
PA	0	*	*	*	*
PB	4	Fórum Regional de Turismo Sustentável do Brejo Paraibano	Região Turística Brejo	12.051.957/0001-46	Alagoa Grande; Alagoa Nova; Areia; Bananeiras; Borborema; Dona Inês; Duas Estradas; Juarez Távora; Matinhas; Pilões; Remígio; Serra da Raiz; Solânea; Serraria.
		Fórum Regional de Turismo Sustentável das Trilhas dos Potiguaras	Região Turística Trilhas dos Potiguara	26.580.732/0001-91	Baía da Traição; Mataraca.
		Fórum Regional de Turismo Sustentável do Vale dos Sertões	Região Turística Vale dos Sertões	40.623.121/0001-04	Água Branca; Maturéia; Santa Luzia; São Bento.
		Fórum Regional de Turismo Sustentável do Vale do Paraíba	Região Turística Vale do Paraíba	31.568.704/0001-99	Natuba; Pilar; Umbuzeiro; Itabaiana; Ingá; Pedras de Fogo; São Miguel de Taipu.
PE	0	*	*	*	*
PI	0	*	*	*	*
PR		ADETUR Campos Gerais	Região Turística Campos Gerais	08.768438/0001-26	Ipiranga; Porto Amazonas.

PR	15	Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu	Região Turística Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu	08.546141/0001-16	*
		RETUR - Rede de Turismo Regional	Região Turística Corredores das Águas	05.759641/0001-48	*
		Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - ADETURS - Ecoaventuras, Histórias e Sabores	Região Turística Ecoaventuras, Histórias e Sabores	24.310893/0001-30	Peabiru.
		Associação de Desenvolvimento Turístico Entre Matas, Morros e Rios	Região Turística Entre Matas, Morros e Rios	28.346.945/0001-89	Boa Ventura de São Roque; Cândido de Abreu; Laranjal; Manoel Ribas; Mato Rico; Nova Tebas; Palmital; Pitanga; Roncador; Santa Maria do Oeste; Turvo.
		Agencia de Desenvolvimento Turístico da Região Lagos e Colinas	Região Turística Lagos e Colinas	21.093039/0001-70	Campo Bonito; Foz do Jordão; Guaraniaçu; Porto Barreiro; Reserva do Iguaçu; Laranjeiras do Sul.
		ADETUR LITORAL	Região Turística Litoral do Paraná	09.363064/0001-21	*
		ADETUR Agencia de Desenvolvimento Turístico Norte do Paraná	Região Turística Norte do Paraná	08.154195/0001-36	Alvorada do Sul; Araçongas; Assaí; Cafeara; Cambé; Centenário do Sul; Figueira; Ibiporã; Jataizinho; Londrina; Lupionópolis; Nova Santa Bárbara; Porecatu; Prado Ferreira; Primeiro de Maio; Rancho Alegre D'Oeste; Rolândia; São Jerônimo da Serra; Sapopema; Sertaneja; Tamarana.
		Associação Turística do Norte Pioneiro do Parana ATUNORPI	Região Turística Norte Pioneiro	24.38738/00001-27	*
		Adeturoeste - Agencia de Desenvolvimento Turístico da Região Oeste do Paraná	Região Turística Riquezas do Oeste	10.677954/0001-97	Assis Chateaubriand; Tupãssi; Boa Vista da Aparecida; Braganey; Capitão Leônidas Marques; Cascavel; Corbélia; Maripá; Palotina; Santa Lúcia; Toledo; Três Barras do Paraná; Vera Cruz do Oeste.
		Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Rotas do Pinhão - Curitiba e Região Metropolitana	Região Turística Rotas do Pinhão	24.305904/0001-93	Araucária; Campina Grande do Sul; Campo Largo; Colombo; Curitiba; Fazenda Rio Grande; Lapa; Mandirituba; Piraquara; Quatro Barras; Rio Negro São José dos Pinhais; Tijucas do Sul.

PR		ADECSUL - Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná	Região Turística Terra dos Pinheirais	04.291615/0001-75	Fernandes Pinheiro; Guarapuava; Ibituva; Irati; Prudentópolis.
		AMUVITUR	Região Turística Vale do Ivaí	24.899786/0001-99	Apucarana; Bom Sucesso; Borrazópolis; Califórnia; Cambira; Faxinal; Ivaiporã; Lidianópolis; Lunardelli; Marilândia do Sul; Mauá da Serra; Rio Bom; Rosário do Ivaí; São João do Ivaí.
		Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do PR	Região Turística Vales do Iguaçu	04.016559/0001-60	Bela Vista da Caroba; Clevelândia; Coronel Domingos Soares; Flor da Serra do Sul; Honório Serpa; Itapejara d'Oeste; Manfrinópolis; Marmeleiro; Nova Esperança do Sudoeste; Pérola d'Oeste; Pinhal de São Bento; Pranchita; Renascença; Salgado Filho; Salto do Lontra; Santa Izabel do Oeste; Santo Antônio do Sudoeste; São João; Saudade do Iguaçu; Enéas Marques.
		ATEMA - Associação de Turismo e Meio Ambiente do Vale do Iguaçu	Região Turística Sul do Paraná	21.216.705/0001-10	Antônio Olinto; Bituruna; Cruz Machado; General Carneiro; Paula Freitas; Paulo Frontin; Porto Vitória; Pinhão; São Mateus do Sul; União da Vitória.
RJ	2	Conselho de Turismo da Costa do Sol - CONDETUR	Região Turística Costa do Sol	12.402775/0001-72	Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Carapebus; Casimiro de Abreu; Iguaba Grande; Macaé; Maricá; Quissamã; Rio das Ostras; São Pedro da Aldeia; Saquarema.
		Conselho Regional da Serra Imperial	Região Turística Serra Verde Imperial	39.240.375/0001-64	Cachoeiras de Macacu; Guapimirim; Nova Friburgo; Petrópolis; Teresópolis.
RN	0	*	*	*	*
RO	1	Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Jamari	Região Turística Polo Turístico Vale do Jamari	39.327.373/0001-07	*
RR	0	*	*	*	*
RS		AMASBI	Região Turística Alto da Serra do Botucaraí	06.375086/0001-13	Barros Cassal; Fontoura Xavier; Gramado Xavier; São José do Herval; Campos Borges; Ibirapuitã; Soledade; Mormaço.
		Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra	Região Turística Campos de Cima da Serra	04.712762/0001-71	Bom Jesus; Cambará do Sul; Campestre da Serra; Ipê; Jaquirana; Monte Alegre dos Campos; Muitos Capões; Pinhal da Serra; São José dos Ausentes; Vacaria; Esmeralda.

RS	18	IGR - Região Imperial Carbonífera	Região Turística Imperial Carbonífera	00.946.603/0001-80	Arroio dos Ratos; Barão do Triunfo; Butiá; Charqueadas; General Câmara; Minas do Leão; São Jerônimo; Triunfo.
		ATURCSERRA	Região Turística Centro-Serra	17.218451/0001-00	Arroio do Tigre; Cerro Branco; Estrela Velha; Ibarama; Lagoa Bonita do Sul; Novo Cabrais; Passa Sete; Segredo; Sobradinho; Tunas.
		Núcleo de Turismo do Consórcio Delta do Jacuí - GRANPAL	Região Turística Delta do Jacuí	87.890.992/0001-58	Alvorada; Cachoeirinha; Canoas; Glorinha; Porto Alegre; Sapucaia do Sul; Triunfo; Viamão; Gravataí; Esteio.
		Associação Pampa Gaucho de Turismo	Região Turística Pampa Gaúcho	05.740764/0001-37	Aceguá; Bagé; Caçapava do Sul; Candiota; Dom Pedrito; Hulha Negra; Lavras do Sul; Pinheiro Machado; Sant'Ana do Livramento.
		Diretoria de Turismo e Eventos	Região Turística Porto Alegre	92.963560/0001-60	*
		CIRENOR - Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste Riograndense	Região Turística Rota das Araucárias	15.344304/0001-43	Água Santa; Barracão; Cacique Doble; Capão Bonito do Sul; Caseiros; Ibiaçá; Ibiraiaras; Lagoa Vermelha; Machadinho; Maximiliano de Almeida; Paim Filho; Sananduva; Santa Cecília do Sul; Santo Expedito do Sul; São João da Urtiga; São José do Ouro; Tapejara; Tupanci do Sul; Vila Lângaro.
		COMAJA - Rota das Terras Encantadas	Região Turística Rota das Terras Encantadas	03.656200/0001-95	Alto Alegre; Boa Vista do Cadeado; Boa Vista do Incra; Carazinho; Colorado; Cruz Alta; Espumoso; Fortaleza dos Valos; Ibirubá; Lagoa dos Três Cantos; Não-Me-Toque; Quinze de Novembro; Saldanha Marinho; Salto do Jacuí; Santa Bárbara do Sul; Selbach; Tapera; Tio Hugo; Victor Graeff.
		AMUFRON - Coordenadoria de Turismo - CODETUR Rota do Rio Uruguai	Região Turística Rota do Rio Uruguai	87.689006/0001-04	*
CONSÓRCIO ROTA DO YUCUMÃ	Região Turística Rota do Yucumã	03.827511/0001-70	Barra do Guarita; Bom Progresso; Braga; Campo Novo; Chiapetta; Coronel Bicaco; Crissiumal; Derrubadas; Esperança do Sul; Humaitá; Inhacorá; Miraguaí; Redentora; Santo Augusto; São Martinho; São Valério do Sul; Sede Nova; Tenente Portela; Tiradentes do Sul; Três Passos; Vista Gaúcha.		

RS	Fórum Regional de Turismo da Região Termas e Lagos	Região Turística Rota Termas e Lagos	02.987355/0001-41	Barão de Cotegipe; Benjamin Constant do Sul; Barra do Rio Azul; Charrua; Erebangó; Faxinalzinho; Carlos Gomes; Cruzaltense; Estação; JACUTINGA; Paulo Bento; São Valentim; Sertão.
	ATUASERRA - ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA SERRA NORDESTE	Região Turística Uva e Vinho	90.481227/0001-99	André da Rocha; Antônio Prado; Bento Gonçalves; Carlos Barbosa; Casca; Caxias do Sul; Coronel Pilar; Cotiporã; Fagundes Varela; Farroupilha; Flores da Cunha; Garibaldi; Guaporé; Marau; Monte Belo do Sul; Nova Araçá Nova Bassano; Nova Prata; Nova Pádua; Nova Roma do Sul; Pinto Bandeira; Protásio Alves; Santa Tereza; Santo Antônio do Palma; São Marcos; São Valentim do Sul; São Vendelino; Serafina Corrêa; União da Serra; Veranópolis; Vila Flores; Vila Maria; Vista Alegre do Prata.
	Associação dos Municípios do Vale do Rio do Sinos - AMVARS	Região Turística Vale Germânico	89.172.217/0001-92	*
	Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo	Região Turística Vale do Rio Pardo	02.135570/0001-14	Candelária; Encruzilhada do Sul; Herveiras; Mato Leitão; Santa Cruz do Sul; Sinimbu; Vale do Sol; Vale Verde; Vera Cruz; Venâncio Aires; Rio Pardo; Passo do Sobrado; Pantano Grande.
	AMTURVALES - Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales	Região Turística Vale do Taquari	00.848934/0001-88	Anta Gorda; Arroio do Meio; Arvorezinha; Boqueirão do Leão; Colinas; Coqueiro Baixo; Dois Lajeados; Doutor Ricardo; Encantado; Estrela; Fazenda Vilanova; Ilópolis; Imigrante; Lajeado; Muçum; Nova Brésia; Progresso; Roca Sales; Teutônia; Travesseiro; Vespasiano Correa; Westfalia; CRUZEIRO DO SUL; Paverama; Pouso Novo; Santa Clara do Sul; Marques de Souza; Relvado; Capitão; Bom Retiro do Sul; Poço das Antas; Taquari; Sério.
	Setorial de Turismo da Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí	Região Turística Vale da Felicidade	00.481695/0001-70	Alto Feliz; Barão; Bom Princípio; Brochier; Capela de Santana; Feliz; Harmonia; Linha Nova; Maratá; Montenegro; Pareci Novo; Portão; São Pedro da Serra; São Sebastião do Caí; Salvador do Sul; São José do Sul; Tupandi; Vale Real.

RS		Associação dos Municípios da Região do Planalto Médio	Região Turística Rota das Águas,Culturas e Sabores	01.408.746/0001-00	Ajuricaba.
SC	7	Instituto de Desenvolvimento Turístico do Norte de Santa Catarina - Região Caminho dos Príncipes	Caminho dos Príncipes	11.112.156/0001-80	Joinville; São Bento do Sul; Rio Negrinho; Schroeder; Balneário Barra do Sul; Massaranduba; Jaraguá do Sul; Sõa João do Itaperiú; Itapoá; Corupá; Araquari; Campo Alegre; São Francisco do Sul; Garuva; Barra Velha; Guaramirim.
		CoTurismo/IGR CAMINHOS DO ALTO VALE	REGIÃO TURÍSTICA: Caminhos do Alto Vale	14.695989/0001-00	Leoberto Leal.
		Conturoeste	Grande Oeste	34.993.140/0001-20	Abelardo Luz; Chapecó; Guatambú; Lajeado Grande; Ouro Verde; São Domingos; Xaxim; Arabutã; Cordilheira Alta; Ipuaçú; Lindóia do Sul; Paial; Vargeão; Bom Jesus; Faxinal dos Guedes; Ipumirim; Marema; Ponte Serrada; Xanxerê.
		CONSERRA - Conselho de Turismo da Serra Catarinense	Serra Catarinense	27.315.347/0001-80	*
		Vale Europeu - SC Conselho Regional de Turismo	Vale Europeu	34.764.422/0001-55	Apiúna; Blumenau; Canelinha; Guabiruba; Major Grecino; Rodeio; Ascurra; Brusque; Doutor Pedrinho; Indaial; Pomerode; São João Batista; Benedito Novo; Botuverá; Gaspar; Luiz Alves; Rio dos Cedros; Timbó.
		Associação Turística Vale das Águas	Vale das Águas	29.066.646/0001-53	*
		Caminhos do Contestado	Caminho do Contestado	07.952.925/0001-81	Caçador; Porto União; Canoinhas; Mafra; Monte Castelo; Calmon; Irineópolis; Três Barras; Itaiópolis; Timbó Grande; Matos Costa; Bela Vista do Toldo; Major Vieira; Papanduva.
SE	0	*	*	*	
SP		Agência de Desenvolvimento Turístico da Alta Mogiana - ADETUR Alta Mogiana	Alta Mogiana	42.216.784/0001-30	Tambaú; Santo Antônio da Alegria; Santa Rita do Passa Quatro; Santa Rosa de Viterbo.
		Agência Entre Rios de Desenvolvimento Econômico e Turístico	REGIÃO TURÍSTICA: Entre Rios	44.970.121/0001-31	Santa Albertina; Rubineia; Santana da Ponte Rosa; Palmeira d'Oeste; Turmalina; Santa Rita d'Oeste; Santa Fé do Sul; Urânia; Nova Canaã Paulista; Santa Clara d'Oeste; Três Fronteiras; Jales; Mesópolis.

SP	11	CAMARA TÉCNICA DO TURISMO - COMAM (CONSORCIO DE MUNICIPIOS DA ALTA MOGIANA)	REGIÃO TURÍSTICA: Lagos do Rio Grande	54.158522/0001-45	Batatais; Aramina; Igarapava; Jeriquara; Orlândia; Ribeirão Corrente; São José da Bela Vista; Buritizal; Franca; Itirapuã; Miguelópolis; Patrocínio Paulista; Rifaina; Ipuã; Cristais Paulista; Guará; Ituverava; Nuporanga; Pedregulho; Restinga
		Associação de Desenvolvimento do Turismo da Região Serra do Itaqueri	REGIÃO TURÍSTICA: Serra do Itaqueri	37.706.582/0001-36	Águas de São Pedro; São Pedro; Itirapina; Corumbataí; Charqueada; Limeira; Santa Maria da Serra; São Carlos; Rio Claro; Brotas; Piracicaba; Torrinhã; Analândia; Ipeúna
		Agência de Desenvolvimento Regional Unidades	REGIÃO TURÍSTICA: entre serras e águas	08.197390/0001-43	Pedra Bela; Bom Jesus dos Perdões; Pinhalzinho; Joanópolis; Mairiporã; Piracaia; Nazaré Paulista; Bragança Paulista; Tuiuti
		Associação da Região Turística Encantos da Anhanguera Central	REGIÃO TURÍSTICA: Encantos da Anhanguera Central	46.330.902/0001-97	Santa Cruz; Porto Ferreira; Araras; Santa Cruz das Palmeiras; Leme; Pirassununga; Descalvado
		Roteiro dos Bandeirantes (Associação Pródesevolvimento do Turismo Regional - PROTUR)	REGIÃO TURÍSTICA: Roteiro dos Bandeirantes	06.021.245/0001-81	Santana de Parnaíba; São Roque; Salto; Pirapora do Bom Jesus; Cabreúva; Porto Feliz; Araçariçua; Itu; Tietê
		Angra Doce Paulista	REGIÃO TURÍSTICA: ANGRA PAULISTA	40.302.769/0001-89	Avaré; Bernardino de Campos; Cerqueira César; Itaí; Ourinhos; Santa Cruz do Rio Pardo; Timburi; São Pedro do Turvo; Arandu; Canitar; Ipaussu; Paranapanema; Fartura; Sarutaiá; Tejuapá; Taquarituba; Barão de Antonina; Chavantes; Itaporanga; Piraju; Riversul; Taguaí; Salto Grande
		IGR PONTAL PAULISTA DE TURISMO	REGIÃO TURÍSTICA: PONTAL PAULISTA	47.479.798/0001-60	Nantes; Anhumas; Narandiba; Mirante do Paranapanema; Rosana; Iepê; Pirapozinho; Estrela do Norte; Teodoro Sampaio; Taciba; Tarabai; Sandovalina; Euclides da Cunha Paulista
		Fórum Permanente "Microrregião Turística Raízes do Interior Paulista"	REGIÃO TURÍSTICA: Raízes do Interior Paulista	46.634564/0001-87	*
		Associação da Região Turística da Fé	REGIÃO TURÍSTICA: Fé	40.118.601/0001-18	Potim; Cunha; Lorena; Lagoinha; Aparecida; Tremembé; Canas; Roseira; Guaratinguetá; Piquete; Cachoeira Paulista
TO	0	*	*	*	*
TOTAL IGRS POR UF	126				

6.2 Anexo 2 - Decreto 6.605/2023 -Corredor Ecoturístico

Art. 3º Estarão sujeitos à cobrança, nos termos deste Decreto:

I - as derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;

II - os lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação, e as características físicas, químicas, biológicas e de toxicidade do efluente.

Art. 4º Os valores arrecadados serão aplicados, prioritariamente, na bacia hidrográfica do Rio Formoso para:

I - patrocinar estudos, programas, projetos e obras incluídos no Plano da Bacia;

II - serviços e obras de saneamento de interesse comum;

III - pagamento da implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, incluindo Comitês de bacias hidrográficas, limitado a 7,5% do total arrecadado.

Art. 5º Ficam aprovados os mecanismos e valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, nos termos dos Anexos I e II da Deliberação nº 4, de 21 de outubro de 2015, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso-CBH-RF e, aprovado através da Resolução nº 56, de 8 de dezembro de 2015, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH-TO, que é parte integrante deste Decreto.

Art. 6º A verificação do cumprimento deste Decreto ficará a cargo do Órgão Estadual responsável pela emissão e fiscalização das outorgas na Bacia.

Art. 7º Não incide a cobrança de que dispõe este Decreto sobre o uso não condicionado à concessão de outorga, nos termos do art. 10 da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002.

Art. 8º O usuário poderá solicitar revisão do valor final que lhe for estabelecido para pagamento, mediante exposição fundamentada, em grau de recurso, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 9º O inadimplemento da cobrança de que trata este Decreto, nas datas de vencimento correspondentes, sujeitará o usuário ao disposto nos arts. 36, inciso III, e 37 da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 21 dias do mês de março de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Marcello de Lima Lelis
Secretário de Estado do Meio
Ambiente e dos Recursos
Hídricos

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil



WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

DEOCLECIANO GOMES FILHO
Secretário-Chefe da Casa Civil

DISNÉA DIAS SERAFIM
Diretora do Diário Oficial do Estado

DECRETO Nº 6.605, DE 23 DE MARÇO DE 2023.

Institui o Grupo Executivo para a criação do Corredor Ecoturístico de interligação das regiões do Jalapão, das Serras Gerais, da Chapada dos Veadeiros e Chapada das Mesas, com vistas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado,

CONSIDERANDO a latente necessidade de utilização dos recursos naturais com observância às normas de proteção ambiental, visando à preservação de nascentes, matas ciliares e à prevenção de queimadas, que ameaçam a biodiversidade e os ecossistemas regionais;

CONSIDERANDO os potenciais turísticos, econômicos e sociais das regiões especificadas que, uma vez explorados de forma sustentável, fomentarão o desenvolvimento regional e atenderão ao interesse público com a geração de empregos formais e movimentação de capital,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Grupo Executivo, de caráter exclusivamente técnico, para criação do Corredor Ecoturístico de interligação das regiões do Jalapão, das Serras Gerais, da Chapada dos Veadeiros e da Chapada das Mesas, composto pelos seguintes órgãos:

I - Secretaria do Turismo, cujo titular o coordenará;

II - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano;

IV - Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços;

V - Secretaria da Comunicação;

VI - Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO;

VII - Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias - TOCANTINS PARCERIAS;

VIII - Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS;

IX - Casa Civil.

Art. 2º Ao Grupo de que trata este Decreto compete a elaboração de estudos, levantamento de dados e produção de relatórios e outros materiais aptos a auxiliarem na composição da análise que subsidiará providências governamentais relacionadas à interligação das regiões do Jalapão, das Serras Gerais e da Chapada dos Veadeiros.

§1º Os Secretários de Estado e Dirigentes poderão compor, por meio de ato conjunto ou individual, no âmbito de suas competências, câmaras técnicas de assessoramento com vistas a auxiliar a execução das atividades.

§2º Para a consecução das atividades descritas no *caput* deste artigo, poder-se-á constituir comunicação com órgãos e entidades, públicas ou privadas, das regiões de interesse, sem prejuízo de possíveis diligências *in loco*.

Art. 3º Para os fins do disposto neste Decreto, realizam-se sessões de planejamento e discussão, com os devidos registros em atas.

Parágrafo único. Para as sessões a que se refere o *caput* deste artigo, poderão ser convidados representantes de órgãos e instituições, públicas ou privadas, das esferas federal, estadual e municipal, com vistas à constituição de colaboração técnica, para consecução do interesse público.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução das atribuições criadas por meio deste Decreto correrão à conta das respectivas pastas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 23 dias do mês de março de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Hercy Ayres Rodrigues Filho
Secretário de Estado do Turismo

Marcello de Lima Leles
Secretário de Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos

Thiago Lopes Benfica
Secretário de Estado das
Cidades, Habitação e
Desenvolvimento Urbano

Carlos Humberto Duarte de Lima
e Silva
Secretário de Estado da
Indústria, Comércio e Serviços

Márcio Anderson Raimundo da
Rocha
Secretário de Estado da
Comunicação

Márcio Pinheiro Rodrigues
Presidente da Agência
de Transportes, Obras e
Infraestrutura - AGETO

Aleandro Lacerda Gonçalves
Diretor-Presidente da
TOCANTINS PARCERIAS

Renato Jayme da Silva
Presidente do Instituto Natureza
do Tocantins - NATURATINS

Deodéciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 391 - PRM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XXI, da Constituição do Estado, em cumprimento à decisão proferida nos Autos do Processo nº 0028321-18.2019.8.27.2729, resolve

P R O M O V E R, mediante determinação judicial,

JOSIAS LOPES DA SILVA, matrícula 155898-1, integrante da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, ao Posto de 1º Tenente, no respectivo quadro, pelo critério de invalidez permanente, a partir de 6 de janeiro de 2014.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deodéciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 392 - RET.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XXI, da Constituição do Estado, em cumprimento à decisão proferida nos Autos do Processo nº 0028321-18.2019.8.27.2729, resolve

R E T I F I C A R, mediante determinação judicial,

I - o Ato nº 1.446 - PRM, de 21 de abril de 2011, publicado na edição 3.366 do Diário Oficial do Estado, na parte em que trata de JOSIAS LOPES DA SILVA, a fim de considerá-lo promovido à Graduação de Subtenente;

II - o Ato nº 2.273 - PRM, de 24 de dezembro de 2012, publicado na edição 3.784 do Diário Oficial do Estado, na parte em que trata de JOSIAS LOPES DA SILVA, a fim de considerá-lo promovido ao Posto de 2º Tenente.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deodéciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 457 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e na conformidade da Lei 1.175, de 12 de setembro de 2000, resolve

D E S I G N A R

para compor o Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CAE-TO, no período de 2021 a 2024, em substituição aos membros designados no Ato nº 724 - DSG, de 10 de junho de 2021, publicado na edição 5.865 do Diário Oficial do Estado, os seguintes representantes da sociedade civil organizada:

Suplente: CARLOS ANDRÉ OLIVEIRA DE SOUSA, em substituição a Cibéllio Max Lopes de Araújo;

Suplente: CRISTIANE PEREIRA DE SOUSA, em substituição a Maurício Oliveira Pires.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 6 dias do mês de março de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deodéciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 599 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

D E S I G N A R

o servidor LEO JÂNIO MARINHO CARVALHO GONÇALVES, matrícula 11455985-1, para o exercício da Função Comissionada de Administração - FCA-4, no Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS, a partir de 1º de abril de 2023.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 22 dias do mês de março de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deodéciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 607 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

LYON CARDOSO DE SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Unidade de Conservação - DAI-3, do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 23 dias do mês de março de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deodéciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

6.3 Anexo 3- Decreto 27/2001- Criação da Estação Ecológica Serra Geral



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 27 DE SETEMBRO DE 2001.

Cria a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, nos Estados do Tocantins e da Bahia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, localizada nos Municípios de Almas, Ponte Alta do Tocantins, Rio da Conceição e Mateiros, no Estado do Tocantins, e Formosa do Rio Preto, no Estado da Bahia, com os objetivos de proteger e preservar amostras dos ecossistemas de Cerrado, bem como propiciar o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Art. 2º A Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins abrange uma área total de aproximadamente setecentos e dezesseis mil e trezentos e seis hectares, descrita nas cartas topográficas de escala de 1:100.000, nas folhas da Serra do Cinzeiro, MI=1713, Rio da Conceição, MI=1775, Serra da Jalapinha, MI=1647, Rio Sapão, MI=1714, Mateiros, MI=1715, e Rio do Santo, MI=1776, editadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE; nas folhas Rio Soninho, MI=1746, Serra Negra, MI=1774, e Mata Nova, MI=1712, editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército-DSG; e na folha São Marcelo, MI=1777, editada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, com a seguinte descrição: inicia-se na nascente do córrego Brejo Angelim, afluente do Rio Novo, no Ponto 01, de coordenadas planas aproximadas E=284.287m e N=8.843.055m; daí, segue por uma linha reta, até a nascente do Brejo Vertente, de coordenadas planas aproximadas E=270.195m e N=8.844.678m, que formam o Ponto 02; daí, segue pela margem direita do córrego Brejo Vertente, no sentido nascente-foz, até sua foz com o córrego Brejo Suruá, no Ponto 03, de coordenadas planas aproximadas E=265.598m e N=8.840.643m; daí, segue pela margem direita do Córrego Vertente, até a confluência com o Rio Vermelho, de coordenadas planas aproximadas E=263.027m e N=8.841.601m, que formam o Ponto 04; daí, segue pela margem esquerda do Rio Vermelho, até a confluência com um de seus afluentes, de coordenadas planas aproximadas E=263.776m e N=8.835.474m, que formam o Ponto 05; daí, segue pela margem esquerda deste córrego, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=258.596m e N=8.826.565m, que formam o Ponto 06; daí, segue em linha reta, com azimute de 120º, por uma distância aproximada de 4.600 metros, até a nascente do córrego Brejo Aroeira, de coordenadas planas aproximadas E=261.211m e N=8.825.174m, que formam o Ponto 07; daí, segue pela margem direita do córrego Brejo Aroeira, até a sua confluência com o Rio Ponte Alta Pequena, de coordenadas planas aproximadas E=260.244m e N=8.817.874m, que formam o Ponto 08; daí, segue pela margem esquerda do Rio Ponte Alta Pequena, até a confluência do Rio Ponte Alta com o Córrego Porteira, de coordenadas planas aproximadas E=257.848m e N=8.816.116m, que formam o Ponto 09; daí, segue pela margem esquerda do Rio Ponte Alta, até a confluência com o Córrego Porteira, de coordenadas planas aproximadas E=258.103m e N=8.814.322m, que formam o Ponto 10; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Porteira, até a confluência com um de seus afluentes, de coordenadas planas aproximadas E=256.163m e N=8.808.680m, que formam o Ponto 11; daí, segue por este afluente, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=257.487m e N=8.805.162m, que formam o Ponto 12; daí, segue em linha reta, até a nascente de um dos afluentes do Córrego Fazendinha, de coordenadas planas aproximadas E=258.293m e N=8.803.698m, que formam o Ponto 13; daí, segue pela margem direita desse córrego, até a confluência com o Córrego Fazendinha, de coordenadas planas aproximadas E=261.761m e N=8.804.649m, que formam o Ponto 14; daí, segue pela margem direita do Córrego Fazendinha, até a sua confluência com o Rio Ponte Alta, de coordenadas planas aproximadas E=262.543m e N=8.806.779m, que formam o Ponto 15; daí, segue pela margem esquerda do Rio Ponte Alta, até a confluência com o Brejo do Cedro, de coordenadas planas aproximadas E=265.750m e N=8.804.720m, que formam o Ponto 16; daí, segue pela margem esquerda do Rio Ponte Alta, até a sua confluência com o Brejo da Cobra, de coordenadas planas aproximadas E=267.943m e N=8.803.196m, que formam o Ponto 17; daí, segue pela margem esquerda do Brejo da Cobra, até a sua confluência com o Córrego do Tatu, de coordenadas planas aproximadas E=267.003m e N=8.792.989m, que formam o Ponto 18; daí, segue pela margem esquerda do Córrego do Tatu, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=269.103m e N=8.790.409m, que formam o Ponto 19; daí, segue em linha reta, até a confluência do Córrego Caldeirão com um de seus afluentes, de coordenadas planas aproximadas E=270.705m e N=8.787.245m, que formam o Ponto 20; daí, segue pela margem esquerda deste córrego, até encontrar um de seus afluentes, de coordenadas planas aproximadas E=272.327m e N=8.786.423m, que formam o Ponto 21; daí, segue pela margem esquerda deste córrego, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=272.122m e N=8.782.936m, que formam o Ponto 22; daí, segue em linha reta, até a confluência do Rio Soninho com o Córrego Brejão, de coordenadas planas aproximadas E=271.826m e N=8.777.783m, que formam o Ponto 23; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Brejão, até encontrar o primeiro afluente deste rio, de coordenadas planas aproximadas E=275.493m e N=8.775.454m, que formam o Ponto 24; daí, segue pela margem esquerda do Rio Soninho, até a sua nascente, de

coordenadas planas aproximadas E=276.299m e N=8.770.695m, que formam o Ponto 25; daí, segue em linha reta, até encontrar a foz do Rio das Balsas com o Córrego Eugênio, de coordenadas planas aproximadas E=279.274m e N=8.765.193m, que formam o Ponto 26; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Eugênio, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=277.850m e N=8.751.227m, que formam o Ponto 27; daí, segue, com azimute de 119°, por uma distância aproximada de 1.900 metros, até a nascente do Ribeirão Arapuã, de coordenadas planas aproximadas E=279.398m e N=8.750.307m, que formam o Ponto 28; daí, segue pela margem direita do Ribeirão Arapuã, até a foz de um de seus afluentes, de coordenadas planas aproximadas E=285.133m e N=8.752.472m, que formam o Ponto 29; daí, segue pela margem direita deste afluente, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=285.425m e N=8.751.650m, que formam o Ponto 30; daí, segue até encontrar a confluência do Rio Peixinho com o Córrego Fundo, de coordenadas planas aproximadas E=292.146m e N=8.746.482m, que formam o Ponto 31; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Fundo, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=299.677m e N=8.746.164m, que formam o Ponto 32; daí, segue até a nascente do Córrego Casa de Pedra, de coordenadas planas aproximadas E=304.155m e N=8.746.169m, que formam o Ponto 33; daí, segue até a nascente de um afluente do Rio Manuel Alves, de coordenadas planas aproximadas E=304.771m e N=8.745.101m, que formam o Ponto 34; daí, segue até a nascente de outro afluente do Rio Manuel Alves, de coordenadas planas aproximadas E=306.178m e N=8.744.513m, que formam o Ponto 35; daí, segue até encontrar a nascente de outro afluente do Rio Manuel Alves, de coordenadas planas aproximadas E=308.114m e N=8.747.205m, que formam o Ponto 36; daí, segue até encontrar a nascente de outro afluente do Rio Manuel Alves, de coordenadas planas aproximadas E=311.786m e N=8.751.279m, que formam o Ponto 37; daí, segue até encontrar a nascente de outro afluente do Rio Manuel Alves, de coordenadas planas aproximadas E=315.799m e N=8.753.002m, que formam o Ponto 38; daí, segue até encontrar a foz do Rio Ferrugem com um de seus afluentes, de coordenadas planas aproximadas E=322.416m e N=8.760.239m, que formam o Ponto 39; daí, segue pela margem esquerda deste afluente, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=325.633m e N=8.756.617m, que formam o Ponto 40; daí, segue até o bordo superior da Chapada da Serra Geral, de coordenadas planas aproximadas E=326.028m e N=8.756.347m, que formam o Ponto 41; daí, segue em direção nordeste, seguindo o bordo superior da Chapada da Serra Geral, passando pelos pontos de coordenadas planas aproximadas E=326.021m e N=8.756.350m; E=326.050m e N=8.757.957m; E=326.327m e N=8.758.386m; E=329.262m e N=8.760.497m; E=329.623m e N=8.761.184m; E=329.980m e N=8.762.609m; E=331.384m e N=8.762.814m; E=331.158m e N=8.763.663m; E=332.977m e N=8.765.312m; E=335.751m e N=8.766.078m; E=336.206m e N=8.767.338m, E=337.044m e N=8.767.738m; E=338.063m e N=8.769.390m; E=336.906m e N=8.770.524m; E=335.943m e N=8.770.459m; E=336.675m e N=8.772.406m; E=336.899m e N=8.773.224m; E=334.099m e N=8.773.612m; E=334.070m e N=8.776.866m; E=335.046m e N=8.775.442m; E=336.857m e N=8.781.577m; E=338.782m e N=8.783.161m; E=342.399m e N=8.786.374m; E=346.102m e N=8.789.204m; E=350.902m e N=8.792.882m; E=354.918m e N=8.793.084m; E=356.991m e N=8.800.080m; e E=359.573m e N=8.803.987m, que formam o Ponto 42; daí, segue até encontrar a nascente do Córrego Pindaíba, de coordenadas planas aproximadas E=359.747m e N=8.804.434m, que formam o Ponto 43; daí, segue com a curva de nível de cota altimétrica 730 metros, próximo à nascente do Córrego Nove Galhos, de coordenadas planas aproximadas E=369.454m e N=8.800.231m, que formam o Ponto 44; daí, segue até o cruzamento da curva de nível de cota altimétrica de 750 metros com o afluente de um ribeirão sem nome, de coordenadas planas aproximadas E=376.032m e N=8.796.284m, que formam o Ponto 45; daí, segue pela margem direita deste afluente, até a confluência com o referido ribeirão, de coordenadas planas aproximadas E=378.920m e N=8.796.614m, que formam o Ponto 46; daí, segue a jusante por este Ribeirão, até a foz do Rio Sapão, de coordenadas planas aproximadas E=388.344m e N=8.805.221m, que formam o Ponto 47; daí, segue pela margem direita do Rio Sapão, até a confluência com o Rio Sassafrás, de coordenadas planas aproximadas E=397.808m e N=8.806.389m, que formam o Ponto 48; daí, segue pela margem esquerda deste rio até um de seus afluentes, de coordenadas planas aproximadas E=408.020m e N=8.824.110m, que formam o Ponto 49; segue até encontrar a nascente de um afluente do Córrego Buritirana, de coordenadas planas aproximadas E=391.828m e N=8.825.379m, que formam o Ponto 50; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Buritirana, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E= 387.865m e N=8.829.073m, que formam o Ponto 51; segue até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 750 metros, de coordenadas planas aproximadas E=387.616m e N=8.832.591m, que formam o Ponto 52; segue até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 750 metros, de coordenadas planas aproximadas E=380.727m e N=8.828.947m, que formam o Ponto 53; segue até o cruzamento da divisa dos Estados do Tocantins e da Bahia, com a margem esquerda de uma estrada sentido norte-sul, de coordenadas planas aproximadas E=376.538m e N=8.825.528m, que formam o Ponto 54; segue em direção sudoeste pela margem esquerda desta estrada, no mesmo sentido, até as coordenadas planas aproximadas E=374.246m e N=8.823.825m, que formam o Ponto 55; segue pela margem esquerda desta estrada em direção sudoeste, até as coordenadas planas aproximadas E=372.962m e N=8.821.145m, que formam o Ponto 56; segue pela margem esquerda desta estrada em direção sudeste, até as coordenadas planas aproximadas E=373.969m e N=8.820.114m, que formam o Ponto 57; segue no sentido norte-sul, pela margem esquerda dessa estrada, até as coordenadas planas aproximadas E=374.168m e N=8.817.719m, que formam o Ponto 58; segue pela margem esquerda desta estrada, até as coordenadas planas aproximadas E=372.602m e N=8.814.268m, que formam o Ponto 59; segue em linha reta, até as coordenadas planas aproximadas E=367.256m e N=8.817.276m, que formam o Ponto 60; daí, segue até encontrar as coordenadas planas aproximadas E=363.753m e N=8.818.847m, que formam o Ponto 61; segue até as coordenadas planas aproximadas E=364.201m e N=8.821.647m, que formam o Ponto 62; daí, segue até a nascente de um afluente do Rio Galhão, de coordenadas planas aproximadas E=364.196m e N=8.821.943m, que formam o Ponto 63; daí, segue pela margem direita deste córrego até a sua confluência com o Rio Galhão, de coordenadas planas aproximadas E=361.387m e N=8.825.591m, que formam o Ponto 64; daí, segue pela margem direita do Rio Galhão, até a confluência com o Rio Come Assado, de coordenadas planas aproximadas E=358.124m e N=8.824.346m, que formam o Ponto 65; daí, segue pela margem direita do Rio Come Assado, até a confluência com o Rio Formosa, de coordenadas planas aproximadas E=356.372m e N=8.821.205m, que formam o Ponto 66; daí, segue

pela margem direita do Rio Come Assado, até a confluência do Córrego Sucupira com o Rio Preto, de coordenadas planas aproximadas E=352.122m e N=8.821.647m, que formam o Ponto 67; daí, segue pela margem direita do Rio Preto, até encontrar um de seus afluentes da margem esquerda, de coordenadas planas aproximadas E=347.866m e N=8.826.484m, que formam o Ponto 68; daí, segue pela margem direita do Córrego Sucupira, por uma distância de 1.000 metros, até as coordenadas planas aproximadas E=347.742m e N=8.826.017m, que formam o Ponto 69; segue até encontrar um afluente do Rio Preto, de coordenadas planas aproximadas E=346.661m e N=8.827.137m, que formam o Ponto 70; daí, segue até encontrar um afluente do Rio Preto, de coordenadas planas aproximadas E=344.135m e N=8.827.762m, que formam o Ponto 71; segue pela margem direita deste córrego, até a sua confluência com o Rio Preto, de coordenadas planas aproximadas E=343.872m e N=8.828.919m, que formam o Ponto 72; daí, segue pela margem esquerda do Rio Preto, até a confluência do Rio Novo com o Riachão Córrego Cruzeiro, de coordenadas planas aproximadas E=312.062m e N= 8.822.561m, que formam o Ponto 73; daí, segue pela margem esquerda do Rio Novo, até a confluência com o Ribeirão Esteneu, de coordenadas planas aproximadas E=307.419m e N=8.821.680m, que formam o Ponto 74; daí, segue pela margem direita do Ribeirão Esteneu, até a confluência com o Brejo Emenda, de coordenadas planas aproximadas E=307.012m e N=8.820.847m, que formam o Ponto 75; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Brejo Emenda, até a sua nascente, de coordenadas planas aproximadas E=302.795m e N=8.822.477m, que formam o Ponto 76; daí, segue até encontrar a confluência com um afluente do Córrego Brejo Frito Gado, de coordenadas planas aproximadas E=300.317m e N=8.822.501m, que formam o Ponto 77; daí, segue pela margem direita do Córrego Brejo Frito Gado, até a sua confluência com o Rio Novo, de coordenadas planas aproximadas E=294.205m e N=8.843.854m, que formam o Ponto 78; daí, segue pela margem direita do Rio Novo, até a sua confluência com o Brejo Angelim, de coordenadas planas aproximadas E=293.077m e N=8.846.678m, que formam o Ponto 79; daí, segue pela margem esquerda do Brejo Angelim, até a sua nascente, encontrando o Ponto 01, ponto inicial desta descrição, perfazendo um perímetro total de quinhentos e oitenta e cinco mil metros.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação.

Art. 4º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo IBAMA, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, nos termos do [Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941](#).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Sarney Filho

Este texto não substitui o publicado no DOU 28.9.2001

6.4 Anexo 4- Oficina de Planejamento Turístico Arraias



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAS
É PROGRESSO DE NOVO

Adm. 2001/2004

Ofício nº 002 /2003
Arraias, 06 de novembro 2003.

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, convido-lhe para participar da Oficina de Planejamento Turístico do Município de Arraias, com a presença do Moderador Nacional – **EMBRATUR** José Gabriel Pesce Júnior, que será realizada nos dias 10/11/ e 12 de novembro de 2003, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 na sede do PROSUDESTE.

Para tanto, solicitamos a convocação de todos os membros do COMTUR – Titulares e Suplentes e a comunidade para comparecerem a esta Oficina.

Certos, de que sua participação engrandecerá o nosso projeto de desenvolvimento do Turismo em Arraias, desde já agradece sua atenção.

Atenciosamente,

IONE EVANGELISTA ARAÚJO
Chefe de Depto. De Cultura e Turismo

Ilma. Sra.
IVANY RODRIGUES MAGALHÃES
Representante dos Artesões de Arraias
NESTA.

**6.5 Anexo 5- Decreto 3.126/2007- Fórum Permanente da Região Turística Serras
Gerais do Estado do Tocantins**



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XIX - PALMAS, SEXTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2007 - Nº 2.483

PODER EXECUTIVO



PALÁCIO ARAGUAIA - Praça dos Girassóis

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 3.125, de 30 de agosto de 2007.

Renova a autorização para o funcionamento do Curso de Serviço Social ministrado pela FIESC.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição Estadual, com fulcro no art. 10, inciso IV, da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e na conformidade do Parecer CEE-TO n. 177/2007, do Conselho Estadual de Educação, proferido nos autos do Procedimento n. 2007/2700/001400,

DECRETA:

Art. 1º É renovada pelo prazo de um ano a autorização para o funcionamento do Curso de Serviço Social – Bacharelado, ministrado pela Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas do Tocantins – FIESC, mantida pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins – FECOLINAS, com 50 vagas semestrais, nos turnos matutino e noturno.

Sumário

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL	3
CASA MILITAR	4
COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR	4
COMANDO-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	4
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	5
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	27
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	27
SECRETARIA DO ESPORTE	27
SECRETARIA DA FAZENDA	28
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	38
SECRETARIA DA JUVENTUDE	40
SECRETARIA DA SAÚDE	41
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	42
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENV. SOCIAL	42
ADAPEC	42
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO - ADTUR	43
DERTINS	43
FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL	44
RURALTINS	44
IPEM	45
ITERTINS	45
NATURATINS	46
DEFENSORIA PÚBLICA	47
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	48
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	49
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	63

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 30 dias do mês de agosto de 2007; 186ª da Independência, 119ª da República e 19ª do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Maria Auxiliadora Seabra Rezende
Secretária de Estado da Educação e Cultura

Mary Marques de Lima
Secretária-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 3.126, de 30 de agosto de 2007.

Institui o Fórum Permanente da Região Turística Serras Gerais do Estado do Tocantins.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e na conformidade do teor do Convênio Mtur/SICTUR/TO n. 316, de 21 de dezembro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º É instituído o Fórum Permanente da Região Turística Serras Gerais do Estado do Tocantins, com sede no Município de Natividade, vinculado à Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

Art. 2º A Região Turística Serras Gerais do Estado do Tocantins compreende os Municípios de Natividade, Rio da Conceição, Dianópolis, Arraias, Paranã e Peixe.

Art. 3º São indicados para integrar o Fórum Permanente da Região Turística do Estado do Tocantins um representante e seu respectivo suplente dos seguintes órgãos e entidades:

I – da Prefeitura Municipal de:

- a) Natividade;
- b) Rio da Conceição;
- c) Dianópolis;

d) Arraias;

e) Paranã;

f) Peixe;

II – a convite:

a) da Caixa Econômica Federal;

b) da Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste do Tocantins;

c) da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT;

d) do Banco do Brasil;

e) dos Conselhos Municipais de Turismo de Natividade, Rio da Conceição, Dianópolis, Arraias, Paranã e Peixe;

f) do Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural de Natividade – FUPPAC;

g) do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA;

h) do Instituto Raízes;

i) do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Tocantins – SEBRAE/TO.

Parágrafo único. A Assembléia formada pelas instituições referidas neste artigo elegem o Presidente do Fórum, a quem incumbe a adoção de medidas necessárias à implementação deste.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 30 dias do mês de agosto de 2007; 186ª da Independência, 119ª da República e 19ª do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Eudoro Guilherme Zacarias Pedroza
Secretário de Estado de Indústria e Comércio

Mary Marques de Lima
Secretária-Chefe da Casa Civil

7 Apêndices

7.1 Apêndice 1 - Relação de Atas e temas abordados da ASSEGTUR

21 DE MAIO DE 2019: Assembleia de fundação da Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins



Associação do Desenvolvimento do Turismo e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins – ASSEGTUR

ATA DE FUNDAÇÃO

Aos treze horas e trinta minutos do dia vinte e um de maio de 2019, na sala de reuniões do SEBRAE, cito a Rua Nilo Rodrigues de Santana 105, Centro, Dianópolis/TO, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral de Fundação da Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada Das Serras Gerais do Tocantins, doravante denominada ASSEGTUR, com sede, Av. Justino Camelo Rocha S/N, Trevo Norte – Natividade - TO e fórum na cidade de Natividade - TO, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Onésimo de Sousa Cruz e para secretariar Raquel Pereira de Macedo. Agradecendo a sua indicação, o Presidente dos Trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia. Iniciaram os debates sobre a proposta do Estatuto que, depois de analisada e modificada, foi aprovada por unanimidade de votos e será anexada a ATA. De acordo com o Estatuto Social, todos os presentes a essa assembleia são considerados sócios fundadores, e, portanto, Membros Natos da Assembleia Geral de Sócios. Registra-se nessa categoria os seguintes nomes por município:

Natividade: Jorcirene Coelho Maranhão de Moraes – Casada, empresaria, brasileira, portadora da RG nº: 243-928 SSP/TO, CPF: 322.809.712-91, residente e domiciliada na Av. Justino Camelo Rocha s/nº Trevo Norte- Natividade - TO , Onésimo de Sousa Cruz, união estável, brasileiro, Engenheiro Agrônomo, portador do RG nº 425944 SSP/TO CPF 021.650.061 -39, residente e domiciliado na Chácara Leão de Ouro Km 227 Trevo Norte Zona Rural Natividade-TO .

Almas: Raquel Pereira de Macedo, solteira, empresaria, brasileira, portadora do RG nº 70530/04 D, CPF 896.346.671-04, residente e domiciliada na Av. São João nº 241 Centro, Almas – TO; Luciana Cardoso Monteiro de Cerqueira, casada, funcionaria pública, brasileira, portadora do RG nº 343675 SSP/TO, CPF 004.368.054-89, residente e domiciliada na Rua 1 s/nº Setor Norte, Almas – TO.

Dianópolis: Francisco Viana, casado, brasileiro, servidor público, portador do RG nº 1.408.591 SSP/DF CPF 260.182.171-04, residente e domiciliado na Rua São Jose 735 Setor Novo Horizonte, Dianopoli/To; Juliana Almeida Calmon Vasconcelos, casada, servidora pública, portadora do RG nº 1142449955 SSP/BA CPF

REGISTRO NA ÚLTIMA FOLHA

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]

23 DE ABRIL DE 2021: Afastamento da presidente Jorcirene, deixando a vice Fernanda Castro no seu lugar. Solicitação de relatório financeiro, quadro de sócios Preparação para reunião com o Ministério do Turismo e prefeitos da região turística das Serras Gerais mostrando a importância da IGR para inclusão dos municípios no mapa no ano seguinte.



ATA NÚMERO UM DO CONSELHO DIRETOR DA ASSEGTUR – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO E PRODUÇÃO ASSOCIADA DAS SERRAS GERAIS DO TOCANTINS

AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE, NA SALA DE REUNIÕES ABERTA ATRAVÉS DO GOOGLE MEET, ÀS DEZEITO HORAS, CONTANDO COM REPRESENTANTES DE PINDORAMA, ARRAIAS, AURORA, ALMAS, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E RIO DA CONCEIÇÃO, PRESIDIDA PELA SENHORA JORCIRENE COELHO MARANHÃO, TEVE INÍCIO A PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DA ASSEGTUR, FEITA ONLINE DEVIDO À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS QUE SE ESPALHOU PELAS NAÇÕES DO PLANETA. JORCIRENE FEZ SABER QUE, POR MOTIVOS PESSOAIS INQUESTIONÁVEIS, ESTAVA SOLICITANDO AFASTAMENTO POR NOVENTA DIAS DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO E QUE, NESSE PERÍODO, A SENHORA FERNANDA TAINÃ ALVES DE LIMA CASTRO ASSUMIRÁ SEU LUGAR FRENTE À ASSEGTUR, MAS QUE CONTINUARÁ DISPONÍVEL PARA AJUDAR NAS ATIVIDADES REGULARES DO GRUPO E QUE O SENHOR CAETANO DE MORAIS TAMBÉM CONTINUARÁ COLABORANDO NAS QUESTÕES REGIMENTAIS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS. COMO NÃO HAVIA ESPAÇO PARA QUESTIONAMENTOS DIANTE DA SITUAÇÃO, FOI SOLICITADO À SENHORA RAQUEL MACEDO, DIRETORA FINANCEIRA, QUE FOSSE PREPARADO UM RELATÓRIO FINANCEIRO DO PERÍODO, BEM COMO A LISTA DE SÓCIOS ARROLADOS ATÉ O MOMENTO, PARA QUE SE DÊ CONTINUIDADE ÀS AÇÕES DA ASSEGTUR. VALDIRENE DE JESUS SE COLOCOU À DISPOSIÇÃO PARA ORGANIZAR A PARTE DOCUMENTAL DA ASSOCIAÇÃO PARA SER PUBLICADA AOS ASSOCIADOS E ASSIM DAR TRANSPARÊNCIA AOS ATOS PRATICADOS ATÉ ENTÃO. FOI TAMBÉM ACORDADO QUE, PRECISAMOS DAR CONTINUIDADE AOS ENCAMINHAMENTOS DA ENTIDADE PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DA PARALIZAÇÃO PROVOCADA PELA PANDEMIA QUE AFETOU TODAS AS ÁREA DO TURISMO EM NOSSA REGIÃO COMO NAS DEMAIS E QUE, POR ISSO MESMO, SERÁ PRECISO QUE SE BUSQUE MEIOS DE SE CONTINUAR DESENVOLVENDO AÇÕES QUE TRAGAM CONTINUIDADE E FORTALECIMENTO AO SETOR. DECISIU-SE, ENTÃO, ACEITAR A OFERTA DE AUXÍLIO OFERECIDA PELO MINISTÉRIO DO TURISMO PARA REUNIR, ATRAVÉS DE TELECONFERÊNCIA, OS PREFEITOS DAS CIDADES INTEGRANTES DO MAPA BRASILEIRO DO TURISMO, FAZENDO-OS SABER DA POLÍTICAS DO MINISTÉRIO PARA A INCLUSÃO NO REFERIDO MAPA A PARTIR DO PRÓXIMO ANO.

21 de agosto de 2020: Explicação acerca da exigência do Ministério do Turismo de se criar uma IGR para abrigar municípios das regiões turísticas e representá-los diante do governo estadual e federal, destacando que a ASSEGTUR se tornou primeira IGR criada no Estado do Tocantins como modelo para demais regiões do Estado, tratou da importância da adesão de todos os municípios das Serras Gerais na associação, explica-se sobre a retomada das atividades pós-pandemia e importância da aplicação do Protocolo de Segurança para retomada do turismo nas Serras Gerais divulgado nesta reunião.



ATA NÚMERO DOIS DA ASSEGTUR – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO E PRODUÇÃO ASSOCIADA DAS SERRAS GERAIS DO TOCANTINS

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NA SALA DE REUNIÕES ABERTA ATRAVÉS DO GOOGLE MEET, ÀS NOVE HORAS, CONFORME CONSTA DO OFÍCIO CIRCULAR, TEVE INÍCIO REUNIÃO ONLINE DA DIRETORIA DA ASSEGTUR COM OS PREFEITOS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE TURISMO E PRESIDENTES DE COMTUR DESSES MUNICÍPIOS. ESTAVAM PRESENTES O PREFEITO DE ALMAS, SR. WAGNER N. CARVALHO E REPRESENTANTES DOS SEGUINTE MUNICÍPIOS: NATIVIDADE, DIANÓPOLIS, RIO DA CONCEIÇÃO, TAGUATINGA, AURORA, LAVANDEIRA E ARRAIAS. A REUNIÃO FOI ABERTA PELA PRESIDENTE DA ASSEGTUR, SRA. FERNANDA TAINÁ A. L. CASTRO, QUE SAUDOU TODOS OS PRESENTES E ESCLARECEU SOBRE A EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO DO TURISMO DE SE CRIAR UMA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL- IGR, PARA ABRIGAR OS MUNICÍPIOS DE REGIÕES TURÍSTICAS E REPRESENTÁ-LOS JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL NO TOCANTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO E QUE A ASSEGTUR É A PRIMEIRA IGR CRIADA NO ESTADO DO TOCANTINS, QUE SERVIRÁ DE MODELO PARA AS DEMAIS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO. SENDO ASSIM, É NECESSÁRIA A ADESÃO DE TODOS OS MUNICÍPIOS COM DEMANDA DE TURISMO PARA FORTALECIMENTO DA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA REGIÃO, BEM COMO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA, COM O FECHAMENTO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS EM RAZÃO DA COVID-19, FOI IMPRESCINDÍVEL PENSAR UM PROTOCOLO DE SEGURANÇA PARA SER SEGUIDO QUANDO DA REABERTURA DOS EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO E A ASSEGTUR, COM A COLABORAÇÃO DE VÁRIOS PARCEIROS COMO A UFT, O SEBRAE E SEUS CONSULTORES E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO ELABOROU ESSE DOCUMENTO, QUE ORA É APRESENTADO AOS MUNICÍPIOS. COMO A PROCURA POR ATRATIVOS NATURAIS CRESCER MUITO EM RAZÃO DO ISOLAMENTO IMPOSTO PELA PANDEMIA, FOI SUGERIDO QUE CADA MUNICÍPIO PENSE NA POSSÍVEL REABERTURA DE SEUS ATRATIVOS A PARTIR DE VINTE DE SETEMBRO, APÓS ESTUDAR AS SUGESTÕES DE HIGIENE APRESENTADAS NO DOCUMENTO ELABORADO PELA ASSEGTUR, RESPEITANDO-SE A AUTONOMIA DE CADA GESTÃO. COM A SUGESTÃO DA DATA, FICOU ESBALECIDO QUE O AGENDAMENTO DAS VISITAS DEVE SER FEITO SEMPRE ATRAVÉS DE AGÊNCIAS TURÍSTICAS PARA GARANTIR O CONTROLE DO RECEBIMENTO DIÁRIO, EVITANDO QUE A CAPACIDADE DIÁRIA DE CINQUENTA POR CENTO DE CADA ESTABELECIMENTO SEJA ULTRAPASSADA E TAMBÉM PARA GARANTIR QUE OS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS SEJAM DEVIDAMENTE HIGIENIZADOS. CADA ATRATIVO DEVE ENVIAR SUA ADEQUAÇÃO À NOVA REALIDADE, REDUZINDO SUA CAPACIDADE DE CARGA PARA ASSEGURAR O DISTANCIAMENTO MÍNIMO NECESSÁRIO. A ASSEGTUR PÕE À DISPOSIÇÃO DE CADA GESTÃO DA REGIÃO O DOCUMENTO PROTOCOLO DE SEGURANÇA SANITÁRIA PARA RETOMADA DO TURISMO DAS SERRAS GERAIS – TOCANTINS E SOLICITA AOS PREFEITOS QUE FAÇAM REUNIÕES INTEGRADAS DA ASSEGTUR COM AS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS PARA ESTABELEÇER AÇÕES CONJUNTAS DE EDUCAÇÃO INDIVIDUAL E COMUNITÁRIA DE PROTEÇÃO DA VIDA, NAS QUAIS SE FARIA O REPASSE DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS À PROTEÇÃO DA VIDA DE TODA A POPULAÇÃO LOCAL. LAMENTOU-SE A AUSÊNCIA DE QUASE TODOS OS PREFEITOS NA REUNIÃO, O QUE FAZ PARECER POUCO INTERESSE NO DESENVOLVIMENTO DO RICO TURISMO NA REGIÃO. NÃO HAVENDO MAIS NADA A TRATAR, A REUNIÃO FOI ENCERRADA E, PARA CONSTAR, EU, ESTHER RODRIGUES DE CARVALHO DA CRUZ, VICE PRESIDENTE DA ASSEGTUR, LAVREI ESTA ATA, QUE, SE ACHADA DE ACORDO, SERÁ ASSINADA POR MIM E PELA PRESIDENTE.

13 DE NOVEMBRO DE 2021: Minuta de Lei municipal e termo associativo para as prefeituras como necessidade de formalizar a parceria de todos municípios com a Assegtur ainda sugerindo valores conforme orientação recebida do governo estadual Ausência dos associados de representação municipal,



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DA ASSEGTUR – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO E PRODUÇÃO ASSOCIADA DAS SERRAS GERAIS DO TOCANTINS

AOS TREZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NA SALA DE REUNIÕES ABERTA ATRAVÉS DO GOOGLE MEET, REUNIU-SE O CONSELHO DIRETOR DA ASSEGTUR, COM REPRESENTANTES DE AURORA – WAGNER JOSÉ DE MOURA, ALMAS – RAQUEL MACEDO, PONTE ALTA DO BOM JESUS – DIOGO, NATIVIDADE – NOEMI NUNES DE CERQUEIRA E RIO DA CONCEIÇÃO – FERNANDA TAINÁ E ESTHER RODRIGUES DE CARVALHO. A REUNIÃO TEVE INÍCIO ÀS DEZESSEIS HORAS E TRINTA MINUTOS, PRESIDIDA PELA SENHORA ESTHER RODRIGUES DE CARVALHO DA CRUZ, PARA TRATAR DOS ASSUNTOS PAUTADOS NA CONVOCATÓRIA: MINUTA DE LEI MUNICIPAL E TERMO ASSOCIATIVO. A PRESIDENTE INICIOU OS TRABALHOS RECLAMANDO, MAIS UMA VEZ, A AUSÊNCIA DOS ASSOCIADOS E DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS, QUE NÃO ESTÃO ATENDENDO AS CONVOCAÇÕES PARA COMPARECER ÀS REUNIÕES, MESMO ONLINE. FALOU DA NECESSIDADE DE SE FORMALIZAR A PARCERIA DE TODOS OS MUNICÍPIOS COM A IGR ASSEGTUR, CUJAS MINUTAS DE LEI E DE TERMO ASSOCIATIVO RECEBEU, NA SEMANA PASSADA, DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO. RAQUEL E DIOGO PEDIRAM PARA AGILIZAR OS TRABALHOS, POIS PRECISAVAM SE AUSENTAR LOGO, EM RAZÃO DE PREPARATIVOS PARA CONTINUIDADE DA PROGRAMAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DAS RESPECTIVAS CIDADES. A PRESIDENTE APRESENTOU OS VALORES SUGERIDOS PELOS ÓRGÃOS DE GOVERNO DO ESTADO, PARA CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E TODOS OS PRESENTES CONCORDARAM COM O VALOR APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SERRAS GERAIS, **ATÉ VINTE MIL HABITANTES CONTRIBUIR COM SEIS MIL ANUALMENTE OU QUINHENTOS REAIS POR MÊS**. EM SEGUIDA, FEZ A LEITURA DOS PRINCIPAIS TÓPICOS DAS MINUTAS DE LEI E DO TERMO ASSOCIATIVO, QUESTIONANDO SOBRE A VIGÊNCIA ANUAL DESTE ÚLTIMO E, POR CONSENSO, SERÁ INDICADA **VIGÊNCIA INDETERMINADA**, CONFORME MINUTA DA LEI MUNICIPAL. FOI ACORDADO, TAMBÉM, QUE AS MINUTAS SERÃO ENCAMINHADAS, PELO WHATSAPP, A TODOS OS MUNICÍPIOS, PARA AVALIAÇÃO. DIOGO QUESTIONOU SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO MAPA TURÍSTICO DO TOCANTINS E MANIFESTOU O DESEJO DE PARTICIPAR DA PRÓXIMA REUNIÃO COM OS REPRESENTANTES DO ESTADO. INFORMOU, AINDA, QUE ESTÁ PREPARANDO TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO BOM JESUS NO MAPA TURÍSTICO DA REGIÃO E DO ESTADO. FERNANDA FALOU QUE AGORA É O MOMENTO DE ORGANIZAR TUDO QUE JÁ TEMOS, ANTES DE PARTIRMOS PARA INOVAÇÕES. VAMOS NOS ESTRUTURAR, PARA EVITAR UMA DESORDEM NO TURISMO DA REGIÃO. JÁ TEMOS MUITA COISA, MAS PRECISAMOS ORGANIZÁ-LAS. NÃO HAVENDO MAIS NADA A TRATAR, A REUNIÃO FOI ENCERRADA ÀS DEZESSEIS HORAS E CINQUENTA E SEIS MINUTOS E, PARA CONSTAR, EU **NOEMI NUNES DE CERQUEIRA**, LAVREI A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA POR MIM E PELA PRESIDENTE.

18 DE JUNHO DE 2021: Renúncia da presidente Fernanda Tainã, escolha de novo presidente Esther Carvalho e Wagner Moura e Noemi Secretária, Conselho fiscal Aline, Valdirene e Juliana Calmon, esta diretoria responderá pela ASSEGTUR até setembro de 2022.



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JUNHO 2021

Às dezoito horas e dois minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e um, na sala virtual do google meet, foi oficialmente aberta a reunião. A presidente em Exercício Esther Carvalho indicou a Valdirene Gomes dos Santos de Jesus para secretariar a reunião. A presidente em exercício apresentou a pauta: recomposição da mesa diretora e do Conselho Fiscal da IGR Assegtur. A presidente abriu a reunião informando que, conforme estabelecido no artigo 14º, parágrafo único do Estatuto, somente os sócios quites com as suas obrigações poderiam votar e serem votados. Estavam presentes na reunião os sócios pagantes Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, Wagner José Moura, Juliana Aparecida Calmon Vasconcelos, Fernanda Tainã Alves de Lima Castro, Jorcirene Coelho Maranhão de Moraes, Aline Alves Ribeiro e José Neto Soares da Silva. Estavam também presentes Senun da Silva Santana e Paulo Vitor Máximo Rabelo. A presidente em exercício informou que a presidente da Assegtur Tainã Alves de Lima Castro pediu renúncia do cargo por motivos pessoais, e a reunião foi convocada para recompor a diretoria e o conselho fiscal. E repassou a fala aos sócios e Valdirene sugeriu que a Esther colocasse seu nome para presidente e que Wagner pudesse ser vice-presidente. A Esther informou que a sócia fundadora/pagante Noemi teve problema de acessar a reunião, mas que autorizava apresentar o seu nome para Secretária Executiva da Assegtur e nesse momento a sócia pagante Aline Alves Ribeiro também colocou o seu nome para a função de Secretária Executiva. Deu processo de votação para os cargos de Presidenta Esther e Wagner para vice-presidente, que foram eleitos por unanimidade. Depois foi realizada a votação para Secretária Executiva, sendo que Nome recebeu 6 votos e Aline 2 votos, sendo eleita para Secretária Executiva Noemi. Depois Esther informou que o Conselho Fiscal é composto por três membros e hoje temos Valdirene e Juliana e que uma das cadeiras está vaga, pois o conselheiro Wagner sai do conselho e passou para vice-presidência. A sócia Aline colocou seu nome à disposição e foi aprovada por unanimidade e passou a compor o conselho fiscal. A nova diretoria vai responder pela Assegtur até setembro de 2022, sendo presidente: Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG 898315 SSP-TO, CPF 952669768-53, residente e domiciliada na rua Isidória Ferreira sem número - centro - Rio da Conceição -TO CEP 77303-000 e, para Vice - Presidente Wagner Jose de Moura, RG 3190114 SSP/GO, CPF 691.675.321-87. Residente na rua Dona Inês, s/n, Setor Bela Vista, Aurora do Tocantins; a Secretária Executiva Noemi Nunes de Cerqueira, brasileira, casada, aposentada, RG 417605 SSP/DF, CPF 116.202.851-34, residente na Praça da Matriz, 72 - Centro, Natividade - Tocantins.. O Conselho Fiscal Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, Juliana Aparecida Calmon Vasconcelos e Aline Alves Ribeiro. A reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos. Nada mais havendo para ser tratado, a Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, lavei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas da presidente e do vice presidente eleitos.

Dianópolis, 18 de junho de 2021.



ASSEGTUR

INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DO TURISMO SUSTENTÁVEL E
PRODUÇÃO ASSOCIADA DE SERRAS GERAIS DO TOCANTINS



ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 01 DE 18 DE JUNHO 2021

As dezoito horas e dois minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e um, na sala virtual do google meet, foi oficialmente aberta a reunião. A presidente em Exercício Esther Carvalho apresentou a pauta: recomposição da mesa diretora e do Conselho Fiscal da IGR Assegtur, CNPJ 34.608.432/0001-00, com endereço à Rua dos Ipês esquina com Rua Madre Belém, sem número, bairro Novo Horizonte, Dianópolis-TO, CEP 77300-000. A presidente abriu a reunião informando que, conforme estabelecido no artigo 14º, parágrafo único do Estatuto, somente os sócios quites com as suas obrigações poderiam votar e serem votados. Estavam presentes na reunião os sócios pagantes Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, Wagner José Moura, Juliana Aparecida Calmon Vasconcelos, Fernanda Tainã Alves de Lima Castro, Jorcirene Coelho Maranhão de Moraes, Aline Alves Ribeiro e José Neto Soares da Silva. Estavam também presentes Senun da Silva Santana e Paulo Vitor Máximo Rabelo. A presidente em exercício informou que a presidente da Assegtur Fernanda Tainã Alves de Lima Castro pediu renúncia do cargo por motivos pessoais, e a reunião foi convocada para recompor a diretoria e o conselho fiscal. Repassou a fala aos sócios e Valdirene sugeriu que a Esther colocasse seu nome para presidente e que a Wagner pudesse ser vice-presidente. A Esther informou que a sócia fundadora/pagante Noemi teve problema de acessar a reunião, mas que autorizava apresentar o seu nome para Secretária Executiva da Assegtur e nesse momento a sócia pagante Aline Alves Ribeiro também colocou o seu nome para a função de Secretária Executiva. Deu processo de votação para os cargos de Presidente Esther e Wagner para vice-presidente, que foram eleitos por unanimidade. Depois foi realizada a votação para Secretária Executiva, sendo que Noemi recebeu 6 votos e Aline 2 votos, sendo eleita para Secretária Executiva Noemi. Depois Esther informou que o Conselho Fiscal é composto por três membros e hoje temos Valdirene e Juliana e que uma das cadeiras está vaga, pois o conselheiro Wagner sai do conselho e passa para vice-presidência. A sócia Aline colocou seu nome à disposição e foi aprovada por unanimidade e passou a compor o conselho fiscal. A nova diretoria vai responder pela Assegtur até setembro de 2022, sendo presidente: Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG 898315 SSP-TO, CPF 952669768-53, residente e domiciliada na rua Izidória Ferreira sem número - centro - Rio da Conceição -TO CEP 77303-000 e, para Vice - Presidente Wagner Jose de Moura, RG 3190114 SSP/GO, CPF 691.675.321-87. Residente na rua Dona Inês, s/n, Setor Bela Vista, Aurora do Tocantins; a Secretária Executiva Noemi Nunes de Cerqueira, brasileira, casada, aposentada, RG 417605 SSP/DF, CPF 116.202.851-34, residente na Praça da Matriz, 72 - Centro, Natividade - Tocantins. O Conselho Fiscal Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, Juliana Aparecida Calmon Vasconcelos e Aline Alves Ribeiro. A reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos. Nada mais havendo para ser tratado, a Presidente deu por encerrada a Assembleia, que foi lavrada por ela, seguida da assinatura do vice-presidente eleitos.

Dianópolis, 18 de junho de 2021.

Esther

Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz
Presidente da ASEGTUR

Wagner Jose de Moura

Wagner José Moura
Vice-Presidente da ASSEGTUR

279552

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
Rua Gustavo Maciel, 31 - Centro - Dianópolis - TO, Tel. (63)3692-2139

Selo Digital: 129361AAA155412-JXW
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - Livro A
Protocolado sob o nº 1511, averbado sob nº AV-2
e registrado sob o nº 1360
Dia 18, Dianópolis-Tocantins, 11/08/2021 T.F.J. R\$6,35
FUNC R\$10,48 Emol R\$10,80 ISS R\$0,39 Mod. R\$2,11
Out. R\$0,00 Correios-0,00 Prot- R\$2,15 Total R\$33,28
NORMAN WOLNEY PÓVOA - Oficial/Notário Substituto Portaria nº 5947/2017



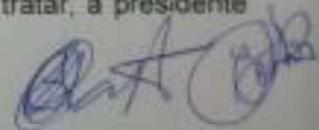


Ata de Transformação em IGR e Eleição da Diretoria

Aos trinta dias do mês de junho de 2020, às dezoito horas, na sala virtual google meet, foi oficialmente aberta uma assembleia extraordinária de transformação da ASSEGTUR em IGR – Instância de Governança Regional doravante denominada IGR- ASSEGTUR com sede na Rua dos Ipês esquina com Madre Belém sem número, bairro Novo Horizonte, Dianópolis- TO, CEP 77300-000, com duração ilimitada. A presidente Fernanda agradeceu a participação de todos e apresentou a ordem do dia que constava a transformação da ASSEGTUR em IGR e eleição da diretoria. Após explanação da exigência do Ministério do Turismo de que cada região turística do país seja gerida por uma Instancia de Governança Regional que agregue em si todos os municípios da referida região, e em conversas com a ADETUC – Agência de Desenvolvimento do Turismo e Cultura do Estado do Tocantins é que foi proposta a transformação da ASSEGTUR nessa IGR e que foi aprovada por unanimidade. Foram apresentados os seguintes nomes para a composição da diretoria: Fernanda, Esther e Paulo e que também foram eleitos por unanimidade. Para presidente: Fernanda Tainã Alves de Lima Castro, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG 2588667 – SSP DF, CPF 001695911-66, residente e domiciliada na Rua dos Ipês esquina com Madre Belém sem número, bairro Novo Horizonte, Dianópolis- TO, CEP 77300-000; Vice – Presidente Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG 898315 SSP-TO, CPF 952689768-53, residente e domiciliada na rua Isidória Ferreira sem número - centro - Rio da Conceição –TO CEP 77303-000 e, para Secretário, Paulo Vítor Máximo Rabelo, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 5362320 SSP-TO, CPF 037083641-39, residente e domiciliado na Praça da Matriz, nº 20 - Aurora- TO, CEP 77325-000. Em razão da pandemia da COVID-19, é que foi realizada a reunião on-line, na qual compareceram representantes dos seguintes municípios: Natividade: Jorcirene Coelho Maranhão de Moraes. Almas: Raquel Pereira de Macedo, Dianópolis: Juliana Almeida Calmon Vasconcelos, Júlio César Sousa Lima, Rio da Conceição: Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, Pindorama: José Itamar Oliveira Lima, Aurora: Wagner José de Moura, Lavandeira: Paulo Vítor Máximo Rabelo, Arraias: Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, Taguatinga: Irene Nunes de Santana Rodrigues. Pelo mesmo motivo ficou estabelecido que as atas e documentos da IGR ASSEGTUR serão assinados somente pela presidente e vice presidente. Nada mais havendo a tratar, a presidente deu por encerrada a assembleia e eu, Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela presidente eleita.

Ata de Transformação em IGR e Eleição da Diretoria

Aos trinta dias do mês de junho de 2020, às dezoito horas, na sala virtual google meet, foi oficialmente aberta uma assembleia extraordinária de transformação da ASSEGTUR em IGR – Instância de Governança Regional doravante denominada IGR- ASSEGTUR com sede na Rua dos Ipês esquina com Madre Belém sem número, bairro Novo Horizonte, Dianópolis- TO CEP 77300-000, com duração ilimitada. A presidente Fernanda agradeceu a participação de todos e apresentou a ordem do dia que constava a transformação da ASSEGTUR em IGR e eleição da diretoria. Após explanação da exigência do Ministério do Turismo de que cada região turística do país seja gerida por uma Instancia de Governança Regional que agregue em si todos os municípios da referida região, e em conversas com a ADETUC – Agência de Desenvolvimento do Turismo e Cultura do Estado do Tocantins é que foi proposta a transformação da ASSEGTUR nessa IGR e que foi aprovada por unanimidade. Foram apresentados os seguintes nomes para a composição da diretoria: Fernanda, Esther e Paulo e que também foram eleitos por unanimidade. Para presidente: Fernanda Tainã Alves de Lima Castro, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG 2589667 – SSP DF, CPF 001695911-66, residente e domiciliada na Rua dos Ipês esquina com Madre Belém sem número, bairro Novo Horizonte, Dianópolis- TO. CEP 77300-000; Vice – Presidente Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG 898315 SSP-TO, CPF 952669768-53, residente e domiciliada na rua Isidória Ferreira sem número - centro - Rio da Conceição –TO CEP 77303-000 e, para Secretário, Paulo Vítor Máximo Rabelo, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 5362320 SSP-TO, CPF 037083641-39, residente e domiciliado na Praça da Matriz, nº 20 - Aurora- TO, CEP 77325-000. Em razão da pandemia da COVID-19, é que foi realizada a reunião on-line, na qual compareceram representantes dos seguintes municípios: **Natividade:** Jorcirene Coelho Maranhão de Moraes. **Almas:** Raquel Pereira de Macedo, **Dianópolis:** Juliana Almeida Calmon Vasconcelos, Júlio César Sousa Lima, **Rio da Conceição:** Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, **Pindorama:** José Itamar Oliveira Lima, **Aurora:** Wagner José de Moura, **Lavandeira:** Paulo Vítor Máximo Rabelo, **Arraias:** Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, **Taguatinga:** Irene Nunes de Santana Rodrigues. Pelo mesmo motivo, ficou estabelecido que as atas e documentos da IGR ASSEGTUR serão assinados somente pela presidente e vice presidente. Nada mais havendo a tratar, a presidente

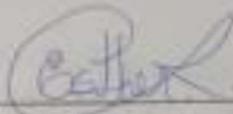


deu por encerrada a assembleia e eu, Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela presidente eleita.



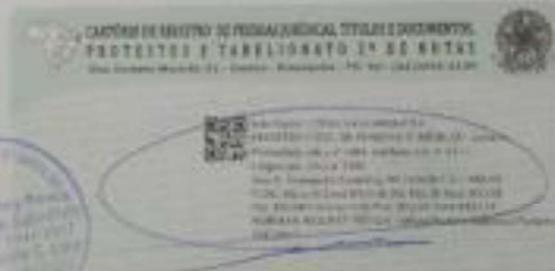
Presidente

Fernanda Tainã Alves de Lima Castro



Vice- Presidente

Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz



21 DE AGOSTO DE 2020: Exigência do Ministério do Turismo de se criar uma IGR para abrigar municípios das regiões turísticas e repara-las diante do governo estadual e federal. ASSEGTUR a primeira IGR criada no Estado do Tocantins como modelo para demais regiões do Estado Importância da adesão de todos os municípios Retomadas das atividades pós-pandemia Protocolo de Segurança para Retomada do Turismo



ATA NÚMERO DOIS DA ASSEGTUR – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO E PRODUÇÃO ASSOCIADA DAS SERRAS GERAIS DO TOCANTINS

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NA SALA DE REUNIÕES ABERTA ATRAVÉS DO GOOGLE MEET, ÀS NOVE HORAS, CONFORME CONSTA DO OFÍCIO CIRCULAR, TEVE INÍCIO REUNIÃO ONLINE DA DIRETORIA DA ASSEGTUR COM OS PREFEITOS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE TURISMO E PRESIDENTES DE COMTUR DESSOS MUNICÍPIOS. ESTAVAM PRESENTES O PREFEITO DE ALMAS, SR. WAGNER N. CARVALHO E REPRESENTANTES DOS SEGUINTE MUNICÍPIOS: NATIVIDADE, DIAMÓPOLIS, RIO DA CONCEIÇÃO, TAGUATINGA, AURÓRA, LAVANDEIRA E ARRAIAS. A REUNIÃO FOI ABERTA PELA PRESIDENTE DA ASSEGTUR, SRA. FERNANDA TAINÁ A. L. CASTRO, QUE SAUDOU TODOS OS PRESENTES E ESCLARECEU SOBRE A EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO DO TURISMO DE SE CRIAR UMA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL- IGR, PARA ABRIGAR OS MUNICÍPIOS DE REGIÕES TURÍSTICAS E REPRESENTÁ-LOS JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL NO TOCANTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO E QUE A ASSEGTUR É A PRIMEIRA IGR CRIADA NO ESTADO DO TOCANTINS, QUE SERVIRÁ DE MODELO PARA AS DEMAIS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO. SENDO ASSIM, É NECESSÁRIA A ADEÇÃO DE TODOS OS MUNICÍPIOS COM DEMANDA DE TURISMO PARA FORTALECIMENTO DA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA REGIÃO, BEM COMO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA. COM O FECHAMENTO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS EM RAZÃO DA COVID-19, FOI IMPRESCINDÍVEL PENSAR UM PROTOCOLO DE SEGURANÇA PARA SER SEGUIDO QUANDO DA REABERTURA DOS EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO E A ASSEGTUR, COM A COLABORAÇÃO DE VÁRIOS PARCEIROS COMO A UFT, O SEBRAE E SEUS CONSULTORES E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO ELABOROU ESSE DOCUMENTO, QUE ORA É APRESENTADO AOS MUNICÍPIOS. COMO A PROCURA POR ATRATIVOS NATURAIS CRESCER MUITO EM RAZÃO DO ISOLAMENTO IMPOSTO PELA PANDEMIA, FOI SUGERIDO QUE CADA MUNICÍPIO PENSE NA POSSÍVEL REABERTURA DE SEUS ATRATIVOS A PARTIR DE VINTE DE SETEMBRO, APÓS ESTUDAR AS SUGESTÕES DE HIGIENE APRESENTADAS NO DOCUMENTO ELABORADO PELA ASSEGTUR, RESPEITANDO-SE A AUTONOMIA DE CADA GESTÃO. COM A SUGESTÃO DA DATA, FICOU ESBALECIDO QUE O AGENDAMENTO DAS VISITAS DEVE SER FEITO SEMPRE ATRAVÉS DE AGÊNCIAS TURÍSTICAS PARA GARANTIR O CONTROLE DO RECEBIMENTO DIÁRIO, EVITANDO QUE A CAPACIDADE DIÁRIA DE CINQUENTA POR CENTO DE CADA ESTABELECIMENTO SEJA ULTRAPASSADA E TAMBÉM PARA GARANTIR QUE OS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS SEJAM DEVIDAMENTE HIGIENIZADOS. CADA ATRATIVO DEVE ENVIAR SUA ADEQUAÇÃO À NOVA REALIDADE, REDUZINDO SUA CAPACIDADE DE CARGA PARA ASSEGURAR O DISTÂNCIAMENTO MÍNIMO NECESSÁRIO. A ASSEGTUR PÕE À DISPOSIÇÃO DE CADA GESTÃO DA REGIÃO O DOCUMENTO PROTOCOLO DE SEGURANÇA SANITÁRIA PARA RETOMADA DO TURISMO DAS SERRAS GERAIS – TOCANTINS E SOLICITA AOS PREFEITOS QUE FAÇAM REUNIÕES INTEGRADAS DA ASSEGTUR COM AS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS PARA ESTABELEÇER AÇÕES CONJUNTAS DE EDUCAÇÃO INDIVIDUAL E COMUNITÁRIA DE PROTEÇÃO DA VIDA, NAS QUAIS SE FARIA O REPASSE DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS À PROTEÇÃO DA VIDA DE TODA A POPULAÇÃO LOCAL. LAMENTOU-SE A AUSÊNCIA DE QUASE TODOS OS PREFEITOS NA REUNIÃO, O QUE FAZ PARECER POUCO INTERESSE NO DESENVOLVIMENTO DO RICO TURISMO NA REGIÃO. NÃO HAVENDO MAIS NADA A TRATAR, A REUNIÃO FOI ENCERRADA E, PARA CONSTAR, EU, ESTHER RODRIGUES DE CARVALHO DA CRUZ, VICE PRESIDENTE DA ASSEGTUR, LAVREI ESTA ATA, QUE, SE ACHADA DE ACORDO, SERÁ ASSINADA POR MIM E PELA PRESIDENTE.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS,
DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

Rua Gustavo Mello, nº 21, Centro, Dianópolis-TO.
 Telefone: (63) 3590-2128
 CNPJ nº 02.628.148/0001-10
 E-mail: cartorio@tocantins.gov.br

CERTIDÃO

Eu, o(a) Oficial/Notário Substituto Portaria nº 5947/2017 do Cart. de Registro PJ, RTD, Prof. e Tabel. 2º de Notas de Dianópolis-TO da Comarca de Dianópolis-TO.

Certifico por dehar de ofício, que constam registradas nesta Serventia em **PESSOAS JURÍDICAS**, no livro A-11, sob o protocolo nº 1574 e registro nº 1360, em 31/10/2022, os Atos Constitutivos da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL E PRODUÇÃO ASSOCIADA DE SERRAS GERAIS DO TOCANTINS - ASSEGTUR**. Escrito o que se lida a tomar público a teor e para os fins do § 1º do art. 16, da Lei Federal nº 8.016 de 31/12/1973, lavrei o presente Termo, que assino, em público e faz testemunho da verdade. Dou fé.

Dianópolis/TO, 31 de outubro de 2022.

NORMAN WOLNEY PÓVOA

Oficial/Notário Substituto Portaria nº 5947/2017

SEL: 13561AAA9479-28. Consulte autenticidade em www.dia.jus.br.

Encargos: R\$ 20,00
 Cartas: R\$ 0,00

Fund. Cst.: R\$ 0,00
 Outros: R\$ 0,00

Pagamento: R\$ 0,00 - R\$ R\$ 0,71
 Total: R\$ 40,00

TJ-TO R\$ 9,04

Fundat: R\$ 12,17



14 DE OUTUBRO DE 2022:

Prestação de contas do ano de 2021, bem como a eleição da nova mesa diretora.



ATA DA REUNIÃO 11ª EXTRAORDINÁRIA 14 DE OUTUBRO DE 2022

- As onze horas e treze minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e dois, na sala da Academia da Saúde na cidade de Rio da Conceição-TO foi oficialmente aberta a reunião extraordinária da Instância de Governança Regional Serras Gerais - ASSEGTUR pela presidente em exercício Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, que contou com a presença dos sócios: Wagner José de Moura, Fernanda Tainã Castro, Diogo Faria Ribeiro, Willian Douglas Guilherme, Astronília Barbosa Rodrigues Silva, Aline Alves Ribeiro, também contou com a presença do Secretário Estadual de Cultura e Turismo, Hercy Filho acompanhado da Graziela Cortez e Seleucia Fontes, Antônio Curcino Gestor de Turismo do Sebrae Regional Dianópolis, o Consultor de Turismo do Sebrae, Geraldo Ivan, Secretário de Turismo de Dianópolis, Magno, Secretário de Turismo de Rio da Conceição, Romário Cardoso, Gabrielly Cardoso Araújo, Marceliza V. Sousa, Amélio, Nuzair Ferreira dos Santos, Cristina B. Carvalho Dias, Joalson Lopes de Araújo, Vinicius Nunes dos Santos, Rafael Petry Trapp (Professor do IFTO), Sandra Santos e Marcelo Rodrigues. A presidente iniciou a assembleia agradecendo a presença de todos e abriu a reunião informando a pauta: recomposição da mesa diretora e do Conselho Fiscal da IGR ASSEGTUR. Foi informado que de acordo com o que estabelece parágrafo 14º do Estatuto, somente os sócios pagantes poderiam votar e serem votados. A Eleição ocorreu por conta do término do mandato da mesa diretora. Assim foi apresentado a chapa Avante Serras Gerais para votação, com a seguinte composição: Presidente: Diogo Faria Ribeiro, Vice-Presidente: Esther Carvalho da Cruz, Secretária: Aline Alves Ribeiro. Conselho Fiscal: Titulares: Willian Douglas Guilherme, Wagner José de Moura e Betiane Bezerra Ribeiro Silva; suplentes: Rosilene Pereira da Silva Souza (Rosa de Fogo) e Astronília Barbosa Rodrigues Silva. A chapa foi eleita por unanimidade pelos presentes e foi imediatamente empossada à frente da associação. A IGR Assegtur registrada no CNPJ 34.608.432/0001-00 possuirá nova sede na cidade do presidente atual, em Ponte Alta do Bom Jesus-Tocantins conforme capítulo dois artº2 do seu Estatuto. A nova mesa diretora responderá pela Assegtur até dezembro de 2024. Sendo, Presidente: Diogo Faria Rodrigues, brasileiro, portador do RG 1404.754 MT-GO, CPF 007.706.051-25, residente e domiciliado na Rodovia TO- 110 km 409 Comunidade Fazenda do Meio-Zona Rural em Ponte Alta do Bom Jesus-TO, CEP 77.315-000. Vice-presidente: Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG 898315 SSP-TO, CPF 952669768-53, residente e domiciliada na rua Izidória





ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA ASSEGTUR 29 DE MARÇO DE 2023

As quinze horas do dia 29 de março de 2023 na sala de onlize do aplicativo de chamadas Google Meet, foi oficialmente aberta a reunião da Instância de Governança Serras Gerais pelo presidente Diogo Faria Ribeiro que contou com a presença dos sócios: Wagner José de Moura, Esther Carvalho Aline Alves Ribeiro, ~~Betiane~~, Bruna Menezes (Secretária de Cultura e Turismo de Natividade), Isabel Cristina ~~Resplandes~~, (Diretora de Turismo de Dianópolis), José Neto Soares, ~~Silvado~~, Antônio ~~Cacungo~~ e Alex Vieira; também contou com a presença da Secretária de Turismo de Lavandeira, Conceição Pereira das Dores Diretor de Cultura e Turismo de Paraná, ~~Surguel~~. O presidente iniciou a reunião mostrando a importância da IGR se manter no mapa e explicou os critérios exigidos para que os municípios entrem no Mapa do Turismo Brasileiro. O presidente comentou sobre a parceria do Sebrae e Governo do Estado, indicando que um caminho seria o suporte aos municípios na atualização dos seus respectivos inventários da oferta turística e planos municipais de turismo. Aproveita o momento para dizer sobre a rota que está sendo reconhecida entre Alto-Paraiso de Goiás (Chapada dos Veadeiros), Serras Gerais, Jalapão e Chapada das Mesas, criando uma abertura para cidades como Paraná e Aruaias se posicionarem. No momento foi anunciado que a cidade de Lavandeira, Aurora do Tocantins e Rio da Conceição já conseguiram entrar no Mapa do Turismo, ficando o adendo para que os demais municípios se organizem para entrarem também. O intuito dessa reunião teve como foco mostrar aos secretários de turismo da região das Serras Gerais a importância de estarem no mapa do turismo. O presidente comentou sobre demandas que levaria para o Fórum Estadual de Turismo, sendo ele o interlocutor entre a região e o Fórum Estadual de Turismo, deixa claro que uma das principais demandas é formatação de produtos, pois os municípios, citou Aurora do Tocantins como exemplo, tem belezas naturais e culturais, mas ainda falta infraestrutura para receber o turista. Uma das ações que o presidente, representando esta IGR irá realizar, conforme apresenta na reunião é a visitação a todos os prefeitos e secretários de Turismo da região, apresentando o Termo de Adesão e a Minuta de Lei para que estes comecem a formalizar o município como membro da IGR. Ainda cita que quanto mais formalização, melhora a categorização do município dentro do Programa de Regionalização do Turismo. A ideia apresentada é fortalecer a governança dos municípios para expandir para mais espaços como o próprio Fórum de Turismo do Tocantins, sendo que os municípios são responsáveis por se manterem no Mapa do Turismo Brasileiro, um dos desafios das Serras Gerais é que os municípios estão começando agora a trabalhar com turismo e possuem poucos recursos financeiros, assim a ideia é fortalecer a IGR para adentrar meios de conseguir levar recursos para os municípios. A sócia ~~Betiane~~, escreveu no chat: "Importante a parceria entre os municípios e mais importante que os municípios estejam regularizados também.", a sócia Esther abre fala fazendo menção da força que a IGR possui, mostrando exemplos das placas de sinalização turística, como fruto de lutas em

grupo levando essas demandas municipais/regionais até o Estado, finalizando esse tema dizendo que a reunião que faz a gente ser visto e inicia apresentando as pessoas que se associaram recentemente a IGR, sendo elas: Bruna Menezes, Juliana ~~Nianda~~ Souza Peixoto, Isabel Cristina ~~Resplandes~~ e Alex Vieira. Em seguida ~~Santanael~~ Diretor de Turismo de Paraná, mostra dificuldades dos municípios em se tornarem sócios da IGR, dizendo que ainda não tem nenhum município pagante e pergunta se alguém que está representando Secretarias de Turismo se já conseguiram realizar a adesão como pagante, a Secretária Bruna Menezes disse estão mobilizando para inserção do município de Natividade, em Lavandeira, a Secretária Conceição já conseguiu aprovar a lei na Câmara municipal, mas ainda não assinaram o termo de adesão para serem pagantes. O sócio Antônio Cursino apresenta a ideia que é necessário continuar a jornada, trazer a câmara de vereadores nesse contexto da Assegur, podendo assim criar um apoio para auxiliar no processo. O sócio Wagner de Moura relata que enquanto não for exigência do Estado, os municípios não vão fazer adesão, citando o exemplo da Lei do ICMS. O Sócio Antônio relata a insatisfação o comportamento recente do presidente da Assegur, em declarações públicas que ofenderam/e ou tocaram com indelicadeza em instituições parceiras da Assegur desde o seu princípio e que teria que ser feito uma retratação ou tomada alguma atitude por conta do presidente representar a todos da IGR e não a sua pessoa de forma individualizada, imediatamente o presidente corta a fala do sócio Antônio, não deixando concluir a sua fala, assim este retoma a palavra e diz que o objetivo da reunião tinha sido alcançado, chegando ao fim da reunião, o sócio Antônio ~~Cursino~~, que é Gerente de Projeto de Turismo do SEBRAE comunica que a ABAV desse ano terá duas vagas gratuitas para empresários de cada município. E o presidente encerra a reunião agradecendo a presença de todos. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada as dezesseis horas e vinte minutos pela presidente. E para constar, eu, Aline Alves Ribeiro, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e demais presentes.

11 DE ABRIL DE 2023: Na reunião é constituída a formação de nova diretoria, após deliberação de renunciar o presidente em gestão por falta de decoro com entes parceiros da ASSEGTUR, ficando formada nova diretoria. Esta diretoria instituída, passou por outra renúncia de presidente de modo que as atividades ficaram estagnadas.



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 11 DE ABRIL DE 2023

As dezoito horas e treze minutos do dia onze de abril de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões do Google Meet foi oficialmente aberta a reunião da Instância de Governança Serras Gerais pela vice-presidente em exercício Esther Carvalho da Cruz que contou com a presença dos sócios: Wagner José de Moura, William Douglas Guilherme, Aline Alves Ribeiro, Bruna Menezes, ~~Wagner Henner~~ Jacobino Dido Silva, Valdirene Gomes de Jesus, Antônio Curcio, ~~Nilanda~~ Nilanda Sousa Peixoto, José Neto, ~~Beitane~~ Beitane Bezerra Ribeiro, também contou com a presença do Diretor de Cultura e Turismo de Paraná, ~~Sammuel~~ Samuel Alves. A presidente iniciou a assembleia agradecendo a presença de todos e abriu a reunião informando a pauta: encaminhamento de ordem em relação a atividades vinculadas a falta de decoro do presidente da Assegtur, Diogo Faria Ribeiro. De modo que a mesma expõe o fato acontecido, em que o presidente em questão, usou de suas atribuições, em vários grupos de WhatsApp para atacar de maneira desrespeitosa intuições parceiras da Instância de Governança, além de membros da IGR. Esse tipo de comportamento, conforme previsto em Estatuto é passível de tomadas de decisões em relação a como proceder e punições que podem ser tomadas. Nesse sentido, a vice-presidente apresenta o encaminhamento de destituição emão presidente, a proposta foi lançada, e os membros presentes comentaram sobre o encaminhamento, todos em consenso estabelecimento que o tipo de comportamento não condiz com a postura de um presidente dessa IGR que tanto lutou pelo envolvimento das pessoas no desenvolvimento do turismo das Serras Gerais, contando sempre com o apoio do Sebrae desde o início desse processo, órgão que foi mais afetado com os comentários infelizes. Após as discussões foi votado em unanimidade a destituição do presidente da Assegtur, Diogo Faria Ribeiro. Em seguida foi apresentado pela vice-presidente a renúncia do seu cargo. Para os encaminhamentos finais da reunião, a ainda vice-presidente conduziu a reunião até o fim, apresentado os nomes dos membros ~~Wagner Henner~~ Wagner Henner Jacobino Dido Silva como presidente da Assegtur e José Neto como vice-presidente. Os nomes foram postos em votação, de forma que todos os presentes aprovaram, ficando a partir dessa reunião ambos reconhecidos como presidente e vice-presidente da Assegtur. A IGR Assegtur registrada no CNPJ 34.608.432/0001-00 possuirá nova sede na cidade do presidente atual, em Natividade-TO conforme capítulo dois artº2 do seu Estatuto. A nova mesa diretora responderá pela Assegtur até outubro de 2024. Sendo, Presidente ~~Wagner Henner~~ Wagner Henner Jacobino Dido Silva, brasileiro, portador do RGXXXXXXXXX CPFXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rodovia XXXXXXXXXXXX CEP XXXXXXXXXXXX. Vice-presidente: José Neto XXXXXXXXXXXX brasileiro, casado, portador do RGXXXXXXXXX CPFXXXXXXXXXXXX residente e domiciliado na rua XXXXXXXXXXXX S/N- Centro-Rio da Conceição-TO CEP 77303-000. A reunião foi encerrada as onze horas e quarenta e cinco minutos. Nada mais havendo para

7.2 Apêndice 2- Controle de Arquivos ASSEGTUR

OFÍCIOS ENVIADOS



Ofício nº 3/2019

Natividade, 04 de Março de 2020.

A sua Senhoria a Senhora

Beatriz Cilene Mafra Neves Bigeli

Coordenadora do Curso de Direito da UNITINS - Dianópolis TO

Após cumprimentá-la cordialmente, vimos por meio deste apresentar a Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada de Serras Gerais do Tocantins - ASSEGTUR, que tem como propósito fomentar o Turismo na região sudeste do Tocantins. Cientes da importância da Unitins no processo de formação e educacional das pessoas nesta região, solicitamos o apoio técnico científico e jurídico desta instituição, com objetivo de ampliar a formalização institucional dos espaços de governança necessários para ampliar atividade turística e de todos os seguimentos que competem às atividades inerentes ao período de permanência do turista nas Serras Gerais.

Acreditamos que os estudantes de direito e seus professores podem em muito auxiliar a comunidade a promover o desenvolvimento desta região.

Nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente

Diretora Executiva
Jorcirene Coelho M de Moraes

Diretora Institucional
Fernanda Tainã A. de L. Castro

Ofício nº 4/2020

Dianópolis, 15 de Maio de 2020.

A sua senhoria,
Raquel Pereira de Macedo
Secretária Administrativa da ASSEGTUR

Assunto: Prestação de contas da Assegtur

Senhora Secretária,

1. Vimos por meio deste solicitar a Secretária Administrativa a prestação de conta da ASSEGTUR, observando que associação foi criada em 21 de maio de 2019 e até o presente momento não apresentou prestação de contas com a descrição dos seguintes elementos: lista atualizada dos sócios natos, sócios efetivos e os sócios que contribuintes que estão quites com as mensalidades e os sócios devedores; o relatório das ações realizadas até o presente momento e balanços com as contribuições, despesas e saldo da conta associação.
2. Informamos que segundo o regimento interno da ASSEGTUR cabe aos Conselho Fiscal "Analisar e Fiscalizar as ações do Conselho Diretor e a prestação de contas da Secretária Executiva e demais atos administrativos e financeiros", considerando que estamos num processo de transformação da ASSEGTUR em instância de Governança regional, se faz necessário a apresentação, análise e submissão dos relatórios e prestação de conta da associação até o presente momento, para que possamos fazer as adequações e elevar a ASSEGTUR a qualidade de instância de governança das Serras Gerais.
3. Destacamos que já foi solicitada por e-mail, via WhatsApp e em reunião da ASSEGTUR de prestação e contas, com data 03/05/2020 para entrega da documentação solicitada. Sendo assim, reiteramos e notificamos via ofício a necessidade da entrega dos relatórios descritos, balanço, despesas e saldo da conta da ASSEGTUR, para que sejam encaminhados os procedimentos de adequações exigidos pela ADETUC e Ministério do Turismo, visando a efetivação a Instância de Governança das Serras Gerais.
4. Deste modo, solicitamos a apresentação dos documentos de imediato.
Sendo o que se apresenta no momento reiteramos nossos cumprimentos de estima
Atenciosamente,



Diretora Institucional
Fernanda Tainá A. de L. Castro



OFÍCIO Nº 05/2020 – ASSEGTUR

Em 03 de agosto de 2020

Sua senhoria,
Maria Antônia Valadares de Souza
Superintendente de Operações Turísticas e Projetos Estratégicos da Adetur

Assunto: Apresentação do Protocolo de Segurança Sanitário para Retomada do Turismo das Serras Gerais

Senhora Superintendente,

1. Vimos por meio deste, apresentar o “Protocolo de Segurança Sanitário para Retomada do Turismo das Serras Gerais- Tocantins” e solicitamos parecer sobre o documento, considerando que enquanto Instância de Governança Regional necessitamos apresentar aos municípios da região o documento que possa orientar todo processo de retomada do Turismo, quando os municípios definir pelo retorno.

2. Destacamos que o documento foi construído a partir do conselho diretor da ASSEGTUR em parceria com o Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT e demais parceiros. Sendo assim, solicitamos da superintendência parecer e aprovação do documento.

3. Sendo o que se apresenta no momento reiteramos nossos cumprimentos de estima

Atenciosamente,

Fernanda Tainã Alves de Lima Castro
Diretora Executiva da ASSEGTUR



Ofício nº 05/2020

Dianópolis, 15 de Julho de 2020

Ao Sr.
Tom Lyra,
Presidente da Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa
do Tocantins

Senhor Presidente,

Vimos, por meio deste, solicitar apoio da ADETUC à causa beneficente da ASSEGTUR em apoio aos trabalhadores diretos do turismo, que foram afetados pela pandemia COVID - 19, paralisando as atividades e prejudicando, conseqüentemente, o rendimento financeiro de sustento de suas famílias.

Como associação que busca desenvolver o turismo nas Serras Gerais, vimos a necessidade de auxiliá-los com cestas básicas para dar o mínimo de sustento a quem acredita e vive do turismo.

Certos de contar com vossa valiosa colaboração, expressamos nossos mais sinceros agradecimentos.

Listamos abaixo as cidades que fazem parte dessa região turística das SERRAS GERAIS e seus respectivos prefeitos:

Cidade	Prefeito
Pindorama	Almir Batista Silva Amaral
Natividade	Martinha Rodrigues Neta
Arraias	Wagner Gentil
Aurora do Tocantins	Aloilson Tavares Cardoso
Taguatinga	Altamirando Zequinha Gonçalves
Dianópolis	Gleibson Moreira Almeida
Almas	Wagner Nepomuceno Carvalho
Rio da Conceição	Mauro Júnior Silva Arcaño

Atenciosamente,

Diretora Executiva

Fernanda Tainã Alves de Lima Castro

Ofício nº 04/2020

À Sua Senhoria a Senhora

Fabiola Rosa

Gerente da regional de Dianópolis (Sebrae)

Data 13 de Março de 2020

Referente: Turismo na Região de Serras Gerais

1 Apresentação

O presente documento pretende contextualizar o atual momento do turismo na Região de Serras Gerais promovendo uma leitura sucinta, mas descritiva, das conquistas e gargalos que atravessam os mais de 116 empresários diretos que alimentam a cadeia produtiva do turismo em 9 municípios do sudeste tocaninense.

2 Justificativa

O sudeste tocaninense iniciou seu processo de ordenamento do setor turístico com maior ênfase, em 2014, apoiado por um projeto do Sebrae TO que interferiu na região disponibilizando consultorias e instrutorias e iniciando o envolvimento de empresários e potenciais empresários em um fórum de discussões e ideias, participando de missões técnicas e recebendo um inicial diagnóstico de oportunidades. A partir de 2016, o processo de desenvolvimento se intensificou passando a formatar produtos, capacitar mão de obra para o atendimento, construir planos municipais e regionais estratégicos de turismo e marketing, ordenar a governança municipal e regional, investir em acesso a mercado.

O resultado é a prospecção de uma região turística ordenada e competitiva que inicia sua visibilidade no mercado regional e nacional já significando emprego e renda através do setor turístico.

Tal evolução subsidiou a organização do trade em uma associação empresarial que caminha para a introdução do poder público e finalmente assumir a personalidade de IGR – Instância de Governança Regional.

E para que o processo siga virtuoso, esse colegiado denominado até o momento ASSEGTUR, apresenta suas considerações e clama por apoio de maior intensidade, tanto do Sebrae como do Governo Estadual e Nacional, sabendo-se que abrandar o processo de incentivo e atenção ao núcleo empresarial já envolvido, desencadearia a perda de resultados e a frustração de uma sociedade que já conhece os frutos do turismo como vetor econômico, mas ainda carece crescer em conhecimentos e negócios.

Ofício nº 05/2020

Dianópolis, 03 de Agosto de 2020

À Sra.
Maria Antônia Valadares de Souza
Superintendente de Operações Turísticas e Projetos Estratégicos

Senhora Superintendente,

Vimos por meio deste, solicitar apreciação e aprovação do documento enviado intitulado "Protocolo de Segurança Sanitária para Retomada do Turismo das Serras Gerais- Tocantins", o documento foi elaborado pela ASSEGTUR em parceria com a UFT-ARRAIAS, bem como outros parceiros citados no documento. Solicitamos o aval da ADETUC para que possamos repassar para as prefeituras protocolarem junto aos comitês de emergência de cada município. Aguardando retorno.

Atenciosamente,



Diretora Executiva

Fernanda ~~Tainã~~ Alves de Lima Castro

OFÍCIO CIRCULAR Nº 01/2020 – ASSEG-TUR

Dianópolis, 18 de agosto 2020

Assunto: Protocolos de Segurança Sanitário para Retomada do Turismo das Serras Gerais

Ilmo. (a) Sr (a) Prefeitos das Serras Gerais,

1. Cumprimentando V. Sa, apresento nossos agradecimentos pelo empenho e dedicação, neste período de reflexões e adaptações necessárias ao âmbito dos municípios, referentes à prevenção da transmissão da COVID-19 (novo Coronavírus) para que a qualidade de vida dos moradores, dos turistas e de toda comunidade das Serras Gerais seja garantida, mesmo diante deste complexo cenário.

2. Tendo em vista a situação de contaminação comunitária da COVID19, que vem expandido nas Serras Gerais, a ASSEGTUR aprovou junto a Adetur o “Protocolo de Segurança Sanitário para Retomada do Turismo das Serras Gerais- Tocantins”, que exige uma ação conjunta da Instância de Governança ASSEGTUR e os municípios que compõe os roteiros turísticos das Serras Gerais.

3. A ASSEGTUR tem acompanhado a cadeia produtiva do turismo e recebido várias demandas dos empresários do setor, como também da comunidade que está sentido insegurança, pois mesmo com os decretos municipais proibindo as atividades turísticas na região, observamos que a demanda espontânea de visitantes nesses municípios estão colocando a comunidade em risco, e dificultando todo o trabalho que a ASSEGTUR, os empresários, os donos de atrativos, as secretarias municipais de turismo e a cadeia produtiva do turismo e as instituições parceiras, tem se empenhado em fazer, para assegurar que o turismo das Serras Gerais, siga o “Protocolo de Segurança Sanitário para Retomada do Turismo das Serras Gerais- Tocantins”.

4. Destacamos que temos mantido diálogo permanente com o setor, dialogado com o Sebrae Sudeste que tem ofertado oficinas, cursos e lives para o setor turístico das Serras Gerais, visando capacitar toda a Cadeia produtiva quanto as mudanças nos protocolos de segurança, preparando para reabertura do setor. Destacamos os cursos de formação realizados pela Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT/Arraias, que vem contribuindo nesse diálogo com nove municípios das Serras Gerais.

5. Diante do exposto a ASSEGTUR, convida os prefeitos e secretários de turismo, dos nove municípios das Serras Gerais: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Pindorama, Rio da Conceição e Taguatinga para uma reunião via Google meet, a realizar-se no dia 21 de agosto às 9h30, para tratar da Pauta: 1. Os problemas do COVID19 no turismo das Serras Gerais; 2. Os decretos municipais de proibição do turismo e o problema dos visitantes espontâneos; 3. O “Protocolo de Segurança Sanitário para Retomada



Ofício Circular nº 03/2020

Rio da Conceição, 26 de abril de 2020

À Sra.

Ana Carla Moura
Coordenadora Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo
Ministério do Turismo

Senhora Coordenadora

Após cumprimentos cordiais, vimos por meio deste agendar um encontro online com vossa senhoria, prefeitos da região turística das Serras Gerais e a ASSEGTUR - Associação para Desenvolvimento Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins - com o objetivo de esclarecer diante das autoridades locais, a política do Ministério do Turismo que estabelece a criação das IGR's como fator sine qua non para a permanência dos municípios no Mapa Brasileiro do Turismo a partir de 2020.

Agendamos a reunião para o dia 04 de maio de 2020, às 15 horas através do google meet.

Listamos abaixo as cidades que fazem parte dessa região turística e seus respectivos prefeitos:

Cidade	Prefeito
Pindorama	Almir Batista Silva Amaral
Matividade	Martinha Rodrigues Neta
Arraias	Wagner Gentil
Aurora do Tocantins	Aloilson Tavares Cardoso
Taguatinga	Altamirando Zequinha Gonçalves
Dianópolis	Gleibson Moreira Almeida
Almas	Wagner Nepomuceno Carvalho
Rio da Conceição	Mauro Júnior Silva Arcaño

Foram convidados para debater o assunto:

Ministério do Turismo: Hery Filho – Chefe de Gabinete do Ministério do Turismo

Ministério do Turismo - Ana Carla Moura - Coordenadora Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo

ADETUC – Tom Lyra – Presidente da Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa do Tocantins

ADETUC - Maria Antônia Valadares de Souza – Superintendente de Operações Turísticas e Projetos Estratégicos

SEBRAE - Fabíola Rosa – Gerente da Regional Dianópolis

SEBRAE – Antônio Cursino – Responsável pela pasta do Turismo no Sudeste do Tocantins



Ofício nº 6/2019

Natividade, 02 de setembro de 2019.

A Prefeitura Municipal
Secretaria de Turismo

Prezado(a) Senhor(a),

Após cumprimentos cordiais, vimos por meio deste solicitar apoio para hospedagem, alimentação e combustível para Gustavo Sá e ~~Lucas~~ Barros que estarão na região das Semas Gerais para concluir o material para divulgação da sua cidade para a maior feira de turismo da América Latina ABAT que acontecerá em São Paulo no final do mês de setembro. Certos de podermos contar com a parceria, aguardamos contato via telefone para ajustar a logística (63) 9-9224-3050.

Programação:

05/09 – Rio da Conceição

05/09 – Taguatinga - Conclusão das filmagens iniciadas nas cavafadas.

07 e 08/09 Aurora do Tocantins e Lavandeira

09/09 - Arniais

Atenciosamente,

Diretora Executiva

~~JGGCARRA~~ Coelho M de Moraes



Ofício nº 07/2019

Natividade, 10 de setembro de 2019

AO SEBRAE

Gerente: Fabíola Valente Aires Rosa

Município de Diamópolis

Prezada Senhora

Após cumprimentos cordiais, vimos por meio deste solicitar apoio com um técnico que possa auxiliar a ASSEGTUR nos dias 17 e 18 de Outubro para elaboração dos seguintes itens:

- Finalização do regimento interno;
- Elaboração de missão e visão da Associação;
- Projetos e parcerias para 2020;

Certos de que podemos contar com seu apoio, agradecemos.

Atenciosamente,

Diretora Executiva

 Janiceze Coelho M de Moura



Em 27 de outubro de 2021

Sua senhoria,
Ednalva Silva Ramos
Prefeita Municipal
Rio da Conceição

Senhora prefeita.

Após cumprimentos cordiais, temos o prazer de convidar vossa senhoria e seu secretariado para participar da palestra **As 10 CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR**, que será proferida pelo sr. Antonio Cursino, do SEBRAE, na próxima sexta-feira, 29 de outubro, às 19 horas, no salão da Câmara Municipal do Rio da Conceição.

Este evento é uma iniciativa das agências de turismo local em parceria com a ASSEGTUR e o SEBRAE, um estímulo ao empreendedorismo que gera renda e vida com dignidade.

Certos de contar com suas presenças, agradecemos sua atenção e apoio.

Esther Carvalho - presidente.

OFÍCIO Nº 02/2021 – ASSEGTUR

Em 29 de janeiro de 2021

A Sua Excelência o Senhor,
DEP. PROF. Júnior Geo
Deputado Estadual

Assunto: Demandas do Turismo das Serras Gerais

Senhor Deputado:

1 Apresentação

O presente documento pretende contextualizar o atual momento do turismo na Região de Serras Gerais promovendo uma leitura sucinta, mas descritiva, das conquistas e gargalos que atravessam os mais de 116 empresários diretos que alimentam a cadeia produtiva do turismo em 9 municípios do sudeste tocaninense.

2 Justificativa

O sudeste tocaninense iniciou seu processo de ordenamento do setor turístico com maior ênfase, em 2014, apoiado por um projeto do Sebrae TO que interteceu na região disponibilizando consultorias e instrutorias e iniciando o envolvimento de empresários e potenciais empresários em um fórum de discussões e ideias, participando de missões técnicas e recebendo um inicial diagnóstico de oportunidades. A partir de 2016, o processo de desenvolvimento se intensificou passando a formatar produtos, capacitar mão de obra para o atendimento, construir planos municipais e regionais estratégicos de turismo e marketing, ordenar a governança municipal e regional, investir em acesso a mercado.

O resultado é a prospecção de uma região turística ordenada e competitiva que inicia sua visibilidade no mercado regional e nacional já significando emprego e renda através do setor turístico.

Tal evolução subsidiou a organização do trade em uma associação empresarial que caminha para a introdução do poder público e finalmente assumir a personalidade de IGR – Instância de Governança Regional.

E para que o processo siga virtuoso, esse colegiado denominado até o momento ASSEGTUR, apresenta suas considerações e clama por apoio de maior intensidade, tanto do Sebrae como do Governo Estadual e Nacional, sabendo-se que abrandar o processo de incentivo e atenção ao núcleo empresarial já envolvido, desencadearia a perda de resultados e a frustração de uma sociedade que já conhece os frutos do turismo como vetor econômico, mas ainda carece crescer em conhecimentos e negócios.

OFÍCIO Nº 03/2021 – ASSEGTUR

Em 08 de fevereiro de 2021

A Sua Excelência o Senhor,
DEP. Ricardo Ayres
Deputado Estadual

Assunto: Demandas do Turismo das Serras Gerais

Senhor Deputado:

1 Apresentação

O presente documento pretende contextualizar o atual momento do turismo na Região de Serras Gerais promovendo uma leitura sucinta, mas descritiva, das conquistas e gargalos que atravessam os mais de 116 empresários diretos que alimentam a cadeia produtiva do turismo em 9 municípios do sudeste tocantinense.

2 Justificativa

O sudeste tocantinense iniciou seu processo de ordenamento do setor turístico com maior ênfase, em 2014, apoiado por um projeto do Sebrae TO que interferiu na região disponibilizando consultorias e instrutorias e iniciando o envolvimento de empresários e potenciais empresários em um fórum de discussões e ideias, participando de missões técnicas e recebendo um inicial diagnóstico de oportunidades. A partir de 2016, o processo de desenvolvimento se intensificou passando a formatar produtos, capacitar mão de obra para o atendimento, construir planos municipais e regionais estratégicos de turismo e marketing, ordenar a governança municipal e regional, investir em acesso a mercado.

O resultado é a prospecção de uma região turística ordenada e competitiva que inicia sua visibilidade no mercado regional e nacional já significando emprego e renda através do setor turístico.

Tal evolução subsidiou a organização do trade em uma associação empresarial que caminha para a introdução do poder público e finalmente assumir a personalidade de IGR – Instância de Governança Regional.

E para que o processo siga virtuoso, esse colegiado denominado até o momento ASSEGTUR, apresenta suas considerações e clama por apoio de maior intensidade, tanto do Sebrae como do Governo Estadual e Nacional, sabendo-se que abandonar o processo de incentivo e atenção ao núcleo empresarial já envolvido, desencadearia a perda de resultados e a frustração de uma sociedade que já conhece os frutos do turismo como vetor econômico, mas ainda carece crescer em conhecimentos e negócios.

DIAMÓPOLIS, 07 DE ABRIL DE 2021

Ilma Sra.
Cristina Barbosa de Carvalho
Presidente da Câmara Municipal do Rio da Conceição - TO

Sra. Presidente,

Após cumprimentos cordiais, vimos por meio deste solicitar revisão do decreto municipal que fechou a cidade para as visitas de turistas

Tal solicitação se baseia nos seguintes pressupostos:

- a) Queda significativa no número de pessoas infectadas pela covid no município, conforme boletins publicados pela prefeitura;
- b) Alto número de pessoas que perderam sua principal/complementar fonte de renda com o fechamento da cidade;
- c) Existência de protocolo de sanitização adotado por todos os estabelecimentos conforme documento oficial da Instância de Governança Regional elaborado também por Rio da Conceição e aprovado pelo Estado.
- d) É o único município turístico da região ainda fechado. Todos os outros já reabriram, mesmo com restrições quanto aos dias de funcionamento e à capacidade de carga.

Diante do exposto e apelando para a sensibilidade dessa administração perante aqueles que buscam reaver a dignidade através de seu trabalho, firmamos este.



PRESIDENTE IGR - ASSEGTUR



OFÍCIO 11/2021 – ASSEGTUR

Rio da Conceição / To, 12 de Novembro de 2021.

Sua senhoria,

Hercy Rodrigues Filho

Presidente do Fórum Estadual de Turismo / Tocantins – FOESTUR

A/C: Sra Graziela Cortez

Assunto: Atualização de dados da Diretoria de IGR- ASSEGTUR

Senhor Presidente,

Vimos, por meio deste documento, atualizar os nomes dos responsáveis pela ASSEGTUR, conforme Ata da Reunião Extraordinária de 18 de junho 2021.

- Presidente: Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz, contatos 63 99279-5552
- Vice-Presidente: Wagner José Moura, contato 63 99238-3370

Colocamo-nos à inteira disposição, para qualquer assunto de interesse da Região de Serras Gerais e de todo o Estado do Tocantins.

Cordiais saudações,

Esther Rodrigues de Carvalho da Cruz

PRESIDENTE

OFÍCIO Nº 09/2021 – ASSEGTUR

Ofício Circular nº 003/2021/PRES/NATURATINS

DIANÓPOLIS, 27 DE MAIO DE 2021

Ao Conselho Diretor da IGR - ASSEGTUR

Prezado Conselho,

Após cumprimentos cordiais, venho por meio deste, renunciar ao cargo de Presidente da IGR – ASSEGTUR. Nesse ensejo, informo que as razões que me levaram a esta decisão são de ordem pessoal. Foram muitos anos na luta junto ao turismo, e com certeza nossa causa foi ouvida e consolidada.

Deixo com muito pesar a função a mim confiada, mas com alegria em saber que o trabalho continuará com a boa gestão desse conselho.

Certa de contar com a compreensão de todos, agradeço, e me coloco à disposição para a organização dos documentos de transição de diretoria.



Fernanda Tainã Alves de Lima Castro
PRESIDENTE IGR - ASSEGTUR



Ofício 003 IGR A S SEGTUR

A vossa senhoria

Senhor Sena Silva

Comitê de Bacia do Rio Manuel Alves

Após nossos cordiais cumprimentos, viemos por meio deste ofício apresentar a nova diretoria da Instância de Governança das Serras Gerais (IGR-ASSEGTUR). Nossa Instância de Governança é reconhecida pelo órgão estadual de Turismo do Tocantins (Secretaria Estadual de Cultura e Turismo-~~Sectur~~) e atua como lugar de fala das demandas do Turismo das Serras Gerais. No dia 14 de outubro de 2022 foi realizada a Assembleia de Eleição da IGR, em que foram eleitos novo Presidente, vice-Presidente e Secretário e Conselho Fiscal.

Assim, para o próximo biênio responderão pela IGR ASSEGTUR, o **Presidente** eleito Diogo Faria Ribeiro (Contato: 63 992521674) e sua **Vice-Presidente**: Esther Rodrigues da Cruz Carvalho (Contato: 63992795552).

Na oportunidade, convidamos todos a conhecerem e participarem da nossa Instância de Governança visando o fortalecimento do desenvolvimento turístico da nossa região.

Estamos à disposição!

Atenciosamente,

Diogo Faria Ribeiro

Presidente da IGR ASSEGTUR Serras Gerais



Ofício 002/2022 IGR ASSEGTUR

A vossa senhoria

Senhor Secretário de Cultura e Turismo do Tocantins

Hericy Filho

Após nossos cordiais cumprimentos, viemos por meio deste ofício apresentar a nova diretoria da Instância de Governança das Serras Gerais (IGR-ASSEGTUR). No dia 14 de outubro de 2022 foi realizada a Assembleia de Eleição da IGR, em que foram eleitos novo Presidente, vice-Presidente e Secretário e Conselho Fiscal da IGR.

Assim, para o próximo biênio responderão pela IGR ASSEGTUR, o **Presidente** eleito Diogo Faria Ribeiro (Contato: 63 992521674) e sua **Vice-Presidente**: Esther Rodrigues da Cruz Carvalho (Contato: 63992795552).

Na oportunidade, convidamos todos a conhecerem e participarem da nossa Instância de Governança visando o fortalecimento do desenvolvimento turístico da nossa região.

Estamos à disposição!

Atenciosamente,

Diogo Faria Ribeiro

Presidente da IGR ASSEGTUR Serras Gerais

OFÍCIOS RECEBIDOS



2020/10829/005546

OFÍCIO Nº 482/2020/GABPRES/ADETUC

Palmas, 31 de julho de 2020.

A Sua Senhoria a Senhora
FERNANDA TAINÁ ALVES DE LIMA CASTRO
Diretora Executiva - ASSEGTUR
N e s t a

Assunto: Resposta ao Ofício nº 05/2020-ASSEGTUR

Senhora Diretora,

Considerando ofício Nº05/2020-ASSEGTUR enviado, solicitamos que seja encaminhado ao e-mail: turismo@adtur.to.gov.br, uma lista com a relação dos Nomes e CPFs das pessoas que estão pleiteando as cestas básicas.

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica
Aldison Wiseman Barros de Lyra
Presidente



Documento foi assinado digitalmente por ALDISON WISEMAN BARROS LYRA em 31/07/2020 11:44:33.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sigto.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D995411900941038



INSTITUTO NATUREZA
DO TOCANTINS

202 Nêta, Avenida 01, Lote 03 - Povoado Santa Maria - CEP: 77020-000 Palmas - Tocantins | www.instituto.org.br



ESTADO DO
TOCANTINS

SGD 2020 40319 1167

Ofício Circular n.º 003/2020/PRES/NATURATINS

Palmas, 22 de janeiro de 2020

A Sua Senhoria a Senhora

JOCIRENE COELHO M. DE MORAIS

Presidente da Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins - ASSEGTUR.

Palmas - TO

Assunto: *Reuniões Setoriais - ANEXO COEMA n.º 07/2005*

Senhora Presidente,

O Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS está elaborando uma proposta de revisão da resolução COEMA n.º 07/2005, na qual traz as diretrizes para o Licenciamento Ambiental no âmbito do Estado do Tocantins. Buscando conduzir este processo de forma participativa, o Naturatins está convidando diversas entidades representativas dos grupos de atividades para auxiliar no procedimento de revisão do Anexo da referida Resolução, o qual trata do enquadramento das atividades quanto ao seu porte e potencial poluidor.

Ressaltamos a importância da participação de um representante de Vossa entidade para nos auxiliar na construção desta nova Resolução, que será encaminhada no próximo mês de fevereiro para análise prévia das Câmaras Técnicas do Conselho de Meio Ambiente, e posteriormente aprovada na próxima reunião plenária do COEMA.

As reuniões acontecerão no período de 27/01 a 03/02, das 9hs às 18hs, no Instituto de Contas 5 de Outubro, ao Lado do Tribunal de Contas do Estado – TEC/TO.

Considerando a necessidade de organização dos trabalhos, as reuniões foram organizadas conforme o cronograma em anexo, onde constam os dias específicos em que Vossa entidade está convidada a participar.

Para mais informações entrar em contato com a Gerência de Planejamento e Convênios pelo número 63 3218-2669 ou 3218-2665.

Atenciosamente,

Assinatura eletrônica

SEBASTIÃO ALBUQUERQUE CORDEIRO

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

SGD: 2021/39009/0004011

OFÍCIO CIRCULAR Nº 028/2021/CERH/TO

Palmas – TO, 13 de junho de 2021.

A Sua Senhoria aa Senhoras

Fernanda T. Castro

Presidente da Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e
Produção Associada de Serras Gerais do Tocantins - ASSEGTUR

Palmas – TO

Assunto: Convite para Participar da Reunião do Grupo Técnico Setorial da CTPOAR
CERH.

Senhoras Presidentes,

A Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH convida Vossa Senhoria para participar da reunião do Grupo Técnico de Estudo Setorial da Câmara Técnica Permanente de Procedimentos de Outorga e Ações Reguladoras para discussão sobre a outorga de direito de uso dos recursos hídricos, com intuito de contribuir na elaboração de ato administrativo que define as diretrizes que regulamentam a outorga.

A base para início dos trabalhos é o Decreto Estadual nº 2.432/2005. Reforçamos a importância da participação neste debate, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do estado.

A reunião será realizada em plataforma virtual, seguindo as Instruções Normativa nº 01 e nº 02/2021 desta Secretaria, conforme segue:

➤ **Elétrico e Turismo/Lazer** - 20 de agosto de 2021.

Os documentos da reunião estarão disponíveis no endereço:

<https://www.to.gov.br/semarh/03a-20-de-agosto/yt7kryn79yw>

O link da reunião será disponibilizado posteriormente em todos os canais de comunicação da Semarh, que pode ser encontrado no endereço eletrônico www.to.gov.br/semarh.

Para mais informações, entre em contato com a Assessoria de Unidades Colegiadas nos telefones 63 3218-2343, 63 9266-9575, e-mail cerhtocantins@gmail.com.

Atenciosamente,

(Assinado Digitalmente)

MIYUKI HYASHIDA

Presidente do CERH



Documento foi assinado digitalmente por MIYUKI HYASHIDA em 15/07/2021 10:39:07.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://agil.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 4006A96000002192.



302 Norte, Alameda 01, Lote 03 - Plano Diretor Norte - Palmas/TO
CEP: 77004-334 | Tel.: (63) 3218.2000 | www.naturatins.to.gov.br

SGD: 2021/40319/14538

Ofício Circular n.º 003/2021/PRES/NATURATINS

Palmas, 12 de abril de 2021.

A Sua Senhoria a Senhora
Fernanda Tainá de Lima Castro
Presidente da Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção
Associada - ASSEGTUR
assegtursernasgerais@gmail.com
Dianópolis – TO

Assunto: Plano de Ação Territorial – PAT CERRADO TOCANTINS.

Senhora Presidenta,

Considerando o projeto em curso denominado “Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas - Pró-Espécies: Todos contra a extinção”, que trata-se de uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), financiada pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF- Global Environment Facility Trust Fund), que tem como agência implementadora o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Fundo) e agência executora o WWF-Brasil;

Considerando que o referido projeto envolve instituições como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e órgãos ambientais estaduais de 13 estados da federação, que atuam na elaboração e implementação de Planos de Ação Territoriais para grupos de espécies e territórios definidos como prioritários e estabelecidas por meio das Portarias MMA de números 443, 444 e 445 do ano de 2014.

Considerando que o Estado do Tocantins, representado pelo Instituto Natureza do Tocantins, aprovou o Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Território Cerrado Tocantins - PAT Cerrado Tocantins, por meio da Portaria/Naturatins Nº60, de 03/07/2020, publicada no DOE Nº 5.637 de 07/07/2020, e que tem como objetivo geral a conservação da biodiversidade, considerando aspectos biológicos, sociais, culturais e econômicos;

Convido-o a manifestar interesse em atuar como colaborador em discussões e ações previstas do mencionado projeto, por meio da indicação de representantes técnicos.

Atenciosamente,

Assinatura eletrônica
RENATO JAYME DA SILVA
Presidente

CONVOCAÇÕES



Convocação

A Diretora Executiva da ASSEGTUR, no uso de suas atribuições, convoca uma assembleia extraordinária do Conselho Diretor para a substituição de um de seus membros. A assembleia será virtual e acontecerá no próximo dia 30/06/2020, às 18 horas e o link será disponibilizado para a participação de todos.

Diretora Executiva
Fernanda Tainã A. de L. Castro



Convocação

A Diretora Executiva da ASSEGTUR, no uso de suas atribuições, convoca uma assembleia extraordinária do Conselho Diretor para a aprovação do novo estatuto referente à transformação da associação em IGR – Instância de Governança Regional. A assembleia será virtual e acontecerá no próximo dia 02/09/2020, às 10:00 horas e o link será disponibilizado para a participação de todos.

Diretora Executiva
Fernanda Tainã A. de L. Castro



CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Assegtur convoca seus membros para uma reunião extraordinária a ser realizada no dia 12/03/2020, às 8:00h em primeira chamada, e 8:30h em segunda, no auditório do SEBRAE Dianópolis, para deliberar a seguinte pauta do dia:

- 1) Tratativa de regularização da IGR (Instância de Governança Regional) das Serras Gerais a partir da formação consolidada da Assegtur;
- 2) Apresentação das prefeituras interessadas na regularização da IGR Serras Gerais,
- 3) Apreciação de documentos e trâmites pertinentes à IGR.

Sabendo-se que as deliberações de fomento e recursos advindos do Governo Federal dependem da formalização de IGR contemplando municípios já cadastrados no Programa de Regionalização, em tempo e no prazo determinado, esta comissão aguarda a importante participação de todos.

Diretora Executiva

Jorcirene Coelho M de Moraes



CONVOCATÓRIA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA ASSEGTUR 2020

Dianópolis, 10 de dezembro 2020

A ASSEGTUR convoca o Conselho Diretor e os demais membros para a 3ª reunião ordinária a realizar-se no dia 18 de dezembro de 2020, sexta-feira, às 09 horas, via videoconferência, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. Apreciação das atas anteriores
02. Apresentação do Estatuto com as modificações e adequações à IGR
03. Informes

Fernanda Tainã Alves de Lima Castro
Diretora Executiva da ASSEGTUR



CONVOCATÓRIA PARA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2023

No uso das atribuições a mim conferida, convoco em assembleia ordinária todos os sócios para reunião online na quarta-feira, 29 de março de 2023, 15 horas, para tratarmos da filiação dos entes municipais à essa Instância de Governança Regional.

Assunto: Tratará da entrada das prefeituras como forma de renovar a permanência no mapa do turismo Brasileiro.

Para que seu Município continue contemplado ou seja ingressado no Mapa do Turismo Brasileiro vigente, participe da reunião, pois explicaremos o procedimento da assinatura do Termo de Adesão à Instância de Governança Regional, conforme exigência do Governo do Tocantins, através da Secretaria da Cultura e Turismo, órgão responsável pela validação do Cadastro no Ministério do Turismo.

Lembramos que, conforme nosso estatuto, a forma de participar efetivamente das assembleias é estando quite com suas obrigações. A reunião será realizada na plataforma do Google Meet e o link será liberado no dia da reunião.

Atenciosamente,

Ponte Alta do Tocantins, 26 de março de 2023

Diogo Faria Ribeiro
Presidente da ASSEGTUR